

v.10 Extra
REVISTA

RCH

CIÊNCIAS HUMANAS

ISSN 2179-1120

UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ

2017 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO



DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
E INTERINSTITUCIONAIS



UNITAU
Universidade de Taubaté



Revista Ciências Humanas
Educação e Desenvolvimento Humano
da Universidade de Taubaté

Volume 10 n Extra, Edição 19
2º Semestre/2017



UNITAU
Universidade de Taubaté

UNITAU - Universidade de Taubaté
Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano
da Universidade de Taubaté

Reitor: Prof. Dr. José Rui Camargo

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Prof. Dr. Francisco José Grandinetti

EQUIPE EDITORIAL

EDITORA CHEFE

Dra Edna Maria Querido de Oliveira Chamon
Universidade de Taubaté, Brasil

EDITORAS EXECUTIVAS:

Leticia Maria Pinto da Costa
Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Auxiliadora Ávila dos Santos Sá
Universidade de Taubaté, Brasil

COLABORAÇÃO:

Suzana Lopes Salgado Ribeiro
Universidade de Taubaté, Brasil

CONSELHO EDITORIAL:

Carlos Alberto Máximo Pimenta

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Cidoval Moraes de Souza

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Clarilza Prado de Sousa

Fundação Carlos Chagas, FCC, Brasil

Gladis Camarini

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

José Rogério Lopes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Maria Antonia Garcia de León Alvarez

Universidade Complutense de Madrid, Espanha

Maria Lúcia Martinelli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Roberto Tadeu Iaochite

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Secretaria dos cursos de mestrado

Tel: +55 (12) 3624-1657 - E-mail: prppg@unitau.br

ISSN: 2179-1120

Data da publicação: Outubro de 2017

Classificação no Qualis da CAPES: B2

Capa e Diagramação: Agência Surta

Foto da Capa: ACOM/UNITAU

UNITAU - Universidade de Taubaté
Departamento de Pró-reitoria de Pesquisa e
Pós-graduação

E-mail: revista@rchunitau.com.br

Site: <http://www.rchunitau.com.br>

Telefone: +55 (12) 3624-1657

Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro,
12100-000, Taubaté, SP, BR.

CONSELHO CONSULTIVO:

Adilson Silva Mello

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Marcia Maria Dias Reis Pacheco

Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Aparecida Campos Diniz de Castro

Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Fatima Melo Toledo

Universidade de Taubaté, Brasil

Maria Regina de Ávila Moreira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Thereza Oliveira Azevedo

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

Universidade de Taubaté, Brasil

Patricia Tovar

John Jay College Of Criminal Justice, New York, USA

Renato Rocha

Universidade de Taubaté, Brasil

Roseli Albino dos Santos

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, BRASIL

SELVINO ASSMANN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL

VERA MARIA ANTONIETA TORDINO BRANDÃO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, BRASIL

SUELENE REGINA DONOLA MENDONÇA

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, BRASIL

SALVADOR ANTONIO MIRELES SANDOVAL

MARCIA DOS SANTOS MACEDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, BRASIL

MABEL MASCARENHAS TORRES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, BRASIL

LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UMA, BRASIL

DRA. ANA LÚCIA MANRIQUE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, BRASIL

ANDRE LUIZ DA SILVA

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, BRASIL

ANTÔNIO AUGUSTO NETO MENDES

UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL

CARLOS ALBERTO MÁXIMO PIMENTA

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Cecília Pescatore Alves

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Cidoval Moraes de Souza

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Enio José da Costa Brito

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Gilmar Ribeiro dos Santos

Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

Jacinta Sidegum Renner

Universidade Feevale, Brasil

Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima

Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Brasil

José Carlos de Oliveira

Universidade Feevale, Brasil

José Geraldo da Rocha

Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Brasil

José Rogério Lopes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Roberto Borges

CEFET, Brasil

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
DOSSIÊ DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES E INTERINSTITUCIONAIS	7
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE ARQUITETOS, ENGENHEIROS E OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	8
IDENTIDADE PROFISSIONAL E O ESTIGMA SOCIAL DO PROFESSOR READAPTADO	24
UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DE GERENCIAMENTO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS FRENTE AOS DESAFIOS DA FORMALIZAÇÃO	34
O PERFIL DO EMPREENDEDOR: UMA ANÁLISE BASEADA EM EVENTOS DE STARTUPS DURANTE O ANO DE 2016 NO SUL DE MINAS GERAIS.....	50
A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS DA SUA IMPLANTAÇÃO EM UMA EMPRESA DE VARGINHA-MG	63
POLÍTICA ECONÔMICA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL: POR UMA ADAPTAÇÃO DE FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	72
DEMAIS CONTRIBUIÇÕES	90
ESCOLA, VIOLÊNCIA E MEDIAÇÃO: ELEMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE PROCESSOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS?.....	91
A ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE EDUCACIONAL NO BRASIL	103
REAPROVEITAMENTO CONSCIENTE DE ALIMENTOS	116
DISCURSOS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF) NO BRASIL E RIO GRANDE DO NORTE	126
UMA RELEITURA DO PROJETO AME ATRAVÉS DAS CONTRIBUIÇÕES DE FRANÇOISE DOLTO E D. W. WINNICOTT: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	142
IMIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL BOLIVIANA	152

Diálogos Interdisciplinares e Interinstitucionais

EDITORIAL

A Revista de Ciências Humanas da Universidade de Taubaté reuniu, nesta edição extra, um dossiê especial intitulado **Diálogos Interdisciplinares e Interinstitucionais**, na intenção de fomentar, ainda mais, a produção científica em contextos multidisciplinares, especialmente, entre instituições cuja visão seja avançar as discussões sobre a importância da convergência entre os diferentes temas e áreas do saber.

Com a presença expressiva de autores do UNIS (Centro Universitário do Sul de Minas), importante parceira da Universidade de Taubaté, por meio do Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano, o dossiê inclui discussões relevantes sobre temas como trabalho, gestão e sustentabilidade e suas implicações para o desenvolvimento humano.

Na abertura do dossiê é possível conferir o artigo QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE ARQUITETOS, ENGENHEIROS E OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, de José Agnaldo P. Leite Junior e Gladis Camarini, ambos da UNICAMP, no qual são apontadas questões relativas à pouca satisfação desses profissionais em relação à garantia de emprego, jornada de trabalho, ambiente físico, riscos do trabalho e segurança.

Preocupação similar sobre questões relativas ao trabalho é evidenciada no texto IDENTIDADE PROFISSIONAL E O ESTIGMA SOCIAL DO PROFESSOR READAPTADO, de autoria Gisele Nepomuceno e Rachel Duarte Abdala, da Universidade de Taubaté, e no ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DE GERENCIAMENTO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS FRENTE AOS DESAFIOS DA FORMALIZAÇÃO, desenvolvido por Celso Augusto dos Santos Gomes, Nilton dos Santos Portugal, Jeferson Vinhas Ferreira, Sabrina Soares da Silva, do UNIS.

O PERFIL DO EMPREENDEDOR: UMA ANÁLISE BASEADA EM EVENTOS DE STARTUPS DURANTE O ANO DE 2016 NO SUL DE MINAS GERAIS, de Alessandro Messias Moreira, Fabrício Pelloso Piurcosky, Sidney Vergínio da Silva, Ernani de Souza Guimarães Júnior e Cristina Leal Lelis Calegario Correio, identificou características como liderança, organização e bom relacionamento na população estudada, mostrando o empreendedorismo pode ser estimulado a partir deste cenário, sendo o quarto texto desta sessão em parceria com o UNIS.

O meio ambiente foi objeto de dois artigos do dossiê: A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS DA SUA IMPLANTAÇÃO EM UMA EMPRESA DE VARGINHA-MG, de Vanessa Aparecida Dias, Guaracy Silva e Wanderson Gomes de Souza, e POLÍTICA ECONÔMICA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL: POR UMA ADAPTAÇÃO DE FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, de Alessandro Ferreira Alves, Pedro dos Santos Portugal Júnior, Bastiaan Philip Reydon.

Os demais textos que integram esta edição, não menos relevantes para esta publicação, são de autoria de pesquisadores de diversas partes do Brasil e integram a mesma dinâmica em sistema em fluxo contínuo das edições convencionais: “ESCOLA, VIOLÊNCIA E MEDIAÇÃO: ELEMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE PROCESSOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS”, de Carlos Alberto Máximo Pimenta e Ligia Maria de Mendonça Chaves Incrocci; “A ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE EDUCACIONAL NO BRASIL”, de Gisele Viola Machado e Roberto Rodrigues Paes, e “REAPROVEITAMENTO CONSCIENTE DOS ALIMENTOS”, de Juliana Marcondes Moraes, voltam os diferentes olhares para o contexto escolar, mostrando o quanto é necessário avançar nas políticas públicas educacionais.

Inclusão, reforma agrária e preconceito também tiveram espaço nesta edição da Revista de Ciências Humanas. Vale a pena conferir os textos de Maria Lucia Salamene de Oliveira Kroll, “UMA RELEITURA DO PROJETO AME ATRAVÉS DAS CONTRIBUIÇÕES DE FRANÇOISE DOLTO E D. W. WINNICOTT: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA”; de Paula Valeria Ferreira de Almeida Rodrigues e Nerize Laurentino Ramos, “DISCURSOS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF) NO BRASIL E RIO GRANDE DO NORTE”; e de Rosineia Oliveira dos Santos, “IMIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL BOLIVIANA”.

Agradecemos aos autores pela confiança em nosso periódico e a todos os que submeteram seus trabalhos para as próximas edições.

Sigamos em frente!

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Editora

Dossiê Diálogos Interdisciplinares e Interinstitucionais

Qualidade de Vida no Trabalho de Arquitetos, Engenheiros e Operários da Construção Civil

Quality of Work Life of Architects, Engineers and Workers of Civil Construction

José Agnaldo Pereira Leite Júnior¹, Edna Maria Querido de Oliveira Chamon², Gladis Camarini³

¹ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - jagnaldo.leite@gmail.com

² Professora Doutora da UNITAU e Pesquisadora da FEC-UNICAMP

³ Professora Titular, Centro Universitário de Minas Gerais – UNIS-MG e Pesquisadora da FEC-UNICAMP

Recebido em 10 de Outubro de 2017; Aceito em 10 de Outubro de 2017.

Resumo

O setor da construção civil tem passado por mudanças constantes devido à globalização econômica, ao desenvolvimento de novas tecnologias, ao aumento da concorrência, entre outros. Demanda grande quantidade de mão de obra e seus trabalhadores muitas vezes são recrutados em outros estados do país e abrigados em alojamentos precários, longe dos familiares, trabalham em condições sub-humanas enquanto a obra estiver sendo executada, sem garantia de continuidade no emprego, o que pode afetar a saúde e o desempenho dos mesmos. Nesse contexto, avaliar a Qualidade de Vida no Trabalho – QVT pode auxiliar gestores a implementar medidas para a melhoria da satisfação dos trabalhadores com relação ao trabalho. Este estudo apresenta uma pesquisa exploratória, descritiva com abordagem de natureza quantitativa, realizada por meio do Job Diagnostic Survey – JDS, com 112 trabalhadores do setor da construção civil brasileiro. O objetivo é avaliar o nível de satisfação com o trabalho de arquitetos, engenheiros e operários, comparar seus resultados e contribuir com a discussão sobre QVT no setor. Constatou-se que a variável Satisfação com a Segurança no Trabalho obteve escore médio mais baixo, apontando pouca satisfação dos trabalhadores com aspectos como garantia de emprego, jornada de trabalho, ambiente físico, riscos do trabalho e segurança.

Palavras-chave: Arquiteto. Engenheiro. Operário. Construção Civil. Qualidade de Vida no Trabalho.

Abstract

The civil construction sector has experienced constant changes due to economic globalization, the development of new technologies, the increased competition, among others. This sector requires lot of workforce and their workers are often recruited from other states, and they are housed in precarious accommodations, away from family, and they still work in subhuman conditions while the work is running, with no guarantee of continuity in employment, which can affect health and their performance. In this context, assess the Quality of Work Life - QWL can assist managers to implement measures to improve the satisfaction of employees with regard to work. This study presents an exploratory, descriptive research with quantitative approach, performed by Job Diagnostic Survey - JDS, with 112 workers of the Brazilian civil construction sector. The objective is to evaluate the level of satisfaction with the work of architects, engineers and workers, comparing their results and contribute to the discussion about QWL in the sector. It was verified that the variable satisfaction with the Safety at Work achieved lower average score, indicating little worker satisfaction with aspects such as job security, working hours, physical environment, work risk and safety.

Keywords: Architect. Engineer. Worker. Civil Construction. Quality of Work Life.

1 INTRODUÇÃO

O setor da construção civil tem participação significativa na economia brasileira e mantém, desde o ano de 2000, um percentual em torno de 5% no Produto Interno Bruto – PIB brasileiro. A Pesquisa Anual da Indústria da Construção de 2011, realizada em pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2014), mostra que o PIB brasileiro registrou em 2011 um crescimento de 2,7% enquanto o setor da construção civil cresceu 3,6%, atingindo 5,8% de participação no PIB. A Pesquisa Anual da Indústria da Construção de 2012, divulgada pelo IBGE em setembro de 2014, mostra que o setor teve um crescimento de 10,2% em relação a 2011. O setor empregou em 2012 aproximadamente 2,8 milhões de trabalhadores, com salário médio de R\$ 1.648,70, representando um aumento real de 7,9% em relação ao salário médio de 2011, quando empregou aproximadamente 2,7 milhões (IBGE, 2015). Conforme Balanço Nacional da Indústria da Construção – 2013, elaborado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, o número de trabalhadores triplicou de 2003 a 2013, saltando de 1,05 milhões para 3,26 milhões em 2013 (CBIC, 2013). Além dos empregos diretos, o setor da construção civil gera empregos indiretos, entretanto apresenta aspectos desfavoráveis, como: instabilidade de acordo com a situação econômica do país, grande quantidade de trabalhadores sem carteira assinada (que não aparecem nas estatísticas oficiais), alta rotatividade e elevado índice de absenteísmo (CAMARINI; CHAMON, 2011).

Apesar de o setor da construção civil demandar grande quantidade de mão de obra, seus trabalhadores em nível operacional, em geral, possuem baixa escolaridade e qualificação, além de pertencerem às camadas mais carentes da sociedade. O canteiro de obra é um modelo de produção basicamente artesanal, com pouca utilização de maquinário, execução dos serviços dependente principalmente do esforço físico e elevados índices de acidentes de trabalho (GRAMKOW, 1999). Grande parte das atividades é terceirizada de forma prejudicial ao trabalhador, pois reduz os salários, precariza as condições de trabalho, frustra normas coletivas de trabalho, gera lucros às empresas com o trabalho alheio, entre outros.

A construção civil é um setor perigoso, cujo trabalho envolve riscos, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, que contribui para um número significativo de acidentes e problemas de saúde (KHENI; DAINTY; GIBB, 2008). Prevê-se que esses números vão aumentar paralelamente ao ritmo de industrialização. As estruturas organizacionais e os governos têm pouco impacto sobre a saúde e segurança ocupacionais, pois, o setor é bastante complexo, diversificado, abrange diversos agentes e atua em diferentes etapas de um empreendimento, o que dificulta a implementação de práticas e a fiscalização do governo (PICCHI, 2003).

Com a globalização econômica e o conseqüente aumento da concorrência, o setor da construção civil tem passado por grandes transformações, procurando se modernizar para reduzir os custos, melhorar a qualidade de seus produtos, e assim alcançar melhores resultados. Isso demanda esforços contínuos de profissionalização e atualização por parte dos trabalhadores do setor.

Nesse contexto, nota-se a necessidade premente de melhorar as condições de trabalho no setor da construção civil e a gestão da QVT pode proporcionar o desenvolvimento de um ambiente favorável ao atendimento das necessidades e ao desenvolvimento do trabalhador. Este estudo tem como objetivo avaliar o nível de satisfação com o trabalho de arquitetos, engenheiros e operários, comparar os resultados entre essas três categorias profissionais e contribuir com a discussão sobre QVT no setor, que carece de estudos mais aprofundados sobre o tema.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Desde o início de sua existência o homem tem procurado formas para facilitar e trazer satisfação e bem-estar na execução de sua tarefa, porém as condições de trabalho e suas influências na produção e no moral do trabalhador só vieram a ser estudadas de forma científica a partir do século XVIII, quando começou a ser implementada a divisão das tarefas, a especialização das etapas, a sistematização dos métodos de produção, a utilização de ferramentas e equipamentos especializados, a reunião de todos os estágios do processo de produção em um mesmo local e a submissão das mercadorias a um controle de qualidade. Com isso, começou uma grande mudança nos processos industriais e o aprimoramento tecnológico. No entanto, as necessidades básicas dos trabalhadores não eram consideradas; eles viviam em condições desumanas, com salários insuficientes para a subsistência e jornadas de trabalho de até 18 horas por dia (RODRIGUES, 1994).

Melhores métodos de trabalho, melhor aproveitamento e especialização da mão de obra, melhoria dos aspectos físicos do local de trabalho, entre outros, continuaram a ser estudados e desenvolvidos, entretanto, sempre com o objetivo de aumento da produtividade e melhoria da qualidade.

Embora já haviam realizado alguns estudos e experimentos relacionados ao comportamento e às necessidades humanas no trabalho, a denominação Qualidade de Vida no Trabalho – QVT surgiu somente no início da década de 1950, na Inglaterra, quando foram desenvolvidos, sob coordenação de Trist e Emery, estudos em relação à organização do trabalho baseados na abordagem sociotécnica, que considera as relações sociais nas organizações, as condições organizacionais de trabalho e as tarefas e condições técnicas para executá-las. Esses estudos levaram em conta a satisfação do trabalhador no trabalho e com o trabalho (SANT'ANNA; KILIMNIK; MORAES, 2011).

Em 1972, Walton (1973) utiliza-se das contribuições das teorias do desenvolvimento humano, como a teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow e apresenta seu trabalho, fundamentando um modelo de análise de experimentos, sob a ótica organizacional, que serviu de base para muitos outros estudos. Para Walton (1973), QVT refere-se a valores humanos e ambientais, que as sociedades industriais negligenciam em favor da evolução tecnológica, da produtividade e do crescimento econômico. Nele, são apresentadas oito categorias conceituais e seus respectivos critérios de QVT, relacionados a aspectos da saúde física e mental, integração e desenvolvimento social, conforme a seguir:

- Compensação justa e adequada: equidade interna e externa, justiça na compensação, partilha dos ganhos de produtividade e proporcionalidade entre salários
- Condições de trabalho seguras e saudáveis: jornada de trabalho razoável, ambiente físico seguro e saudável e ausência de insalubridade.
- Oportunidade para usar e desenvolver as capacidades humanas: autonomia, autocontrole relativo, qualidades múltiplas, informações sobre o processo total do trabalho.
- Oportunidade para o crescimento contínuo e a garantia de emprego: possibilidade de carreira, crescimento pessoal, perspectiva de avanço salarial e segurança no emprego.
- Integração social na organização: ausência de preconceitos, igualdade, mobilidade, relacionamento e senso comunitário.
- Constitucionalismo na organização: direitos de proteção do trabalhador, privacidade pessoal, liberdade de expressão, tratamento imparcial e direitos trabalhistas.

- Trabalho e espaço total na vida do indivíduo: papel balanceado no trabalho, estabilidade de horários, poucas mudanças geográficas e tempo para lazer da família.
- Relevância social do trabalho: imagem da empresa, responsabilidade social da empresa, responsabilidade pelos produtos e práticas de emprego.

O ano de 1974 é considerado por vários estudiosos como um marco no desenvolvimento da QVT, pois devido à crise do petróleo, à crise econômica, ao crescimento da inflação e, conseqüentemente, à desaceleração da produção que ocorreu nas grandes potências do ocidente, principalmente nos Estados Unidos, as organizações concentraram seus esforços em estudos internos à organização, aumentando os estudos sobre a QVT (RODRIGUES, 1994).

Foi nessa época que os pesquisadores Hackman e Oldham (1975), com base em metodologias de medição desenvolvidas anteriormente por Turner e Lawrence (1965) e Hackman e Lawler (1971) desenvolveram e instrumentalizaram o modelo *Job Diagnostic Survey – JDS*. Eles identificaram três Estados Psicológicos Críticos determinantes da motivação e satisfação do indivíduo no trabalho, são eles: Percepção da Significância do Trabalho, Percepção da Responsabilidade pelos Resultados do Trabalho e Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho. Posteriormente, constataram que quanto mais estes estados psicológicos estão presentes nos trabalhadores, mais eles estarão motivados internamente para o trabalho. Depois, concluíram que os Estados Psicológicos Críticos só podem ser criados pelas Dimensões Básicas da Tarefa e, dessa forma, os Resultados Pessoais e de Trabalho são obtidos (MORAES; KILIMNIK, 1989).

Os Resultados Pessoais e de Trabalho foram incorporados ao modelo para identificar as reações afetivas pessoais ou sentimentais que uma pessoa obtém ao desempenhar seu trabalho (HACKMAN; OLDHAM, 2010) e compreendem a Satisfação Geral com o Trabalho, a Motivação Interna para o Trabalho e as Satisfações Específicas: Satisfação com a Possibilidade de Crescimento, Satisfação com a Segurança no Trabalho, Satisfação com a Compensação, Satisfação com o Ambiente Social e Satisfação com a Supervisão. Estes fatores estão relacionados aos aspectos extrínsecos ao trabalho. Para Moraes e Kilimnik (1989) os Resultados Pessoais e de Trabalho são os principais indicadores de QVT, no modelo de Hackman e Oldham.

Hackman e Oldham (2010) consideram ainda, a Necessidade Individual de Crescimento que é definida como a necessidade que o trabalhador possui de desenvolver ações e ideias e de ter um trabalho estimulante e desafiador, que lhe permita ser criativo, aprender coisas novas e sentir-se realizado. É por meio da Necessidade Individual de Crescimento que se busca verificar as diferenças individuais e os reflexos nas variáveis relacionadas à tarefa.

Em síntese, as características objetivas do trabalho conduzem a características percebidas no trabalho que levam a atitudes e comportamentos no trabalho como, alta motivação interna para o trabalho, alta qualidade no desempenho do trabalho, alta satisfação com o trabalho ou alto absenteísmo e rotatividade (HACKMAN; OLDHAM, 1975), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo *Job Diagnostic Survey* – JDS.

DIMENSÕES BÁSICAS DA TAREFA	ESTADOS PSICOLÓGICOS CRÍTICOS	RESULTADOS PESSOAIS E DE TRABALHO		
Variedade de Habilidades	Percepção da Significância do Trabalho	Satisfação Geral com o Trabalho		
Identidade com a Tarefa		Motivação Interna para o Trabalho		
Significado da Tarefa		Satisfações Específicas	Satisfação com a Possibilidade de Crescimento	Qualidade no Desempenho do Trabalho
Inter-relacionamento			Satisfação com a Segurança no Trabalho	
Autonomia	Percepção da Responsabilidade pelos Resultados	Satisfação com a Compensação	Satisfação com o Trabalho	
<i>Feedback</i> Intrínseco	Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho	Satisfação com o Ambiente Social		
<i>Feedback</i> Extrínseco		Satisfação com a Supervisão		
NECESSIDADE INDIVIDUAL DE CRESCIMENTO				

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Hackman e Oldham (1975, p. 161)

As Dimensões Básicas da Tarefa são: Variedade de Habilidades, Identidade com a Tarefa, Significado da Tarefa, Inter-relacionamento, Autonomia, *Feedback* Intrínseco e *Feedback* Extrínseco.

Desta forma a QVT, que anteriormente era compreendida como uma reação individual ao trabalho, evoluiu e passou a ser compreendida como uma forma de enriquecer o ambiente do trabalho, de melhorar os níveis de produtividade e a satisfação dos trabalhadores (SANT'ANNA; KILIMNIK; MORAES, 2011).

Os estudos atuais de QVT enfatizam, principalmente, o bem-estar e a satisfação do trabalhador, a valorização da participação dos trabalhadores no processo de tomada de decisão e a perspectiva humanista de pensar sobre pessoas, trabalho e organização. É certo que atualmente as empresas precisam ser cada vez mais competitivas e, para isso, precisam se preocupar com as pessoas, pois é por meio do comprometimento das pessoas com as propostas da organização que os resultados serão atingidos com sucesso (TOLFO; PICCININI, 1998).

Conforme Clegg e Spencer (2007), muitos estudos têm sido conduzidos no desenvolvimento do modelo de Hackman e Oldham, considerando alguns antecedentes do modelo de trabalho e citam alguns exemplos:

- Estilo de gestão (PARKER; WALL; CORDERY, 2001);
- Contexto da satisfação (OLDHAM, 1996);
- Exigências cognitivas (PARKER; WALL, 2001);

- Comportamentos proativos (PARKER; TURNER, 2002); e
- Contingências que influenciam a aplicabilidade da teoria, como a incerteza (WALL; CORDERY; CLEGG, 2002).

Embora estes estudos representem um progresso substancial incorporados ao modelo de Hackman e Oldham, a teoria tradicional da concepção do trabalho continua a ser válida em sua essência e, mesmo após 30 anos, o modelo *JDS* continua considerado a perspectiva dominante na teoria do *design* do trabalho (CLEGG; SPENCER, 2007).

Até mesmo Hackman e Oldham ainda procuram apresentar propostas para aperfeiçoar o modelo *JDS* (SAMPAIO, 2012), que ainda é considerado apropriado para avaliação da QVT e, por ser validado por várias pesquisas no exterior e no Brasil, é utilizado neste estudo para levantamento da QVT no setor da construção civil.

3 MÉTODO

3.1 DELINEAMENTO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva com abordagem de natureza quantitativa, realizada com trabalhadores do setor da construção civil.

3.2 AMOSTRA

A amostra é composta por 112 trabalhadores do setor da construção civil, dentre eles 26 arquitetos (23,2%), 11 engenheiros (9,8%) e 75 operários (67,0%), sendo: 73,2% do sexo masculino (n=82) e 26,8% do sexo feminino (n=30); 15,2% com até 25 anos de idade (n=17), 42,9% com idade entre 26 e 35 anos (n=48), 25,0% com idade entre 36 e 45 anos (n=28), 10,8% com idade entre 46 e 55 anos (n=12) e 6,3% com mais de 55 anos (n=7); 31,3% trabalham em Campinas-SP (n=35), 39,2% em São José dos Campos-SP (n=44) e 29,5% na cidade do Rio de Janeiro-RJ (n=33); 64,3% contratados pela construtora (n=72), 15,2% terceirizados (n=17) e 20,5% autônomos (n=23); 44,6% solteiros (n=50), 42,9% casados (n=48), 7,1% divorciados ou separados (n=8) e 5,4% viúvos (n=6); 13,4% com ensino fundamental incompleto (n=15), 8,9% com ensino fundamental completo (n=10), 11,6% com ensino médio ou curso técnico incompleto (n=13), 25,9% com ensino médio ou curso técnico completo (n=29), 6,3% com ensino superior incompleto (n=7) e 33,9% com ensino superior completo (n=38).

3.3 INSTRUMENTO

Por ser considerado apropriado para avaliação da QVT em diversos setores e por ter sido validado por várias pesquisas no Brasil e no exterior, é utilizado o instrumento *Job Diagnostic Survey – JDS*, desenvolvido por Hackman e Oldham (1975). A análise de fidelidade foi realizada por Fernandes et al. (1988), que utilizaram o coeficiente alfa de Cronbach e obtiveram resultados satisfatórios que asseguram a validade interna da escala.

O *JDS* é composto por 78 questões, numa escala de Likert de 1 a 7 pontos, sendo que pontuação de 1 a 4 é considerada insatisfatória, de 4,01 a 5,99 é satisfatória e de 6 a 7 é muito satisfatória. Na apuração da variável Necessidade Individual de Crescimento a escala varia de 4 a 10 pontos, sendo que pontuação de 4 a

7 é considerada pequena, de 7,01 a 8,99 é elevada e de 9 a 10 é muito elevada.

As questões estão distribuídas em seis seções e são formuladas utilizando-se diversos formatos: escalas de intensidade, de concordância, de satisfação, de aspiração e de preferência. Para cada variável é produzido um escore agregando diversas questões pertinentes. Também encontram-se embaralhadas ao longo do questionário, algumas invertidas, procurando sempre respostas independentes para os diversos estímulos fornecidos (SANT'ANNA; KILIMNIK; MORAES, 2011).

Foi incluída uma seção com 23 questões para levantamento dos dados sociodemográficos dos trabalhadores, pois as características individuais, sejam de natureza biológica, social ou econômica podem interferir na qualidade de vida dos trabalhadores (SILVA; SALDANHA; AZEVEDO, 2010). Foi realizado um pré-teste com 10 trabalhadores do setor da construção civil, que comprovou a aplicabilidade do instrumento *JDS*, e apontou boa aceitação e adesão dos trabalhadores do setor (LEITE JÚNIOR; PICCHI, CAMARINI; CHAMON, 2012).

3.4 PROCEDIMENTOS

O estudo está em conformidade com a Resolução nº 466/2012 CNS/MS e complementares. Foi submetido por meio do sistema Plataforma Brasil, do Ministério da Saúde, ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UNICAMP e obteve parecer de aprovação número 922.842.

Para a coleta de dados, foi solicitada autorização às empresas participantes. Posteriormente os trabalhadores foram informados sobre a justificativa para o estudo, os objetivos e os procedimentos, e convidados a participar da pesquisa. Aqueles que desejaram participar como voluntários receberam duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, assinadas pelo pesquisador, juntamente com o questionário.

Eventuais dúvidas quanto à pesquisa e ao preenchimento dos formulários foram esclarecidas pelo pesquisador que acompanhou e deu orientações e assistência aos participantes durante o preenchimento do questionário. Após ler, preencher e assinar o TCLE e responder ao questionário, os trabalhadores os entregaram separadamente ao pesquisador, para garantir sigilo e privacidade. Uma via do TCLE ficou com o trabalhador participante do estudo.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise estatística dos dados sociodemográficos e de QVT é realizada pelo *software* SPHINX®, que permite organizar a pesquisa, inserir o questionário e os dados coletados, estruturar e diagramar os relatórios de diversas formas. São realizadas análises de componentes principais, de desvio-padrão, de correspondências, tabela de médias e tabela de grupos. Também são realizados cálculos programados, pois no modelo *JDS*, as variáveis são apuradas por meio de fórmulas específicas, agrupando questões pertinentes.

O desvio-padrão é apresentado para mostrar o quanto as respostas estão dispersas em relação à média, pois quanto maior o desvio-padrão, mais dispersos são os dados (SMAILES; MCGRANE, 2002).

4 RESULTADOS

O *JDS* possibilitou identificar o nível de satisfação com o trabalho e os aspectos funcionais que interferem na QVT destes trabalhadores. Também permitiu fazer a comparação dos escores médios das três categorias profissionais pesquisadas.

A Tabela 1 apresenta os escores médios para as Dimensões Básicas da Tarefa que, conforme Hackman e Oldham (2010), são características do trabalho que conduzem aos Estados Psicológicos Críticos. Para os autores, trabalhadores que avaliam bem as Dimensões Básicas da Tarefa são mais motivados para o trabalho, tendem a ter respostas positivas das tarefas e grande necessidade de crescimento.

Tabela 1 – Dimensões Básicas da Tarefa

Variáveis	Arquitetos		Engenheiros		Operários	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Variedade de Habilidades	5,56	1,01	5,73	0,92	4,97	0,97
Identidade com a Tarefa	4,85	1,36	4,27	1,63	4,23	1,21
Significado da Tarefa	5,46	1,11	6,03	0,88	5,70	1,40
Inter-relacionamento	5,19	1,20	6,42	0,84	5,34	1,05
Autonomia	5,32	1,24	5,42	0,93	4,48	1,28
Feedback Intrínseco	4,94	1,24	5,58	1,04	5,81	1,32
Feedback Extrínseco	4,62	1,54	5,18	1,35	5,12	1,15

Fonte: Autores – dados da pesquisa

Observa-se que a variável Variedade de Habilidades, que avalia a multiplicidade de atividades diferentes, habilidades e talentos requeridos do trabalhador para a execução da tarefa apresentou escore médio mais elevado para engenheiros, com 5,73 e mais baixo para operários com 4,97. Provavelmente porque engenheiros normalmente acumulam funções técnicas e gerenciais, enquanto operários executam atividades mais específicas e repetitivas. Conforme pesquisado por Berg, Wrzesniewski e Dutton (2010), quanto maior o nível hierárquico, maiores as expectativas e a capacidade de se adaptar às habilidades requeridas pela tarefa. Portanto, a Variedade de Habilidades tende a ser mais elevada quando as expectativas do trabalhador, com relação ao trabalho, são atendidas.

A Identidade com a Tarefa obteve o escore médio geral mais baixo dentre as sete Dimensões Básicas da Tarefa, com 4,38 (DP=1,02), próximo de insatisfatório. Esta variável avalia o quanto a tarefa requer que seja concluída como um todo, isto é, que o trabalho seja executado do início ao fim, para que o resultado seja visível. Obteve escore médio mais alto para arquitetos, com 4,85, provavelmente porque estes normalmente executam o projeto como um todo.

Quanto ao Significado da Tarefa, foi a variável com escore médio geral mais alto, com 5,68 (DP=1,25), considerado satisfatório. Apresentou escore mais elevado para engenheiros, com 6,03, considerado muito satisfatório; seguido por operários com 5,70 e por arquitetos com 5,46, ambos considerados satisfatórios. Isso mostra que os trabalhadores do setor da construção civil pesquisados percebem a importância que a tarefa tem sobre a vida ou o trabalho das outras pessoas, ou seja, percebem a relevância social de seu trabalho, principalmente os engenheiros.

A variável Inter-relacionamento foi muito bem avaliada pelos engenheiros, com 6,42, sendo o escore

médio mais elevado de todas as variáveis. Isso mostra que engenheiros interagem muito com outras pessoas, internas ou externas ao trabalho. Esta variável não é motivadora, pois é extrínseca ao indivíduo e apenas torna o ambiente mais agradável.

A Autonomia, que avalia o grau de liberdade, independência e poder de decisão sobre o planejamento e execução da tarefa, e está relacionada à oportunidade para utilizar e desenvolver as capacidades humanas (WALTON, 1973), apresentou escore médio baixo para operários, com 4,48. Arquitetos e engenheiros avaliaram melhor com 5,32 e 5,42, respectivamente. As pesquisas de Berg, Wrzesniewski e Dutton (2010) apontam que, atualmente, em muitas empresas os trabalhadores possuem considerável autonomia para personalizar, modificar e criar o seu próprio trabalho, ou pelo menos de se envolver em discussões diretas com seus gerentes sobre como o trabalho pode ser estruturado, e concluem que quando maior o nível hierárquico, maior a autonomia do trabalhador.

O *Feedback* Intrínseco avalia o quanto a execução da tarefa oferece informações diretas e claras quanto à efetividade de seu desempenho, é a informação recebida pelo trabalhador como consequência natural da realização de uma ação ou tarefa. Apresentou escore médio mais elevado para operários, com 5,81, provavelmente porque podem ver o resultado de seu trabalho conforme o executam e, dessa forma, a qualidade da execução pode ser comprovada.

Quanto ao *Feedback* Extrínseco, que avalia o quanto de informações claras o trabalhador recebe dos superiores e colegas, durante e depois da execução da tarefa, apresentou escore médio mais baixo para arquitetos, com 4,62, ficando bem abaixo de engenheiros e operários, com 5,18 e 5,12, respectivamente. Dos arquitetos que participaram da amostra, muitos são autônomos e não possuem superior hierárquico ou colegas de trabalho, provavelmente por este motivo o escore médio destes profissionais foi mais baixo. O *Feedback* Extrínseco é uma ferramenta de grande importância para o trabalhador, pois é o retorno que recebe sobre seu desempenho, e possibilita fazer os ajustes necessários para melhorá-lo.

A Tabela 2 apresenta os escores médios para os Estados Psicológicos Críticos que são criados pelas Dimensões Básicas da Tarefa (HACKMAM; OLDHAM, 2010). Quanto mais estão presentes nos trabalhadores, mais estarão motivados internamente para o trabalho, e dessa forma, são obtidos os Resultados Pessoais e de Trabalho positivos.

Tabela 2 – Estados Psicológicos Críticos

Variáveis	Arquitetos		Engenheiros		Operários	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Percepção da Significância do Trabalho	5,56	0,95	5,84	0,60	6,05	1,33
Percepção da Responsabilidade pelos Resultados	5,77	0,65	5,77	0,43	5,94	1,18
Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho	4,49	1,32	4,36	1,55	4,89	0,65

Fonte: Autores – dados da pesquisa

A presença dos estados psicológicos positivos leva o trabalhador a se sentir satisfeito e internamente motivado para o trabalho, proporcionando benefícios para a empresa como qualidade no trabalho, assiduidade e baixa rotatividade. Esta motivação não é baseada em recompensas extrínsecas, e sim no trabalho em si, ou seja, o trabalhador percebe que está realizando um trabalho significativo, pelo qual é responsável e sabe que realizou bem a tarefa.

Quanto à Percepção da Significância do Trabalho, que avalia o quanto o trabalhador considera seu trabalho importante, valioso e significativo, dentro de sua escala de valores, operários obtiveram escore médio mais alto, com 6,05, considerado muito satisfatório. Observa-se que este resultado está diretamente relacionado ao *Feedback* Intrínseco e ao *Feedback* Extrínseco, que foram bem avaliadas pelos operários. As informações que o trabalhador recebe quanto à execução da tarefa, seja pela própria tarefa ou pelo superior ou colegas, são muito importantes para a percepção quanto a significância do trabalho e para a motivação do trabalhador. Arquitetos e engenheiros avaliaram como satisfatória, com escores médios 5,56 e 5,84, respectivamente.

A Percepção da Responsabilidade pelos Resultados é responsável por atitudes e comportamentos no trabalho. Os trabalhadores que não percebem sua responsabilidade pelos resultados podem ter seus desempenhos comprometidos. Arquitetos, engenheiros e operários avaliaram como satisfatória e seus escores médios estão bem próximos, sendo 5,77, 5,77 e 5,94, respectivamente.

A variável Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho avalia o quanto os trabalhadores conhecem os reais resultados do seu trabalho, quando o mesmo está sendo executado. Não foi bem avaliada pelos trabalhadores da amostra, com escore médio geral 4,75 (DP=0,84), no entanto é considerado satisfatório. Nota-se que apresentou escore médio mais elevado para operários, com 4,89, enquanto arquitetos e engenheiros avaliaram com 4,49 e 4,36, respectivamente. Quanto mais o trabalhador percebe que o trabalho está sendo bem executado, mais estimulado fica para executá-lo melhor.

A Tabela 3 apresenta os escores médios para os Resultados Pessoais e de Trabalho que identificam as reações afetivas pessoais ou sentimentais que o indivíduo obtém ao desempenhar seu trabalho (WALTON, 1973). No modelo *JDS* os Resultados Pessoais e de Trabalho são os principais indicadores de QVT (MORAES; KILIMNIK, 1989).

Tabela 3 – Resultados Pessoais e de Trabalho

Variáveis	Arquitetos		Engenheiros		Operários	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Satisfação Geral com o Trabalho	5,10	1,11	5,36	0,83	5,23	1,02
Motivação Interna para o Trabalho	5,42	0,56	5,67	0,63	5,59	0,88
Satisfação com a Possibilidade de Crescimento	5,08	1,36	5,68	0,64	5,73	1,31
Satisfação com a Segurança no Trabalho	4,38	1,88	4,95	1,37	4,60	1,73
Satisfação com a Compensação	3,98	2,15	4,64	1,93	4,94	1,27
Satisfação com o Ambiente Social	5,35	1,15	5,58	0,70	6,05	1,29
Satisfação com a Supervisão	4,85	1,49	5,15	0,99	5,16	1,33

Fonte: Autores – dados da pesquisa

A Satisfação Geral com o Trabalho foi avaliada como satisfatória por arquitetos, engenheiros e operários, e seus escores médios estão bem próximos, sendo 5,10, 5,36 e 5,23, respectivamente. Engenheiros avaliaram melhor esta variável que mostra o nível em que o trabalhador está satisfeito com o seu trabalho como um todo. Conforme apurado por Gilgeous (1998), os níveis de estima e satisfação com o trabalho podem ser melhorados por meio de maior capacitação do trabalhador.

A Motivação Interna para o Trabalho é uma variável global e um forte indicador de QVT. Para Hackman e Oldham (2010), a motivação do trabalhador é proporcional ao grau em que ele acredita obter resultados positivos. Para que os resultados sejam percebidos como positivos, é preciso relacionar a satisfação das necessidades individuais com a realização de metas organizacionais e para isso, as metas precisam ser conhecidas por todos os trabalhadores. Nota-se que as três categorias profissionais apresentaram escores médios elevados, sendo engenheiros com 5,67, operários com 5,59 e arquitetos com 5,42.

A Satisfação com a Possibilidade de Crescimento avalia o grau de satisfação e bem-estar que o trabalhador tem em relação à possibilidade de crescimento que o trabalho oferece. Nota-se que apresentou escore médio mais baixo para arquitetos, com 5,08 (DP=1,36), provavelmente por que muitos dos arquitetos pesquisados, são recém-formados e com pouco tempo de trabalho no setor, sendo 50% (n=13) com no máximo 5 anos de trabalho no setor.

Quanto à Satisfação com a Segurança no Trabalho, que avalia o nível de satisfação com a garantia de emprego, com a jornada de trabalho e com o ambiente físico (segurança, insalubridade, higiene, entre outros), foi a variável com escore médio geral mais baixo, com 4,78 (DP=1,71). Nota-se que apresentou escore médio mais baixo para arquitetos, com 4,38, seguido de operários, com 4,60 e de engenheiros, com 4,95. Estas avaliações mostram que arquitetos estão menos satisfeitos, provavelmente porque 76,9% (n=20) são autônomos, sem vínculo empregatício. Quanto a avaliação dos operários, 80% (n=60) são contratados pela empresa, no entanto, é a categoria profissional que está mais exposta ao ambiente físico, com problemas

de segurança, riscos no trabalho e insalubridade. Perguntados se consideram seu trabalho perigoso, 73,3% (n=55) dos operários, 11,5% (n=3) dos arquitetos e 36,4% (n=4) dos engenheiros responderam que sim.

Na avaliação da Satisfação com a Compensação, que considera a justiça na compensação, a partilha dos ganhos de produtividade, a proporcionalidade entre os salários, a equidade interna e externa, entre outros aspectos relacionados à compensação, operários apresentaram escore médio mais alto, com 4,94. Provavelmente porque o setor da construção civil, para o nível mais operacional, tem pago os melhores salários proporcionalmente ao nível de escolaridade e também devido à falta de profissionais capacitados no mercado atual. Perguntados sobre o motivo de ingressarem no setor na construção civil, 21,3% (n=16) dos operários responderam que é devido ao salário melhor. Arquitetos apresentaram escore médio muito baixo, com 3,98, considerado insatisfatório, provavelmente porque muitos são recém-formados, com pouco tempo de trabalho no setor, e vários estão cursando pós-graduação *stricto sensu*, utilizando seu tempo para trabalhar e estudar. O desvio-padrão para arquitetos é bem alto (DP=2,15), mostrando que existem respostas bem dispersas, com arquitetos insatisfeitos, satisfeitos e muito satisfeitos com a compensação.

A Satisfação com o Ambiente Social diz respeito aos relacionamentos no ambiente de trabalho e é considerada por Herzberg (1968) como fator higiênico, capaz de evitar o sofrimento. Esta foi a variável que obteve escore médio geral mais alto, com 5,84 (DP=1,10), próximo de muito satisfatório. Operários apresentaram escore médio mais alto, com 6,05, e mostra que existe muita satisfação e grande interação entre estes profissionais. Arquitetos apresentaram escore médio mais baixo, com média 5,35, provavelmente porque arquitetos trabalham grande parte do tempo em projetos, normalmente mais isolados, em salas com poucas pessoas e menor convívio social no trabalho. Nota-se que 33,3% (n=25) dos operários que participaram da amostra estão morando em alojamento durante a obra, o que pode ajudar na Satisfação com o Ambiente Social, que está relacionada às habilidades sociais e ao apoio social que são considerados por Carneiro et al. (2007) fundamentais para uma boa qualidade de vida. Neste sentido, atualmente, vários estudos têm investigado os tipos de relacionamentos benéficos à saúde, e muitos concluem que o suporte social é benéfico, tanto à saúde física como à mental, com estreita relação com o bem-estar (RESENDE; GOUVEIA, 2011).

A Satisfação com a Supervisão é um fator extrínseco ao indivíduo, está relacionada à organização do trabalho e é considerada por Herzberg (1968) como um fator higiênico que, sendo positivo, traz a não insatisfação ao trabalhador. Nota-se que esta variável não obteve escore médio geral alto, com 5,09 (DP=1,15). Arquitetos apresentaram escore médio mais baixo, com 4,85, provavelmente porque 86,95% (n=20) são autônomos e não estão subordinados hierarquicamente.

A Necessidade Individual de Crescimento avalia o grau de necessidade que o trabalhador possui de desenvolver e ter ações e ideias, trabalho estimulante e desafiador, oportunidade de ser criativo, sensação de realização e oportunidade de aprender coisas novas (SANT'ANNA; KILIMNIK; MORAES, 2011).

Tabela 4 – Necessidade Individual de Crescimento

Variável	Arquitetos		Engenheiros		Operários	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Necessidade Individual de Crescimento	8,31	2,92	8,75	3,11	8,69	3,89

Fonte: Autores – dados da pesquisa

Esta variável obteve escore médio geral elevado, com 8,61 (DP=3,69), próximo de muito elevado. Ob-

serva-se na Tabela 4 que engenheiros apresentaram escore médio mais elevado, com 8,75, seguido pelos operários com 8,69, e arquitetos com 8,31. No entanto, observa-se que o desvio-padrão é muito alto, para todas as profissões avaliadas. Isso mostra que alguns a avaliaram mais positivamente e outros mais negativamente, pois o desvio-padrão mostra como os dados se dispersam em relação à média, e quanto maior o desvio-padrão, mais os dados estão dispersos (SMAILES; MCGRANE, 2002).

Estes dados mostram que, de modo geral, os trabalhadores do setor da construção civil pesquisados possuem grande potencial motivacional. O resultado mais negativo para os arquitetos se justifica, pois muitos estão cursando pós-graduação, por isso não sentem esta necessidade latente. Quando o trabalhador possui elevada necessidade de crescimento é muito provável que responda positivamente ao enriquecimento da tarefa, ou seja, a tarefas que ofereçam mais significância, responsabilidade e conhecimento dos resultados. O trabalho enriquecido é vantajoso para trabalhadores que possuem as habilidades necessárias e promove fortes necessidades pessoais de crescimento e aprendizagem. Trabalhadores que trabalham desta forma tendem a estar satisfeitos com o salário, com os colegas de trabalho e com os supervisores (HACKMAN; OL-DHAM, 2010).

5 CONCLUSÕES

Os trabalhadores do setor da construção civil foram receptivos e manifestaram desejo de participar da pesquisa, provavelmente por perceberem a possibilidade de melhoria das condições de trabalho no setor. Alguns trabalhadores tiveram receio de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, e por isso não responderam o questionário.

Quanto às Dimensões Básicas da Tarefa, as variáveis Identidade com a Tarefa e Autonomia obtiveram escores médios mais baixos, necessitando identificar os problemas e corrigi-los. A Autonomia permite ao trabalhador uma maior Identidade com a Tarefa, pois quanto o trabalhador possui liberdade, independência e poder de decisão sobre o planejamento e execução da tarefa, a identidade surge como consequência. A variável Significado da Tarefa obteve escore médio mais alto, mostrando que os trabalhadores percebem muito bem a importância que a tarefa tem na vida e/ou no trabalho de outras pessoas no ambiente interno e externo.

Dos Estados Psicológicos Críticos, o Conhecimento dos Reais Resultados do Trabalho obteve escore médio geral mais baixo e requer maiores estudos, pois quanto mais o trabalhador percebe que o trabalho está sendo bem executado, mais estimulado fica para executá-lo melhor. A Percepção da Responsabilidade pelos Resultados e a Percepção da Significância do Trabalho obtiveram escores médios gerais mais altos. Isso mostra que os trabalhadores do setor sabem o quanto seu trabalho é importante, valioso e significativo, da responsabilidade que têm pelos resultados, mas, enquanto estão executando o trabalho, sentem necessidade de perceber melhor seus reais resultados.

Os Resultados Pessoais e de Trabalho são os principais indicadores de QVT no modelo *JDS*. Neste aspecto, a Satisfação com a Segurança no Trabalho obteve escore médio geral mais baixo, apontando que os trabalhadores possuem menor satisfação com fatores como garantia de emprego, jornada de trabalho, ambiente físico, riscos do trabalho e segurança. A Satisfação com a Compensação, seguida pela Satisfação com a Supervisão, também obtiveram escores médios gerais mais baixos. Estas três variáveis são Satisfações Específicas (contextuais), ligadas a fatores extrínsecos e, portanto, higiênicos que mesmo sendo atendidos não geraram motivação para o trabalho. A Satisfação com o Ambiente Social obteve escore médio geral mais elevado, e mostra que existe uma boa interação entre os profissionais do setor.

A Satisfação com a Supervisão está relacionada ao *Feedback* Extrínseco e ao Conhecimento dos Reais

Resultados do Trabalho. Nota-se que estas três variáveis estão inter-relacionadas e obtiveram escores médios gerais mais baixos, mostrando menor satisfação com a supervisão no setor da construção civil.

A Necessidade Individual de Crescimento obteve escore médio geral alto, o que representa potencial motivacional. Quando a necessidade de crescimento é elevada, é provável que o trabalhador responda positivamente ao enriquecimento da tarefa, ou seja, a tarefas que ofereçam mais significância, responsabilidade e conhecimento dos resultados.

De modo geral, todas as variáveis de QVT apresentaram avaliações médias positivas, porém, para alguns profissionais a avaliação foi mais negativa. Os resultados mais negativos devem ser verificados e, para isso torna-se necessário um melhor gerenciamento dos fatores que interferem na QVT, de forma a garantir a satisfação de todos os trabalhadores e, conseqüentemente, o melhor desempenho dos mesmos. Esses fatores são: compensação justa e adequada, condições de trabalho seguras e saudáveis, oportunidade para usar e desenvolver as capacidades humanas, oportunidade para o crescimento contínuo e a garantia de emprego, integração social na organização, constitucionalismo na organização, trabalho e espaço total na vida do trabalhador e relevância social do trabalho.

Recomenda-se que a pesquisa seja ampliada, com amostra maior e com análises bidimensionais de dados sociodemográficos com variáveis de QVT, para proporcionar a identificação pontual das avaliações mais negativas e assim auxiliar gestores a implementar medidas para a melhoria da satisfação dos trabalhadores com relação ao trabalho.

REFERÊNCIAS

- BERG, J. M.; WRZESNIEWSKI, A.; DUTTON, J. E. Perceiving and responding to challenges in job crafting at different ranks: When proactivity requires adaptivity. **Journal of Organizational Behavior**, v. 31, n. 2-3, p. 158-186, 2010. DOI: 10.1002/job.645
- CAMARINI, G; CHAMON, E. M. Q. O. Qualidade de vida no trabalho: estado da arte na construção civil. In: CHAMON, E. M. Q. O. (org.). **Qualidade de Vida no Trabalho**. Rio de Janeiro-RJ: Brasport, 2011, p. 01-25.
- CARNEIRO, R. S.; FALCONE, E.; CLARK, C.; DEL PRETTE, Z.; DEL PRETTE, A. Qualidade de vida, apoio social e depressão em idosos: relação com habilidades sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 2, p. 229-237, 2007.
- FERNANDES, E. C.; BECKER, J. L. Qualidade de vida no trabalho: a realidade dos CPD's. In: XII ENCONTRO DA ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte-MG. **Anais ...** Belo Horizonte: 1988. CD-ROM.
- CLEGG, C.; SPENCER, C. A circular and dynamic model of the process of job design. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 80, p. 321-339, 2007.
- GRAMKOW, A. Inovações tecnológicas e qualidade de vida no trabalho: estudo de casos na construção de edificações. In: 19º ENEGEP- Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: 1999. CD ROM.
- GILGEOUS, V. Manufacturing managers: their quality of working life, **Integrated Manufacturing Systems**, v. 9, n. 3, p. 173-181, 1998.
- HACKMAN, J. R.; LAWLER, E. E. Employer reactions to job characteristics. **Journal of Applied Psychology Monograph**, v. 55, n. 3, p. 259-286, jun, 1971.

- HACKMAN, J. R.; OLDHAM, G. R. Not what it was and not what it will be: The future of job design research. **Journal of Organizational Behavior**, v. 31, p. 463-479, 2010. DOI: 10.1002/job.678
- HACKMAN, J. R.; OLDHAM, G. R. Development of the job diagnostic survey. **Journal of Applied Psychology**, v. 60, n. 2, p. 159-70, 1975.
- HERZBERG, F. One more time: how do you motivate employees? **Harvard Business Review**, Boston: v. 46, n. 1, p. 53-62, jan/fev, 1968.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**, Rio de Janeiro, v. 21, p.1-98, 2011, ISSN 0104-3412, IBGE, 2013.
- KHENI, N. A.; DAINY, A. R. J.; GIBB, A. Health and safety management in developing countries: a study of construction SMEs in Ghana. **Construction Management and Economics**, v. 26, p. 1159-1169, novembro 2008.
- LEITE JÚNIOR, J. A. P.; PICCHI, F. A.; CAMARINI, G.; CHAMON, E. M. Q. O. Aplicabilidade de Instrumento para Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho em um Canteiro de Obra. In: XIV ENTAC – ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 14., 2012. Juiz de Fora-MG. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF, ANTAC, 2012. p. 376-384. CD ROM.
- PARKER, S. K.; TURNER, N. Work design and individual work performance: Research findings and an agenda for future inquiry. In: SONNENTAG, S. (ed.). **The psychological management of individual performance: A handbook in the psychology of management in organizations**. Chichester, UK: Wiley, 2002, p. 69–93.
- PARKER, S. K.; WALL, T. D. Work design: Learning from the past and mapping a new terrain. In: ANDERSON, N.; ONES, D. S. ; SINANGIL, H. K.; WISVESVARAN, C. (eds.). **Handbook of industrial, work and organizational psychology**. London: Sage, 2001, v. 1, p. 90–109.
- PARKER, S. K.; WALL, T. D.; CORDERY, J. L. Future work design research and practice: Towards an elaborated model of work design. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 74, p. 413–440, 2001.
- RESENDE, M. C.; GOUVEIA, V. W. Qualidade de vida em adultos com deficiência física. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 1, p. 99-106, 2011.
- PICCHI, F. A. Oportunidades da aplicação do *Lean Thinking* na construção. **Ambiente Construído**, v. 3, n. 1, p. 7-23, jan./mar. 2003.
- RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SAMPAIO, J. R. Qualidade de vida no trabalho: perspectivas e desafios atuais. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 121-136, jan-abr, 2012.
- SANT’ANNA, A. S.; KILIMNIK, Z. M.; MORAES, L. F. R. Antecedentes, origens e evolução do movimento em torno da qualidade de vida no trabalho. In: SANT’ANNA, A. S.; KILIMNIK, Z. M. (Orgs.). **Qualidade de vida no trabalho: abordagens e fundamentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 3-30.
- SILVA, J.; SALDANHA, A. A. W.; AZEVEDO, R. L. W. Variáveis de impacto na Qualidade de vida de pessoas acima dos 50 anos HIH+. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 1, p. 56-63, 2010.
- SMAILES, J.; MCGRANE, A. **Estatística aplicada à administração com Excel**. São Paulo: Atlas, 2002.
- TOLFO, S. R., PICCININI, V. C. As melhores empresas para trabalhar no Brasil e a qualidade de vida no trabalho: disjunções entre a teoria e a prática. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 5, n. 1, p. 165-193, jan./abr. 2001. In: XXII Encontro Anual da ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Foz do Iguaçu-PR. **Anais...** Foz do Iguaçu: 1998. CD ROM.

TURNER, A. N.; LAWRENCE, P. R. **Industrial jobs and the worker**. Boston: Harvard Graduate School of Business Administration (1965).

WALL, T. D.; CORDERY, J. L.; CLEGG, C. W. Empowerment, performance and operational uncertainty: A theoretical integration. **Applied Psychology: An International Review**, v. 51, n. 1, p. 146–169, 2002.

WALTON, R. E. Quality of working life: what is it? **Sloan Management Review**, v. 15, n. 1, p. 11-21, Outono, 1973.

Identidade Profissional e o Estigma Social do Professor Readaptado

Gisele Nepomuceno Ferreira¹, Rachel Duarte Abdala²

¹ UNIFESP

² UNITAU - rachel.abdala@gmail.com

Recebido em 10 de Agosto de 2017; Aceito em 17 de Agosto de 2017.

Resumo

Este artigo é um recorte elaborado a partir dos resultados dissertação de Mestrado intitulada: Professores readaptados de um município do litoral norte de SP: Mudanças e contradições. O método empregado para realização da pesquisa foi uma pesquisa básica de caráter exploratório, descritivo de abordagem qualitativa, realizada na rede municipal de ensino de um município do litoral norte paulista. A população deste estudo se compôs por adesão de 12 professores readaptados permanentemente. A coleta de dados foi realizada no mês de maio de 2016 por meio da técnica de questionário estruturado. Foram utilizados como referencial os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Ensino. Os resultados demonstraram que, apesar da readaptação ser uma estratégia para mitigar os problemas que causam sofrimento ao professor, esta estratégia não vem alcançando objetivos, uma vez que os professores ao serem readaptados sentem-se tolhidos de sua identidade profissional e excluídos do meio social a qual se prepararam ideológica e profissionalmente para viver por toda sua trajetória profissional. O estudo aponta que são necessárias intervenções e novas políticas públicas para reintegração e acompanhamento psicológico e emocional permanente aos professores que estão readaptados ou em fase de readaptação.

Palavras-chave: readaptação profissional. identidade. mal-estar. estigma social.

Abstract

This article is a cut from the dissertation Master's thesis titled: Readapted teachers from a municipality on the north coast of SP: Changes and contradictions. The method used to carry out the research was a basic exploratory research, descriptive of a qualitative approach, carried out in the municipal teaching network of a municipality on the north coast of São Paulo. The population of this study was composed by the adhesion of 12 permanently readapted teachers. Data collection was carried out in May 2016 through a structured questionnaire technique. The official documents of the Municipal Teaching Secretariat were used as reference. The results showed that, although the readaptation is a strategy to mitigate the problems that cause the teacher to suffer, this strategy does not reach objectives, once the teachers, when being readapted, feel themselves to be blocked from their professional identity and excluded from the social environment. Which ideologically and professionally prepared to live throughout their professional career. The study points out that interventions and new public policies are necessary for reintegration and permanent psychological and emotional accompaniment to teachers who are readapted or in the process of readaptation.

Keywords: professional readaptation. identity. malaise. social stigma.

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem sofrido profundas mudanças com o processo de globalização e a nova ordem estabelecida nas relações entre capital e trabalho. O professor vem sendo sistematicamente culpabilizado pela falência do sistema educacional e cobrado por responsabilidades que não fazem parte de suas atribuições funcionais. Nota-se, então, que o serviço público, e nele o trabalho docente, não ficaram incólumes às transformações ocorridas no mundo do trabalho, pois a precarização das condições de trabalho e de saúde afetaram social e psiquicamente esses trabalhadores.

Diante desta situação, encontra-se uma nova classe de professores denominados de readaptados, e que, muitas vezes, se veem em um processo de desarranjo daquilo que antes almejavam como sendo os planos e metas de vida. Por classificação funcional legal professor readaptado é aquele que, por motivos sérios de saúde, torna-se incapaz de exercer as funções para as quais foi concursado, passando a desempenhar outras atividades (readaptadas) como por exemplo, na biblioteca, na sala de leitura, ou como inspetor, coordenador, secretário etc., segundo recomendação médica.

A readaptação do professor é o afastamento deste profissional da sua função de magistério por motivo de adoecimento, seja qual for, e sua recolocação em outra função profissional. A readaptação é concebida como um processo que, normalmente, inicia-se com o afastamento por meio de licença médica, concedida por um perito ou equipe multiprofissional de peritos (médicos, psicólogos e assistentes sociais).

A readaptação, como direito jurídico, não é um item específico da Constituição Federal Brasileira, mas recebe sua aplicação com base nos direitos do segurado previdenciário, previstos no parágrafo 21, do artigo 40, da Carta Magna de 1988.

A readaptação foi estabelecida em 12 de julho de 1960 pela União Federal¹, que efetivou, entre outras medidas, normas para o servidor em situação de desvio de função.

É sabido que ficar doente é uma das possibilidades da vida. Entretanto, as condições de vida e de trabalho podem contribuir para esse processo. Encontram-se entre os fatores que desencadeiam a doença, a sensação de medo, as jornadas estafantes, a situação econômica, a falta de estruturas físicas dos locais de exercício da função, os deslocamentos de uma escola para outra, dentre vários outros. Diante dessa situação-problema, objetiva-se estudá-la e, para tanto, é relevante conhecer de perto a realidade desses sujeitos, investigar os sentidos que permeiam suas histórias e sua nova identidade como professores readaptados.

Com o processo de readaptação instaurado, novos comportamentos e sintomatologias vão sendo reconhecidos por parte dos professores e não raro, acabam por desencantar da sua identidade profissional, que é reconhecidamente um dos elementos no processo da consolidação da qualidade da educação. Pensar na reconstrução desta classe profissional torna-se ainda mais complexo devido ao impasse em torno da questão de “ser profissional” ou “fazer o que ama”. Logo, é relevante compreender essa problemática do ponto de vista dos professores, aqui em especial daqueles que adoecem e se readaptam a uma nova função, pois somente assim teremos subsídios para compreender as possíveis falhas no sistema educacional de ensino.

Este artigo é um recorte elaborado a partir dos resultados dissertação de Mestrado intitulada: Professores readaptados de um município do litoral norte de SP: Mudanças e contradições. O método empregado para realização da pesquisa do ponto de vista dos objetivos foi uma pesquisa básica de caráter exploratório, descritivo de abordagem qualitativa, realizada na rede municipal de ensino de um município do litoral norte paulista. A população deste estudo se compôs por adesão de 12 professores readaptados permanentemente. A coleta de dados foi realizada no mês de maio de 2016 por meio da técnica de questionário estruturado. Foram utilizados como referencial os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Ensino.

1

Ver: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/1950-1969/L3780.htm

READAPTAÇÃO PROFISSIONAL, SAÚDE E ESTIGMA SOCIAL

A perspectiva do campo da saúde do trabalhador amplia o ponto de vista acadêmico, político e institucional da Saúde Coletiva, através da demarcação do processo saúde e doença dos diversos grupos humanos, em sua relação com o trabalho, contrapondo-se à base conceitual das concepções hegemônicas sobre a relação trabalho-saúde (da medicina do trabalho e da saúde ocupacional). Essa perspectiva transcende o marco do direito previdenciário-trabalhista e coloca em destaque o lado humano do trabalho (MINAYO; GOMEZ, 2011). Nessa linhagem, servem de fundamento filosófico as análises substantivas de Marx sobre o trabalho, colocando em destaque seu núcleo fundamental acerca da produção da vida material: o trabalho não deriva somente da necessidade de satisfação biológica para a reprodução da vida, mas, sobretudo, de uma satisfação social, de realização humana que possibilita a produção de valores e de ideias (MARX, 1974). Por esse ângulo teórico, interpreta-se que é no modo de produção capitalista que o trabalho deixa de ser liberdade de realização de si mesmo, passando a ser estranho e alienado (MARX, 1974). De acordo com Dejours (2004), pode-se perceber a centralidade do trabalho, na construção da identidade humana e na sua saúde, como fonte de sofrimento e prazer. O trabalho pode ser um gerador de saúde ou, ao contrário, um constrangimento patogênico. O trabalho jamais é neutro. Ou joga a favor da saúde ou, pelo contrário, contribui para sua desestabilização e empurra o sujeito para a descompensação (DEJOURS, 2004, p. 138).

Nessa descompensação o processo de readaptação tem se tornado uma alternativa crítica para os professores que se veem-se tolhidos de sua identidade profissional e que não conseguem permanecer ou se adaptar as mudanças do contexto sócio-educacional nesta era de novas políticas de educação. A educação que até meados da década de 90 era pautada em qualidade, ou ensino de elite, e que atualmente assume o papel de ensino voltada das massas, requer muito preparo emocional e profissional, além de subordinação e resiliência² dos docentes, entretanto, este treinamento preparatório não vem a contento. A política de educação vem transformando a educação de qualidade nas instituições de ensino por uma educação de quantidade, não importando qual o custo humano envolvido. Os professores estão sendo afastados, readaptados, e mesmo aposentados, por não serem bem aproveitados ou por não conseguirem se adaptar às más condições de trabalho. (NÓVOA, 1995).

A partir destes conceitos, é possível extrair alguns resultados da pesquisa a despeito da percepção na condição de readaptado os seguintes resultados foram expressos:

- P1: Marginalizada sem o devido valor. Para a secretaria de educação, embora eu trabalhe muito não sou percebida como professora da educação
- P2: Desvalorizada em vários sentidos, não me sinto mais professora
- P3: Um lixo
- P4: Perdi minha identidade, tenho a sensação de inutilidade e sou vítima de preconceito
- P7: Constrangida
- P10: Um peso morto para a comunidade educativa
- P11: Incapacitada
- P12: Sofrida, desmotivada, discriminada e PUNIDA

Nesse ponto, cabe um espaço para a reflexão acerca do estigma, pois, ao analisar as respostas dos questionários dos professores em questão a respeito de como percebem após o processo de readaptação a readaptação, encontramos algumas falas como: “Marginalizada – P01”, “incapacitada – P11”, “Um peso

² Resiliência (psicologia) A resiliência é a capacidade de o indivíduo lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas - choque, estresse etc. - sem entrar em surto psicológico, dando condições para enfrentar e superar adversidades.

morto – P10”, “Um lixo – P03”, “Constrangida – P07”, “discriminada – P12”, “Perdi minha identidade – P04”, “Punida”, etc.

Goffman (1963, 2004) ao analisar a questão do estigma, coloca que os ambientes sociais criam categorias que nos aproximam nas relações sociais e nos permitem uma relação sem atenção ou reflexão particular. “Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” (p. 05). Neste sentido, conferimos um atributo a esse estranho, que o torna diferente, e mesmo menos desejável, e esse atributo é o que Goffman chama de estigma.

Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1963, 2004, p 06).

Os sentidos atribuídos pelos professores que responderam ao questionário à readaptação expressam um estigma, na medida em que representam esses sujeitos readaptados como diferentes, desacreditados e com fraquezas que destoam dos atributos do grupo social dos professores. Eles deixam de fazer parte dessa coletividade por não possuírem mais a capacidade de exercer o magistério e estarem excluídas de sua função original e função principal do grupo social dos professores.

A depreciação é marcante no estigma e, quando os professores dizem que se sentem mal ou que não estão servindo, ou ainda que exista a sensação de inutilidade, há a depreciação do “eu” no contexto do social.

Porém, ao apresentar dúvidas com relação à sua situação de readaptado, ao dizer que esse pode ser um espaço de produção e de exercer suas potencialidades, mesmo que em diferentes funções, os professores readaptados se encaixam na categoria que Goffman (1963, p. 09) descreve como sendo aquele que é estigmatizado, mas que consegue viver efetivamente com o que lhe foi exigido e permanece, relativamente, protegido por crenças de identidade própria: “Ele carrega um estigma, mas não parece impressionado ou arrependido por fazê-lo.” Goffman considera que o mais importante seja perguntar como o estigmatizado lida com tal situação. Escreve que há uma predisposição à “vitimização” e à angústia extrema que os levam a circunstâncias extremas.

A reflexão que se faz é que não se pode deixar de citar a importância dos aspectos constitutivos da personalidade e a sua relação com as condições sociais, históricas e culturais, aspectos que vão definir o modo como cada sujeito vai responder à estigmatização.

Uma pessoa pode usar seu estigma para “ganhos secundários”, outra pode usar no sentido de que seu sofrimento foi uma “benção” ou um aprendizado, ou pode se isolar, tornando-se desconfiada, deprimida e hostil. Como o sujeito vai internalizar, ou dar o sentido subjetivo a sua vivência, é o que vai definir suas ações e atitudes.

As respostas dos questionários demonstram que os professores se sentem inseguros em como seu grupo social as identificam. Todos os atributos descritos por eles levam à descrença em seu potencial, à exclusão, ao isolamento, à falta de reconhecimento, à identificação de pessoas doentes e que deixaram de servir de forma produtiva, à relação e à função educacional.

Há, então, a perda do sentido de ser professor(a), a perda da identidade, pois o lugar que ocupavam na instituição escolar, lugar nos processos de ensino e aprendizagem, já não lhes cabe. Os professores são afastados do magistério, da regência, das relações pedagógicas e ficam as perguntas: “Qual a minha função,

agora que não sou mais professora?”, “Qual minha identidade, agora que não mais me identifico com minhas características de docente? São questões que levantamos após analisar as entrevistas e entender que são esses sentidos expressos pelas participantes: excluídas da profissão, excluídas da sala de aula, excluídas da saúde, excluídas das relações, enfim excluídas do “ser professor”.

Mas o que entendemos por esse esvaziamento do “ser professor”? Souza (2006) escreveu um artigo em que questiona a formação dos professores com a pergunta: Esvaziamento de uma prática ou uma prática esvaziada? Os professores readaptados acreditam que suas práticas perderam o sentido e o significado, portanto estão esvaziadas. Esses sentidos se referem a como concebem, subjetivamente, a sua prática profissional agora que não são mais professoras no cotidiano escolar e que não pertencem mais às relações de ensino e aprendizagem, estando readaptado em outras funções.

RELAÇÕES DE TRABALHO E MAL-ESTAR DOCENTE.

Os professores aqui manifestam seu descontentamento e a forma como se sentem em relação ao seu momento profissional.

P1: Triste pois trabalho e não tenho direitos financeiros como os demais colegas que estão na ativa, especialmente aqueles que estão fora da sala de aula ocupando cargos de confiança.

P2: Triste, desamparada, principalmente com a forma como somos tratados. Há muitas perdas.

P3: Me sinto uma inútil. Quando precisam de mim vem cheios de mimos, quando não, fico 25h/semana largada na sala dos professores.

P4: Sinto que tenho uma função definida, porém me sinto às vezes perdida em relação a minha vida profissional.

P6: Desilusão total.

P7: Péssimo. Sinto-me esgotado e frustrado.

P8: Mal compreendida e sem compaixão pelo meu estado de readaptada e doente. Ignoram o que eu sinto e o que eu posso fazer.

P10: Triste. Investi tanto...cursos caros... livros, entender o OBMEP o ENEM e me qualificar em outras áreas hoje tudo o que sei, tudo o que vivenciei está parado e desvalorizado.

P11: Sem perspectiva alguma.

P12: Tristeza, impotência, desvalorização, vergonha, e nenhum empenho por parte da SME em auxiliar e atender os pedidos e solicitações que sugeri para meu retorno.

A partir da consideração das transformações históricas do mundo do trabalho, um fato importante que se traz à tona, é de que as mudanças na organização do trabalho impactam na capacidade de adequação docente diante destas novas configurações. Essa situação remete a profundas reflexões sobre a constituição do trabalho dos professores e as implicações no que se refere à formação de sua identidade profissional.

É evidente que em que determinadas escolas as condições do ambiente de trabalho e das práticas educativas vigentes (sobrecarga de trabalho, condições do ambiente físico e relacional) não favorecem a promoção da saúde. No entanto, conforme esclarece Bastos et al (2010, p.77) os professores readaptados são “forçados a estar em um novo local de trabalho que, não raro lhes é tão estranho quanto amorfo”. É possível confirmar isso, por meio da resposta do P4 ao dizer:

P4: Sinto que tenho uma função definida, porém me sinto às vezes perdida em

relação a minha vida profissional.

Em paralelo a isso, vem a esperança de um novo recomeço em uma nova condição de trabalho, contudo, sem perspectivas de retorno a sua regência, vez que é de responsabilidade do professor se reconstruir e se curar, sobrevém a angustia frente a limitação da situação, uma vez que já doentes, em muitos casos não desejam enfrentar a realidade que lhes causa dor e sem o apoio dos órgãos competentes (Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal da Saúde), se sentem “*incapazes*” para buscar auxílio por si, atribuindo a autculpa a relação de desvalorização, conforme se percebe na resposta dada pela P2 e P8:

P2: Triste, desamparada, principalmente com a forma como somos tratados. Há muitas perdas.

P8: Mal compreendida e sem compaixão pelo meu estado de readaptada e doente. Ignoram o que eu sinto e o que eu posso fazer.

Ainda, é possível observar a relação de punição atribuída os professores além da desmotivação e discriminação por estarem readaptados – (P12)

P12: Tristeza, impotência, desvalorização, vergonha, e nenhum empenho por parte da SME em auxiliar e atender os pedidos e solicitações que sugeri para meu retorno

Bastos et al (2010) também encontrou em suas investigações essa dualidade e contradição dos sentidos atribuídos à situação de readaptação na biblioteca: primeiro como sentido de um espaço de início de uma fase nova na vida escolar e, em oposição, o lugar de calvário e sofrimento, onde a readaptação é penosa e não se tem prazer ou realização pessoal.

A situação atual dos professores, denota que as mudanças sociais vem transformando profundamente o seu trabalho, a sua imagem social e o valor indenitário que atribui a sua própria educação.

Os resultados apresentados trazem um olhar ao mal-estar docente que a profissão de professor vem sofrendo em razão de inúmeras mudanças e contradições no contexto educacional, o que de fato tem contribuído com o esgotamento e esvaziamento emocional destes professores, e como consequência o afastamento e readaptação.

Nóvoa (1995, p. 95) afirma que:

A crise da profissão docente arrasta-se há longos anos e não vislumbram perspectivas de superação em curto prazo. As consequências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos: elevados índices de absenteísmo e abandono, desmotivação pessoal, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e indisposição constante, recursos de desculpabilização e ausência de reflexão crítica sobre a ação profissional, etc.

Os estudos sobre as condições nas quais se exerce a docência têm exigido um enfoque interdisciplinar e podem ser analisados sob diferentes perspectivas, tais como: sobre o stress dos professores, o aumento da ansiedade e problemas relacionados às condições de trabalho no interior da escola e fora dela. Nos últimos anos, podem ser verificados e analisados o surgimento de mudanças sobre as expectativas sociais projetadas sobre os professores e as variações introduzidas no ambiente profissional destes. As reformas educacionais

vêm surgindo num momento de desencanto com a profissão, sendo percebidas com descrença:

A sociedade parece que deixou de acreditar na educação como promessa de um futuro melhor; os professores enfrentam a sua profissão com muita atitude de desilusão e de renúncia, que se foi desenvolvendo em paralelo com a degradação da sua imagem social. (NOVOA, 1995 p. 95)

Estas variantes mudanças reagem de forma significativa na idealização e identidade profissional destes professores, que outrora tinham em mente que sua função era apenas de transmitir o saber, (Saber ← → Aluno) no triângulo pedagógico descrito por Jean Houssaye *apud* Nóvoa et al (1995 p. 08). A passagem de um sistema de ensino de elite, baseado em construção do saber, para um sistema de ensino de massas, implica sobremaneira em novos problemas qualitativos que exigem uma readequação dos professores. Neste paradoxo, surgem os desencantos que atingem muitos professores que não conseguiram redefinir seu papel perante essa nova situação do sistema educacional.

Alvin Toffler (1972) *apud* (NOVOA, 1995, p. 96) “define o choque do futuro” como efeito da mudança social acelerada, cuja principal consequência é o desajustamento do indivíduo, quando perde as referências culturais conhecidas.

Este mesmo sentimento de desencanto afeta muitos professores, O sentimento de isolamento está na origem da insegurança, descrença e das recusas dos professores em relação as novas políticas de reforma educativa.

Nóvoa (1995, p. 97) descreve a situação dos professores como um mal estar constante, comparado a um grupo de atores que recebem um papel para encenar, com traje a rigor de uma determinada época e que quando as cortinas se abrem para a plateia há um novo pano de fundo, um novo cenário pós-moderno³, não condizente com seus figurinos antiquados. A primeira sensação dos atores é de surpresa, depois tensão e desconcerto, com um forte sentimento de agressividade, desejando saírem do palco a fim de procurar os responsáveis por toda aquela desordem, ou pelo menos uma explicação. Nesta situação, qual seria a melhor reação: Continuar a encenação em meio a um cenário totalmente avesso ao que se tinha em mente? Ou parar o espetáculo e abandonar o trabalho? Nesse drama, o problema reside no contexto em que, independentemente de quem provocou a mudança, são os atores que enfrentam a situação vexatória e determinam a saída menos traumática daquela situação. As reações perante esta circunstância, seriam muito variadas, mas em qualquer caso a palavra mal estar resume os sentimento destes atores diante de uma série de circunstâncias imprevistas que os obrigam a fazer papel de ridículo diante da plateia.

Da mesma forma, tal qual os atores descritos na situação acima, os professores atualmente enfrentam diversas mudanças que os obrigam a fazer mal o seu trabalho, tendo que suportar críticas generalizada, que, sem analisar a fontes das circunstâncias, os consideram como responsáveis imediatos pela falha do sistema de ensino.

É possível confirmar isso quando observamos a respostas dos professores ao questionamento de como se sentem em relação a sua profissão de professor:

P1: Muito triste nesta condição, pois não consigo atuar na profissão que sempre sonhei.

³ A pós-modernidade é um conceito da [sociologia](#) histórica que designa a condição [sócio-cultural](#) e [estética](#) dominante no [capitalismo](#) após a [queda do Muro de Berlim](#) (1989), o [colapso da União Soviética](#) e a crise das [ideologias](#) nas sociedades ocidentais no final do século XX, com a dissolução da referência à [razão](#) como uma garantia de possibilidade de compreensão do mundo através de esquemas totalizantes. O uso do termo se tornou corrente embora haja controvérsias quanto ao seu significado e a sua pertinência. (BAUMANN, 1998)

- P2: Perdi Totalmente minha identidade. Me sinto injustiçada, triste, discriminada [...]
P4: Desvalorizada
P7: Desejo mudar de profissão
P8: Desvalorizada e falta de respeito a toda minha carreira de professora.
P9: [...] não sirvo mais para professora
P11: Sem condições de exercer minha profissão com excelência e qualidade.
P12: Atualmente discriminada, desvalorizada desmotivada e impotente.

As queixas expressas pelos professores que responderam ao questionário em relação a como se percebem em suas relações de trabalho após a readaptação podem ser confirmadas na pesquisa de Antunes (2014):

[...] esta pesquisa encontrou fortes indícios de que esse fenômeno de readaptação seja provocado, principalmente, embora não exclusivamente, pelas condições de trabalho enfrentadas pelos professores, em consequência das mudanças sociais e das sucessivas reestruturações do trabalho no sistema capitalista. (ANTUNES, 2014, p. 156).

O mal-estar docente é expresso, portanto, nas condições de trabalho e, conforme explica Nóvoa (1995), esse o mal-estar resume um conjunto de reações dos professores como desajustada e devido às mudanças sociais aceleradas. Ainda Nóvoa (1995, p. 99) acrescenta em seu estudo que há 12 elementos de transformação social que impactam diretamente na forma de atuação do professor. São eles: 1. Aumento das exigências em relação ao professor; 2. Inibição educativa de outros agentes de socialização; 3. Desenvolvimento de fontes de informação Alternativa a escola; 4. Ruptura do consenso social sobre a educação; 5. Aumento das contradições no exercício da docência; 6. Mudança da expectativa em relação ao sistema educativo; 7. Modificação do apoio da sociedade ao sistema educativo; 8. Menor valorização social do professor; Mudança dos conteúdos escolares; 10. Escassez de recursos materiais e deficientes condições de trabalho; 11. Mudanças nas relações professor – aluno; 12. Fragmentação do trabalho do professor.

Trata-se de fenômenos sociais que influenciam a imagem e identidade que o professor tem de si próprio e do seu trabalho profissional, provocando a emergência de uma crise de identidade que pode levar a autodepreciação profissional.

Esses elementos de transformação podem ser encontrados em algumas respostas nos questionários com os professores readaptados.

O elemento número 01 diz respeito ao aumento das exigências em relação ao professor. Neste âmbito há um autêntico processo de aumento das exigências ao professor requerendo que o mesmo assuma um número cada vez maior de responsabilidades.

No atual cenário da educação brasileira o professor não pode afirmar que sua função se reduz apenas ao domínio cognitivo – Ensinar o saber. Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho de grupo e que para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual. Como resultado deste aumento de exigências em relação aos professores, produziu-se um aumento de confusão em relação às competências de que necessita para exercer a função que lhe atribui. Nas circunstâncias atuais um dos aspectos mais importantes das competências sociais do docente é a capacidade de enfrentar situ-

ações conflituosas.

Em relação a isso, temos a resposta do professor P10:

P10: Triste. Investi tanto...cursos caros... livros, entender o OBMEP o ENEM e me qualificar em outras áreas hoje tudo o que sei, tudo o que vivenciei está parado e desvalorizado.

É perceptível que este professor, foi se adaptando as novas exigências que o contexto educacional atual exige, porém em razão de um processo de adoecimento, houve um esvaziamento emocional que lhe causou “tristeza”, conforme respondido pelo próprio professor, não podendo este se valer dos recursos aos quais se preparou profissionalmente.

Diante deste discurso, temos o elemento número 08 que diz respeito a menor valorização social do professor.

Este elemento enfatiza as mudanças sociais que o professor contraditoriamente vem enfrentando. Sendo que tanto os professores de primário, quanto do ensino secundário (atualmente ensino fundamental I e II), com superior completo detinham um “status” social e cultural de elevado teor. A vocação e abnegação destes profissionais eram amplamente apreciadas. Contudo, atualmente o “status” social e estabelecido, primordialmente, a partir de critérios econômicos.

P1: Triste pois trabalho e não tenho direitos financeiros como os demais colegas que estão na ativa, especialmente aqueles que estão fora da sala de aula ocupando cargos de confiança.

A resposta deste professor ao ser questionado sobre como se sente em relação a sua valorização profissional, denota a veracidade e impacto emocional da desvalorização econômica e social do professor. Paralelo a isso, é possível perceber um descontentamento de ordem social a esta classe profissional, onde para muitos pais, o fato de alguém ser professor tem a ver com uma clara incapacidade de “ter um emprego melhor”. (NÓVOA, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as mudanças sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas, as crises e as sucessivas reestruturações do capitalismo que influenciaram o contexto educacional, bem como as condições de trabalho docente, nessa pesquisa, por meio de um panorama das atuais condições de trabalho e saúde dos professores, observou-se que os processos de flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho docente são alguns dos elementos que provocam o fenômeno da readaptação. Somam- a isso problemas vivenciados pelos docentes afastados como um excesso de entraves sociais, como por exemplo: a universalização do acesso à educação, baixos salários, violência e indisciplina nas unidades escolares, entre outros. Esses problemas tornam impraticável o exercício da função docente para muitos profissionais.

Diante do exposto, o processo que se inicia com o mal- -estar passando pelo adoecimento e culminando na situação de readaptado, impactam diretamente a identidade profissional destes docentes, levando ao desejo de deixar a profissão; Os mesmos são marcados por estigma, discriminação, sentimentos de autoculpabilização, desvalorização social, o que prejudica sua qualidade de vida e relações interpessoais na nova situação de trabalho em que são colocados.

O professor readaptado sente-se sobrecarregado, fragilizado, incompetente, de maneira consciente ou inconsciente, e afasta-se de suas funções por meio de licenças médicas e readaptação sob o estigma da doença psíquica ou física. Nesse sentido, afirmar a identidade professor readaptado pode contribuir para mudar este quadro de mal-estar e estigma social, a fim de buscar melhores condições de trabalho para essa categoria, bem como propor ações de base social e terapêutica a estes profissionais que estão embotados mentalmente devido ao colapso da educação. Tais proposições remetem à necessidade de considerar o mal-estar docente em suas mais amplas dimensões.

REFERENCIAS

- ANTUNES, S. M. P. S. N. Readaptação Docente: trajetória profissional e identidade. Mestrado em Educação. Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo – SP, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/5075> . Acesso em: 03 mar. 2017
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. Inquietações da vida contemporânea e suas formas atuais de organização: uma relação de imanência.
- DEJOURS, C. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Orgs.). Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 127-140.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 158p.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1974. p. 7-54
- MINAYO GOMEZ, C. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformação. In: MINAYO GÓMEZ, C. et al. (Orgs.). Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p.23-34.
- NÓVOA, A.; HAMELINE, D. Profissão Professor. NÓVOA, A. (Org.). Porto: Porto Editora, 1991.
- NÓVOA, Antônio (Coord.). Os professores e a sua formação. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- GOFFMAN, E. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1963. Digitalização 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Luciana/Downloads/ESTIGMA%20-%20Erving%20Goffman.pdf> . Acesso em: jun/17.
- SOUZA, K. R. et al. Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) na luta pela saúde no trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 1057-1068, 2003.
- SOUSA, I.F.; MENDONÇA, H. Burnout em professores universitários: impacto de percepções de justiça e comprometimento afetivo. *Psic. Teor. e Pesq.* Brasília, v.25, n.4,p 499-508, 2009.
- SOUZA, K.R.; BRITO, J.C . Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.379-388, 2012

Um Estudo Sobre as Ações de Gerenciamento dos Microempreendedores Individuais Frente aos Desafios da Formalização
A Study of the Individuals Micro-Entrepreneurs' Management Actions Facing the Challenges of Formalization
Celso Augusto dos Santos Gomes¹, Nilton dos Santos Portugal², Jeferson Vinhas Ferreira², Sabrina Soares da Silva³

¹ UNIS-MG - celso.gomes@unis.edu.br

² UNIS-MG

³ UFLA

Recebido em 21 de Julho de 2017; Aceito em 06 de Setembro de 2017.

Resumo

O presente trabalho descreve as ações e as formas de gerenciamento dos microempreendedores individuais em seus negócios e se justifica pela importância socioeconômica desta nova caracterização empresarial e pela projeção do crescimento de sua formalização, que retrata números e percentuais de relevante contribuição para o desenvolvimento do país. Com o objetivo de compreender os padrões de gerenciamento, o estudo se caracterizou como descritivo, de natureza quantitativa, optando-se pelo survey, com a aplicação de questionários estruturados em uma amostra de 391 empreendedores na microrregião de Varginha-MG. Pelos resultados foi possível evidenciar a existência de correlações positivas entre as variáveis escolaridade e as ações de gestão, as limitações nos padrões de gerenciamento destes empreendedores e, ainda, compreender suas prioridades, concentradas, principalmente, na satisfação momentânea do cliente e no controle financeiro do negócio.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual. Empreendedorismo. Gerenciamento.

Abstract

This paper describes the actions and forms of management of individual micro-entrepreneurs in their business and is justified by the socioeconomic importance of this new business characterization and the projection of the growth of its formalization, which depicts figures and percentage of significant contribution to the development of the country. Aiming to understand the management standards, the study was characterized as descriptive, quantitative, opting for the survey, with the application of structured questionnaires in a sample of 391 entrepreneurs in the micro Varginha-MG. The results was possible to demonstrate the existence of positive correlations between schooling and management actions, limitations on management patterns of these entrepreneurs and also understand their priorities, concentrated mainly in the customer's momentary satisfaction and financial control business.

Keywords: Individual Micro-entrepreneurs Entrepreneurship. Management.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico de um país decorre da sua capacidade em construir e administrar suas riquezas, criar e introduzir, em diferentes contextos, bens, serviços e tecnologia. Frente a essa realidade, o empreendedorismo se configura como mola propulsora para o desenvolvimento, contribuindo para o crescimento econômico, para uma melhor distribuição de renda e para a diminuição da pobreza de uma nação.

A compreensão do fenômeno empreendedorismo e de seus atores, suas características, percepções e ações, pode contribuir para a promoção do desenvolvimento e apontar caminhos mais assertivos e apropriados para quem tende a ousar, enquanto empreendedor.

De acordo com dados da Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2003), o Brasil já ocupou o primeiro lugar no grupo de países mais empreendedores do mundo, porém, paralelo a tal performance, imperava o alto índice de mortalidade empresarial. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013), em 2002, de cada 100 empresas constituídas, 49 não passavam do segundo ano de existência. Em 2008, o número de empresas que não passavam do segundo ano de existência caiu de 49 para 27. Fatores como o controle da inflação, a redução das taxas de juros, a ampliação do crédito para pessoas físicas e o aumento do poder de compra das classes C, D e E foram determinantes para essa melhora. Somam-se a estes fatores a melhoria em aspectos qualitativos do empreendedor, tais como: aumento na quantidade de tempo de estudos, a formação técnica e superior e a experiência adquirida pela vivência em outras empresas.

Estimular o empreendedorismo é crer na capacidade do indivíduo em inovar, criar novos negócios, empregar pessoas e gerar riquezas. Assim, baseado na importância deste fenômeno para o desenvolvimento de um país, sociedade e organizações, a presente pesquisa tem como objetivo compreender os padrões de gerenciamento dos microempreendedores individuais frente às exigências e aos desafios da formalização e se caracteriza por um estudo das ações deste indivíduo, que se confunde com a pessoa jurídica, tendo, como procedimentos metodológicos, a adoção de um survey, e, como instrumento de coleta de dados, o questionário estruturado aplicado em uma amostra de empreendedores na microrregião Varginha-MG, utilizando-se das técnicas estatísticas descritiva e multivariada para as análises dos dados e a discussão dos resultados.

EMPREENDEDORISMO

Entrepreneurship palavra de origem francesa, também conhecida por empreendedorismo, que, segundo Dolabela (2008a), é um neologismo derivado da livre tradução que se utiliza para designar as características do indivíduo empreendedor, seu perfil, suas ações e suas percepções frente aos desafios e seu ambiente.

Nas conceituações do indivíduo empreendedor, duas correntes principais se destacam: a corrente dos economistas, precursora nas discussões sobre este ator; e a corrente comportamentalista. A primeira associa a figura do empreendedor à criação, alguém capaz de introduzir, em diferentes contextos, processos, tecnologia e soluções inovadoras. Para Schumpeter (1950), a função do empreendedor é reformar ou revolucionar os padrões de produção, explorando algo não antes experimentado para produzir um novo produto ou um produto já existente em um novo formato, proporcionando uma nova fonte de suprimento de materiais ou uma nova forma de comercialização de produtos.

A segunda corrente, dos comportamentalistas, de acordo com Acs et al. (2012), enfatiza os aspectos procedimentais e atitudinais do empreendedor, como a intuição e a criatividade. Filion (1999) afirma que o

empreendedor é uma pessoa criativa, capaz de estabelecer e atingir objetivos, com alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Para Dolabela (2008b), o empreendedorismo não é um fenômeno apenas econômico, mas sim social.

Em uma perspectiva histórica, de acordo com Salusse e Andreassi (2013), são quatro as principais linhas de pensamento que retratam os estudos do fenômeno empreendedorismo. Para Venkataraman et al. (2012), essas linhas evoluíram dos estudos relacionados às características do empreendedor para as relações entre indivíduo e oportunidades e, ainda mais, aos modelos de relacionamentos e ações desse indivíduo com o ambiente no qual está inserido.

A perspectiva do empreendedorismo, enquanto método, é a linha de pensamento que retrata o foco do presente estudo e, por isso, a única a ser abordada nesta seção. Esta perspectiva pondera o fenômeno como algo possível de ser delineado pelo empreendedor. Para Dimov (2011), o pressuposto dessa abordagem modifica-se da busca por uma elucidação causal dos acontecimentos como realidade pragmática e produzida, comum nas ciências natural e social, para a reprodução de ações em função de influências e contingências.

O conceito de ações é a essência dessa perspectiva e implica na possibilidade do empreendedor empregar seus conhecimentos objetivando a execução de atos direcionados à geração de oportunidades, o que corresponde à criação dessas ações. Em meio a um ambiente em que não se pode prever ou controlar as contingências, em virtude das ações dos vários atores, a sobrevivência e desenvolvimento de um empreendimento, segundo Neck e Greene (2011), somente será possível por meio de alguns fatores. Dentre eles, destaca-se uma bem organizada gestão, o que, por sua vez, exigirá a competência de empregar estratégias, técnicas e ferramentas de gerenciamento e controle, e fundamentos para agir de modo empreendedor.

Sendo assim, nessa perspectiva, o interesse das pesquisas volta-se para os métodos utilizados pelo empreendedor ao lidar com as interferências do meio. O foco na ação e na interação faz com que o interesse das pesquisas na área de empreendedorismo mude de questões relacionadas a modelos de processos de decisão em ambiente de incertezas para pontos envolvendo problemas de como agir no presente e planejar oportunidades para o futuro diante de influências e contingências (SARASVATHY; VENKATARAMAN, 2011).

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Sabe-se que o fenômeno do empreendedorismo influencia o crescimento e desenvolvimento de um país, destacando-se por promover possibilidades de ganhos individuais e coletivos gerados por oportunidades de negócios. De acordo com Dolabela (2008a), o empreendedor é um agente de mudanças, que contribui diretamente para o desenvolvimento e a geração de riqueza. Para Acs et al. (2012), o empreendedor é uma peça fundamental em um processo de inovação e o responsável por um movimento que contribui para o progresso e melhoria dos padrões de vida de uma sociedade.

No Brasil, a evolução da política de incentivos ao empreendedorismo teve como importante marco a criação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em 2006 (BRASIL, 2006). Em 2007, a implementação do Super Simples, com a redução de 40%, em média, dos tributos foi outro fator relevante para o empreendedorismo no país. Em 1º de julho de 2009, entrou em vigor a Lei Complementar n.128/2008, que instituiu a figura do Microempreendedor Individual. Para os efeitos desta Lei, o microempreendedor individual, tipologia empresarial e jurídica, também se configura como empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 do Código Civil Brasileiro, que se enquadra como tal, todo o indivíduo que exerce atividade econômica planejada e organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Com um faturamento bruto mensal de até cinco mil reais, pagando R\$ 36,20 (referente a 5% de um salário mínimo) mais um real de ICMS ao Estado, quando comércio ou indústria; mais 5 reais de ISSQN, destinados ao município, quando prestador de serviços, cerca de 500 tipos de ocupações no Brasil podem se transformar em empreendedores individuais (PREVIDENCIA SOCIAL, 2011) e formalizar suas atividades, obtendo, além de obrigações fiscais e previdenciárias, benefícios mercadológicos e previdenciários.

Para Salgado (2012), o objetivo principal da Lei Complementar 128/2008 foi trazer à legalidade e, consequentemente, gerar tributação milhões de pessoas que estão na informalidade. Todavia, o autor afirma que o empreendedor individual vem sendo descrito não apenas como uma inovação jurídico-tributária no país, mas também como um passaporte de acesso a produtos e serviços intangíveis a esse público, como suporte técnico, concessões de crédito, possibilidades de comercialização de produtos e serviços com órgãos públicos e cobertura previdenciária.

De acordo com o SEBRAE (2013), a evolução nas formalizações somadas às constituições de novos negócios deverá, até meados do ano de 2015, levar o país a cerca de 8,5 milhões de micro e pequenos negócios. Desses, pouco mais da metade será constituída de microempreendedores individuais. E, até o ano de 2022, o total de pequenos negócios no país chegará a 12,9 milhões, deste total, 60,5%, cerca de 7,8 milhões, corresponderá a microempreendedores individuais.

GERENCIAMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

As constantes mudanças do ambiente econômico, os diversificados comportamentos de consumo e as estratégias da concorrência exigem dos pequenos empreendedores atenção, sensatez na administração dos negócios e assertividade nas ações para a adaptação a essas forças.

O planejamento das ações, segundo Reis Neto, Muñoz-Gallego e Souza (2010), deve ser o primeiro passo para o sucesso de um pequeno negócio. Para Borges, Hashimoto e Limongi (2013), atuar de forma estratégica exige a elaboração de um plano que contenha objetivos, metas e ações sequenciais que determinem o objetivo desejado no futuro. Nesse sentido, o GEM (2012) aponta que um dos principais fatores de sucesso do pequeno empreendedor está na correta definição da estratégia que resume-se no estabelecimento de um caminho a ser percorrido, definindo o que será feito, por quem, qual o motivo, como, quando e quanto irá custar.

Retomando Reis Neto, Muñoz-Gallego e Souza (2010), os autores ainda afirmam que planejar é necessário, porém, tão importante quanto o planejamento é entender que a atividade econômica de uma empresa é influenciada, também, por fatores externos, principalmente, pelos clientes.

Nesse sentido, o marketing de relacionamento surge como uma estratégia que busca desenvolver um ciclo positivo, por meio da criação com cada cliente de um relacionamento cada vez mais personalizado e de longo prazo, gerando a afinidade e fidelidade necessárias para a conquista de novos clientes. Para Rozzett e Demo (2010), o marketing de relacionamento envolve todas as etapas que a empresa deve assumir quando se propõe a conhecer seus clientes e a atendê-los melhor, não só satisfazendo seus desejos, como também superando suas expectativas, criando, assim, forte lealdade. Quanto mais fortes e consistentes forem os relacionamentos, mais eles duram e menor será a probabilidade de se acabarem.

Às vendas, juntamente com o marketing, cabe a missão de estimular o consumo. De acordo com Löbler, Bobsin e Visentini (2008), as atividades focadas na informação, motivação e persuasão do cliente com o propósito de instigá-lo à compra de um produto ou serviço é o que retrata a real função dos responsáveis pelo marketing e pelas vendas de uma empresa. Segundo Las Casas (2011), a promoção de vendas é um conjunto

de ferramentas e processos decisórios que tem como função instigar o consumo em curto prazo. Enquanto a propaganda oferece ao consumidor uma razão para comprar, a promoção oferece um incentivo à compra e acaba exercendo uma importante contribuição no alcance das metas de vendas.

Para Pizzinatto, Pizzinatto e Pizzinatto (2008), a promoção de vendas é uma das ferramentas mercadológicas mais eficientes à disposição dos prestadores de serviços e varejistas, tendo como principais benefícios o movimento nas lojas e o aumento das vendas. Para Las Casas (2011), as atividades de promoção são as que mais crescem dentre as estratégias e táticas de comunicação, principalmente, nos pequenos negócios. Esse aumento deve-se, sobretudo, a forças exercidas pelo mercado, como a comoditização dos produtos e serviços, por estarem cada vez mais parecidos.

Todavia, Pizzinatto, Pizzinatto e Pizzinatto (2008) afirmam que o uso de uma campanha promocional, para alavancagem das vendas e otimização dos ganhos, possui pontos ótimos de resultados, para que os resultados não se tornem decrescentes. Os autores alertam para o cuidado em campanhas longas e para definição do produto ou mix que entrará em promoção, pois existem riscos em se trocar vendas com maiores margens por vendas com menores margens em campanhas.

Segundo Machado e Espinha (2010), tão importantes quanto as promoções são os vendedores. De acordo com os autores, o papel destes atores tem mudado com a exigência dos clientes e da concorrência. Para Las Casas (2011), os vendedores são o elo pessoal da empresa com os clientes. Vender envolve o entendimento das necessidades do cliente, o conhecimento e domínio daquilo que se vende e a interpretação e correta análise da concorrência. Ainda o autor afirma, também, que o sucesso das vendas está diretamente ligado ao perfil do profissional que, nas pequenas empresas, na maioria das vezes, são os próprios donos.

As vendas, também, interferem diretamente nos níveis de materiais e produtos em estoques. Os micros e pequenos negócios, a depender de sua atividade, possuem estoques e estes influenciam diretamente nas operações, nas finanças e nos resultados. Segundo Zouain et al. (2011), dependendo do setor em que as micro e pequenas empresas atuem, os estoques podem compreender a conta que consoma a maior parcela dos recursos aplicados no curto prazo.

A manutenção dos estoques de matérias-primas, de produtos semiacabados ou de produtos acabados possui custos e benefícios. A confrontação destes custos e benefícios é o que deve determinar os níveis de materiais em estoque. Para uma decisão mais sensata e coerente sobre estes níveis para uma micro e pequena empresa, de acordo com Reis Neto, Muñoz-Gallego e Souza (2010), faz-se necessária a utilização de técnicas e índices relacionados a um eficiente gerenciamento e controle destes recursos.

Em todas as empresas é possível que parte das vendas seja à vista e, quando ocorre este caso, os recursos financeiros que estavam aplicados em estoque voltam para o caixa. Todavia, partes das vendas costumam ser realizadas com pagamento a prazo. Neste movimento, os recursos passam por um estágio intermediário antes de voltar para o caixa, conhecido como valores a receber. Becchetti, Castelli e Hasan (2010) definem valores a receber como sendo os recursos financeiros devidos às empresas, provenientes da comercialização de bens ou serviços no curso ordinário dos negócios. Dentre os benefícios e as finalidades dos valores a receber, segundo Zouain et al. (2011), estão o aumento da receita de vendas, o investimento defensivo para enfrentar a concorrência, o aumento do giro dos estoques e o aumento das atividades da empresa.

Para Barbera e Hasso (2013), é interessante que a empresa, quando na necessidade de vendas a prazo, adote uma base de classificação de seus clientes a fim de saber como agir com cada tipologia de clientela e minimizar os riscos deste ativo. Além disso, uma política de crédito, também, pode auxiliar na correta gestão dos valores a receber. A política de crédito consiste nas diretrizes para alinhar as funções de recebimentos e crédito com as metas financeiras da empresa.

No que tange às disponibilidades financeiras de caixa de uma empresa, Assaf Neto e Silva (2006) afirmam que estes ativos consistem na capacidade da empresa acumular, sem atrasos, recursos financeiros a fim de satisfazer as demandas das mais diferentes áreas e necessidades. Nesta categoria do ativo circulante, encontram-se o caixa, os saldos em bancos e os investimentos de curto prazo.

De acordo com Becchetti, Castelli e Hasan (2010), a manutenção de saldos em disponibilidades justifica-se pela finalidade de promover a continuidade das operações como, por exemplo, saldos para troca no caso de empresas varejistas, ou ainda, pela impossibilidade de prever uma demanda com perfeita precisão.

Segundo Zouain et al. (2011), os fatores que podem influenciar diretamente a necessidade das micro e pequenas empresas em manter recursos em caixa e contas correntes, são: o nível de operações, pois uma expansão nas operações da empresa tende a aumentar entradas e saídas de caixa, o que irá provocar um aumento no nível médio de fundos a ser mantido em caixa ou bancos; a exatidão das previsões de caixa, pois quanto mais necessário é o fluxo de caixa da empresa, menor será a necessidade de se manter fundos de precaução ou de compromissos, as disponibilidades e custo do crédito rápido.

De acordo com Reis Neto, Muñoz-Gallego e Souza (2010), toda micro e pequena empresa deve utilizar de um modelo de gestão de caixa que melhor se adapte às suas características e necessidades, mesmo que seja por meio de mecanismos e formas mais simples. Os chamados fluxos de caixa constituem o termômetro do dia a dia da empresa, ou seja, como ela está se comportando quanto aos pagamentos e aos recebimentos de suas operações. Caracteriza uma técnica simples e eficaz de retratar as entradas e saídas de valores do caixa, que podem ser dimensionadas para um período curto, subdividido conforme as conveniências da empresa.

Segundo Assaf Neto e Silva (2006), o objetivo principal desta técnica é saber a que nível ficará o saldo de caixa a cada subperíodo relevante, podendo este subperíodo ser diário, semanal, quinzenal ou mensal. Para Ferreira et al. (2012), as informações advindas de um fluxo de caixa representam importantes subsídios para decisões, tanto para a adequada captação de recursos, quanto para o investimento de curto prazo, caso aconteçam sobras de caixa, e por quanto tempo isto ocorrerá. Por outro lado, identificam as reais necessidades de moeda, em qual período esta necessidade ocorrerá e por quanto tempo irá perdurar.

METODOLOGIA

O propósito dessa pesquisa é analisar e compreender as ações e formas de gerenciamento dos microempreendedores individuais, no que tange às ferramentas e técnicas de planejamento, marketing e controle financeiro da atividade. Nesse sentido, o estudo se caracteriza como descritivo, pois visa a “identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo” (JUNG, 2004, p.152). Para Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.

Optou-se por um levantamento do tipo survey que, segundo Babbie (1999), consiste em uma técnica de pesquisa conduzida com uma amostra representativa de uma determinada população, empregando, de modo geral, um questionário estruturado para a obtenção de dados que deverão ser estudados por meio de técnicas estatísticas para medir relações entre variáveis.

A abordagem utilizada é de natureza quantitativa, que, de acordo com Theóphilo e Martins (2009), permite ao pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e das evidências levantadas, empreender uma avaliação quantitativa, ou seja, organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados.

As variáveis da pesquisa se agrupam em características do indivíduo empreendedor e da empresa e em ações de gerenciamento do negócio. As variáveis relacionadas ao perfil do microempreendedor são: idade, sexo e escolaridade. As variáveis que se referem às características da empresa são: atividade econômica, o município a que pertence, se possui ou não empregado, é familiar ou não e quando iniciaram as atividades.

Com a finalidade de analisar as ações dos MEI's em suas atividades cotidianas relacionadas à temática gestão, abordando aspectos de planejamento, clientes, mercado e finanças, foram estabelecidas as variáveis, medidas por meio de uma escala de três pontos (Não, Em parte e Sim), assumida neste trabalho como escala intervalar.

Na dimensão planejamento foram adotadas as seguintes variáveis: descrição em papel daquilo que deseja para o negócio, definição de objetivos e metas, monitoramento do mercado, monitoramento da concorrência e destaque do ponto de venda.

Na dimensão clientes, adotou-se: clientes e localização, dados e informações, conhecimento sobre os fatores que influenciam a clientela, pesquisa com clientes, cumprimento com compromissos assumidos com a clientela e a avaliação da satisfação do cliente.

Na dimensão mercado: diversificação e pesquisa de fornecedores, cadastro básico dos fornecedores, controle do desempenho dos fornecedores, gestão da produtividade da empresa, padronização dos procedimentos, metas de vendas, promoção e comunicação com a clientela para informá-los das promoções.

Na dimensão finanças: ferramenta de gestão para entradas e saídas de mercadorias, controle de estoque, gerenciamento de compra, controle dos valores a receber, cobrança, inadimplência, controle de caixa, controle das contas a pagar e fluxo de caixa.

A região escolhida para o estudo é a microrregião Varginha, código 50 – IBGE, uma das microrregiões do estado de Minas Gerais pertencentes à mesorregião Sul e Sudoeste de Minas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sua população é de 441.278 habitantes. Está localizada em um eixo equidistante entre algumas das principais capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. De acordo com o IBGE (2010), o PIB nominal de aproximadamente 8,7 bilhões de reais advém do setor de serviços (56,6%), 17,2% da indústria, 14,1% do comércio e 11,7% da agropecuária. Este com destaque para a cafeicultura, o milho e a produção leiteira.

A microrregião possui dezesseis municípios, a saber: Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilicínea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha.

A população pesquisada, também conhecida por universo da pesquisa, é o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum (MARCONI; LAKATOS, 2008). Desta forma, assume-se como universo desta pesquisa o conjunto de MEI's da microrregião Varginha-MG.

De acordo com o Portal do Empreendedor (2014), sítio eletrônico oficial do Governo Federal que tem como fonte de informações as bases dos sistemas oficiais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a microrregião de Varginha possui uma população de 8.260 MEI's formalizados. Esta população deriva de um corte transversal, que se justifica, segundo Malhotra (2012), por custos relativamente mais baixos que nos estudos longitudinais, por coletas de dados mais rápidas e ainda por retratar a realidade de modo satisfatório em um contexto histórico-temporal.

Considerando um nível de confiança de 95% ($\alpha=5\%$, $Z_{\alpha/2} = Z_{0,025}$), segundo Levin (1987), obtém-se o valor de 1,96 de desvios padrões, retirado da tabela de distribuição normal reduzida, para o cálculo da amostra. Assim, de acordo com Levin (1987) e Stevenson (2001), para um universo de 8.260 microempreendedores, pré-estabelecendo um erro amostral de 5%, a amostra foi composta de 367 microempreendedores individuais que, com o acréscimo de uma margem de segurança, atingiu-se 391 entrevistados.

Ressalta-se que a presente pesquisa apresenta resultados que poderão ser generalizados apenas para o universo de microempreendedores individuais da região em estudo, dentro dos limites estatísticos estabelecidos. Para tanto, a técnica de amostragem foi a probabilística aleatória, tendo como forma de escolha do MEI a ser pesquisado o sorteio. Amostra probabilística, segundo Hair Junior. et al. (2009), por basear-se na premissa de que cada elemento da população alvo tem uma probabilidade conhecida, mas não necessariamente igual de ser selecionado para a amostra.

Com a finalidade de abranger todos os municípios da região em estudo, optou-se por uma proporcionalidade, considerando a quantidade de microempreendedores individuais de cada cidade e número total da região. A proporcionalidade teve a finalidade de garantir a participação de empreendedores de toda a microrregião.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 391 MEI's pesquisados, 196 (50,1%) são do sexo masculino e 195 (49,9%) feminino. Em relação à idade, a média da amostra pesquisada é de 36,4 anos, a moda de 30 anos, o empreendedor mais novo possui 19 anos e o de maior idade 70 anos. O maior percentual de microempreendedores individuais da faixa etária de 26 a 35 anos, representando 35,81% da amostra. A parcela daqueles mais experientes, microempreendedores com mais de 55 anos de idade, representa apenas de 4,6%, e os mais novos, com até 25 anos, 15,6%.

Em relação à escolaridade, destaca-se a baixa escolaridade dos MEI's, sendo 34 deles com o ensino fundamental incompleto (8,7%), 38 com o ensino fundamental completo (9,72%), 45 com o ensino médio incompleto (11,51%) e 126 com o ensino médio completo (32,23%), totalizando 62,16%. Já aqueles com mais anos de estudos, os microempreendedores individuais com o ensino superior completo representam 15,09% dos MEI's pesquisados e os que possuem pós-graduação representam 8,95%, somando 24,04%.

Dentre as características das empresas, observou-se uma predominância entre os microempreendedores individuais da atividade econômica comércio, com 51,15% da amostra, seguida dos serviços (27,37%), do comércio e serviços (16,62%), e, por fim, da atividade que se caracteriza pela indústria e comércio, com 4,86%.

Os microempreendedores individuais que não possuem empregados são em maior número, 209 MEI's (53,45%), frente àqueles que possuem um empregado, quantidade única permitida pela Lei Complementar n.128/2008, que representam 182 MEI's (46,55%).

O cruzamento das variáveis da amostra atividade econômica da empresa e possuir ou não empregado demonstrou que a atividade econômica que mais emprega é o comércio (55,49%), em seguida os serviços, com 19,78%, comércio e serviços (17,58%) e indústria e comércio com 7,14%. Dentro da mesma atividade econômica, embora com números absolutos baixos (19 MEI's), o setor da indústria e comércio é o que apresenta o maior percentual de empregabilidade dentre as atividades (68,42%). Por outro lado, os serviços é a atividade dos microempreendedores individuais que menos emprega, em termos percentuais, ou seja, são apenas 33,64%, frente aos 66,36% dos que se enquadram neste setor e que não possuem empregados.

No que tange à configuração familiar ou não familiar, 216 microempreendedores pesquisados (55,24%) se configuram como uma empresa familiar, estas constituídas por membros de uma mesma família, utilizadas como uma fonte de recursos para sustentar e/ou complementar a renda familiar. A outra parte da amostra, 175 MEI's (44,76%), não se configura como uma organização familiar.

Com relação ao cruzamento entre as variáveis possui empregado e configuração familiar, a quantidade de MEI's cuja configuração é familiar e que possui empregado é de 106, 27,11% do total da amostra, já as empresas familiares sem empregado correspondem a 28,13% (110 microempreendedores individuais). Dentre as 175 empresas que se configuram como não familiares, 43,43% empregam e 56,57% não possuem empregados, respectivamente, 19,44% e 25,32% da amostra.

Em relação ao tempo de vida dos microempreendedores individuais, enquanto empresa, participantes da pesquisa, observa-se que o maior percentual da amostra (23,79%) possui entre 4 e 5 anos de existência, sendo que apenas 28,13% estão abaixo dos 2 anos de existência, período considerado, pelo SEBRAE (2013), de alto risco de mortalidade para pequenos negócios, e 71,87% estão acima deste tempo de vida. Cabe ressaltar que os 57 microempreendedores individuais com mais de 5 anos (14,58% da amostra), ou seja, aqueles que iniciaram suas atividades antes de 1º de julho de 2009, deixaram de se caracterizar como microempresa (ME), para se tornarem MEI's, possivelmente pelas vantagens tributárias e redução de custos com encargos sociais e serviços contábeis.

Com relação às variáveis que representam as ações em estudo, processou-se um ranking médio, derivado da média ponderada das respostas, advinda da atribuição dos valores às alternativas estabelecidas na escala assumida como intervalar, a fim de identificar que ações são mais e/ou menos trabalhadas pelos microempreendedores individuais no dia a dia.

Dentre as mais trabalhadas destacam-se: a busca pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os clientes (prazos, horários e preços), com o maior desempenho (2,73); seguida da avaliação da qualidade dos produtos/serviços oferecidos frente às expectativas dos clientes (2,45), ações estas que, segundo Rozzett e Demo (2010), contribuem para satisfazer as necessidades do cliente e criar lealdade. A diversificação de fornecedores, atrelada a uma constante pesquisa de preços para compra, com 2,38, é a terceira variável do ranking. Também merecem destaque as seguintes variáveis, todas pertencentes à dimensão financeira e importantes subsídios para decisões do pequeno empreendedor (ASSAF NETO; SILVA, 2006; FERREIRA et al., 2012; REIS NETO; MUÑOZ-GALLEGO; SOUZA, 2010; ZOUAIN et al., 2011): o controle das contas a pagar (2,35), as informações referentes às disponibilidades de caixa (2,32) e o controle de contas a receber (2,30).

Por outro lado, as variáveis com menor desempenho, dentro ainda da temática gestão, são: o acompanhamento e avaliação do fornecedor (1,59); a realização de pesquisas para conhecer as expectativas dos clientes (1,61); a determinação de metas de venda (1,83); o cálculo da taxa de inadimplência (1,91) e o cadastro completo de dados e informações da clientela, com 1,94.

Nota-se que os resultados demonstram as prioridades das ações dos microempreendedores que, de certa forma, concentram-se na satisfação de seus clientes e no controle das finanças do negócio. Entretanto, evidenciam fragilidades na busca por melhores fornecedores, na realização de pesquisas junto à clientela e na gestão das informações dos clientes. Essas, segundo Löber et al. (2008), são importantes ações para subsidiar uma melhor qualidade do produto ou do serviço oferecido. Observa-se, ainda, a despreocupação com relação à determinação de metas de venda e a falta de conhecimento de como se calcular a inadimplência, fatores que podem colocar em risco o sucesso da empresa.

Agrupando as variáveis por dimensões, ainda na temática gestão, é possível observar que as variáveis que contribuem para a composição da maior média por dimensão são aquelas pertencentes à dimensão

financeira, com 2,18 e um percentual de 40,84% de respostas, que retratam ações positivas e coerentes com a boa administração financeira. Nesta, destacam-se o controle das contas a pagar, as informações referentes às disponibilidades de caixa e o controle de contas a receber.

A dimensão planejamento aparece em seguida, com 2,15 pontos de média e 38,08% das respostas em sim. Dentre as variáveis desta dimensão, destacam-se: a definição dos objetivos e metas da empresa, com 2,25; a busca constante por informações relacionadas ao mercado (2,22) e o monitoramento da concorrência, com 2,19. Próximo aos parâmetros da dimensão planejamento, está a dimensão clientes, que apresenta também uma média de 2,15 pontos e um percentual de 37,08% das respostas em alternativas que demonstram ações de gerenciamento corretas. Ao desdobrar as variáveis da dimensão clientes, observa-se que as que apresentam maiores médias são: a busca pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os clientes (2,73); a avaliação constante da qualidade oferecida frente às expectativas da clientela (2,45) e o conhecimento da localização dos clientes, com 2,21 pontos.

A busca por diferentes fornecedores associada à constante pesquisa de preços (2,38), o acompanhamento da produtividade (2,19) e o estabelecimento de procedimentos para garantir a qualidade e a agilidade (2,12) são as variáveis com maior peso médio na dimensão mercado, que apresenta a menor média entre as dimensões, 2,03 pontos e um percentual de 33,06% das respostas na alternativa sim.

Com base nos resultados apresentados pelo ranking médio, é possível afirmar que, embora 37,32% das respostas se enquadram em sim, o que demonstra ações relacionadas ao bom gerenciamento dos negócios, as respostas negativas somadas àquelas em meio termo resultam em um percentual acima de 62%.

De acordo com a Tabela 1, é possível observar a existência de correlações positivas entre o nível de escolaridade e as ações relacionadas ao gerenciamento dos negócios, dentre as 29 variáveis da temática gestão, apenas duas não apresentam tal associação, cinco possuem uma relação positiva com nível de significância de 0,05 e as 22 restantes apresentam correlações mais significativas, a 1%.

Tabela 1: Correlações entre o grau de escolaridade do MEI e as ações de gerenciamento.

Variáveis - gestão (gerenciamento)	Escolaridade do MEI
Você costuma colocar no papel aquilo que deseja para seu negócio?	,238**
Sua empresa possui definições de objetivos e metas?	,123*
Você busca informações a respeito do seu mercado de atuação (jornais, revistas e internet)?	,303**
Você acessa por sua principais concorrentes, onde estão localizados e quais são os seus diferenciais?	,248**
Você se preocupa em destacar seu ponto de venda em relação à concorrência?	,202**
Você acredita que adotar atitudes responsáveis relacionadas à melhoria e bem estar do ser humano e da sociedade pode proporcionar vantagens para a empresa frente aos concorrentes?	,158**
Variáveis - gestão (clientes)	
Você sabe onde estão localizados seus clientes?	,164**
Sua empresa possui um cadastro de clientes com informações como: nome, endereço, telefone, data de aniversário, produtos que comprou, etc.?	,286**
Você realiza pesquisas através de questionários ou enquetes para conhecer as expectativas de seus clientes?	,123*
Você cumpre os seus promissos assumidos com seus clientes (prazos, preço e horário)?	,225**
Você avalia se a qualidade oferecida por sua empresa está de acordo com a expectativa de seus clientes?	,096
Você busca conhecer quais os fatores que influenciam na decisão de compra de seu cliente?	,168**
Variáveis - gestão (fornecedores)	
Você busca diversificar os fornecedores e pesquisar constantemente os valores dos itens que adquire?	,141**
Você possui um cadastro básico de fornecedores?	,164**
Você realiza avaliações referentes ao desempenho do fornecedor?	,113*
Você sabe como calcular a produtividade de sua empresa?	,231**
Variáveis - gestão (mercado)	
Sua empresa possui procedimentos padronizados para garantir a qualidade e a agilidade?	,099
A empresa possui metas de venda?	,114*
Você sabe quais são as ações de promoção mais adequadas ao seu negócio?	,287**
Você faz contato com seus clientes para informá-los de promoções?	,137**
Variáveis - gestão (finanças)	
Você utiliza alguma ferramenta (anotações, planilha eletrônica, software, ou outra) para gerir a entrada e saída de mercadorias?	,282**
Você sabe quanto tem em produtos e em valores no seu estoque?	,151**
Você controla os novos pedidos de mercaderia com o que já tem no estoque?	,137**
Sua empresa possui um controle formal para verificar os valores a receber de clientes?	,175**
Sua empresa gerencia as cobranças de crédito em atraso?	,128*
Sua empresa consegue verificar a taxa de inadimplência?	,211**
Sua empresa controla as entradas e saídas de dinheiro?	,242**
Sua empresa possui um controle para verificar os compromissos a pagar (ex: pagamento ao fornecedor)?	,218**
Você possui informações referentes às suas disponibilidades financeiras existentes (Fluxo de Caixa)?	,170**

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Os destaques em termos de correlação com a escolaridade, por dimensão, são com as seguintes variáveis: (i) na dimensão planejamento, o acompanhamento periódico da concorrência, com 24,8%, e a busca constante por informações a respeito do mercado, com 30,3%; (ii) na dimensão clientes, com 22,5%, a busca pelo cumprimento daquilo que foi assumido com o cliente, e com 28,6%, a gestão de uma base de dados relacionados à clientela (com informações de nome, endereço, telefone, data de aniversário e histórico de compra); (iii) na dimensão mercado, as variáveis que se sobressaem são aquelas relativas às ações de promoção e ao controle e acompanhamento da produtividade, com 20,7% e 23,2%, respectivamente; e (iv) na dimensão financeira, o controle dos compromissos a pagar e a gestão das entradas e saídas de dinheiro na empresa, com 21,8% e 24,2%.

Por meio da análise de clusters formados, foi possível agrupar os microempreendedores individuais em função da similaridade dos valores das variáveis que representam as ações relacionadas à gestão do negócio. Dois clusters foram gerados, utilizando-se do método hierárquico aglomerativo de Ward, para computar a matriz de distância ou similaridade entre os indivíduos, e do quadrado da distância euclidiana, para medir a semelhança entre as observações.

Desse modo, pela análise permitiu-se classificar os microempreendedores individuais em dois clusters heterogêneos entre si e semelhantes dentro de cada um dos grupos. O cluster 1 totalizou 160 microempreendedores individuais (40,92%), enquanto que o cluster 2 apresentou 231 MEI's, representando 59,08% dos indivíduos pesquisados.

Dentre os empreendedores pertencentes do cluster 1: 79 são homens (49,4%) e 81 mulheres (50,6%); 84 pertencem à atividade comércio (53,5%), seguida da atividade serviços, com 50 MEI's (31,3%), comércio e serviços, com 21 (13,1%) e indústria e comércio, com 5 (3,1%); 56 possuem empregados (35%) e 104 não possuem empregados (65%); 86 se configuram como familiar (53,7%) e 74 MEI's não se configuram como familiar (46,3%). No cluster 2: 117 são homens (50,6%) e 114 mulheres (49,4%); 116 pertencem à atividade comércio (50,2%), seguida da atividade serviços, com 57 MEI's (24,7%), comércio e serviços, com 44 (19%) e indústria e comércio, com 19 (6,1%); 126 possuem empregados (54,5%) e 105 não possuem empregados (45,5%); 130 se configuram como familiar (56,3%) e 101 MEI's não se configuram como familiar (43,7%).

O cluster 1 é o agrupamento que apresenta um estilo de gerenciamento limitado, com baixa utilização de técnicas e ferramentas de gestão e, ainda, desconhecimento de conceitos e estratégias administrativas. Por outro lado, o cluster 2 é composto por microempreendedores individuais cujas variáveis refletem bons conhecimentos em conceitos e estratégias administrativas, utilização coerente de técnicas e ferramentas de gestão.

Com relação à hipótese em que se espera que quanto maior o grau de escolaridade do MEI, maior será sua capacidade de gerenciamento da empresa, observa-se que os dados gerados pelo cruzamento das variáveis clusters versus escolaridade apresentam um alto percentual (78,13%) de formação básica para os microempreendedores pertencentes ao cluster 1, agrupamento de microempreendedores individuais que retratam um gerenciamento limitado. Já os MEI's pertencentes ao cluster 2 somam aproximadamente 49% com ensino superior incompleto, completo e pós-graduação. Assim, é possível afirmar que quanto maior o grau de escolaridade, maior será o domínio das técnicas e ferramentas de gestão e mais coerentes serão as ações dos microempreendedores frente à competitividade do mercado, o que corrobora com as correlações apresentadas anteriormente.

Com o objetivo de verificar a existência de diferenças expressivas entre os clusters gerados em função da similaridade dos valores das variáveis que representam as ações relacionadas à gestão empregou-se a análise discriminante, utilizando o método Stepwise.

Ao processar a análise, consideraram-se como variável dependente os agrupamentos dos microempreendedores individuais (clusters 1 e 2) e como variáveis independentes, as ações de gerenciamento. Dessa forma, foi extraída a função discriminante com 1,766 de autovalor, 100% de significância e coeficiente de correlação canônica de 0,799.

Ao elevar o coeficiente de correlação canônica ao quadrado, constatou-se que 63,84% do total da variância foi explicada pelo modelo. Doze variáveis foram extraídas na análise e a estatística Lambda de Wilks mostrou-se significativa na discriminação dos dois grupos.

A Tabela 2 apresenta, de forma resumida, os resultados da análise discriminante. Os resultados permitem concluir que o padrão de resposta dessas variáveis foi significativamente distinto entre os clusters, sendo, portanto, estas variáveis as representantes das ações e das percepções que mais discriminam o grupo de empreendedores menos preparados daqueles mais bem preparados gerencialmente.

Tabela 2: Resultados da análise discriminante dos clusters (gestão) com as etapas de extração, estatística Wilks' Lambda e nível de significância para cada variável.

Etapa	Variáveis	Lambda de Wilks	Sig.
1	Gestão por fluxo de caixa	,691	,000
2	Cumprimento com compromissos assumidos com a clientela	,593	,000
3	Cadastro básico dos fornecedores	,526	,000
4	Comunicação com a clientela para informá-los das promoções	,476	,000
5	Definição de metas e objetivos	,442	,000
6	Gerenciamento de compra	,414	,000
7	Ferramenta de gestão para entradas e saídas de mercadorias	,400	,000
8	Controle das contas a pagar	,390	,000
9	Diversificação e pesquisa de fornecedores	,382	,000
10	Dados e informações de clientes	,375	,000
11	Destaque do ponto de venda	,366	,000
12	Controle dos valores a receber	,361	,000

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

De acordo com a Tabela 2, é possível afirmar que a gestão por fluxo de caixa foi a primeira variável a entrar para a função discriminante, o que significa que essa foi a variável que mais discriminou os dois grupos de microempreendedores individuais. Conclui-se, portanto, que tais grupos divergem fortemente na adoção deste tipo de ação.

O bom gerenciamento daquilo que ficou acordado com o cumprimento dos compromissos assumidos e a composição e organização dos dados e informações de clientes, variáveis pertencentes à dimensão clientes, também aparecem na análise. Esses resultados demonstram que microempreendedores individuais

mais bem preparados gerencialmente estão mais atentos aos compromissos assumidos, o que pode contribuir significativamente para a lealdade de seus clientes (ROZZETT; DEMO, 2010) e, ainda, têm trabalhado de forma mais inteligente a questão do marketing de relacionamento por meio do cadastramento das informações da clientela, ação fundamental, de acordo com Las Casas (2011), para posteriores ações de comunicação e promoções.

A definição de metas e objetivos é outra variável de destaque nesta análise. Esta representa a ação que, segundo Reis Neto et al. (2010) e Barbera e Hasso (2013), faz a diferença para o sucesso de uma empresa e deve compor o planejamento de todo micro e pequeno negócio, exigindo do empreendedor atenção, esforço e cautela.

Na dimensão mercado, considerando a análise discriminante, destacam-se as variáveis que representam as ações ativas de vendas: (i) a comunicação com a clientela sobre promoções e (ii) o cuidado em destacar o ponto de venda. Para Las Casas (2011), estas ações, somadas a uma boa dose de iniciativa, envolvimento e criatividade do pequeno empreendedor, podem fazer toda a diferença no encantamento do consumidor.

A manutenção de um cadastro atualizado de fornecedores e a diversificação destes parceiros atreladas a uma constante pesquisa de preços também representam ações que diferenciam os dois agrupamentos. Com relação à disponibilidade de estoques, percebe-se, pela análise, que o correto gerenciamento das compras, bem como, a utilização de ferramentas de gestão para controlar a entrada e a saída de mercadorias são variáveis que também discriminam os grupos.

Quanto à disponibilidade de recursos financeiros, nota-se que três são as variáveis que se destacam na discriminação dos clusters em análise: (i) a gestão por fluxo de caixa, apontada por Ferreira et al. (2012) como importante mecanismo gerador de informações que servem para subsidiar as decisões de micro e pequenos negócios; (ii) o controle das contas a pagar e (iii) o controle dos valores a receber.

Ressalta-se ainda que, ao final do processamento da análise discriminante, constatou-se que 90,6% dos microempreendedores do cluster 1 e 93,1% do cluster 2 foram classificados corretamente. Assim, no geral, 92,1% dos casos foram classificados corretamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de compreender os padrões de gerenciamento dos microempreendedores individuais da microrregião de Varginha, a pesquisa evidenciou resultados que podem contribuir com o crescimento e o sucesso do MEI (empresa e indivíduo), cooperar com o desenvolvimento econômico da região e ampliar os estudos relacionados ao fenômeno do empreendedorismo.

Identificou-se que as ações de gestão mais adotadas pelos MEI's foram a busca pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os clientes, a constante avaliação da qualidade dos produtos/serviços oferecidos frente às expectativas dos clientes e a diversificação de fornecedores. Merecem destaque, também, as variáveis pertencentes à dimensão financeira, principalmente, o controle das contas a pagar, o gerenciamento das informações de caixa e o controle de contas a receber.

Se por um lado estas variáveis representaram as ações coerentes dos MEI's frente à competitividade do mercado e às exigências da formalização, por outro, identificaram-se limitações e deficiências em ações de gestão como o acompanhamento e avaliação de fornecedores, a realização de pesquisas para conhecer melhor as expectativas dos clientes, a determinação de metas de venda, o cálculo da taxa de inadimplência e o cadastro completo de dados e informações da clientela.

Pelos resultados, foi possível compreender que as prioridades, representadas pelas ações gerenciais, concentram-se na satisfação momentânea do cliente e no controle financeiro do negócio. Contudo, foi possível, também, evidenciar as fragilidades destes empreendedores. Nesse sentido, cabe ressaltar que, ao marcar a opção “em parte”, em muitas das questões apresentadas, o microempreendedor demonstra um padrão de gerenciamento limitado, seja pela falta de técnicas e ferramentas de gestão, seja pelo desconhecimento de conceitos e teorias que subsidiam a administração de uma empresa. Tal opção representou a maior parte das respostas relacionadas às variáveis de gestão, resultado este que demonstra desempenhos medianos no que tange às ações, por exemplo, de gerir estoques, criar promoções de vendas, gerenciar a produtividade e cuidar dos procedimentos e processos.

Outro ponto evidenciado pelo estudo retrata a relação positiva entre o grau de escolaridade dos MEI's e a sua capacidade gerencial.

Quanto à expectativa do empreendedor, enquanto MEI, para o futuro, constatou-se que cerca de 67% dos empreendedores pretendem crescer e expandir, 29% pretendem se manter como microempreendedores individuais e apenas 4% não devem continuar suas atividades. Com isso, espera-se que as informações obtidas neste estudo sejam disseminadas e que organizações como o SEBRAE, instituições de ensino superior, escolas técnicas e associações comerciais, pertencentes à microrregião, possam contribuir para o desenvolvimento regional capacitando os microempreendedores individuais já formalizados e aqueles que pretendem se formalizar.

Por fim, sugere-se que novas pesquisas possam ser estendidas a outras microrregiões, ou até mesmo para mesorregiões, com MEI's ou outras configurações jurídicas, como micro e pequenas empresas, objetivando contribuir para o aumento da participação dos pequenos negócios no Produto Interno Bruto e, por conseguinte, para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

- ACS, Z. J. *et al.* Growth and entrepreneurship. **Small Business Economics**, Dordrecht, v. 39, n. 2, p. 289-300, Sept. 2012.
- ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BARBERA, F.; HASSO, T. Do we need to use an accountant? The sales growth and survival benefits to family SMEs. **Family Business Review**, v. 26, n. 3, p. 271-292, sep. 2013.
- BECCHETTI, L.; CASTELLI, A.; HASAN, I. Investment-cash flow sensitivities, credit rationing and financing constraints in small and medium-sized firms. **Small Business Economics**, v. 35, n. 4, p. 467-497, dec. 2010.
- BORGES, C.; HASHIMOTO, M.; LIMONGI, R. To plan or not to plan? An analysis of the impact of planning on the disbanding or growth of Brazilian start-ups. **Int. J. of Entrepreneurship and Small Business**, v.18, N.3, p. 349 – 367, 2013.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 240, p. 1-9, 15 dez. 2006.
- _____. Congresso Nacional. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006. **Diário Oficial da União. Brasil-DF**, 22 dez. 2008.
- _____. Previdência Social. **Guia do empreendedor individual**. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_110718-161510-655.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008a.
- DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008b.
- FERREIRA, L. F. F.; OLIVA, F. L.; SANTOS, S. A.; GRISI, C. C. H.; LIMA, A. C. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão & Produção**, v. 19, n. 4, p. 811-823, out./dez. 2012.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 6-28, abr./jun. 1999.

- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**: relatório nacional. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org/download/1311898856232/BRASIL%20GEM%202003.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- _____. **Empreendedorismo em Minas Gerais**: 2012. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Pesquisa-GEM-2012#>>. Acesso em: 25 jul. 2013.
- HAIR JUNIOR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@: censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- JUNG, C. F. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.
- LAS CASAS, A. L. **Plano de marketing para micro e pequena empresa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987.
- LÖBLER, M. L.; BOBSIN, D.; VISENTINI, M. S. Alinhamento entre o plano de negócio e o plano de tecnologia de informação das empresas: análise comparativa através dos níveis de maturidade e fatores críticos de sucesso. **JISTEM J. Inf. Syst. Technol. Manag. (Online)**. v.5, n.1, p. 37-60, 2008.
- MACHADO, H. V.; ESPINHA, P. G. Empreendedorismo e franchising: uma combinação que garante a sobrevivência? **Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, v.11, n.4, p. 131-153, ago. 2010.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas: amostragens e técnicas de pesquisas: elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- NECK, H. M.; GREENE, P. G. Entrepreneurship education: known worlds and new frontiers. **Journal of Small Business Management**, Milwaukee, v. 49, n. 1, p. 55-70, Jan. 2011.
- PIZZINATTO, N. K.; PIZZINATTO, N. K.; PIZZINATTO, A. K. A abrangência promocional na alavancagem de vendas e otimização dos resultados. In: III Encontro de Marketing da ANPAD, 2008, Curitiba. **Anais... III EMA ANPAD**, 2008.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Microempreendedor individual**: estatísticas do MEI. Disponível em: <<http://www.portaldopreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>>. Acesso em: 7 jan. 2014.
- REIS NETO, J. F.; MUÑOZ-GALLEGO, P. A.; SOUZA, C. C. O relacionamento entre organicidade, turbulência, estratégias e desempenho da pequena empresa em um contexto periférico brasileiro. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**. v. 3, n. 1, p. 111-121, 2010.
- ROZZETT, K.; DEMO, G. Desenvolvimento e validação fatorial da Escala de Relacionamento com Clientes (ERC). **Rev. Adm. Empresa**. v.50, n. 4, p.383-395, dez. 2010.
- SALGADO, J. Corpo miserável, espírito empreendedor: empreendedorismo, pobreza e desemprego no Brasil. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 129-147, 2012.
- SALUSSE, M. A. Y.; ANDREASSI, T. O estado da arte do ensino do empreendedorismo: mapeamento e evolução. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 6., 2013, Bento Gonçalves. **Anais... Bento Gonçalves: ANPAD**, 2013. 1 CD-ROM.
- SARASVATHY, S. D.; VENKATARAMAN, S. Entrepreneurship as method: open questions for an entrepreneurial future. **Entrepreneurship Theory and Practice**, San Francisco, v. 35, n. 6, p. 113-135, Nov./Dec. 2011.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper and Row, 1950.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Indicadores MPE**. 2013. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/indicadores/mpe_indicadores.pdf> Acesso em: 27 jun 2013.
- STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.
- THEÓPHILO, C. R.; MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- VENKATARAMAN, S. *et al.* Reflections on the 2010 AMR decade award: whither the promise?: moving forward with entrepreneurship as a science of the artificial. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 37, n. 1, p. 21-33, Jan./Feb. 2012.
- ZOUAIN, D. M. *et al.* Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas

O PERFIL DO EMPREENDEDOR: Uma Análise Baseada em Eventos de Startups
Durante o Ano de 2016 no Sul de Minas Gerais
*The Entrepreneur's Profile: An Analysis Based on Events of Startups During the Year 2016 in the
South of Minas Gerais*

Alessandro Messias Moreira¹, Fabrício Pelloso Piurcosky², Sidney Vergínio da Silva², Ernani de Souza Guimarães Júnior², Cristina Leal Lelis Calegario³

¹ UNIS-MG - alessandromoreira@unis.edu.br

² UNIS-MG

³ UFLA

Recebido em 21 de Julho de 2017; Aceito em 19 de Setembro de 2017.

Resumo

Este trabalho trata de identificar o perfil das pessoas que frequentam e tem interesse pelo tema empreendedorismo. Tal abordagem se justifica porque os eventos para discussão de ideias de negócios e promoção de investimentos para empreendedorismo, sobretudo para *startups*, aumentou em todo o mundo e tem sido alvo de estudos acadêmicos e econômicos. O objetivo deste estudo é identificar as características presentes nas pessoas interessadas em eventos que promovem o empreendedorismo, pois isso pode auxiliar na criação de práticas e ações que possam facilitar ainda mais a participação deste tipo de público. Este propósito será atingido a partir da pesquisa realizada em dois eventos ocorridos em 2016 em Varginha – MG, utilizando para isso metodologia quantitativa. A pesquisa foi realizada com mais de 160 respondentes durante um evento de *Startup Weekend* e Concurso de Inovação. A pesquisa permitiu identificar as principais características empreendedoras presentes na população estudada, tais como liderança, organização e bom relacionamento, e com isso, ações e estratégias para fomentar o empreendedorismo e inovação podem ser traçadas, visando estimular ainda mais o desenvolvimento de tais fatores.

Palavras-chave: Características empreendedoras. Empreendedorismo. *Startup*.

Abstract

This paper tries to identify the profile of people who attend and are interested in entrepreneurship. Such an approach is justified because the events for discussion of business ideas and promotion of investments for entrepreneurship, especially for startups has increased worldwide and has been the target of academic and economic studies. The objective of this study is to identify the characteristics present in people interested in events that promote entrepreneurship, as this may help in the creation of practices and actions that may facilitate the participation of this type of public. This purpose will be achieved based on the research conducted in two events occurred in 2016 in Varginha - MG, using quantitative methodology. The survey conducted with more than 160 respondents during a Startup Weekend and Innovation Competition event. The research allowed to identify the main entrepreneurial characteristics present in the study population, such as leadership, organization and good relationship, and with this, actions and strategies to foster entrepreneurship and innovation can be traced, aiming to further stimulate the development of such factors.

Keywords: Entrepreneurial characteristics. Entrepreneurship. *Startup*.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de elencar as características das pessoas que participam de eventos que tem por temática o empreendedorismo. Como estes eventos se propagaram em todo o mundo e tem aumentado em importância, sobretudo com presença maciça no meio acadêmico, é importante verificar o perfil daqueles que se interessam por essas iniciativas. Há uma universidade brasileira especializada em tecnologia, por exemplo, que já executa o seu trabalho de conclusão de curso como uma criação de um startup. Dessa maneira, é importante verificar se as características pessoais daqueles que frequentam este tipo de evento de empreendedorismo revela algo interessante ou mesmo particular, pois tais iniciativas são bastante recentes e tem recebido fortes incentivos financeiros de órgãos públicos, privados e também de órgãos nacionais como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Este estudo tem por objetivo apontar as características de forma a identificar um perfil do empreendedor e com isso, facilitar as atividades, criar ferramentas e fornecer material para que os profissionais envolvidos nestes eventos possam encorajar ainda mais os participantes.

REVISÃO TEÓRICA

EMPREENDEDORISMO

A utilização do termo empreendedorismo tem variado ao longo dos tempos. Esse termo tem sua origem na língua francesa, *entrepreneur*. No século XII, sua utilização se reservava a “aquele que incentivava brigas”. Passado um bom tempo, já no século XVI, o termo destinava-se no ambiente militar a descrever a pessoa que assumia a responsabilidade e dirigia uma ação militar. Foi, porém, apenas no final do século XVII que o termo passou a ser utilizado com conotação próxima do que se tem hoje, ou seja, passou a caracterizar pessoas que criam e conduzem novos projetos (SCHIMIDT; CUNHA, 2009).

Joseph Schumpeter, em 1950, foi o primeiro a apresentar a concepção mais aceita atualmente sobre empreendedorismo, ao associá-lo a uma pessoa com criatividade e capaz de fazer sucesso com suas inovações (BARRETO, 1998).

De acordo com (SEBRAE, 2016), o empreendedor é aquele inicia algo novo, onde ninguém vê, saindo do sonho e passando à ação. Para Begley (*apud* FARAH *et al.*, 2005), o empreendedorismo é visto como um fenômeno complexo que envolve o empreendedor, a empresa e o ambiente no qual ele ocorre.

O empreendedorismo pode ser compreendido como um termo utilizado para designar estudos relativos ao empreendedor, ou seja, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividade e todo seu universo de atuação (DOLABELA, 2008).

No Brasil, o empreendedorismo ganhou força durante a abertura da economia, quando as empresas passaram a se modernizar para poder competir e voltar a crescer (PETERS, 2009).

A *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2017) apresenta alguns dados interessantes a respeito do empreendedorismo no Brasil. Segundo a pesquisa, a população empreendedora brasileira é composta em sua maioria por jovens, entre 18 a 34 anos, atingindo 43% do total de empreendedores iniciais. Do total desses empreendedores, 20,1% estão na faixa de 18 a 24 anos, enquanto 22,9% encontram-se entre 25 e 34 anos.

Há que se considerar ainda a existência de dois tipos de empreendedor: o de oportunidade e o de

necessidade. O empreendedor por oportunidade visualiza o caminho e sabe aonde quer chegar, mesmo quando possui outras opções de emprego, ele decide por criar sua empresa a partir de um planejamento prévio. Esse empreendedor tem forte correlação com o desenvolvimento econômico. Já o empreendedor por necessidade se vê no próprio negócio por falta de opção de geração de renda. São negócios geralmente criados informalmente, sem tempo hábil para um planejamento adequado. Esse tipo de empreendedorismo apresentam uma tendência de fracasso rápido mais acentuado. É o tipo de empreendedorismo mais comum em países em desenvolvimento, como acontece no Brasil (GUIMARÃES JR., CIACCI, 2016).

Entender a cultura, motivação e as formas de empreendedorismo, ou melhor, do empreendedor, tem sido tema de pesquisa de diversos estudiosos e organizações. Cresce no Brasil eventos e movimentos que buscam criar um ambiente propício à formação de novas ideias e o surgimento de novos empreendedores. Um destes eventos envolvem as *startups*, discutidas a seguir.

STARTUPS

O termo *startup* surgiu no final do século XX no período conhecido como “bolha da internet. Existe um grande equívoco ao associar uma *startup* a uma empresa nascente ou mesmo a uma pequena empresa. Atualmente admite-se uma conceituação que desfruta de relativo consenso no meio empreendedor: uma *startup* é um grupo de pessoas que desenvolvem um modelo de negócio inovador com vistas a ser repetível e escalável, vivendo em um ambiente de extrema incerteza.

A definição de *startup* compreende alguns conceitos que merecem ser detalhados, pois a partir deles que se poderá caracterizar a organização como tal. O primeiro é a existência de um cenário de incerteza. Isso significa que não há como afirmar se determinada ideia ou projeto de empresa irão realmente dar certo ou ao menos se provarem sustentáveis. A esse respeito (RIES, 2012, p.7) acrescenta que essas organizações representam “uma instituição humana projetada para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza”. O segundo conceito se refere a que o modelo de negócios proposto pela *startup* deve gerar valor, ou seja, deve pensar em como transformar seu trabalho em dinheiro. O terceiro é a capacidade de ser repetível, o que significa ser capaz de entregar o mesmo produto novamente em escala potencialmente ilimitada, sem muitas customizações ou adaptações para cada cliente. E por fim, o negócio precisa ser escalável, o que significa crescer cada vez mais, sem que isso influencie no modelo de negócios. Crescer em receita, mas com custos crescendo bem mais lentamente. Isso fará com que a margem seja cada vez maior, acumulando lucros e gerando cada vez mais riqueza (GUIMARÃES JR., CIACCI, 2016).

De acordo com a Associação Brasileira de *Startups*, 30% dos *startups* estão em São Paulo, 20% em Minas Gerais, 15% no Rio de Janeiro e 35% espalhadas por outros estados.

Uma *startup* tem duas características predominantes: a juventude de seus empreendedores e a colaboração constante nos negócios. Junta-se a isso um terceiro fator: a geração Y. Ou seja, nascidos no final da década de 1980 e durante os anos de 1990 são a maioria dos empreendedores em *startups* (DA SILVA *et al.*, 2013)

A atividade principal de um *startup* é transformar ideias em novos produtos, verificar a reação dos clientes e então, realizando melhorias ou indo para o mercado. No entanto, os *startups* possuem elevado grau de risco e imprevisibilidade. Estes novos negócios são concebidos em cenários de muita incerteza. Isso requer de seus empreendedores ações e comportamentos muitas vezes inovadores e ousados, de forma a encarar os desafios que surgem no caminho desta nova empresa.

“*Startups* podem ser definidos como pequenos projetos, empresariais, ligados a pesquisa, a investiga-

ção e ao desenvolvimento de ideias inovadoras” (DA SILVA *et al.*, 2013). Diversas universidades e organizações, em parceria com empresas ou com o SEBRAE, tem criado eventos com o objetivo de desenvolver novas empresas e apoiar novas ideias. Dentre esses eventos destacamos os concursos e a *Startup Weekend*.

STARTUP WEEKEND

O evento *Startup Weekend* (SW) foi criado inicialmente pela *Up Global*, organização sem fins lucrativos dedicada ao fomento do empreendedorismo mundial, em parceria com a Google. O SW tem por objetivo impactar a comunidade e apoiar *startups* ao redor do mundo, a partir de iniciativas locais. Em 2015 a *Up Global* foi incorporada pela empresa *Techstars*, que é quem licencia o evento SW para todo o mundo desde então.

Um *Startup Weekend* obedece a um roteiro comum e ocorre em 54 horas corridas, com início na noite de sexta-feira e término no início da noite de domingo. Durante esse período os participantes livremente apresentam ideias de negócios ou produtos/serviços, distribuem-se em equipes e através do modelo de *Lean Startup* modelam, validam e apresentam o negócio dentro do prazo definido.

Os participantes pagam um valor definido pelos organizadores como inscrição. Esse valor é direcionado pela licenciadora (*Techstars*) que assume o compromisso de investir um percentual da somatória em outros eventos de empreendedorismo local. Aos organizadores cabe ainda articular parcerias para cobrir os demais custos do evento.

O SW consegue reunir a comunidade empreendedora de determinada região com mentores e investidores que podem ser locais ou não. A oportunidade de criação de novos negócios é real, com vários exemplos de empresas que surgiram a partir desses eventos.

Segundo dados da *Techstars* divulgados aos organizadores de SW em 2017 em virtude das comemorações dos 10 anos do SW, o evento já se realizou mais de 4,5 mil vezes, em 153 diferentes países, reunindo mais de 363 mil pessoas.

Fica evidente, no entanto, que criadores ou iniciantes em startups certamente possuem características empreendedoras, que os motivaram a desejar criar suas próprias empresas. Além disso, estes novos empreendedores devem possuir comportamentos e atitudes que os façam ter sucesso no mundo empresarial. Entender esse comportamento e estas características é vital não somente para os empreendedores, mas também, para aqueles que de alguma forma fomentam tais iniciativas. Nesse sentido, o presente estudo vem contribuir para a identificação e compreensão de tais características, conforme descrito a seguir.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, de caráter quantitativo. A pesquisa é descritiva pois buscou registrar, analisar e correlacionar fatos, com objetivo de identificar perfis de indivíduos e grupos (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Também pode ser considerada como uma pesquisa exploratória, uma vez que:

A pesquisa exploratória não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p.63).

Os dados coletados foram tabulados e analisados de forma quantitativa, de forma a medir e identificar características nos entrevistados (MALHOTRA, 2011), criando assim uma visão quantitativa da população estudada (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

A população em estudo são os participantes de um evento de empreendedorismo ocorrido no segundo semestre do ano de 2016, na cidade de Varginha/MG. Ao todo, mais de 150 questionários foram coletados, abrangendo todos os participantes e envolvidos no evento.

Utilizou-se de um questionário para a coleta de dados dos participantes do evento. Para (CERVO, BERVIAN; DA SILVA, 2007), este instrumento é um meio que permite medir com mais exatidão o que se deseja. Foi aplicado por entrevistadores qualificados (GOODE; HATT, 1977), de forma a esclarecer eventuais dúvidas dos entrevistados. Os questionários foram respondidos durante a realização do evento.

As questões foram elaboradas de forma a traçar o perfil demográfico dos entrevistados (sexo, idade, renda, profissão, formação acadêmica, etc.). Tais variáveis, chamadas categóricas, foram analisadas em relação à sua frequência (MCCLAVE; BENSON; SINCICH, 2009).

Na segunda parte, foram utilizadas questões cujas variáveis são preditoras, ou seja, buscam explicar o fenômeno estudado (LEVINE *et al.*, 2012). Tais questões foram compostas por uma escala de concordância de 5 pontos (1- Nunca, 2 - Raramente, 3 - Às vezes, 4 - Frequentemente e 5 - Sempre).

Os dados quantitativos foram analisados utilizando o *Statistical Package for the Social Sciences*, importante *software* estatístico que tem sido utilizado no meio acadêmico, científico e empresarial como ferramenta para o procedimento de análises estatísticas, principalmente estatísticas multivariadas e descritivas (HAIR JR. *et al.*, 1998). De forma a identificar e traçar características empreendedoras dos participantes, foram realizadas as seguintes análises estatísticas: distribuição de frequência, análise de Cluster e análise fatorial. Os resultados das análises são descritos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresenta-se nesta seção os resultados e discussões dos dados obtidos após análise estatística.

ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A primeira análise realizada foi a distribuição de frequência das variáveis demográficas, a fim de traçar o perfil dos participantes do evento de *startup*. A distribuição de frequência permite resumir grande conjunto de dados em uma tabela, onde é possível identificar os valores dos dados juntamente com suas frequências correspondentes (TRIOLA, 2008). As Tabelas 1 a 9 apresentam os resultados encontrados.

Tabela 1: Sexo dos respondentes

Sexo	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Masculino	89	59,3	59,3	59,3
Feminino	61	40,7	40,7	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 2: Idade dos respondentes

Idade	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
15	15	10,0	10,0	10,0
16	17	11,3	11,3	21,3
17	9	6,0	6,0	27,3
18	11	7,3	7,3	34,7
19	11	7,3	7,3	42,0
20	12	8,0	8,0	50,0
21	7	4,7	4,7	54,7
22	8	5,3	5,3	60,0
23	19	12,7	12,7	72,7
24	4	2,7	2,7	75,3
25	9	6,0	6,0	81,3
26	20	13,3	13,3	94,7
27	2	1,3	1,3	96,0
29	2	1,3	1,3	97,3
31	2	1,3	1,3	98,7
35	1	,7	,7	99,3
50	1	,7	,7	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Há maior percentual de participantes do sexo masculino (59,3%), com idades distribuídas entre 15 anos a 50 anos. A idade média é de 20,5 anos, ocorrendo com maior frequência respondentes de 26 anos de idade.

Tabela 3: Estado civil dos respondentes

Estado Civil	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Casado	2	1,3	1,3	1,3
Solteiro	148	98,7	98,7	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 4: Formação escolar dos respondentes

Formação escolar	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Ensino Fund. I	1	,7	,7	,7
Ensino Fund. II	15	10,0	10,0	10,7
Ensino Médio	111	74,0	74,0	84,7
Superior	18	12,0	12,0	96,7
Pós-graduação	5	3,3	3,3	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 5: Pós-Graduação dos respondentes

Pós-Graduação	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Não possui	130	86,7	86,7	86,7
Especialização	18	12,0	12,0	98,7
Mestrado	2	1,3	1,3	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Os eventos tiveram como público-alvo jovens e adolescentes em idade escolar (ensino médio) e alunos de graduação. Isso explica o percentual elevado de alunos com Ensino Médio Completo (74%) e que não possuem qualquer especialização (86,7%), estando ainda cursando a primeira graduação.

Tabela 6: Renda pessoal dos respondentes

Renda pessoal	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Não possuo	70	46,7	46,7	46,7
Até 1 salário mínimo	24	16,0	16,0	62,7
Acima de 1 até 3 salários	33	22,0	22,0	84,7
Acima de 3 até 5 salários	5	3,3	3,3	88,0
Acima de 5 até 10 salários	18	12,0	12,0	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 7: Renda familiar dos respondentes

Renda familiar	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Até 1 salário mínimo	4	2,7	2,7	2,7
Acima de 1 até 3 salários	25	16,7	16,7	19,3
Acima de 3 até 5 salários	62	41,3	41,3	60,7
Acima de 5 até 10 salários	53	35,3	35,3	96,0
Acima de 10 salários	6	4,0	4,0	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 8: Ocupação dos respondentes

Ocupação	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Analista Administrativo	11	7,3	7,3	7,3
Assistente Administrativo	23	15,3	15,3	22,7
Auxiliar Administrativo	29	19,3	19,3	42,0
Empresário	2	1,3	1,3	43,3
Engenheiro	3	2,0	2,0	45,3
Estagiário	11	7,3	7,3	52,7
Estudante	50	33,3	33,3	86,0
Monitor	7	4,7	4,7	90,7
Professor	9	6,0	6,0	96,7
Servidor Público	3	2,0	2,0	98,7
Vendedor	2	1,3	1,3	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Tabela 9: Tem intenção de ter algum negócio?

Tem intenção?	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Sim	122	81,3	81,3	81,3
Não	28	18,7	18,7	100,0
Total	150	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Ressalta-se que os eventos contaram com a participação de profissionais convidados e docentes, o que explica a ocorrência de engenheiros, professores, servidores públicos, dentre outros, além de respondentes com maior renda familiar ou renda pessoal e que possuem cursos de pós-graduação (*lato* ou *stricto sensu*).

Assim, pode-se afirmar que o perfil dos participantes do evento é, em sua maioria, composto por jovens, do sexo masculino, sem ensino superior completo (estudantes) e com renda familiar de 3 a 5 salários mínimos.

PERFIL EMPREENDEDOR

Neste ponto, foram realizadas análises de estatística multivariada para identificar fatores e correlações entre características empreendedoras.

Devido à existência de *missing values* (questões não respondidas), dos 162 questionários aplicados, 12 questionários foram descartados durante a fase de verificação, restando 150 questionários válidos, que foram efetivamente utilizados nas análises.

Devido à grande quantidade de variáveis estudadas, realizou-se a Análise Fatorial Exploratória, buscando encontrar um número menor de fatores (HAIR JR. *et al.*, 1998). A análise fatorial também pode ser usada para descobrir a estrutura básica que está por trás de um conjunto de medições.

Para isso, foi utilizado o método de extração denominado Análise dos Componentes Principais, com rotação Varimax

(máxima verossimilhança) e normalização do tipo Kaiser. Para a definição do número de fatores, foi utilizado o critério do Eigenvalue (quantidade de variância explicada por um fator). Valores maiores ou iguais a 1 foram considerados como significantes. Além disso, considerou-se as variáveis que apresentaram cargas fatoriais superiores a 0,402. A carga fatorial possibilita identificar o papel de cada variável, mostrando ainda a correlação de cada variável com o fator. Valores de carga fatorial acima de 0,300 são considerados significantes (HAIR, et al. 1998). Nesta análise, considerou-se uma carga fatorial igual ou maior que 0,402, como já afirmado.

A análise estatística apresentou um conjunto de 19 fatores, que juntos, explicam 83,32% da variância. No entanto, o estudo baseou-se em 4 fatores, devido à quantidade dos mesmos e a relevância das variáveis envolvidas (Tabelas 10 a 13).

Tabela 10: Fator 1

Variável	Coefficiente
DirigidoNecessidadeCrescerAtingirMelhoresResultados	,817
TransmiteIntegridadeeConfiabilidade	,719
DeterminadoeObstinado	,707
Autoconfiante	,648
OrientadoMetasResultados	,516
ImersoTotalmenteAtividadesDesenvolve	,427

Fonte: dados da pesquisa (2017)

O fator 1 reúne variáveis que denotam comprometimento, dedicação e envolvimento aos objetivos desejados e realização de tarefas. Nota-se um perfil de empreendedor 'comprometido'.

Tabela 11: Fator 2

Variável	Coefficiente
CapazOuvir	,794
ValorizoCritica	,693
TenhoToleranciaEstresseConflitos	,683

Fonte: dados da pesquisa (2017)

No fator 2, encontram-se características relacionadas ao comportamento e relacionamento, de forma a valorizar opiniões de outras pessoas e capaz de mediar conflitos. Trata-se de um perfil de liderança.

Tabela 12: Fator 3

Variável	Coefficiente
EnvolvidoCriarValorSatisfazerClientes	,850
InteressadoNecessidadesClientes	,579

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Já no fator 3, ocorrem características de pessoas voltadas ao mercado, preocupadas em anteder a seus clientes.

Tabela 13: Fator 4

Variável	Coefficiente
FatosparaDecisao	,827
TrabalhoConcluidoSegredoSucesso	,740
AtinjoResultadosSeguindoProcedimentos	,587
EncaroProblemaDiretoConclusoes	,484

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Por fim, o quarto fator apresentou variáveis relacionadas à organização do trabalho: uso de procedimentos, enfrentamento direto de problemas e conclusão do trabalho como sinal de sucesso. São traços de um perfil organizado e com foco no trabalho.

Os resultados obtidos permitem concluir que as características empreendedoras identificadas nos entrevistados podem ser avaliadas com base nos seguintes fatores: I) Comprometimento; II) Liderança; III) Voltado ao mercado e IV) Organização no trabalho.

De forma a avaliar a consistência interna das variáveis, realizou-se o teste de Coeficiente Alfa de Cronbach (MALHOTRA, 2001). O autor afirma que tal coeficiente deve ser maior ou igual a 0,6000. No presente trabalho, as variáveis apresentam um índice de 0,821, apresentando assim, uma boa consistência interna.

Também foi feita Análise de Cluster de forma a agrupar os participantes do evento de acordo com o seu padrão de resposta (MALHOTRA, 2001). Foram encontradas soluções com dois clusters.

A análise de variância mostrou que as várias variáveis sexo, renda familiar e se cursa graduação apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. A Tabela 14 a seguir apresenta os maiores percentuais observados nos clusters, em relação às diferenças observadas.

Tabela 14: Variância entre os grupos

		Sexo		Renda Familiar		Cursa Graduação?	
		Masculino	Feminino	Acima de 3 até 5 salários	Acima de 5 até 10 salários	Sim	Não
Cluster 1	Contagem	27	46		33	24	49
	% do Total	21,8%	37,1%		26,6%	19,4%	39,5%
Cluster 2	Contagem	37	14	34		32	19
	% do Total	29,8%	11,3%	27,4%		25,8%	15,3%
Total	Contagem	64	60	49	40	56	68
	% do Total	51,6%	48,4%	39,5%	32,3%	45,2%	54,8%

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Pelos resultados, pode-se concluir que o Cluster 1 é formado em sua maioria por mulheres, com renda familiar de 5 a 10 salários mínimos e que não estão cursando ensino superior. A maior parte possui 20 anos de idade (9,7%). Já o Cluster 2 é formado por maioria de homens, com renda de 3 a 5 salários mínimos, a maioria está no ensino superior e a idade que prevalece é de 18 e 19 anos (ambos com 7,3%).

Por fim, foram analisados os coeficientes de correlação entre as variáveis, que de acordo com Maroco (2007), mede a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis. A Tabela 15 apresenta a correlação mais significativa observada.

Tabela 15: Coeficiente de correlação entre as variáveis

	HabilAdapta rNovasSitua coes	HabilDefinirCo nceitosDetalha rIdeias	DirigidoNecessidadeCr escerAtingirMelhoresR esultados	TransmitelInteg ridadeeConfiaabi lidade	CapazConstruir TimesTrabalhar Equipe
DeterminadoeObst inado				,729	
ImersoTotalmente AtividadesDesenvo lve				,606	
InteressadoNecess idadesClientes	,609				
SouHabilResolverP roblemasIntegrarS olucoes		,662			
AlguemNaoTemM edoFalhar					,638
Autoconfiante				,650	

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Nota-se, pela tabela acima, que há correlação entre as seguintes variáveis:

- a) interesse nas necessidades dos clientes e hábil para adaptar a novas situações (0,609);
- b) hábil em resolver problemas/integrar soluções e hábil em definir conceitos e trabalhar ideias (0,662);
- c) determinado, obstinado e dirigido a necessidades e atingir melhores resultados (0,729);
- d) transmite integridade e confiabilidade, com as variáveis autoconfiante (0,650) e imerso totalmente nas atividades que desenvolve (0,606);
- e) alguém que não tem medo de falhar e que é capaz de construir times que trabalham em equipe (0,638).

Tais correlações corroboram as características identificadas na análise fatorial, mostrando que na população estudada, prevalecem perfis de pessoas comprometidas com o que fazem, que apresentam liderança, organizadas e voltadas a atender necessidades do mercado.

Após estas análises é possível tecer algumas considerações a respeito dos dados estudados, conforme apresentado na próxima seção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou traçar o perfil dos participantes de dois eventos de *empreendedorismo* realizados no ano de 2016 na cidade de Varginha/MG, de forma a identificar características de perfil empreendedor em seus participantes. Para tanto, foi feita uma análise estatística descritiva e multivariada dos dados coletados por meio de questionários aplicados aos participantes dos eventos.

Os resultados mostraram que a maioria dos participantes é jovem (menos de 30 anos), estudantes de graduação recém-saídos do ensino médio. Muitos deles não trabalham e em sua grande maioria desejam ter um negócio próprio.

Percebeu-se que os participantes do evento possuem como características empreendedoras, dentre outras: o trabalho organizado, o bom relacionamento entre pessoas, a vontade de buscar no mercado ideias para seus negócios e de forma a atender a sociedade, e claro, o perfil de liderança tão necessário ao empreendedor.

Em virtude de ter sido aplicado em eventos pontuais e devido ao fato do questionário possuir uma quantidade grande de variáveis, não é possível apresentar neste artigo todos os resultados encontrados. Esta é sem dúvida uma das limitações deste estudo. Por ser um projeto piloto, os questionários foram elaborados de forma a coletar o máximo possível de dados, para que mais análises possam ser feitas. Assim, há de se ter continuidade do estudo ora apresentado.

Participantes de eventos de *startup* chegam com grande determinação e vontade de aprender, sobretudo, encerram tais eventos desejando possuírem o próprio negócio já em andamento, ou ao menos com conhecimento do que fazer para abrir o negócio. Por isso, identificar características comportamentais é essencial, de forma a orientar tais participantes para que potencializem seus esforços na busca do que desejam. Essa é a contribuição principal do artigo.

Este tema ainda requer muitos estudos. Uma possível agenda de pesquisa futura seria a comparação do “antes e depois” de tais eventos, identificando se alguma nova característica empreendedora foi despertada nos participantes, ou, de que forma o evento de empreendedorismo causou mudanças em sua forma de enxergar o mundo e o meio empresarial.

Fica, por fim, a contribuição para que instituições de ensino possam atuar como agentes de fomentação ao empreendedorismo. A maioria dos entrevistados eram estudantes universitários, o que mostra o interesse deste público em ações que desenvolvam o perfil empreendedor e auxiliem-nos a abrir seus próprios negócios. E com isso, contribuir para o desenvolvimento do país e de seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas. **As incubadoras de empresas no Brasil** – Panorama ANPROTEC, 2003.
- BARRETO, L. P. **Educação para o empreendedorismo**. Salvador: Escola de Administração de Empresas da Universidade Católica de Salvador, 1998.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- DA SILVA, C. G.; IBDAIWI, T. K. R.; BIBIANO, N. R.; PERES, M. C. S. S.; FALKEMBACH, G. F. O perfil dos empreendedores nos startups: um estudo de caso na incubadora tecnológica de Santa Maria. **2º Fórum Internacional Ecoinnovar**. Santa Maria, 2013.
- DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- FARAH, O. E. et al. **Empreendedorismo estratégico**. São Paulo: Ottoni, 2005.
- GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*. **Empreendedorismo no Brasil: 2016**. Curitiba: IBQP, 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf> Acesso em 18 jun. 2017.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- GUIMARÃES JR, E. S.; CIACCI, L. **Guia de Estudos - Empreendedorismo**. Varginha: Unis, 2016.
- HAIR Jr., J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005
- LEVINE, D. M.; STEPHAN, D. F.; KREHBIEL, T.; BERENSON, M. L. **Estatística: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em Português**. 6.ed. LTC, 2012.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: foco na decisão**. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- MAROCO, J. **Análise Estatística** – com utilização do SPSS. Lisboa: Edições Silabo, 2007.
- McCLAVE, J. T.; BENSON, P. G.; SINCICH, T. **Estatística para administração e economia**. 10.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- PETERS, P.P; HISRICH, R.D. **Empreendedorismo**. São Paulo: Bookman, 2002.
- RIES, E. **A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas**. São Paulo: Lua de Papel, 2012.
- SCHMIDT, S.; CUNHA, R. A. N. **Perfil empreendedor e desempenho organizacional**. RAC, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 450-467, Jul./Ago. 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552009000300007>. Acesso em: 21 maio 2017
- SEBRAE. **O que é ser empreendedor**. 2006. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 01 mar 2016.
- TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 10.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

A Sustentabilidade Ambiental nas Organizações: Uma Análise dos Desafios da sua Implantação em uma Empresa de Varginha-MG

Environmental Sustainability in Organizations: An Analysis of the Challenges of their Implantation in a Company in Varginha-MG

Vanessa Aparecida Dias¹, Guaracy Silva², Wanderson Gomes de Souza²

¹ UNIS-MG - v.dias43@yahoo.com

² UNIS-MG

Recebido em 28 de Julho de 2017; Aceito em 17 de Agosto de 2017.

Resumo

As organizações, no passado, tinham um foco voltado mais para a eficiência dos sistemas produtivos e a sua lucratividade, atualmente, há uma mudança nessa postura, com as empresas apresentando preocupações também com as questões ambientais e sociais, buscando se adequar aos paradigmas da atualidade. Nesse sentido, ganha importância a adoção de programas de gestão ambiental nas organizações, não apenas para o cumprimento de normas, mas também como uma forma de obter vantagem competitiva. No entanto, mesmo com a evolução da tecnologia, muitas empresas, especialmente as que possuem mais tempo de instalação, ainda apresentam dificuldades para se adequar às legislações ambientais. Diante de tal fato, este estudo tem a finalidade de analisar quais as principais dificuldades que uma empresa apresenta ao implantar os programas sustentáveis e como essas dificuldades são solucionadas pelo setor administrativo e operacional. Para desenvolver este estudo realizou-se uma revisão bibliográfica e um estudo de caso com uma empresa que atua há 32 anos no município de Varginha-MG, que conta com a participação de consultor em sustentabilidade no seu quadro de funcionários para facilitar a implantação desses programas na empresa. Nas discussões apresentadas, percebe-se que a compreensão do contexto que envolve a sustentabilidade empresarial motiva as empresas a capturarem conhecimentos necessários para sua atividade sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental. Desafios organizacionais. Gestão ambiental.

Abstract

In the past, organizations have focused more on the efficiency of production systems and their profitability. Today, there is a change in this position, with companies presenting concerns also with environmental and social issues, seeking to adapt to current paradigms. In this sense, it is important to adopt environmental management programs in organizations, not only to comply with standards, but also as a way to gain competitive advantage. However, even with the evolution of technology, many companies, especially those with longer installation times, still have difficulties in complying with environmental legislation. Faced with this fact, this study has the purpose of analyzing the main difficulties that a company presents when implementing the sustainable programs and how these difficulties are solved by the administrative and operational sector. To develop this study, a bibliographic review and a case study were carried out with a company that has been operating for 32 years in the city of Varginha-MG, with the participation of a sustainability consultant in its staff to facilitate the implementation of these programs in the company. In the discussions presented, it is perceived that the understanding of the context that surrounds the corporate sustainability motivates the companies to capture the necessary knowledge for their sustainable activity.

Keywords: Environmental sustainability. Organizational challenges. Environmental management.

INTRODUÇÃO

Atualmente as empresas brasileiras apresentam uma tendência de maior preocupação com o meio ambiente, e muitas delas estão adquirindo diversas certificações e buscando oportunidades ligadas à gestão ambiental, buscando conciliar o processo produtivo com um menor impacto nos recursos naturais. Durante o desenvolvimento industrial, os recursos naturais do país foram explorados com grande intensidade, provocando graves impactos ambientais e na capacidade de resiliência dos ecossistemas. A dimensão ambiental ou ecológica estimula empresas a considerarem o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, na forma de utilização dos recursos naturais, e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho (ALMEIDA, 2002).

As empresas admitem que seja necessária a implantação de Programas de Sustentabilidade Ambiental bem como a atualização dos mesmos, mas para que isso ocorra de forma que favoreça as empresas e meio ambiente é preciso que a empresa sofra uma adaptação em sua estrutura ou a criação de um setor responsável para elaboração e cumprimento de uma política ambiental que forneça uma melhoria contínua nos diversos aspectos da organização. E muitas vezes as empresas não possuem recursos suficientes para investir nesses programas.

Nesse sentido, esse estudo objetiva analisar a implantação de um programa de sustentabilidade ambiental em uma empresa da região Sul de Minas, bem como as principais dificuldades enfrentadas pela mesma. Salienta-se ainda que, no decorrer deste trabalho, apresentam-se as ferramentas e estratégias mais utilizadas nesse processo.

É notório que algumas empresas ainda não conseguem desenvolver programas sustentáveis com resultados positivos. A responsabilidade socioambiental já faz parte do cotidiano dos empresários por exigências dos órgãos que regulamentam seu funcionamento e como forma de assumir uma identidade mais amigável diante do consumidor. Na prática, nem todas as empresas conseguem definir Programas de Sustentabilidade, obter os resultados e reduzir o desperdício em suas cadeias produtivas. A principal preocupação dos empresários gira em torno dos gastos que uma gestão ambiental pode acarretar, e quais são as etapas a serem seguidas para conquistar o objetivo sustentável.

A utilização equivocada e descontrolada dos recursos naturais no passado trouxe para as empresas, juntamente com a legislação ambiental, o desafio de otimizar o uso desses recursos e a fim de cumprir com o processo de produção de bens e serviços. De acordo com Andreoli (2002), a implantação do Sistema de Gestão Ambiental facilita a identificação dos passivos ambientais, que são os investimentos necessários para que uma empresa repare impactos ambientais negativos gerados durante anos de operações, fornecendo também subsídios à sua correta gestão. Esses procedimentos promovem a conformidade com a legislação, a minimização de acidentes e de riscos, como a contaminação do solo, água e ar com substâncias prejudiciais, por meio de um gerenciamento ambiental que permite a sua integração à gestão dos negócios. Essa atitude melhora a imagem da empresa, aumenta a produtividade, possibilita a expansão de novos mercados e ainda melhora o relacionamento com fornecedores, clientes e comunidade.

Segundo Leal (2009), as questões ambientais passaram a ser discutidas em um período inferior a cinco décadas, o que representa relativamente pouco tempo para reflexão e entendimento dos problemas ambientais globais, assim como para a verificação da eficácia de ações voltadas para a mitigação dos impactos socioambientais. Dessa forma, o foco atual das organizações nesse âmbito permeia muito mais a questão legal do que necessariamente a conscientização.

Conforme Dias (2006, p. 69), “o agravamento das condições ambientais provocou ao mesmo tempo aumento da consciência dos cidadãos sobre a importância do meio ambiente natural”. Além disso, relata que as empresas são responsáveis indiretas pelo crescimento do interesse pelo meio ambiente, devido ao fato de serem as causadoras dos principais impactos ambientais que despertaram a conscientização da sociedade quanto a esses problemas.

O objetivo principal deste trabalho é expor as principais e mais comuns dificuldades encontradas pelas empresas na implantação de Programas de Sustentabilidade Ambiental. Os objetivos específicos consistem na identificação de como essas dificuldades são atualmente superadas pelas empresas que atuam há mais de 20 anos no mercado, e como alcançaram sucesso nesses programas, e possíveis ações para minimizar a destruição do meio ambiente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

O meio ambiente fornece uma série de fatores importantes para o processo produtivo e a sua má utilização impacta diretamente na disponibilidade e alocação desses fatores, bem como nas decisões que as empresas devem tomar.

Na visão de Garcia (2009), abordando o próprio conceito fundamental do tema, a sustentabilidade representa um estado idealizado de sociedade onde as pessoas atendam às suas necessidades materiais de forma ecologicamente correta e socialmente justa, de modo a não comprometer a possibilidade de outros seres humanos em satisfazer suas necessidades no futuro.

Costanza (1994, p. 75) define a sustentabilidade como

a relação entre os sistemas econômicos humanos dinâmicos e os sistemas ecológicos mais abrangentes, dinâmicos, mas normalmente com mudanças mais vagarosas, na qual: a) vida humana possa continuar indefinidamente, b) individualidades humanas possam florescer, c) cultura humana possa desenvolver, d) efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de limites a fim de que não destruam a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida.

Para a sociedade moderna conseguir alcançar a sustentabilidade é necessário incorporar os serviços ambientais prestados pela natureza na própria abordagem contábil e econômica. Dessa forma, a natureza passa a apresentar um valor monetário mensurável para as empresas, contribuindo para a inserção da sustentabilidade na tomada de decisão.

Nesse sentido torna-se necessário que as empresas adotem uma estrutura que permita o crescimento da produção com maior consciência dos colaboradores e utilizando menos recursos naturais. O crescimento da produção no país juntamente com a expansão populacional são fatores para o acúmulo de problemas sociais, econômicos e também relacionados ao meio ambiente. E com isso os recursos naturais se tornam extintos de forma ligeira, afetando a sociedade. É importante a reflexão sobre os problemas ambientais, tendo em vista que a sustentabilidade é considerada um desafio global.

De acordo com Souza e Costa (2012) no início deste século XXI, nota-se a valorização de uma nova postura empresarial, não mais focada apenas na obtenção de lucros, mas também no relacionamento com a sociedade e a sustentabilidade dos negócios.

Diante deste panorama as empresas passam a se reestruturar para se adequarem a esta nova percepção. As pressões sociais e restrições impostas fazem com que as empresas sejam forçadas a buscar formas de reduzir seu impacto ambiental e a melhorar sua imagem por meio de uma maior responsabilidade social. Neste sentido, muito tem sido feito para a sustentabilidade do setor produtivo (CORAL, 2002).

Os modelos de consumo, produção e desenvolvimento escolhidos pelos empresários desde a Revolução Industrial tem desencadeado uma série de complicações, inclusive impedindo algumas empresas de receber a certificação ISO. Sendo assim o desenvolvimento sustentável surge propondo um novo padrão ético da ação empresarial. Isso permite que todos os setores da sociedade empresarial passe, necessariamente, a adotar de novas práticas sustentáveis.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é uma frase simples, mas suas implicações são profundas. Entretanto, seu maior significado é o seguinte: deve-se colocar o modo de vida atual em um alicerce que seja baseado em gerar renda e não em terminar com os ativos (WILLIAMS; GOLÜKE, 1992).

Montibeller-Filho (2001) corrobora com essa discussão ao afirmar que a produção sem degradar o meio ambiente e utilizando o mínimo possível dos recursos não renováveis deve fixar os parâmetros de consumo e densidade populacional da sociedade. Porém, tornam-se necessárias pressões externas, como políticas ambientalistas e movimentos sociais, para que o mercado possa captar as externalidades do processo produtivo e internalizá-las.

A sustentabilidade também pode ser vista como uma oportunidade de novos negócios para as empresas, facilitando o progresso econômico, igualdade social e preservação ambiental, que geram boas imagens da empresa, contribuindo também para o crescimento dos negócios. Além disso, as empresas aumentam sua produção, pois aproveitam sobras de recursos nos processos produtivos.

Para o acompanhamento e avaliação da sustentabilidade nas organizações é importante o uso de indicadores específicos. Nesse sentido cabe destacar os que são utilizados pelo Instituto Ethos.

O conteúdo dos Indicadores Ethos preserva a estrutura que os consolidou como ferramenta de aprendizado: questões de profundidade, questões binárias e questões quantitativas. Cada indicador é composto por esses três tipos de questões, sendo as de profundidade e as binárias obrigatórias para a elaboração do relatório de diagnóstico. As questões quantitativas são opcionais e recomenda-se que sejam preenchidas na etapa de planejamento. As perguntas encontradas no questionário são baseadas em torno de cinco grandes temas: Governança, Público Interno, Meio Ambiente, Comunidade e Consumidores e clientes. (INSTITUTO ETHOS, 2016).

Dessa forma, o uso de indicadores, como o citado, permitem à empresa a verificação de seu sistema de gestão ambiental e como o mesmo está contribuindo para atingir a sustentabilidade de forma ampliada.

A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS EMPRESAS

O desenvolvimento sustentável é tratado como sinônimo de sociedade racional, de indústrias limpas, de crescimento econômico. Pode-se perceber sob a visão econômica, que é a de atender demandas e não as necessidades, fazendo surgir o caráter frágil do conceito. De acordo com Philippi (2001, p. 304) “Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor”.

Para Van Bellen (2005), o conceito de desenvolvimento sustentável provém de um relativamente longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil e seu meio natural.

Para reduzir este conflito entre o crescimento econômico e a proteção ambiental, destaca-se a promoção de uma política de sustentabilidade. A sustentabilidade organizacional tenta harmonizar os objetivos, tradicionalmente associados com o crescimento econômico com as limitações ambientais e a atividade econômica. Brundtland et al (1991) afirmam que, as preocupações econômicas e as ecológicas não se opõem, necessariamente.

Repetto e Austin (2001) destacam que, atualmente, o desempenho financeiro dos negócios é afetado de forma significativa pelos custos e oportunidades apresentados por problemas ambientais. Regulamentação, materiais, preço de energia, demandas dos consumidores e o desenvolvimento de novos mercados podem influenciar os resultados financeiros das companhias. Há muitas discussões de que se o desempenho das empresas melhora com investimentos feitos em sustentabilidade e, se os investimentos feitos em prevenção de poluição podem beneficiar o resultado financeiro.

As empresas precisam acompanhar as discussões no âmbito da sustentabilidade, bem como as leis e normas ambientais contribuindo assim para as suas estratégias de gerenciamento ambiental, a fim de tornar factível o desenvolvimento sustentável. De acordo com Carvalho e Barbieri (2013) contribui para essa mudança de postura a ação da chamada empresa focal, ou seja, aquela que influencia uma grande cadeia de suprimentos e que impõe uma série de requisitos ambientais para que uma empresa possa fornecer para ela. Esse é o caso da empresa alvo desse estudo.

Nesse sentido é possível verificar que os programas de gestão ambiental podem se tornar geradores de oportunidades de mercado e sinônimos de redução de custos, dependendo, para isso, da atuação consciente e coerente das empresas.

No que tange à questão dos custos ambientais, estes serão reconhecidos, independentemente de desembolso e imediatamente incorporados ao bem ou serviço que vise, única e exclusivamente, a preservação do meio ambiente, no momento da sua ocorrência, sendo que sua classificação contábil se dará no ativo imobilizado ambiental, desde que tais custos e/ou serviços aumentem a vida útil do bem, conforme complementa Raup (2002).

Para fins de se internalizar os custos ambientais na empresa os gestores mantêm os programas ambientais que visam a reciclagem, a redução e eficiência no consumo de energia elétrica, a diminuição do uso de matérias-primas, o reuso da água, entre outros. Contudo, alguns custos não são internalizados pela dificuldade em diferenciá-los dos demais custos operacionais. Em função disso, torna-se necessário que a empresa estude mais pormenorizadamente a sua estrutura de custos para que consiga separar corretamente os custos operacionais que têm relação direta com as questões ambientais, para que suas ações de sustentabilidade sejam mais bem planejadas.

Segundo Almeida (2009), além de respeitar o meio ambiente, a sustentabilidade empresarial tem a capacidade de mudar de forma positiva a imagem de uma empresa junto aos consumidores. Com o aumento dos problemas ambientais gerados pelo crescimento desordenado nas últimas décadas, os consumidores ficaram mais conscientes da importância da defesa do meio ambiente.

Segundo Canepa (2007) o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada na pesquisa é o estudo bibliográfico juntamente com um estudo de caso realizado em uma empresa que atua há mais de 30 anos na cidade de Varginha – MG, mas não possui um Programa Sustentável implantado, causando grande dificuldade no cumprimento das responsabilidades sociais e ambientais. As informações necessárias para a realização deste estudo foram adquiridas por meio de entrevista com aplicação de um questionário semiestruturado, bem como observações de análises documentais já publicadas anteriormente pela empresa e disponível para o público em geral.

O contato foi com o consultor de sustentabilidade da empresa diretamente na empresa alvo da pesquisa.

Importante salientar que o estudo de caso é um método qualitativo que aprofunda o estudo em uma unidade individual e também auxilia a responder questionamentos que o pesquisador não tem muito acesso sobre o assunto tratado. O estudo de caso também contribui para se compreender melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A empresa escolhida é grande porte, sendo seus produtos e mercadorias destinados ao mercado interno e externo, com um fator importante que é a realização de atividades potencialmente poluidoras.

Para a entrevista contou-se com a colaboração de um consultor de sustentabilidade, que declarou que quem estabeleceu uma série de metas mundiais em sustentabilidade à empresa foi o cliente Dow Química. Dentro destas metas estava o programa Engajamento com Fornecedores, pois a Dow Química compreende que para obter sucesso em suas metas é imprescindível a participação de todos os seus fornecedores. Sendo assim, foi estabelecido pela mesma que a participação no Programa de Desenvolvimento em Sustentabilidade seria condição para continuar adquirindo produtos da empresa entrevistada. Foi este programa a porta de entrada da sustentabilidade na empresa.

Dessa forma, a empresa pesquisada reconheceu que causava um alto índice de poluição ao meio ambiente, e que a implantação do programa sustentável seria de extrema importância para o crescimento econômico da empresa. E por se tratar de um programa extenso e com diferentes níveis a ser atingido, alcançar o nível máximo neste programa ainda é um objetivo da maioria das empresas, assim como da empresa pesquisada, que vem evoluindo em suas conquistas. Os estágios do programa são: Básico, Intermediário, Avançado e Proativo. A empresa mantém atualmente o compromisso com a Dow Química de dar continuidade na implantação do programa de sustentabilidade.

O consultor deu continuidade à conversa informando que não existe uma normatização em sustentabilidade, o que existe são iniciativas com relação a este tema. Sendo assim, o Instituto Ethos desenvolveu uma ferramenta para auxiliar as empresas a organizarem as suas ações com relação a este tema: os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social. A partir desta iniciativa criou-se uma diretriz que as empresas podem utilizar para verificarem e compararem suas ações em responsabilidade social e sustentabilidade. Foi relatado também que em 2013 a empresa encaminhou seu gerente administrativo para participar do programa de sustentabilidade que foi ministrado pelo Instituto Ethos. De posse deste treinamento a empresa contratou um consultor especialista em sustentabilidade para auxiliá-la na implantação deste programa sustentável. Foi declarado pelo entrevistado que a empresa iniciou o trabalho de implantação do programa sustentável

para o cumprimento da meta, reunindo todos os funcionários interessados no tema, fizeram a leitura do documento apresentado pelos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, e responderam todo o questionário contido neste documento. Depois de identificadas as respostas negativas, formaram-se cinco grupos para que pudessem tratar dos temas aos quais as respostas foram negativas. Um dos trabalhos do consultor na empresa consiste em conduzir as discussões nos grupos na direção de sanar e suprir as dúvidas com relação aos temas que cada um deles desenvolve. O questionário foi avaliado realizando-se uma comparação em relação aos principais aspectos ambientais de cada empresa, e também sobre as dificuldades enfrentadas na possível implantação de um Programa Sustentável. Após essa comparação foi realizada a quantificação e enumeração dos maiores problemas.

O consultor comenta posteriormente uma descrição resumida da empresa, como identificação de atividades operacionais, sendo o mesmo responsável pela questão ambiental e quais são seus principais clientes e fornecedores. Além disso, conta com diversas questões referentes à questão ambiental na empresa, como: monitoramento do desempenho ambiental e identificação de indicadores associados, análise e adequação à legislação ambiental e códigos de práticas éticas e setoriais, identificação contínua de aspectos ambientais e seus impactos. Além disso, comenta questões como as medidas tomadas pela empresa para a prevenção de eventual poluição, da existência de reciclagem e reaproveitamento de resíduos e matéria-prima. E ainda esclarece que a realização de treinamentos, questionários aplicados e palestras com funcionários administrativos e operacionais é fundamental para a melhoria da qualidade do conhecimento dos mesmos quanto ao interesse da implantação de programas sustentáveis na empresa, e quais as eventuais dificuldades para a referida implantação.

Dando continuidade na entrevista, o consultor informou que ao final de dois anos de trabalhos para implantação do sistema sustentável na empresa, foi desenvolvida uma certeza de que a sustentabilidade é uma realidade que veio para ficar e que a ética deve ser um valor presente em todas as condutas dos funcionários. A empresa já possui um código de ética e conduta para orientar as ações e desenvolveram uma série de políticas que passaram a orientar as ações com relação a diversos temas que antes eram decididos sem nenhuma sistematização.

O consultor esclarece que a dificuldade está em não rever conceitos, além de permanecer nos mesmos atos sem prever soluções e problemas futuros e no receio de quebrar paradigmas e preconceitos enraizados contra a sustentabilidade. Nesse sentido, compreende-se que a dificuldade maior na implantação do Programa Sustentável está na cultura dos funcionários da empresa, pois os mesmos ignoram o termo sustentabilidade, sem ao menos ter conhecimento de seu significado. Isso é mais evidente entre os funcionários do setor operacional em virtude, de acordo com pesquisado, da baixa escolaridade que os mesmos possuem. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de ampliar a conscientização e o conhecimento desses colaboradores sobre o tema sustentabilidade, a fim de que suas ações possam ser efetivas na implantação do programa.

Além disso, é necessário eliminar a ideia de que a preservação ambiental e, conseqüentemente, a proteção à vida humana, estagna o crescimento econômico das organizações.

O consultor declarou ainda que isto é uma pequena amostra do trabalho que foi desenvolvido com relação à sustentabilidade na empresa, o que não significa o esgotamento do tema, pois, não se encontra nem na metade do processo, porém a empresa continua trabalhando com o tema de forma muito intensa. Ficou claro que é preciso conscientizar muitos funcionários da empresa, aos quais as culturas são pouco desenvolvidas, dificultando a apresentação dos trabalhos sustentáveis.

Um ponto importante na empresa em estudo é que, as propostas de implantação de métodos mais

corretos de utilização dos recursos naturais apresentaram grande viabilidade considerando-se uma das missões da empresa que é estimular a economia sempre que possível, com baixos custos sem perder a qualidade de serviços oferecidos.

Verificou-se, portanto, que a empresa ainda possui um caminho longo para a efetividade de programa ambiental, no entanto, evidenciou-se que a mesma está realizando os processos e buscando resolver os principais gargalos que surgem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável. Um dos desafios da sustentabilidade ambiental é a conscientização de que este é um processo a ser percorrido e não algo definitivo a ser alcançado.

Neste estudo foi averiguada a dificuldade de uma empresa com mais de trinta anos no mercado em implantar programas sustentáveis. O estudo mostrou que a empresa entrevistada tem grande dificuldade de implantar os programas sustentáveis devido aos funcionários do setor operacional da empresa não possuírem escolaridade de ensino fundamental completo, causando deficiência na compreensão desses programas. Foi constatado ainda que esses funcionários desconhecem por completo esses temas sobre a sustentabilidade.

O resultado aponta que a estratégia de sustentabilidade ainda é recente para a empresa, mas a mesma já desenvolveu ações que podem contribuir para uma maior efetividade no futuro.

Uma empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento e estratégia de suas atividades, buscando atender as demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários. As empresas não deixariam de incluir o lucro como objetivo, porém, ao invés de priorizar a maximização de lucros de curto prazo, as organizações devem buscar lucros de longo prazo, obedecer às leis e regulamentações, considerar o impacto não mercadológico de suas decisões e procurar maneiras de melhorar a sociedade por uma atuação orientada para a Responsabilidade Social Empresarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIROL, P. Como iniciar um processo de integração. In: VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H. (Org.). **Novos instrumentos de estão ambiental urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- _____. **Experiências empresariais em sustentabilidade no Brasil**. São Paulo: Elsevier, 2009.
- ANDREOLI, C. V. **Gestão empresarial**. Curitiba: FAE Business School, 2002.
- BRUNDTLAND, G. et al. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CANEPA, C. **Cidades sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.
- CARVALHO, A. P.; BARBIERI, J. C. Inovações socioambientais em cadeias de suprimento: um estudo de caso sobre o papel da empresa focal. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 232 – 256, jan./mar. 2013.
- CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.
- COSTANZA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P.H.; MOTTA, R. S. (org.). **Valorando a natureza:**

- análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.
- GARCIA, F. B. **Definição da sustentabilidade**. 2009. Disponível em: <http://sustentabilidades.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=30&Itemid=50> Acesso em 20 de novembro de 2016.
- INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. 2016. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.V6FQKfkrLak>> Acesso 12 de novembro de 2016.
- LEAL, C. E. A era das organizações sustentáveis. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, v.8, n.8, p. 1-11, 2009.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001.
- PHILIPPI, L. S. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In: LEITE, A. L. T. A.; MININNI-MEDINA, N. **Educação ambiental**: questões ambientais – conceitos, história, problemas e alternativa. 2. ed., v. 5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- RAUP, E. H. Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. **Revista de Contabilidade do CRC-SP**, São Paulo, n. 20, ano VI, jun. 2002.
- REPETTO, R., AUSTIN, D. Quantifying the impact of corporate environmental performance on shareholder value. **Environmental Quality Management**, v. 10, n. 4, p.33-44, 2001.
- SOUZA, J. A.; COSTA, T.M.T. Responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável: conceitos, práticas e desafios para a contabilidade. **Organizações em Contexto**, v. 8, n. 5, jan.-jun. 2012.
- VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- WILLUMS, J.-O., GOLÜKE, U. **From ideas to actions**: business and sustainable development. Norway: Enger Boktrykkeri, 1992.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookmam. 2001.

POLÍTICA ECONÔMICA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL:
por uma adaptação de fundamentos macroeconômicos
à sustentabilidade ambiental

ECONOMIC POLICY ENVIRONMENTALLY SUSTAINABLE: an adaptation of macroeconomic fundamentals for environmental sustainability

Alessandro Ferreira Alves¹, Pedro dos Santos Portugal Júnior², Bastiaan Philip Reydon³

¹ UNIS-MG

² UNIS-MG - pedro.junior@unis.edu.br

³ UNICAMP

Recebido em 21 de Julho de 2017; Aceito em 04 de Outubro de 2017.

Resumo

O artigo apresenta uma proposta de inclusão das questões ambientais nas decisões de políticas econômicas dos países. O fundamento para a realização de um estudo como esse se encontra no fato de que as decisões de políticas ambiental e econômica são tomadas de maneira desarticulada, não contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Dessa forma, enquanto a política ambiental busca a sustentabilidade, as políticas econômicas contribuem para o aumento da degradação ambiental. A fim de romper com tal problemática, é apresentada uma série de propostas envolvendo as políticas fiscal, monetária e cambial que contemplem os limites impostos pelo meio ambiente à expansão da produção e da renda. O estudo apresenta inicialmente uma breve abordagem sobre as políticas econômicas, seus tipos e principais instrumentos. Em seguida, analisa-se a aplicação de instrumentos econômicos na questão ambiental a fim de demonstrar formas de internalização dos custos ambientais no âmbito das decisões produtivas e econômicas. Por fim, apresentam-se as propostas de inserção dos limites ambientais para cada uma das políticas econômicas, enfatizando as políticas fiscal, monetária e cambial.

Palavras-chave: Políticas Econômicas. Capacidade Ambiental. Sustentabilidade Ambiental.

Abstract

The article presents a proposal for inclusion of environmental issues in economic policy decisions of countries. The foundation for the realization of this study is the fact that the decisions of environmental and economic policies are made in a disjointed way, not contributing to the sustainable development of society. Thus, while environmental policy seeks sustainability, economic policies contribute to increasing environmental degradation. To break this problem, a number of proposals involving fiscal, monetary and exchange rate policies that address the limitations imposed by the environment to the expansion of production and income is presented. The study initially presents a brief overview of the economic policies, their types and main instruments. Then analyzes the application of economic instruments in environmental issues in order to demonstrate ways of internalisation of environmental costs within the productive and economic decisions. Finally, we present the proposed insertion of environmental limits for each of the economic policies, emphasizing fiscal, monetary and exchange rate policies.

Keywords: Economic Policies. Environmental Capacity. Environmental Sustainability.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade ambiental passou a fazer parte da agenda dos governos a partir da década de 70, em especial após a realização da Conferência de Estocolmo, a primeira a tratar de maneira mais direta sobre o meio ambiente. Concomitantemente, foi publicado o estudo *Limits to Growth*, realizado por uma equipe do MIT, que demonstrava que os recursos naturais apresentavam um contínuo processo de depleção.

Nesse período muitos países, principalmente aqueles que se encontravam em vias de desenvolvimento, negaram-se a mudar suas políticas de crescimento econômico, com vistas a degradar menos o meio ambiente, para continuarem em um processo de aumento de produção, principalmente no segmento da indústria pesada.¹

O advento de novas pesquisas e o tratamento interdisciplinar da questão ambiental demonstraram que o modelo de crescimento econômico vigente levaria a uma deterioração definitiva do meio ambiente, causando graves consequências sociais, ambientais e, até mesmo, econômicas.

Para Tachizawa (2005) a partir da década de 90 o conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se de uma maneira mais efetiva baseado na verificação de que os sistemas naturais do planeta são limitados para absorver os impactos da produção e do consumo. Dada essa questão, torna-se evidente a necessidade de uma política que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do país.

Jacobs (1991) informa que a noção usual de sustentabilidade envolve a adoção de uma política operacional, que utilize metas e limites baseados em indicadores ambientais apropriados, a fim de assegurar que as atividades econômicas não excedam tais limitações.

Os governos passam então a estabelecer políticas ambientais a fim de controlar a deterioração ambiental e permitir que a produção possa se expandir sem uma depleção mais grave dos recursos naturais. Porém, o que se nota é que a política ambiental dos governos é tratada e estabelecida sem ligação com as demais políticas econômicas (monetária, fiscal, cambial) o que leva a uma ineficácia no atingimento de formas mais completas e avançadas de preservação ambiental.

A Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe (1990) afirma que muitos dos casos mais graves de deterioração ambiental se devem às políticas econômicas do passado, portanto, torna-se importante coordenar tais políticas com as questões ambientais.

Baseado nesta consideração a presente pesquisa tem por questionamento: como conciliar a política econômica com a questão ambiental através dos fundamentos macroeconômicos?

Nesse sentido, objetiva-se incorporar a sustentabilidade na determinação e execução dos objetivos de política macroeconômica através das concepções da economia ecológica; e também, tornar evidente a necessidade de adaptar as políticas econômicas às questões ambientais por meio de uma reconfiguração dos fundamentos macroeconômicos e utilização de instrumentos econômicos.

Pois, segundo Sachs (1992, p. 121) “o futuro dos países dependerá de sua capacidade para encontrar configurações eficazes dos setores públicos e privados a fim de regular as relações entre o social e o econômico, de um lado, e, de outro, entre a esfera socioeconômica e a natureza”. Sendo que tais configurações devem primar por uma utilização mais eficaz dos recursos, tendo o fator inovação tecnológica um papel significativo nesta execução. Para tanto o desenvolvimento necessita ser de caráter endógeno, em oposição a modelos pré-determinados, devendo os países contar ao máximo com sua própria capacidade de tomar decisões autônomas,

1 O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no Brasil (1974 – 1979) foi um caso típico deste pensamento e ação dos governos nos países em vias de desenvolvimento.

afinal cada sociedade conhece melhor sua própria realidade.

Corroborando com esta consideração encontra-se Alier (1994) afirmando que a impossibilidade de uma racionalidade econômica capaz de considerar plenamente as externalidades e as incertezas ecológicas, bem como, a impossibilidade de decidir os assuntos humanos de acordo com uma planificação racional puramente ecológica, provoca a necessidade de uma ação política conjunta e mais eficaz. Tal ação deve advir de uma união entre economia, ecologia e sociologia para a tomada de decisões políticas, principalmente na esfera econômica.

POLÍTICA ECONÔMICA: OBJETIVOS, MEIOS E INSTRUMENTOS.

A evolução da complexidade dos processos econômicos e das relações entre os agentes determinou mudanças no comportamento da sociedade como um todo. Inicialmente os clássicos afirmavam que o mercado estabelece uma “mão-invisível” que cuidaria de estabilizar a economia como um todo sem a necessidade de intervenção do Estado.

A partir da Revolução Keynesiana na década de 30, em resposta à Grande Depressão, percebeu-se a necessidade de intervenção do Estado nos mecanismos de incentivo à demanda agregada e de busca do equilíbrio de pleno emprego.

Surge assim uma nova concepção de política econômica que, conforme Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2008) e Vasconcellos e Garcia (2005), é definida como a intervenção do governo na economia com o objetivo de manter elevados níveis de emprego e alto crescimento econômico com estabilidade dos preços, coincidindo o equilíbrio entre oferta e demanda agregadas com o produto de pleno emprego.

Ainda Vasconcellos e Garcia (2005) estabelecem cinco objetivos básicos da política ou gestão econômica: alto nível de emprego formal; estabilidade dos preços; equilíbrio nas transações externas; crescimento da produção; e distribuição justa da renda. Os três primeiros objetivos consistem em questões conjunturais de curto prazo, sendo os focos principais das políticas de estabilização; já os dois últimos envolvem aspectos estruturais, predominantemente de longo prazo.

Para se alcançar estes objetivos utilizam-se meios ou políticas, que podem ser classificadas em quatro tipos:

- Política Fiscal;
- Política Monetária;
- Política Cambial e Comercial Externa; e
- Política de Rendas.

A presente pesquisa focará as três primeiras políticas, buscando adaptar seus fundamentos à questão da sustentabilidade ambiental.

A Política Fiscal conforme Mendes (2005) consiste na atuação do governo em relação à arrecadação de impostos e aos gastos públicos. Pode ser entendido como o manejo do orçamento público a fim de atingir objetivos da política econômica. Os tributos podem ser classificados como diretos e indiretos, já os gastos públicos são o consumo do governo, as transferências, o pagamento de juros e os subsídios.

Os principais instrumentos da política fiscal são: gastos públicos, tributos, incentivos e barreiras às ex-

portações e importações. Tais instrumentos podem ser utilizados no sentido contracionista ou expansionista, dependendo dos objetivos a serem alcançados pela política em questão.

Parkin (2003) informa que a Política Monetária consiste na implementação de mudanças nas taxas de juros e na quantidade de moeda em circulação na economia, podendo ser complementado pelo contingenciamento ou expansão das operações de crédito. Seus principais instrumentos utilizados são: emissão de moeda, taxa de recolhimento compulsório, taxa de redesconto e empréstimos de liquidez, *open market*, taxa básica de juros e regulamentação do mercado de crédito. Tais instrumentos também podem ser utilizados de forma expansionista ou contracionista.

Vasconcellos e Garcia (2005) e Mendes (2005) fundamentam a Política Cambial e Comercial Externa na administração da taxa de câmbio e no controle das operações cambiais, sendo que tal política influencia diretamente as transações econômico-financeiras do país com o restante do mundo.

Os instrumentos utilizados por essa política são:

- as intervenções no mercado cambial que determinam, dentre outras questões, o regime da taxa de câmbio (fixa, flexível ou administrada);
- as políticas comerciais através da fixação de quotas de importação e/ou exportação, regimes de proteção ou incentivo ao comércio externo, visando a interferência no fluxo de mercadorias e serviços; e
- o tratamento ao capital estrangeiro por meio do estabelecimento de condições de remessa de lucro e ingresso de capitais de risco.

Também nesta política a maneira como os instrumentos serão empregados estará condicionada às prioridades dos objetivos macroeconômicos a serem alcançados.

Os governos, através das políticas e seus respectivos instrumentos, buscam alcançar as metas e objetivos hierarquizados conforme a necessidade da sociedade. Muitas discussões já ocorreram entre diferentes escolas de pensamento econômico sobre a melhor política a ser utilizada. O mais conhecido debate ocorre entre os fiscalistas (keynesianos) e os monetaristas (neoclássicos), sendo que os primeiros enfatizam a eficácia dos instrumentos de política fiscal; já os segundos, por serem mais liberais, consideram a política monetária mais eficaz exatamente pelo fato de interferir menos na estrutura econômica.

Entende-se que todas as políticas econômicas têm seus pontos positivos e negativos, o que se deve é formar uma combinação dos instrumentos destas políticas com o intuito de não tornar a sociedade refém de um único direcionamento político-econômico. Além disso, tais políticas devem se adaptar às necessidades sociais e ambientais a fim de atingir um bem-estar ótimo inter e intrageracional.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS INERENTES À QUESTÃO AMBIENTAL.

A evolução da questão ambiental na economia tornou necessária a adaptação e a criação de instrumentos capazes de internalizar, se não totalmente ao menos em parte, os impactos ambientais dos processos econômicos de produção e consumo. Essa internalização, via instrumentos econômicos, afeta diretamente os preços dos bens e serviços interferindo em sua demanda e, conseqüentemente, em sua oferta.

Segundo Castro (1994) e Motta (2008) tais instrumentos consistem em modos de se utilizar as forças de mercado de uma maneira eficiente para se alcançar as metas de controle ambiental. Sendo que estas forças de-

vem ser utilizadas de tal forma que influenciem diretamente os processos de tomada de decisões e incentivem a inovação tecnológica que reduza o custo de uso ou de poluição dos recursos naturais a ser pago pelo usuário.

A utilização de instrumentos de natureza econômica é muitas vezes preferível aos de comando e controle, por necessitar de uma menor interferência do estado, o que significa menores custos e burocracia, pelo fato de que são as próprias organizações que devem decidir como controlar e gerir as externalidades.

Para CEPAL (1995) a utilização dos instrumentos econômicos auxilia os agentes econômicos na tomada de decisão mais adequada sob o ponto de vista privado e social, pois seu uso permite a inclusão dos custos ambientais nos processos gerenciais.

Daly e Farley (2004) afirmam que o estabelecimento dos instrumentos econômicos deve obedecer a uma sequência de três objetivos básicos: primeiramente estabelecer uma escala sustentável de utilização dos recursos naturais; em segundo lugar o atingimento de uma distribuição justa desta escala; e, em terceiro, a determinação de uma eficaz alocação de tais recursos. É neste último objetivo que os instrumentos econômicos tornam-se mais eficazes.

Cavalcanti (2000) e Castro (1994) classificam e definem os instrumentos econômicos da seguinte forma:

A) Instrumentos econômicos não tributários:

- Seguros de responsabilidade: através deste os riscos e o ônus de penalidades por danos ambientais são transferidos das organizações para as companhias de seguros. Neste caso os prêmios pagos serão diretamente proporcionais à provável magnitude da degradação que possa ocorrer e também à probabilidade de sua ocorrência. Pode ser classificada como uma forma de custos evitados, muito utilizável em companhias mineradoras e petrolíferas.
- Licenças comercializáveis: para este caso cria-se um mercado específico de licenças para poluir, no qual os agentes podem comercializar direitos de poluição atual ou potencial. Torna-se importante a ação do governo estabelecendo limites sobre o total de emissões que poderão ser negociadas e o espaço geográfico onde ocorrerá esta negociação. Importante salientar que o volume de licenças de poluição e suas emissões reais não devem agravar o problema ambiental, pelo contrário, deverá incentivar a adoção de mecanismos de controle para que a empresa não tenha tanta necessidade destas negociações, que poderão, em alguns casos, encarecer muito o processo produtivo. Os custos de controle serão utilizados enquanto forem menores que o valor das licenças a serem adquiridas.
- Taxas a usuários: Consistem em pagamentos pela utilização de bens e serviços coletivos, refletindo o custo total de fornecimento do recurso. Essa taxa deve cumprir com dois objetivos importantes: desestimular o uso excessivo do recurso e refletir a sua escassez. Exemplificando este instrumento podem-se citar os serviços municipais de coleta de lixo e tratamento e distribuição de água potável, que muitas vezes não cumprem com os dois objetivos indicados.
- Sistemas de depósito e reembolso: Indicados, principalmente, para o caso de produtos que podem ser reciclados, reusados e que podem causar grandes impactos ambientais ao serem descartados na natureza. Trata-se da cobrança de uma taxa quando da compra do produto, que poderá ser reembolsada, total ou parcialmente, na devolução do produto após seu uso. Exemplos de produtos que podem ter este sistema aplicado são: pneus, lâmpadas, embalagens plásticas, baterias e óleos

lubrificantes usados.

B) Instrumentos econômicos tributários:

- Impostos ou taxas ambientais: Sua aplicação visa alterar os preços relativos dos produtos, fazendo com que os agentes sejam incentivados a terem uma atenção maior para o controle ambiental, a fim de diminuir o pagamento destes impostos e seus respectivos custos. Sua aplicação visa diminuir os impactos ambientais cobrando um imposto sobre a poluição advinda do processo produtivo.
- Incentivos fiscais: Consistem em utilizar de garantias, empréstimos a juros baixos e/ou subsídios para estimular os produtores a mudarem os processos mais poluidores, ou diminuírem seus custos de controle de poluição.

Além destes instrumentos citados, a CEPAL (1995) indica dois outros, a serem utilizados principalmente pelos produtores agrícolas:

- Instrumentos de serviços: que compreendem a assistência técnica e de mercado, armazenamento, viabilidade, educação e capacitação, utilização de máquinas e equipamentos, visando o uso sustentável dos recursos naturais;
- Instrumentos sociais: que incluem construções, dotações de serviços e organização comunitária para prover a continuidade dos processos ambientalmente corretos.

Os instrumentos econômicos, mesmo com suas limitações, são importantes para a aplicação da valoração ambiental no processo produtivo das organizações e na determinação de políticas econômicas, a fim de que, no curto prazo, sejam atingidas formas de preservação dos recursos naturais. Porém, a aplicação destes instrumentos necessita de algumas considerações, que são segundo Castro (1994): eficiência ambiental, eficácia para atingir os objetivos específicos, equidade, aceitação política, viabilidade administrativa e flexibilidade em se adaptar a mudanças.

Estas considerações devem ser totalmente satisfeitas em um processo de aplicação de instrumentos econômicos com pena de não atingir plenamente os objetivos estabelecidos, além disso, sua implantação deve ser de maneira gradual, sem que ocorram “choques” de comportamento, que poderiam inviabilizar o seu uso.

Outro fato de importante consideração seria o cuidado para que o uso destes instrumentos não deflagre uma guerra fiscal entre as diferentes esferas políticas, pois os objetivos da sua aplicação são a preservação dos recursos, controle da poluição e a busca do desenvolvimento sustentável, ou seja, objetivos estritamente político-econômicos não podem influenciar a decisão e utilização dos instrumentos.

A interferência de políticas governamentais é importante para o processo de internalização de custos ambientais, neste contexto, a empresa pode conduzir ações e o governo adotar políticas que auxiliem o controle da poluição com intuito de reduzir os efeitos da degradação ambiental.

Para a UNCTAD (1994) e CEPAL (1995) os países diferem-se entre si nos mecanismos e graus de interferência na aplicação de instrumentos econômicos para internalização dos custos ambientais, e, mesmo nos países com maior experiência na aplicação destes instrumentos, os resultados tem sido os mais diversos. Isto ocorre, principalmente, pelo fato de que as políticas ambientais de aplicação destes instrumentos são, muitas vezes, desvinculadas das demais políticas econômicas do governo, o que leva a uma falta de sincronismo entre objetivos diversos como crescimento econômico e preservação do meio ambiente.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos estabelecidos na pesquisa usou-se o método dedutivo que conforme Munhoz (1989, p. 24) consiste em “[...] um caminho de investigação que implicitamente admite para casos particulares a validade de conclusões geradas a partir de regras de comportamento mais gerais, ou de verdades estabelecidas”, buscando demonstrar a possibilidade de aplicação de determinados fundamentos da teoria macroeconômica na busca pela sustentabilidade ambiental.

Como procedimento técnico de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que para Gil (1991) é elaborada a partir de material já publicado, principalmente de livros, artigos de periódicos, revistas especializadas e sites de internet.

INTEGRANDO A QUESTÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS ECONÔMICAS.

Neste capítulo busca-se apresentar contribuições para uma nova visão das políticas econômicas, passando a considerar a questão da sustentabilidade ambiental como uma variável delimitadora das ações destas políticas.

Para Harris e Goodwin (2003) a internalização de questões ecológicas na teoria macroeconômica exige a reconsideração do seu objetivo principal que é atingir um nível crescente de produção e consumo; e, também, uma distinção entre consumo necessário e consumo suntuoso.

Sachs (1992) afirma que diante das injunções ecológicas impostas pelos limites do planeta, consideradas sob o duplo aspecto do potencial de recursos e capacidade de assimilação de resíduos, a visão de desenvolvimento para o século XXI deverá obedecer às regras de prudência ecológica.

Cria-se assim uma noção de políticas econômicas ambientalmente sustentáveis (PEAS) cujo foco principal encontra-se na adoção da questão ambiental como uma condicionante da aplicação dos fundamentos macroeconômicos nos processos de planejamento e programação das políticas econômicas.

Esse fato é corroborado por Pearce, Markanda e Barbier (1989) ao afirmarem que o desenvolvimento sustentável de uma sociedade envolve a maximização dos benefícios do desenvolvimento econômico, sujeitos, porém, à manutenção dos serviços e da qualidade do estoque de recursos naturais.

Sendo assim, a pesquisa trata os fundamentos macroeconômicos de política fiscal, a sustentabilidade e os limites biofísicos na curva IS-MP-FE, a escala sustentável na política monetária e uma política cambial integrada com a sustentabilidade. Salienta-se que todas as propostas partem da concepção da economia ecológica de que três princípios básicos devem nortear as políticas a serem implantadas, quais sejam: a definição de uma escala sustentável (o mais importante), a distribuição justa desta escala e a alocação eficiente.

ADAPTANDO A POLÍTICA FISCAL.

As operações fiscais são importantes para os governos na consecução de seus objetivos, para a questão ambiental é importante a utilização correta dos instrumentos tributários desta política.

Para Keynes (1985, p. 74) “modificações eventuais da política fiscal têm, com relação às expectativas,

influência maior do que a política monetária”. Com base nisso, pode-se inferir que uma adaptação da política fiscal à questão ambiental levará a uma formação de expectativas que direcionarão os agentes para correta utilização dos recursos ambientais.

Os instrumentos tributários podem ser aplicados de duas formas:

1. A primeira delas seria através de impostos sobre emissões, efluentes líquidos e sólidos; e impostos sobre os produtos; buscando assim tributar mais a utilização dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos e diminuir os impostos incidentes sobre renda, trabalho e inovações tecnológicas, principalmente aquelas que diminuem a utilização de bens e serviços ambientais. As formas de tributação e taxação podem ser através de cobrança pelo uso ou degradação de um recurso natural, impostos sobre as opções de transportes intermodais, cobrança por disposição de resíduos sólidos em aterro sanitário e impostos que estimulem a reutilização e reciclagem. O propósito da tributação ambiental que se sugere é garantir que sejam atingidos os objetivos ambientais ao menor custo social e econômico possível. A principal limitação deste instrumento está nos procedimentos para levantamento dos dados para o cálculo destes valores. Por isso, um aprimoramento e estruturação dos métodos de valoração ambiental contribuem para uma eficiente utilização desta política.
2. Outra forma de utilização destes instrumentos consiste no estabelecimento de subsídios aos agentes econômicos e no incremento do investimento governamental para se atingir a escala sustentável de produção. Como exemplo, o governo propiciar garantias e baixas taxas de juros no financiamento de equipamentos que controlam e minimizam a poluição; e o pagamento de subsídio a produtores rurais para que mantenham preservadas as nascentes de água presentes em suas terras e para a restauração de recursos naturais degradados. Além disso, podem-se estipular *royalties* e compensação financeira para a exploração de recursos naturais. Tal tratamento fiscal tem como principal problema o risco de o subsídio e as garantias não serem aplicados na finalidade que os fundamentam. Por isso, o uso deste instrumento fiscal exige fiscalização e controle bem estruturados, ocorrendo concomitantemente a sua aplicação. Importante salientar que tal instrumento não deve ser de caráter duradouro, sendo aplicados apenas ocasional e temporariamente.

Motta (2008) afirma que o uso de taxas e impostos ambientais resultará em uma receita resultante considerada como um bônus extra da tributação permitindo a redução do esforço fiscal ao cobrir gastos antes realizados com recursos governamentais.

... uma reforma tributária na qual uma tributação ambiental é introduzida e suas receitas são utilizadas para financiar reduções nos outros tributos gera o chamado dividendo duplo. Neste caso, esta reciclagem fiscal permitiria um tributo ambiental de receita neutra que reduz a degradação ambiental e melhora a eficiência da economia ao reduzir a carga tributária distorcida. (MOTTA, 2008, p. 82).

Além da questão do dividendo duplo esta tributação pode viabilizar os subsídios e investimentos governamentais para fins de sustentabilidade através da arrecadação dos tributos e taxas ambientais. Uma consideração importante deve ser exposta sobre o uso de política fiscal com intuito ambiental, qual seja o fato de que tal política tem um impacto intervencionista maior na economia, porém, seu tempo de implementação é

mais longo, pois há uma defasagem entre a aprovação da mudança tributária e sua aplicação efetiva, devido a princípios legais como o da anterioridade.

A SUSTENTABILIDADE NA ANÁLISE IS – MP – FE.

A análise neokeynesiana do equilíbrio de mercado foi inicialmente proposta por Hicks que desenvolveu o modelo original IS – LM. Para Hicks (1980) para cada valor de taxa de juros (r) deveria haver um valor de produção e renda (Y) que manteria a poupança igual ao investimento, fornecendo assim uma relação entre r e Y expressa pela curva IS. Já a demanda por dinheiro dependeria de Y (saldo de transações) e de r com base na preferência pela liquidez, portanto para qualquer dada oferta de moeda haveria uma relação entre r e Y que manteria o mercado monetário em equilíbrio, demonstrada pela curva LM. Concluiu-se desta maneira que a interseção das curvas IS – LM determinaria o equilíbrio do sistema como um todo.

Segundo Abel, Bernanke e Croushore (2008) a curva IS – LM – FE consiste na demonstração do equilíbrio de três mercados principais da economia: mercado de bens, mercado de ativos e o mercado de trabalho.

Ainda conforme os mesmos autores, a linha FE demonstra o nível de equilíbrio de pleno emprego no qual se ajusta a quantidade de trabalho ofertada e a quantidade trabalho demandada; sendo que tal nível estabelece uma quantidade de produto de pleno emprego. Sua forma de representação algébrica é:

$$Y = f A(K, T) \quad (1)$$

Onde Y é o produto de pelo emprego; A nível de produtividade; K estoque de capital e T nível de pleno emprego da mão de obra.

Nitidamente, percebe-se a completa exclusão do meio ambiente como um delimitador do nível de produção no pleno emprego. O fator recursos naturais nem é incluído em tal representação.

A primeira adaptação que a presente pesquisa propõe é exatamente a reestruturação da equação do produto de pleno emprego, que deve ser representado da seguinte forma:

$$Y = [f A(K, T)(S, U)]RN \quad (2)$$

Na qual S representa as inovações tecnológicas, U as questões institucionais e RN o limite da produção representado pelo nível de recursos naturais e serviços ecossistêmicos disponíveis.

Daly e Farley (2004) e Mankiw (1998) definem a linha IS como o equilíbrio do setor real da economia, quando a oferta de bens por parte das empresas é igual à demanda de bens por parte dos demais agentes. Tal equilíbrio ocorre quando a poupança (S) iguala-se aos investimentos das empresas (I), determinando um nível de produção e taxa de juros deste equilíbrio.

Os fatores que deslocam a curva IS são: comportamento dos negócios, confiança dos consumidores, gastos governamentais, exportações líquidas e nível de tributação.

Estudo posterior de Romer (2000) propôs a substituição da curva LM por uma nova concepção de curva denominada MP (política monetária), supondo que o banco central segue uma regra de taxas de juros reais baseadas nas expectativas de inflação. A concepção de Romer é muito mais próxima da realidade de muitas economias que trabalham com regimes de metas de inflação por meio de ajustes na política monetária através da taxa de juros. Portanto, esta pesquisa considera o modelo IS – MP – FE.

O presente artigo propõe a inclusão de uma curva denominada capacidade ambiental EC (environmental capacity), corroborado por Daly e Farley (2004), que reflete o equilíbrio biofísico da economia e não apenas um equilíbrio econômico.

Entende-se por capacidade ambiental o uso dos recursos renováveis de acordo com sua capacidade de regeneração, a utilização dos recursos não renováveis em consonância com a capacidade de suporte do planeta em assimilar detritos e influenciando minimamente os serviços ecossistêmicos de suporte à vida; sempre tendo em vista os princípios de incerteza e precaução ao tratar a questão ambiental.

Tal questão também foi fundamentada pela Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe (1990) ao afirmar que as formas de desenvolvimento, quaisquer que sejam as políticas econômicas adotadas para tal fim, sempre dependerão, direta e indiretamente, dos recursos naturais e da maneira como serão explorados local, regional, nacional ou globalmente.

Tal curva EC representa o pleno emprego do ambiente de uma forma sustentável, limitando o nível de produção e seu crescimento através do seguinte modelo:

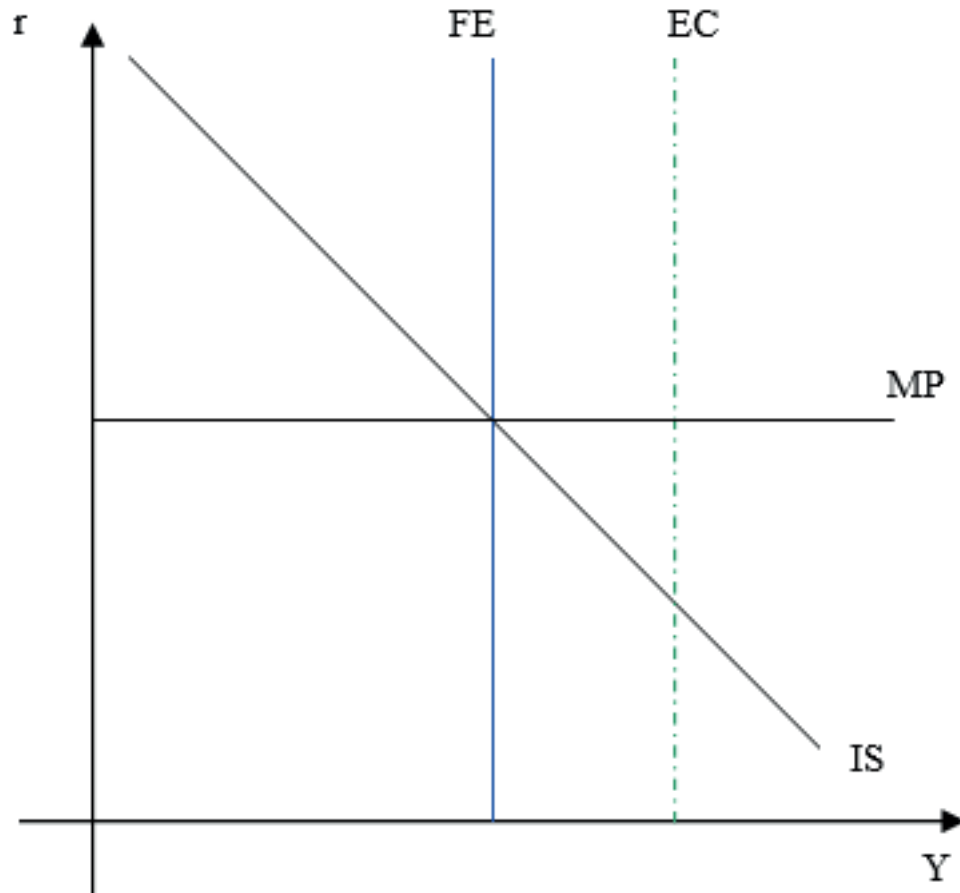
$$\lim_{Y \rightarrow FE} \Delta Y = EC \quad (3)$$

Onde o limite da variação da produção é igual à capacidade ambiental, com a produção tendendo ao pleno emprego.

Três situações podem ocorrer na representação deste equilíbrio econômico e biofísico:

a) Em uma primeira situação, considerada a ideal, o nível de equilíbrio de pleno emprego IS – MP – FE ocorre antes da linha de capacidade ambiental EC, conforme representado a seguir:

Gráfico 1. Equilíbrio de pleno emprego aquém de EC.

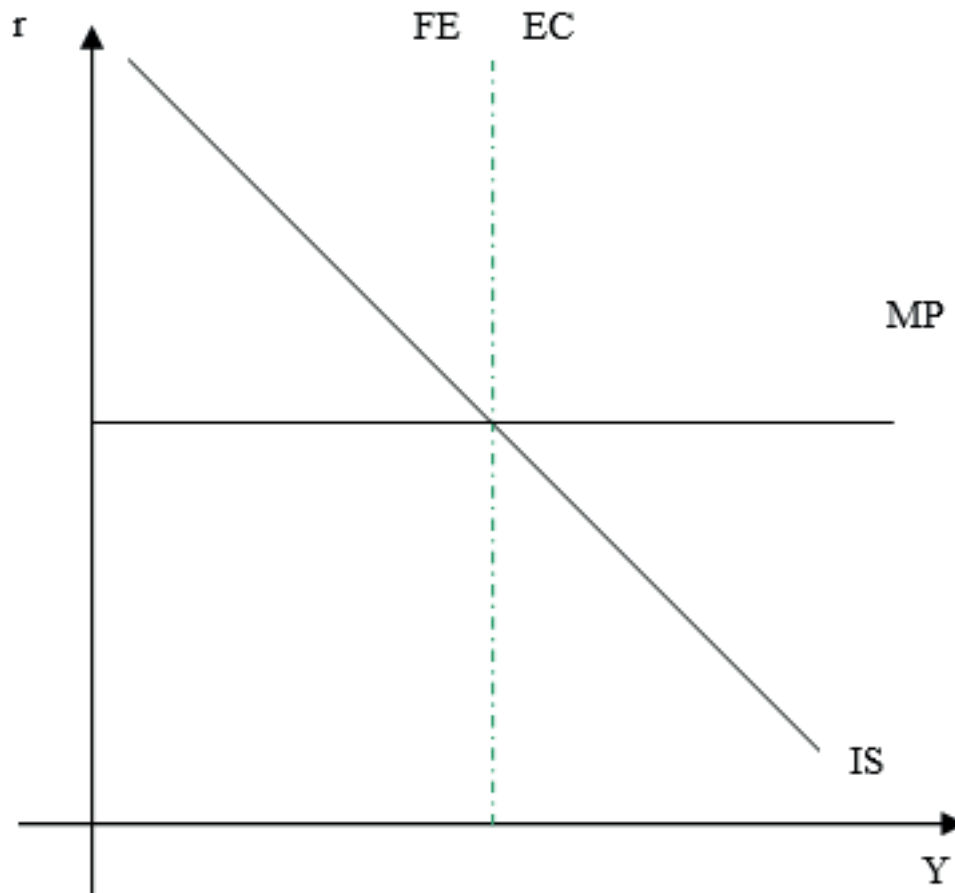


Fonte: os autores.

Neste caso, as políticas econômicas podem utilizar instrumentos expansionistas, a fim de aumentar o próprio nível de renda de pleno emprego no longo prazo, até o nível da curva EC, que é demonstrada de forma tracejada exatamente para representar a questão da incerteza na determinação de tal nível.

b) Uma segunda situação é representada pelo nível de equilíbrio de pelo emprego coincidindo com o nível de capacidade ambiental, que pode ser assim apresentado:

Gráfico 2. Equilíbrio de pleno emprego “coincide” com EC.



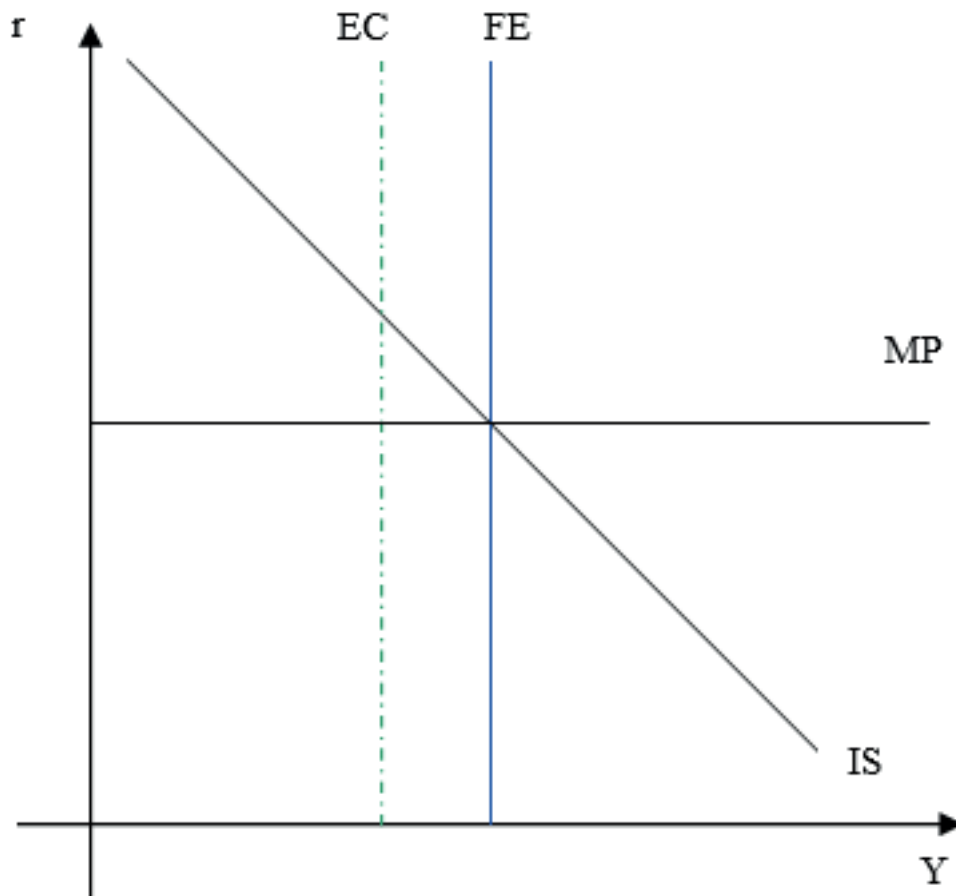
Fonte: os autores.

É evidente que a coincidência plena entre as duas curvas FE e EC é, na prática, impossível, exatamente pela incapacidade de se determinar a linha de capacidade ambiental com total exatidão. Porém, o que se pode determinar é uma aproximação das duas curvas, o que já deve ser considerado como um problema a ser resolvido, pois coloca os processos econômicos da sociedade em uma situação próxima de romper o limiar de resiliência ecossistêmica. O ideal é estabelecer uma margem de segurança, a partir da qual o crescimento do nível de produção de pleno emprego somente poderá ocorrer quando houver uma expansão da capacidade ambiental.

Portanto neste ponto as políticas econômicas devem ter um caráter de precaução para que o equilíbrio de pleno emprego permaneça dentro da margem de segurança estabelecida, buscando incentivar as inovações poupadoras de recursos naturais.

c) O terceiro caso, considerado o mais grave, demonstra a situação em que o nível de equilíbrio de pleno emprego encontra-se além da capacidade ambiental, o que demonstra um rompimento grave do limiar de resiliência ecossistêmica e que pode ocasionar consequências irreversíveis ao meio ambiente, podendo ser representado da seguinte forma:

Gráfico 3. Equilíbrio de pleno emprego além de EC.



Fonte: os autores.

Neste caso verifica-se um não cumprimento da exigência do modelo representado pela equação (3) no qual o limite da expansão da produção é a capacidade ambiental com a produção tendendo ao pleno emprego.

Tal situação deverá ser resolvida diminuindo o nível de pleno emprego do mercado de trabalho FE para FE' próximo da curva EC. Porém, com este deslocamento tornam-se necessárias políticas para permitirem um novo equilíbrio de pleno emprego IS – MP – FE.

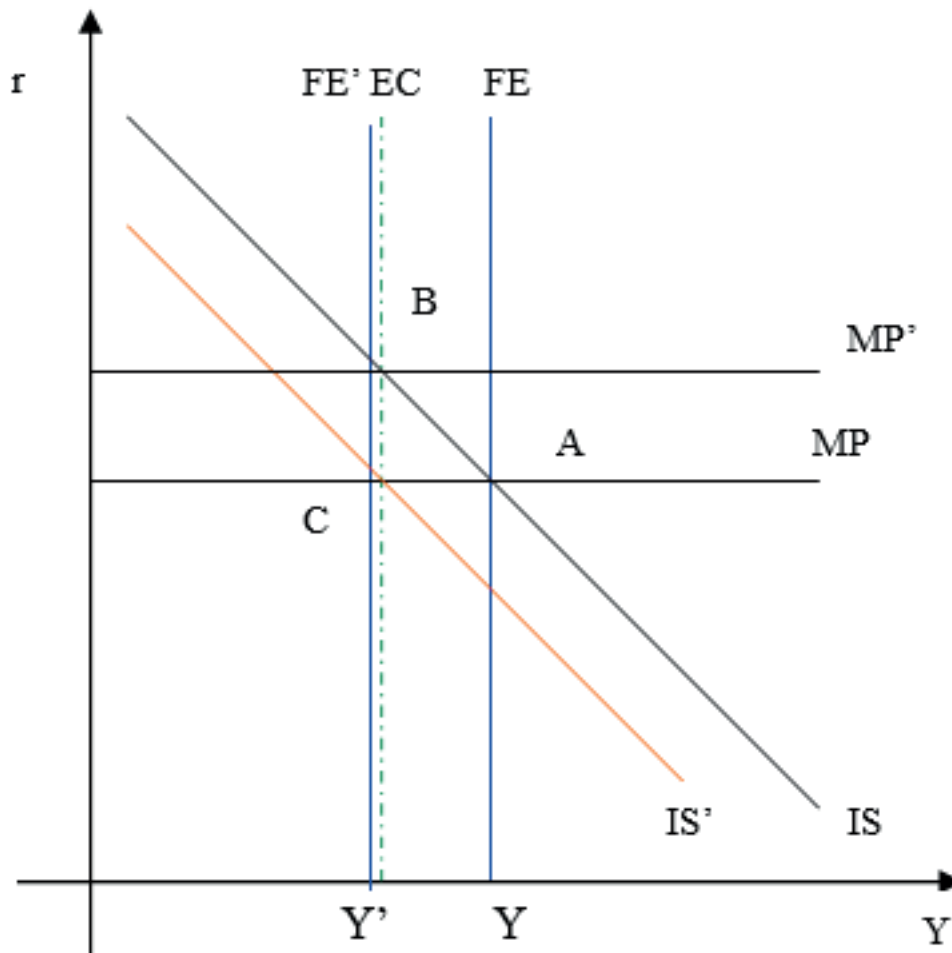
Duas formas de políticas econômicas, todas de caráter restritivo, podem ser adotadas para atingir tal equilíbrio:

1) Através de um aumento da taxa de juros reais deslocando a curva MP para MP', o que irá provocar um aumento na taxa de juros de equilíbrio, através de uma política monetária restritiva, sendo o novo equilíbrio representado pelo ponto B.

2) Através de um deslocamento da curva IS para IS', através de uma série de instrumentos de política fiscal contracionista como: diminuição de gastos públicos, diminuição de transferências e subsídios para agentes poluidores, aumento da tributação, diminuição das exportações líquidas, formação de uma expectativa conscientizada de empresários e consumidores. Com isso o equilíbrio passa a ocorrer no ponto C.

A escolha de qual opção será utilizada dependerá das expectativas de metas de inflação.

Gráfico 4. Deslocamentos de FE, IS e MP em função de EC.



Fonte: os autores.

Tais ações provocarão uma diminuição do nível de produção/renda nacional de Y para Y' e, consequentemente, da oferta e demanda agregadas. Devido a isso, tais ações devem ser tomadas de maneira gradativa para dirimir as consequências e evitar impactos generalizados nos níveis de preços e empregos. A demora na aplicação de tais políticas pode aumentar os impactos pela adaptação de FE à EC, totalmente necessária na atualidade.

A diminuição do nível de pleno emprego provavelmente provocará uma ociosidade dos fatores Capital e Trabalho, porém, com a manutenção de incentivos à produção sustentável e a recuperação de áreas ambientais degradadas, o nível EC poderá se expandir em médio e/ou longo prazo, possibilitando a adoção de políticas expansionistas quando o nível de equilíbrio geral estiver aquém do nível EC. O uso dos instrumentos econômicos, tanto tributários, não tributários, de serviços e sociais, podem auxiliar diretamente na expansão do nível EC através de um controle maior sobre a questão ambiental.

Importante salientar novamente que o atingimento do equilíbrio é altamente complexo e que deve ser considerado dentro de um intervalo esperado. Hicks (1980) já salientava esta questão com relação ao equilíbrio

das curvas IS – LM, pois deveria haver a expectativa de que os valores esperados, das variáveis que afetam as decisões, estariam situados dentro de um intervalo específico, portanto, o equilíbrio ocorreria dentro de um intervalo esperado. Tal consideração deve ser mantida e até reforçada no contexto do equilíbrio IS – MP – FE – EC.

Tal raciocínio deve ser considerado principalmente ao se tratar da capacidade ambiental que é de difícil estabelecimento em virtude de todos os arranjos e interconexões existentes entre o meio ambiente e a sociedade.

A MOEDA NA ESCALA SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA.

A moeda para ser considerada como tal deve cumprir basicamente três funções: instrumento de troca de bens e serviços, unidade de medida e reserva de valor. Porém Daly e Farley (2004) afirmam que o dinheiro possui uma característica intrínseca que o faz escapar das leis da termodinâmica: o fato de poder ser criado e destruído. Isso ocorre principalmente devido à existência da moeda escritural dos bancos comerciais.

Esse fato pode ser controlado principalmente através dos instrumentos de política monetária, principalmente a taxa de compulsório e a taxa de redesconto. Mesmo assim o simples uso destas políticas não indica que a economia esteja emitindo e criando moeda dentro dos limites biofísicos do planeta.

Uma possível solução para esta questão seria a consideração da equação (3) na teoria quantitativa da moeda, que é assim apresentada:

$$M \cdot V = P \cdot Y \quad (4)$$

Onde M: Quantidade Nominal de Moeda; V: Velocidade de Circulação da Moeda; P: Nível Geral de Preços; e Y: Nível de Produção.

A partir do momento que o nível de crescimento da produção Y exceda o limite dado pela capacidade ambiental (EC), considerando que a velocidade de circulação da moeda V é basicamente constante, a variação da quantidade nominal de moeda M deverá também seguir o limite de EC, a fim de não causar um aumento no nível geral de preços P. Com isso a moeda passa a ter uma ligação maior com os limites biofísicos do meio ambiente, pois sua emissão e quantidade não poderão ultrapassar o nível de produção sustentável.

Com essa abordagem as próprias políticas monetárias passarão a ter a capacidade ambiental como um limitador, principalmente na utilização de instrumentos expansionistas, sendo, portanto, mais eficazes na finalidade de contribuir para a sustentabilidade ambiental na economia.

A QUESTÃO CAMBIAL

Complementando as propostas de instrumentos macroeconômicos aplicados à política econômica ambientalmente sustentável (PEAS) faz-se importante apresentar também uma consideração sobre a questão da taxa de câmbio.

A consideração cambial é importante para que a expansão dos mercados globais siga os enfoques ambientais necessários para a sustentabilidade. O problema mais grave é que há algum tempo a taxa de câmbio passou a ser utilizada como uma ferramenta de especulação. Tavares e Belluzzo (1984) informam que a crise do sistema monetário internacional na década de 70 com o rompimento do Acordo de Bretton Woods, juntamen-

te com a internacionalização do processo de valorização financeira, provocou uma séria atividade especulativa no mercado de câmbio, gerando imprevisibilidades nas relações econômicas entre os agentes de diferentes países.

Tais questões especulativas podem ocultar os preços reais e atrapalhar a comparação de preços relativos entre produtos ambientalmente corretos e os não ambientalmente corretos.

Para Sachs (1992) torna-se necessária uma ação global para restituir um mínimo de ordem aos mercados mundiais, dotando o sistema internacional de instituições capazes de garantir uma sinergia entre os esforços de uns e outros, contribuindo para uma gestão racional daquilo que constitui o patrimônio comum da humanidade: oceanos, clima, biodiversidade, ciência e tecnologia.

Com base nisto, o presente artigo propõe a adoção de um sistema cambial estável e administrado, supervisionado por órgãos internacionais competentes.² Tal proposta justifica-se pelo fato de que taxas de câmbio previsíveis, sem influência de especulações cambiais, mantidas através de sistemas e instituições mundiais, permitem um programa mais eficaz de sobretaxas em produtos com alto grau de impactos ambientais. Com isso os agentes podem ter uma noção mais pormenorizada do custo ambiental dos produtos comercializados mundialmente, além de eliminar a incerteza cambial na formação das expectativas.

Esta proposta já foi apresentada anteriormente por Coutinho e Belluzzo (1998) que afirmam ser importante a adoção de um sistema internacional regulado, com câmbio fixo ajustável, limitada mobilidade de capitais e provimento centralizado de liquidez para agentes devedores e deficitários. Assim, busca-se uma diminuição do impacto da financeirização na tomada de decisão dos agentes, já que o câmbio e os juros são âncoras para a formação de expectativas mais estáveis.

Tal fato também colabora para que os países com produção ambientalmente sustentável (custos e impactos ambientais mais baixos) obtenham vantagem competitiva na negociação internacional, sem que sejam influenciados por manobras cambiais. Corroborando para essa questão a afirmação de Daly e Farley (2004) sobre a importância de se estabelecer um sistema de internacionalização, onde cada país participa ativamente do comércio mundial, porém, sem perder sua capacidade própria de tomar decisões políticas e sociais.

Importante também a adoção de políticas comerciais livres para os produtos ambientalmente corretos, sem a aplicação de quotas de importação ou outras barreiras alfandegárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu considerar que a sustentabilidade ambiental deve ser um fator limitador e ativo das políticas econômicas e não deve ser considerada apenas como uma política isolada e nem mesmo como um objetivo macroeconômico, pois, neste caso, ela poderia ser hierarquizada como último item em relação aos demais objetivos e políticas.

Como o nível de capacidade ambiental (EC) é dificilmente estabelecido com precisão e sofre constantes mudanças, torna-se necessário considerar o princípio de precaução. Por isso, as autoridades monetária, cambial e fiscal devem ter discricionariedade e flexibilidade para responder a distúrbios de previsão, apenas devendo seguir como regra geral o limite de crescimento apresentado pela equação (3).

Quatro focos principais devem ser considerados para o estabelecimento de políticas econômicas ambientalmente sustentáveis: a insubstituíbilidade dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos; a incerteza

² Proposta até certo ponto semelhante foi apresentada pela Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe (1990) no relatório Nossa Própria Agenda nos tópicos sobre política financeira e política cambial.

za quando se trata de questão ambiental; a irreversibilidade de muitas ações humanas sobre o meio ambiente; e a busca pela equidade inter e intrageracional.

Percebe-se assim a importância de uma abordagem ambiental dinâmica e complexa nas políticas econômicas a fim de evitar uma inflexão muito forte e irreversível no processo produtivo em virtude do agravamento dos problemas ambientais, o que provocaria consequências muito graves no âmbito sócio-econômico-ambiental.

O estabelecimento de um sistema de contabilidade nacional que considere os impactos e custos ambientais no cálculo dos agregados macroeconômicos também é de suma importância para fornecer dados para a tomada de decisão dos formuladores de política econômica. Porém, os sistemas de contabilidade nacional por abordagens física e monetária possuem vantagens e limitações que fogem ao escopo desta pesquisa.³

Assim, a pesquisa objetivou fazer com que as adaptações dos fundamentos macroeconômicos e a aplicação dos instrumentos econômicos possam permitir que as políticas econômicas ambientalmente sustentáveis sejam aplicadas e funcionem como incentivadoras de inovações promotoras de um equilíbrio ambiental pleno em todo processo produtivo da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEL, A.B.; BERNANKE, B.S., CROUSHORE, D. **Macroeconomia**. 6 ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2008.
- ALIER, J.M. (1994). **De la economía ecológica al ecologismo popular**. 2 ed. Barcelona: Icaria Editorial, 1994.
- CASTRO, J.A. The internalization of external environmental costs and sustainable development. In: UNCTAD. **Discussion papers**, Switzerland, 81, 1994.
- CAVALCANTI, R.N. Política ambiental. In CAVALCANTI, R.N. et. al. (org.), **Administração ambiental** (pp. 50 – 72). Campinas: Unicamp, 2000.
- CEPAL. **Informe del seminario regional sobre instrumentos económicos para la gestion ambiental en America Latina y el Caribe**. Oaxtepec México: Naciones Unidas, 1995.
- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. **Nossa própria agenda**. s.l.: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1990.
- COUTINHO, L.; BELLUZZO, L.G. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, 11, 137-150, 1998.
- Daly, H.E.; Farley, J. **Ecological Economics: principles and applications**. Washington DC: Island Press, 2004.
- FONSECA, E.G. Meio ambiente e contas nacionais: a experiência internacional. In NOZOE, N. (coord.), **Contabilização econômica do meio ambiente: elementos metodológicos e ensaios de aplicação no estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente, 1992.
- Gil, A.C. **Técnicas de pesquisa em economia**. (2 ed.). São Paulo: Atlas, 1991.
- GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M.A.S.; TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HARRIS, J.M.; GOODWIN, N.R. Reconciling growth and the environment. In Global Development and Environment Institute. **Working paper**, n. 03/03, 2003.
- HICKS, J.R. IS – LM: uma explicação. In CARNEIRO, R. (org.). **Os clássicos da economia**. Vol. 2. São Paulo: Ática, 2003.
- HUSSEN, A. **Principles of Environmental Economics**. 2 ed. London: Routledge, 2004.

³ Estudos sobre a questão ambiental na Contabilidade Nacional vide trabalhos de Pearce, Markandya e Barbier (1989); Fonseca (1992); Hussen (2004); entre outros.

- JACOBS, M. **The green economy: environment, sustainable, development and the politics of the future.** London: Pluto Press, 1991.
- KEYNES, J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANKIWI, N.G. **Macroeconomia.** 3 ed. São Paulo: LTC, 1998.
- MENDES, J.T.G. **Economia: fundamentos e aplicações.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- MOTTA, R.S. **Economia ambiental.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MUNHOZ, D.G. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica.** Brasília: UnB, 1989.
- PARKIN, M. **Macroeconomia.** (5 ed.). São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003.
- PEARCE, D.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E.B. **Blueprint for a green economy.** London: Earthscan Publications Ltd, 1989.
- ROMER, D. Keynesian macroeconomics without the LM curve. **NBER Working Paper** 7461, 2000.
- SACHS, I. Qual o desenvolvimento para o século XXI? In BARRÈRE, M (org.), **Terra patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento.** São Paulo: Nobel, 1992.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- TAVARES, M.C.; BELLUZZO, L.G.M. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. **Texto para discussão IE UFRJ**, 65, 1984.
- UNCTAD. **Sustainable development: the effect of the internalization of external costs on sustainable development.** Report by the UNCTAD secretariat. Geneva, 1994.
- VASCONCELLOS, M.A.S.; GARCIA, M.E. **Fundamentos de Economia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Demais contribuições

ESCOLA, VIOLÊNCIA E MEDIAÇÃO: elementos para a constituição de processos de resolução de conflitos?

SCHOOL, VIOLENCE AND MEDIATION: elements for the constitution of conflict resolution processes?

Carlos Alberto Máximo Pimenta¹, Ligia Maria de Mendonça Chaves Incrocci²

¹ UNIFEI - carlospimenta@unifei.edu.br

² UFSCar - ligia.incrocci@gmail.com

Recebido em 16 de Agosto de 2017; Aceito em 19 de Setembro de 2017.

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apreender os elementos prescritos no Projeto Político Pedagógico escolar e, a partir das relações promovidas entre escola-professor-aluno, estabelecer as condições efetivas para a existência de práticas de mediação de conflitos. A metodologia resulta de pesquisa de campo em uma escola pública do município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, por meio do uso de técnicas de observações, entrevistas dialogais, participações de aula e reuniões pedagógicas, conversas formais e informais com professores, alunos, supervisores, diretores e pais de alunos. O período da pesquisa foi de fevereiro de 2014 a novembro de 2016. A mediação é uma técnica que pode superar as dimensões funcional, dogmática e normativa do direito e na educação pode ser traduzida em instrumento de revisão do papel formador da escola, em que traz práticas de conciliação às manifestações e às expressões de violência. A unidade escolar pode ter a oportunidade constituir espaços de aprendizagem que demarquem a solidariedade, o convívio coletivo e comunitário, a participação, o protagonismo e, acima de tudo, a valorização e o respeito às pessoas, princípios que compõem os processos de mediação.

Palavras-chave: Mediação. Resolução de conflitos. Educação. Violência na escola.

Abstract

This paper has the goal of apprehending the elements prescribed in the School Political Pedagogical Project and, based on the relationships promoted among school-teacher-student, it intends to establish the effective conditions for conflict mediation practices. The methodology included field research in a public school of Poços de Caldas, Minas Gerais, using observation dialogues, classroom participation, pedagogic meetings and formal/informal conversations with teachers, students, supervisors, directors and student parents. The research was conducted between February 2014 and November 2016. Mediation is a technique capable of overcoming the functional, dogmatic and normative dimensions of law. In education, mediation can be translated into an instrument for reviewing of school forming role, presenting practices of conflict conciliation. The school can be a space for learning that encompasses solidarity, collectivity, participation, protagonism and, above all, appreciation and respect for people, principles that make up the processes of mediation.

Keywords: Mediation. Conflict resolution. Education. Violence in school.

INTRODUÇÃO

A escola se transformou num lugar de convergência de inúmeras dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais, simbólicas e morais de nosso tempo. Dessas dinâmicas interessa o debate sobre os processos de mediação como uma aposta à resolução dos conflitos, agressividades e manifestações de violências no interior da unidade escolar.

A proposição valoriza os argumentos de professores e alunos ouvidos na pesquisa de campo, a partir dos relatos produzidos nas relações entre alunos-professores-escola, em que se pergunta: há elementos presentes no cotidiano escolar ou não que potencializam a constituição de processos de resolução de conflitos na escola?

Diante da pergunta formulada objetiva-se apreender os elementos de mediação prescritos nas diretrizes normativas e orientadoras das políticas educacionais, bem como pelas práticas relacionais entre escola-professor-aluno, referenciadas entre envolvidos no cotidiano da unidade escolar pesquisada.

O conceito de mediação advém das ciências forenses e se constitui por ser uma técnica, entendida como inovação jurídica aplicável à sociedade para intervenções públicas e privadas de resolução de conflitos. Trata-se de técnica que pode superar as dimensões funcional, dogmática e normativa do direito, traduzida em instrumento de revisão do papel formador da escola, em que propõe interpretações conciliadoras às manifestações e expressões de violência do cotidiano e da realidade escolar.

Pressupõe responsabilizações à dinâmica das unidades escolares que ultrapassam as ações da educação formal hegemônicas, de cima para baixo, por meio de revisões de valores de socialização, pedagógicos e de formação.

Do ponto de vista metodológico, o material coletado tem origem na pesquisa de campo executada no projeto *Escola e Violências: processos de auto-mediação e resolução dos conflitos no interior da escola*¹ e, também, na oficina de mediação junto aos professores da rede pública municipal e estadual, ambas realizadas no município de Poços de Caldas, interior do Estado de Minas Gerais.

Os dados foram coletados no período de fevereiro de 2014 a novembro de 2016, durante as inserções nas escolas, as observações de campo e do cotidiano de unidades escolares, das participações nas salas de aula, das reuniões pedagógicas, das conversas formais e informais com professores, alunos, supervisores, diretores e pais de alunos.

Todas as informações utilizadas foram extraídas da pesquisa citada, mas, também, coletamos dados junto da Secretaria de Ensino do município, da Superintendência e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

A pretensão foi a de dar voz e vida para todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem no cotidiano escolar e, para evitar problemas de ordem ética, não será citado o nome de nenhuma pessoa contatada durante as observações e entrevistas. Salienta-se que, no máximo, quando necessário, será utilizado o recurso de mencionar a inicial, fictícia, do primeiro nome.

Cabe deixar consignado que a análise ultrapassa as preocupações do universo estudado, no sentido de subsidiar futuras práticas educacionais de intervenções dos conflitos ou de manifestações de violência no interior de unidades escolares com as mesmas características, cuja aplicabilidade pode atingir outros municípios com as mesmas características dos estudados ou servir de material de partida para outras realidades.

¹ Pesquisa financiada pelo Programa de Pesquisa em Educação Básica, Acordo CAPES-FAPEMIG.

Pela percepção dos professores e dos alunos a resposta não se faz clara, muito menos inteligível, mas perpassa por um conjunto de questionamentos que a educação, a escola, os professores, os pais, os alunos e a sociedade promove, as quais vão desde as dúvidas sobre a ação pedagógica, o papel da educação formal até a perda do sentido da escola para determinados grupos sociais, preferencialmente aqueles que não tem acesso os benefícios da atual sociedade.

Esta opção proporcionou a valorização das experiências de mediação não identificadas, cuja ênfase faz emergir os elementos que estão presentes nas relações desencadeadas no cotidiano escolar. Estes podem constituir formatos para caracterização de técnicas de mediação.

Para evitar problemas de ordem ética, não será citado o nome de nenhuma pessoa contatada durante as observações e entrevistas. Salienta-se que, quando necessário, será utilizado o recurso de mencionar a inicial, fictícia, do primeiro nome.

O texto tem duas sessões em convergências. Uma se circunscreve às manifestações de agressividade e violência apreendidas nos relatos. Na outra, se apontam os elementos da prática escolar, por meio do projeto político pedagógico da escola com uma possibilidade de técnica da mediação.

AGRESSIVIDADES E VIOLÊNCIAS NA ESCOLA: OS RELATOS

A violência é um problema da agenda pública e ganha acento na realidade escolar². O Estado, a Sociedade e os profissionais da educação têm a obrigação de tomar providências que modifiquem essa realidade. A educação e a escola devem buscar o entendimento das dimensões socioculturais da violência na contemporaneidade – em que as relações sociais são conflitivas –, mas se faz necessário estar preparada para o enfrentamento da sociedade do conflito.

Esse conflito, estruturado em fundamentos das noções de pertencimento, de reconhecimento, de comunidade, de juventude, de ator social e de protagonismo fomentam identidades, afirmações, autonomias, emancipações, superações das desigualdades e das singularidades. Dentro dessa perspectiva, o conflito se faz necessário. Presente como um movimento dialético, este deve se pautar pela tolerância, capacidade de escuta ao outro e respeito às diversidades, o que se faz emergente no amadurecimento das relações sociais.

Alunos e professores reconhecem a realidade que enfrentam e, diariamente, ressignificam seus papéis, ações e sentimentos sobre educação. O que se observa nos dados coletados é um clamor, por parte de todos, por uma nova e outra escola que resgate o respeito a diferença, as alteridades, a diversidade e que faça sentido na vida de todos.

Uma professora ao contar sobre a discussão que presenciou quando da transferência de uma aluna que agrediu fisicamente uma estudante, a socos e chutes no rosto, consequência de começada por longo histórico de ofensas verbais, disse indignada que a menina repetia sorrindo: “nada via acontecer”.

As consequências, face a não resolução do conflito estabelecido, não se encerram. Na continuação do relato, vê-se que a questão tomou proporções, em que a direção entendia que era caso de punição, pois “ela (a aluna) acha que pode fazer qualquer coisa sem punição, agora chegou a hora, o limite de tolerar foi alcançado”. Segundo a professora, a supervisora da escola fez diversas intervenções junto à aluna sem sucesso,

2 Este artigo segue posições apontadas por Costa e Pimenta (2006, pp. 7-8) quando entende que a violência é “[...] praticada pelo Estado, instituições, grupos sociais e religiosos, organizações públicas e privadas, sistemas de comunicação e econômico, pessoas, enfim, por todos nós”. Portanto, ninguém está imune da possibilidade de praticar e sofrer algum tipo de violência.

em havia “avisado que ela precisava mudar o comportamento. Ela piorou! Transferir é a consequência de não respeitar aqui na escola”.

A punição definida pela escola gerou na mãe, conseqüentemente na filha, o sentimento criminalidade, ao afirmar que estavam “tratando minha filha como marginal, e ela não é! Isso é porque ela é preta e pobre! Eu criei minha menina não foi para virar bandida, vocês estão errados e isso não vai ficar assim!”

A escola não está apartada da realidade. Vive e revive, alimenta e é alimentada por todas as dinâmicas culturais, simbólicas, econômicas, políticas, imaginárias, morais, identitárias inscritas no contexto e nas relações travadas na sociedade contemporânea.

As falas dos professores, alunos, diretores, supervisores ressaltam que a violência na escola esbarra em vários fatores, os quais atingem desde as acusações de culpa à família, aos professores, ao Estado, às drogas, até as tentativas de despolitizar a educação transformando a escola num depósito de pessoas.

Em um relato, o professor disse que o estudante fica entre a escola e a família em um jogo de poderes, resultado da “falta de postura da família como referência na vida moral, física, emocional”. Para este, essa falta de postura tem criado lacunas na formação que poderão refletir no comportamento do aluno dentro da unidade escolar. Também entende que a escola não compreende os sentimentos que são extravasados, muitas vezes, de forma negativa, e acaba criando “relações desgastadas para ambos os lados, através de suspensões, discussões, enfrentamentos”.

Na fala de uma supervisora evidencia este mantra “penso que a violência nas escolas parte de dois lados, aluno e professores”. Atribui que os professores, funcionários, gestores, enfim todos os educadores, o descontrole da educação pela escola. No relato da entrevistada reafirma-se o dia a dia da escola é reflexo de “uma inversão dos papéis e quem manda na escola são os alunos”. Para esta, as pessoas “de maneira geral, estão perdendo o controle e a noção de certo e de errado”.

A leitura sobre a sociedade contemporânea e nossas escolhas político-econômicas à lógica das tendências tecnológicas, informações e individualizantes da cultura ocidental hegemônica não são levadas em consideração, vezes desconhecidas. A escola deixou de ser, se é que foi, um espaço político de formação à vida, ao mundo, ao respeito às alteridades, singularidades, diferenças e diversidades.

No plano das sensibilidades, os alunos têm a convicção de que o professor o abandonou. Para Barbosa (2016), no âmbito das políticas públicas educacionais, os alunos se transformaram em estatística e esse aspecto aparece timidamente na fala de professores e membros que compõem a estrutura escolar. O aluno não é mais uma criança, um jovem ou um adolescente: é um problema.

Em posicionamentos de pouca formatação democrática, o adulto se impõe, vezes pela força, sobre o aluno. A escola tem dificuldades em lidar com as diversidades socioculturais, socioeconômicas e sociopolíticas. Dentro desse quadro, a violência “na” e “da” escola acontece todos os dias e de todos os lados.

O aluno, o professor, a família, a escola e a educação se tornam vítimas da falta de entendimento dos significados e sentidos a estes atribuídos. Num plano do desejável, a escola deveria ser um lugar em que todos os seus envolvidos tivessem a valorização anunciada nas propagandas sobre educação, traduzindo o ensino-aprendizagem em oportunidades de acesso, vida e dignidades.

Na atualidade vê-se o questionamento do papel da educação. Vê-se também a potencialidade de rompimento com a disciplina proposta pela sociedade moderna, por meio das concepções de educação, escola, professor e aluno, colocando em xeque o conceito de “autoridade” idealizado nesta relação. Vê-se ainda que

na experiência escolar o fortalecimento de mudanças sobre o lugar da autoridade (ALVES; PIMENTA, SOUZA; SILVA, 2010).

A educação e a escola são espaços repletos de conflitos, de todas as ordens, composta por inúmeras tensões produzidas por alunos, instituição e profissionais da educação. De modo afirmativo, a escola tem todas as condições e capacidade de promover a mediação de seus conflitos, desde que reconheça como seus os inúmeros conflitos que acontecem em seu interior.

De acordo com a literatura utilizada (AQUINO, 1996; GUIMARÃES, 1996; MADEIRA, 1999; ABRAMOVAY, 2002; 2004; 2005; ABRAMOVAY; GRAÇAS, 2002; CHARLOT, 2002; FANTE, 2005; BOURDIEU; PASSERON, 2008; FOUCAULT, 2010; NUNES, 2011), a escola é um espaço regulador e exerce sua autoridade sobre os estudantes de maneira a punir e castigar aqueles que não se enquadram na sua ordem pedagógica, disciplinar e cultural.

As manifestações de violência presentes no cenário urbano, resultantes do sangue, da faca, do revólver, do patrimônio, do medo (COSTA; PIMENTA, 2006; PIMENTA, 2007), adentraram os muros da escola. Em respostas hierarquizadas e verticalizadas vêm a crença no uso da força disciplinar, em que o papel e a responsabilidade pedagógica de formação do educador e da educação se deslocam para outros atores: o poder judiciário e a polícia.

Concomitante ao assumirem a condução do ato de disciplinar entra em pauta o processo de criminalização das manifestações conflituosas no interior da unidade escolar, tendo em vista que dentro da dinâmica das práticas organizativas da unidade escolar não se tem, no seu tempo burocrático, as condições necessárias (espaços físico, simbólico, coletivo, político, cultural e de sociabilidades) para se evitar, e rever, o processo de criminalização do aluno.

Aos processos pedagógicos e educativos formais não podem prevalecer o caráter criminal. A escola não é e nem deve ser lugar de polícia, enquanto técnica de aprendizagem por meio da repressão. A polícia e o poder judiciário, por suas perspectivas, acreditam exercer parcerias de combate e repressão às manifestações de violência (BATISTA, 2013), apenas.

A violência, a polícia, o judiciário, a formação, a educação formal, as relações entre pessoas, os protagônismos, as sociabilidades, as diferenças, as singularidades, as desigualdades, as emancipações, as autonomias, as urgências estão “presentificadas” (MAFFESOLI, 2005) na unidade escolar.

A realidade impõe à unidade escolar a responsabilidade de enfrentar suas questões e não deslocá-las para outras instituições estranhas às competências da educação formal, como por exemplo, a polícia. Impõe também superar as matrizes convencionais utilizadas no processo pedagógico para que possa visualizar as manifestações que lhe escapam. Essas perspectivas, a do enfrentamento e a da visualização de suas demandas internas, fortalecem a necessidade da leitura das novas exigências, de comprometimentos e responsabilizações com outras manifestações socioculturais “na” e “no entorno” da escola.

O professor-aluno-escola tem que lidar com a abundância de sistemas de difusão das informações, as quais valorizam enunciados morais, éticos e estéticos dissimuladores da realidade que disparam vontades e desejos de consumo, bem como despertam constantes resultados de interpretações e significados líquidos (BAUMAN, 2001), alienantes e conflitantes.

Na apropriação de Bauman, vê-se que é na vida em comunidade, no caso escolar, que o indivíduo pode se encontrar, apoiar, interagir, ter proteção e constituir-se como pessoa com os seus pares. A comunidade traz proteção e acolhimento, mas a unidade escolar se recusa a enfrentar as situações de confrontos ou nega

a existência deles em seus domínios.

As ações e intervenções pedagógicas ainda são pautadas pela orientação autoritária resistente na sociedade brasileira. Embora tenha normativas abertas e democráticas, suas práticas disciplinares não compreendem os acontecimentos conflituos, mesmo porque, sua autoridade pedagógica faz prevalecer a posição hierarquizadora da educação e da escola.

As falas recorrentes no interior da unidade escolar é a de que o professor e a escola perderam a autoridade: “(...) Falta de disciplina, limites, respeito com os colegas e funcionários (...)”; “(...) Saudade dos militares!”.

A polícia vai à escola. Não é seu papel intervir nos processos pedagógicos educacionais, o que não significa afastá-la das necessárias intervenções. Não se pode delegar suas competências para outros setores institucionais, incompetentes no campo pedagógico.

A unidade escolar tem condições pedagógicas para observar os confrontos ou as tensões, tendo em vista que pode haver progressiva escalada de relações violentas e agressivas. Por meio de seus recursos didáticos e pedagógicos ela deve se caracterizar como espaço-lugar de convívio em comunidade, consequentemente de mediação, na predisposição de possibilitar intervenções efetivas de processos restritivos e construtivos de resolução de conflitos.

Restritiva, no sentido de enfraquecimento e de rompimento das relações de agressividades, existentes ou preexistentes, para estabelecer a normalidade relacional no cotidiano das práticas escolares na unidade. Construtiva, face à proposição de fortalecimento das relações sociais, com base em princípios da cooperação, colaboração e solidariedade entre pessoas, grupos e instituição, com visível faceta de valorização da pessoa humana.

Para esses caminhos, a unidade escolar privilegia a voluntariedade, a autonomia das decisões, a dissimulação das controvérsias, o consenso, a confidencialidade na dimensão pedagógica da educação, a informalidade da intervenção, a linguagem próxima da realidade dos envolvidos, o diálogo.

Esses privilégios dão à mediação a dimensão de razoabilidade e de amplitude. O mediador é, acima de tudo, um educador. Na qualidade de educador, deve viabilizar a comunicação entre os mediados, no sentido de que organiza, em conjunto com os envolvidos, a compreensão deles sobre o que os levaram às agressividades e ao conflito. A proposta de mediação pela unidade escolar se constitui dentro de princípios que fortalecem as formas de cooperação e, fora delas, aumentam as dificuldades do estabelecimento do consenso, consequentemente a permanência da tensão ficará latente.

Faz-se necessário admitir a importância da construção de espaços escolares, reconhecidamente legítimos e legitimados pelo coletivo da unidade escolar – alunos, professores, gestores e comunidade-entorno –, no sentido de que, juntos, realizem processos de participação e resolvam-minimizem os conflitos do cotidiano escolar.

Cooperar passa a ser uma busca pelo entendimento das dinâmicas daquele lugar, em que a postura colaborativa deve contagiar pessoas e grupos aos diferentes modos de resolução dos conflitos. Há riscos. Riscos, porque a unidade escolar assume responsabilidade de demandas sociais que tecnicamente não lhe cabe. Riscos, porque se estabelece a oportunidade de superar os modelos pedagógicos disciplinares, resistência que o sistema educacional exala.

A educação compõe um conjunto de conhecimentos inerentes à gestão da unidade escolar, quais se-

jam: conhecimento, traduzido pelo conjunto de saberes de que se circunscrevem a tensão produzida entre as partes, como estratégia capaz de leitura de um conflito; habilidade ou o saber-fazer, no sentido de aquisição de experiência para o domínio das questões pertinentes a existência de conflitos; e, atitude, na perspectiva do querer fazer, implicado na vontade, ou não, de fazer coisas convergentes ao reestabelecimento da comunicação entre os envolvidos em atos de agressividade ou manifestações de violência.

A educação, presa na tecnicidade e na burocracia, não tem a clareza de como promover a comunicação entre as partes. Trata-se de estabelecimento de relações maduras que promovam direitos e despertem, a partir da alteridade, o respeito às diferenças e alteridades.

A MEDIAÇÃO COMO TÉCNICA: A EDUCAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

A mediação é uma técnica, apreendida e ensinada. Não se constitui em relações competitivas, concorrenciais, de disputa ou de rivalidades, mas se caracteriza como possibilidade de reestabelecer o bom convívio, o consenso, em que a finalidade da Justiça Restaurativa ganha simpatia pelas políticas educacionais do país.

Das observações de campo explicita-se que a escola é um espaço-lugar com potencial para resolução de seus conflitos. A escola, embora não tenha tempo burocrático para, pedagogicamente, apaziguar suas tensões, tem potencial em disparar os elementos da mediação em suas normativas (projeto político pedagógico) e práticas (ação pedagógica), tais como a noção de pertencimento (HALL, 1997, p. 8), de reconhecimento (RICOEUR, 2006), de comunidade (SILVA et al, 2003, p. 15-16; BAUMAN, 2001), de juventude³, de ator social e de protagonismo (TOURAINÉ, 1998).

Esses conceitos trazem a emergência de se apostar em relações inovadoras entre política educacional–escola–professor–aluno que prescrevam a compreensão da contemporaneidade e estabeleçam concepções de ordem e de respeito a todos que convivem nas unidades escolares, conseqüentemente reclassifica o respeito cultural, social, político, religioso, singular, simbólico, subjetivo, ético, estético e moral.

Da mediação jurídica à mediação escolar, a educação deve assumir o papel de conduzir seus processos internos. A escola, enquanto espaço-lugar de formação, apresenta as habilidades para desencadear ações sólidas de mediação e de resolução de seus conflitos. Em outros termos, as técnicas e os processos de mediação, no sentido das possibilidades de resolução dos conflitos, ganham relevância diante da realidade exposta.

Trata-se de uma aposta, um caminho para responsabilizar alunos, professores, gestão escolar e instituição. Esse exercício de responsabilização pode permitir a configuração de novo quadro de relações no interior das escolas, para que se busquem alterações de valores entre alunos–professores–escola e se minimize o acirramento dos conflitos, na promoção da conquista da confiança institucional, conseqüentemente, a confiança de professores e de alunos para com o novo papel da escola.

Há que se ter cautela ao questionar a posição da escola no tratamento com jovens, mas a cautela não deve impedir o questionamento. As agressões não são regra, nem generalizações. Há exemplos outros e positivos. Contudo, denota-se que escola tem dificuldade da transparência de suas regras, bem como de permitir que outros atores contribuam na gestão escolar.

3 O aprofundamento do conceito de juventude pode ser localizado em Hobsbawm (1995, p. 317), Morin (1986), Bourdieu (1983, p. 112) e na literatura sobre juventude, em que pode ser explicada por ter laço de temporalidade. Trata-se de uma invenção da sociedade moderna industrial vinculada ao mundo do trabalho. Na perspectiva societária adotada, as instituições escolares se configuram como lugares específicos para auxiliar o jovem sua passagem da vida “pré-adulta” à adulta, sem desconsiderar o papel da família.

Integralizar as premissas existentes no Programa Mais Educação, conforme Portaria Interministerial nº 17/2007, não é tarefa tranquila, uma vez que ela tem que se esforçar para:

IV - prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Na visão dos professores, profissionais habilitados para alavancar processos de formação e educativos, a instituição não tem mais significado. Essa descrença na educação está colocada pela idealização da autoridade hierarquizada do professor e da relação ensino-aprendizagem. A autoridade pautou-se e ainda se pauta em plataformas autoritárias entre senhor e servo. A relação ensino-aprendizagem se circunscreve pela seleção de conhecimentos que não dão sentido a realidade do aluno. Nesse descompasso, o descontentamento do professor caminha no seguinte sentido:

Diante de tanta dificuldade, o aprendizado em sala de aula se torna pequeno (...). Acho que os pais deveriam explicar ao filho a importância dos estudos, o valor da educação (...);

(...) Com dificuldade de aprendizagem, mas carentes de afeto; A maioria são imaturos, gritam na sala (...), xingam e não se concentram. Outros precisavam de ajuda profissional como psicopedagoga pois tem problemas de aprendizagem;

São alunos de diversas faixas etárias e diferentes realidades o que dificulta a aprendizagem e o ensinamento (...);

Não têm vocabulário compatível com a série (...);

Não estão acostumados a trazer o material escolar e não têm hábitos de estudos (...). Acredito que muitos estão precisando de acompanhamento médico e principalmente do afeto familiar.

Na visão dos alunos, a escola não lhes dá a sensação de pertencimento e nem de ter reconhecimento, em que deixou que escapassem dentro dos seus portões. A obrigatoriedade da educação ou de estudar não significa a segurança de acessar os benefícios disponíveis em nosso tempo social. Um diretor ressaltou que: “temos dois mil alunos. Desses, se dois se salvarem já fizemos a nossa parte”. Ao privilegiar a competição e o mérito, no extremo desse argumento, a escola abandonou os alunos que não adequaram a essa realidade e, pela sensibilidade presente nesse envolvimento, estes reconhecem a ênfase dessa opção e não veem sentido da escola para suas vidas.

Na dimensão simbólica da violência, o aluno foi colocado à margem da preocupação educacional. À margem se transformou em problema. Na prática, deixa de ser sujeito principal da existência da escola: ensino-aprendizagem (ALVES; PIMENTA; SOUZA; SILVA, 2010, pp. 137-158). Consciente ou não, observou-se a existência de um descaso no tratamento dado aos alunos que segue uma escala hierárquica: do Estado, das Delegacias de Ensino, da Direção da Unidade, da família. Aos alunos, resta a concepção de terem sido transformados em problema ou em culpados de tudo que acontece no entorno e/ou dentro da escola.

A ideia de “má qualidade do ensino” foi atribuída ora à incompetência dos professores, ora aos alunos

face ao desinteresse ou “pela” violência “na” escola. Os alunos são considerados indisciplinados e, em muitas ocasiões, bandidos. Em linhas gerais, as soluções apontadas sobre violência na escola, por professores, diretores e gestores educacionais, estão relacionadas com o aumento no rigor disciplinar e das punições, assim como aos processos de criminalização dos alunos e de seus atos.

A mediação na escola se apresenta como um instrumento de combate a diminuição da violência urbana⁴, em especial aquelas reverberadas no seu interior. Estas são chamadas de *Bullying* (FANTE, 2005), agressões físicas, verbais, morais, psicológicas manifestas no ambiente escolar, fenômeno que se traduz em violência.

Os processos de mediação se apresentam, inicialmente, como instrumentos normativos e funcionais com a pretensa intencionalidade de resolução dos conflitos. Na concepção de Antônio Carlos Ozório Nunes (2011), os processos de mediação são formas de restaurar a cultura da paz nas escolas⁵.

Os juristas tratam das Técnicas trazidas pelas práticas forenses, campo de conhecimento que buscou o aprimoramento do sistema jurídico, por meio de inovações pela emergência de se encontrar alternativas às demandas judiciais. Acreditam que estas passam a ser aplicadas em conflitos sociais.

A escola poderia apostar nas técnicas de mediação para colaborar no aprimoramento da capacidade de o indivíduo respeitar as alteridades, mesmo que debaixo de técnicas interventivas, visto que valoriza e transcreve em suas propostas pedagógicas os fundamentos e os princípios que embasam a dialógica dos conflitos.

A mediação propõe pequenas ações para prevenir agressões e violências, mas não se configura como uma aposta tranquila, uma vez que: a.) a realidade brasileira mostra o quanto de autoritarismo e hierarquização compõem a construção e o imaginário social de nossas relações sociais; b.) o conflito promove a dialética da transformação, uma vez que a diversidade se apresenta como um desafio para a emancipação e o fortalecimento das tolerâncias; c.) pelo fato de que a mediação pressupõe movimento coletivo, com respeito e valorização dos direitos em plano horizontal, nunca verticalizado, ou de cima para baixo, e individualizado.

De posse dessas dificuldades, escola e educação formal devem constituir seus espaços de troca efetivas entre professores, alunos, comunidade, entorno e unidade escolar, sem perder de visão princípios que reconheçam no outro as suas dimensões políticas. Em igual proporção, portador de direitos e, nessa condição, valorize e respeite um conjunto mínimo de direitos necessários à dignidade humana.

A concepção de mediação está consignada no projeto pedagógico das unidades escolares estudadas. A escola elabora no Projeto Político Pedagógico (PPP) as diretrizes para suas ações e norteamientos e, o documento, obrigatório para todas as unidades escolares no Estado de Minas Gerais. Dentro do PPP é que se encontram as possibilidades normativas de promoção de debates, reflexões, diálogos, reelaborações com a capacidade de propiciar ao coletivo, espaços de trocas ativas, participação, relações laicas e de impessoalidades, atos administrativos-colaborativos com transparência e gestão democrática.

A partir do propositivo político-pedagógico que se pode estabelecer as finalidades educacionais da escola, embora não seja certo de que foi elaborado com base em consultas à comunidade interna (corpo pedagógico, docente, discente, técnico, funcionários e alunos) e externa (pais, familiares e entorno), as referências alternativas de ações e os enfrentamentos das dificuldades geradas no cotidiano escolar. Essas

4 ³ Sobre a relação violência–conflito e conceito de violência, ver Pimenta (2008) e Yves Michaud (1989), respectivamente.

5 As posições de Ozório Nunes (2011) não diferem das posições jurídicas de Moore (1998) e Lascoux (2006). Trata-se, a mediação, de uma inovação jurídica aos conflitos de ordem sociocultural.

configurações encontram-se presentes os itens do PPP denominados de “Finalidades da Escola”, “Estrutura Organizacional”, “Currículo”, “Tempos e Espaços Escolares”, “Processos de Decisão”, “Relações de Trabalho”, “Avaliação”.

Entre o prescrito e o praticado aparece uma lacuna para efetivação de gestões participativas, uma vez que nesses entremeios existem determinantes político-ideológico-culturais que dificultam relações mais abertas e tracejam os conceitos em retóricas atualizadas ou mero jogo de palavras. Do recurso discursivo à efetividade há muitos caminhos a percorrer. Mas, não se pode afirmar que escola não deseje se abrir para outras experiências. Os processos de mediação resultam de uma escolha política da escola e da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por apreender os elementos que podem dar a constituição de um lugar-espaço de processos de resolução de conflitos na escola, dialogamos com professores, alunos, gestores educacionais e supervisores, observamos as práticas educacionais experimentadas naquele cotidiano e estudamos documentos oficiais da educação municipal, monografias e projetos de intervenção da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Esse caminho trouxe diferentes formatos de intervenção que a escola pode promover para a resolução de seus conflitos, os quais devem superar as atuais ênfases dadas às práticas de criminalização dos envolvidos, tanto pela via administrativa quanto pela via militar-judicial.

Nas observações de campo aparecem as configurações das práticas de mediação negligenciadas ou sem visibilidade pelos envolvidos no cotidiano escolar. Essa constatação está fortemente representada, dentre vários outros fatores, pelo peso da burocracia, pela falta de implicações educação-escola-professor-aluno e pelo comprometimento das políticas educacionais com a formação ao mercado.

O que significa da escola para professores e alunos são similares. Ambos reconhecem que a escola se transformou em: depósito de alunos; lugar de desrespeito ao outro; perda de controle e da noção de certo e errado; falta de clareza sobre as influências do mundo; ausência de sensações de pertencimento; pouco envolvimento família e do entrono; diminuição dos espaços de oportunidade; estigmatizações dos sujeitos; diminuição das formas de sociabilidades; deficiências de diálogos e de comunicações; cultura formal fechada; formação voltada para o mercado; perda das características de formação política; reprodução da meritocracia.

Do ponto de vista do PPP, vê-se que a unidade escolar estudada tem todos os requisitos que pode dar a abrangência necessária para a inserção de outras realidades, os quais possam dar significações de maior amplitude às manifestações de agressividades e às ações pedagógicas.

As políticas educacionais, a educação e a escola, na prática, têm dificuldades de absorver e interiorizar as questões sociais emergentes. Sua realidade contradiz às normativas, aos discursos e às figuras de linguagens utilizadas no texto do PPP da escola. Nestes projetos, há um conjunto de combinações de palavras, definições e conceitos que no papel não são relevantes à consolidação da democracia, da cidadania, da cultura da paz e das emancipações, as quais se predispõe realizar, mas com dificuldades de efetivação.

Entre o prescrito, a realidade e a prática, fomentar as iniciativas ao surgimento de espaços escolares de mediação e de resolução dos conflitos parece ser um complicador, embora as condições estejam presentes.

O complicador se potencializa na mediação, pois dentro da escola é atribuição dos professores, alunos, supervisores, diretores, merendeiras, pessoal da limpeza, inspetores, respeitado as diferentes formas de suas

atuações. A estes são traduzidas as condições para o enfrentamento da realidade apresentada, para além da transmissão do conhecimento formal, da organização da vida escolar e da preocupação com a aprendizagem.

Da perspectiva institucional, os limites impostos pelas dificuldades atribuídas ao entendimento do papel político da educação e da escola, há que se reestabelecer a implicância e a conscientização de todos no sentido de constituir o lugar-espaco para as mediações, os quais se fundamentam em princípios éticos (igualdade, diversidade, solidariedade, respeito às diferenças etc.), morais (direito a ter acesso aos direitos, indistintamente) e culturais (alteridades, simbólicos, identitárias, ambientais etc.), afetando todas as áreas do conhecimento, da ordem estabelecida e das dinâmicas sociais instauradas.

Por outra via, se a violência tem sido uma preocupação na agenda da sociedade, a resolução dela não pode reproduzir condutas opressoras que desconsidere o contexto sociocultural. Da perspectiva da instituição escolar, reverbera-se que ela tem as condições teóricas e práticas para zelar por uma formação solidária, participativa e cidadã.

A mediação dos conflitos levada ao extremo coloca em xeque mate a lógica da competição, do mérito e da concorrência, incrustados em nossa cultura. As concepções de mediação, se superado a noção de técnica de controle dos conflitos ou de tecnologia judiciária sem questionamentos das opressões, explorações e dominações, pode abrir caminhos que deem permissão à renovação de conceitos, ideais e olhares múltiplos para que se rompa com os vícios da ordem disciplinar, da formação de corpos dóceis, da opressão e da hierarquia da obediência do mais fraco ao mais forte.

Trata-se de um reaprender coletivo, em que professores, alunos, pais, entorno, comunidade, instituição e saberes almejam ultrapassar o modelo de sociedade e de educação competitiva, ou a mediação não passará de mais uma técnica ou tentativa.

Eis os desafios da educação, do educador e da escola: dar a oportunidade de consolidação de espaços de aprendizagem, marcadamente de solidariedade, de convívio coletivo e comunitário, de participação, de protagonismo e, acima de tudo, de valorização e de respeito às pessoas.

Agradecimentos: à CAPES e à FAPEMIG pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. (Org.). **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2004.
- ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.
- ABRAMOVAY, M.; GRAÇAS, M. (orgs). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDAS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.
- ALVES, C. P.; PIMENTA, C. A. M.; SOUZA, R. T.; SILVA, A. L. Educação e mediação: apontamentos teóricos para o debate sobre políticas públicas. In: PIMENTA; ALVES (Orgs.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Campina Grande: PB: EDUEPB, 2010, p. 137-158.
- AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8ª ed. São Paulo: Summus, 1996.
- BATISTA, L. F. **Análise sobre a Implantação do Núcleo de Mediação de Conflitos na cidade de Poços de Caldas, no ano de 2012: como da violência e das ações delituosas entre os conflitantes**. 2013. 82 f. Monografia. (Especialização em Segurança Pública) Acadêmico de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHARLOT, B. A Violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. In: **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 4, nº 8, p. 432-443, julho/dezembro de 2002.
- COSTA, M. I. Medidas extrajudiciais para resolução dos conflitos entre os índios potiguara e as usinas de cana açúcar: mediação, conciliação e arbitragem. In: **Revista Ensino Interdisciplinar**, Vol. 3, nº 8, p. 237-253, maio 2017. Disponível em <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/viewFile/2306/1232>. Acesso em 10 de julho de 2017.
- COSTA, M. R.; PIMENTA, C. A. M. **Violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.
- FANTE, C. **Fenômeno bullying**. Programa educar para a paz. Campinas, SP: Versus Editora, 2005.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GUIMARÃES, Á.M. Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Indisciplina na Escola**: alternativas teóricas e práticas. 8ª ed. São Paulo: Summus, 1996. p. 73-82.
- HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- LASCOUX, J.-L. **O que é a mediação?** 2006. Disponível em: <http://www.forum-mediacao.net/module2display.asp?id=39&page=2>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.
- MADEIRA, F. R. Violência nas escolas: quando a vítima é o processo pedagógico. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo vol. 13, nº 4, p. 49-61, Outubro/Dezembro de 1999.
- MAFFESOLI, M. **A Transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Jaguaré do Sul, SC: Salinas, 2005
- MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989.
- MOORE, C. W. **O Processo de mediação**: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: Arted, 1998.
- NUNES, A. C. O. **Como restaurar a paz nas escolas**, um Guia para Educadores. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- PIMENTA, C. A. M. Juventude, violência e políticas públicas. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Ano VII, nº 75, Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/075/75pimenta.htm>. Acesso em 09 de janeiro de 2017.
- PIMENTA, C. A. M. Dimensões Socioculturais da Violência: contemporaneidade e relações sociais. In: **Sociedade em Debate**. Pelotas, RS, vol. 1, p. 7-24, janeiro/junho de 2008.
- RICOEUR, P. **Percursos do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.
- TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.

A Análise da Evolução das Políticas Públicas em Esporte Educacional no Brasil *A Public Polices Evolution Analysis of the Sport Education in Brazil*

Gisele Viola Machado¹, Renato Sousa Almeida², Edna Maria Querido de Oliveira Chamon², Roberto Rodrigues Paes³

¹ UNIS-MG - gviolamachado@gmail.com

² UNITAU

³ FEF/UNICAMP- robertopaes@fef.unicamp.br

Recebido em 10 de Outubro de 2017; Aceito em 10 de Outubro de 2017.

Resumo

O estudo analisa o esporte educacional a partir da década de 1980, quando o mesmo passou a fazer parte da agenda política e como procederam as discussões e as formulações das políticas. Foi utilizada a metodologia dos Múltiplos Fluxos que verifica os fatores que influenciam na formulação da agenda política, por meio da análise documental das Leis e Decretos nacionais que dispõem sobre o esporte, entre os períodos de 1930 e 2006. Os resultados apontam para a incorporação do esporte no cenário político e como esta tem sido marcada principalmente pela disputa de interesses, levando a criação de diversos documentos que buscam delimitar conceitos e investimentos, porém de maneira insatisfatória, cabendo ainda ao esporte de alto rendimento os maiores investimentos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Esporte educacional. Organizações Não Governamentais.

Abstract

The study analyzes when the educational sports became part of the agenda of political interests and how they conducted the discussions and formulation of policy proposals to the present day. To do this we used the methodology of Multiple Streams, which verifies the factor that influence the formulation of political agendas, through the documentary analysis of National Laws and Decrees that regulate sport, between the periods of 1930 and 2006. The results show that the incorporation of sport on the political scene has been marked mainly by the dispute of interest, leading to the creation of many documents that seek to define concepts and investments, however unsatisfactorily, leaving even the high performance sport larger investments.

Keywords: Public Policies. Educational sport. Non-governmental organizations.

INTRODUÇÃO¹

As mudanças sociais ocorridas principalmente nos países em desenvolvimento, sobretudo, aquelas advindas de uma Política de restrição do Estado sobre as demandas sociais, por meio de cortes dos programas, diminuição de benefícios às pessoas em maior situação de vulnerabilidade social (PIANA, 2009), levou a um crescente aumento nos estudos sobre Políticas Públicas (BRASIL, 2013; TREVISAN; BELLEN, 2008; SOUZA, 2006; ARRETCHE, 2003).

Políticas Públicas podem ser consideradas como uma ação intencional do Governo com objetivos a serem alcançados, implicando na sua agenda, elaboração, implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2003; 2006; SARAIVA; FERRAREZI, 2006).

Dentre as diferentes formas de consolidação das Políticas Públicas, destacamos aquelas “que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado” (HOFLING, 2003, p. 31), visando a regulamentação e a construção do bem estar de uma população (MAINGÓN, 1992), denominadas de Políticas Sociais, ou aquelas que atendem um setor específico da sociedade, como educação, saúde, transporte, esporte (VERONEZ, 2005).

Nesse artigo destacaremos as Políticas esportivas, mais especificamente na área do esporte educacional, buscando compreender a partir de quando o esporte passou a fazer parte da agenda de decisões do Estado e como transcorre esse processo até os dias atuais.

Os principais referenciais teóricos que sustentarão as análises são:

a) A prática esportiva como um direito do cidadão, prevista na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), tendo como prioridade o desenvolvimento de práticas de esporte educacional;

b) O esporte como um facilitador na promoção do desenvolvimento da criança e do adolescente em suas múltiplas competências – físicas, motoras, cognitivas, sociais, emocionais, psicológicas (PAES, 2001; MANDADO; DIÁS, 2004; MACHADO, 2012; GONÇALVES, 2013; TURNNIDGE; CÔTÉ; HANCOCK, 2014);

c) A crescente difusão de projetos e programas sociais não Governamentais no Brasil que tem o esporte como um dos seus conteúdos para a promoção da cidadania (ZALUAR, 1994; CUNHA, 2007; CASTRO; SOUZA, 2011; MACHADO; GALATTI; PAES, 2015);

d) A consolidação de Políticas Públicas em esporte educacional desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Assim, os seguintes questionamentos impulsionam essa pesquisa: Quando o esporte passou a fazer parte da agenda política nacional? Como se configuraram as propostas esportivas Nacionais desde a identificação dos primeiros fluxos de problema? Quais as soluções apresentadas pelo Estado para minimizá-los? Quais as relações existentes entre as Políticas Públicas de esporte educacional e o crescente número de entidades do Terceiro Setor que oferecem atividades esportivas em seus eixos?

Para responder esses questionamentos utilizaremos a metodologia dos Múltiplos Fluxos de Kingdon (2003) que analisa a agenda política.

Houlihan e Green (2006), a fim de identificar as mudanças políticas ocorridas no cenário esportivo no Reino Unido utilizaram a metodologia dos Múltiplos Fluxos. Esta metodologia permitiu aos autores analisarem a agenda política, o cenário de decisões e com isso identificar os principais fatores que influenciaram nas

1 Bolsa da CAPES pelo Programa Doutorado Sanduíche no Exterior

mudanças de paradigmas em relação ao esporte e à Educação Física escolar.

Houlihan (2005) afirma que o Modelo é positivo, pois, além de ser aplicável a diferentes áreas, incluindo o esporte, também permite uma análise em médio prazo do quadro avaliado. O autor ainda defende sua importância por apresentar de forma crítica o processo de tomada de decisão na arena política.

No Brasil diversas pesquisas utilizaram e estudaram o modelo, porém nenhuma na área esportiva (VICENTE, 2014; BRASIL, 2013; GOTTEMES et al, 2013; GOTTEMES; PIRES, 2013; PERDICARES, 2009), mas todas apontam aspectos positivos para análise das agendas políticas.

Ainda que este modelo tenha sido pouco explorado em análises de agendas esportivas, tendo em vista a importância dos estudos realizados com o mesmo, decidimos utilizá-lo para realizar um estudo sobre análise das agendas públicas em esporte educacional no Brasil.

Chow (2014) aponta que, a proposta busca explicar como e porque certos problemas fazem parte da agenda política ou não. Nesse sentido buscaremos identificar quando o esporte passou a fazer parte da agenda política e em que contexto e, mais especificamente, quais foram os delineamentos para o esporte educacional.

A teoria dos Múltiplos Fluxos se originou a partir de estudos sobre a definição da agenda pública, que Segundo Kingdon (2003) pode ser entendida como assuntos centrais que necessitam a atenção do Governo. Os cenários nos quais os processos decisórios acontecem são tomados por um ambiente ambíguo, devido à presença de três fatores: a) Fluidez na participação – elevada rotatividade dos membros Governamentais, no cenário de tomadas de decisão; b) Preferências Problemáticas – nem sempre os participantes da tomada de decisão tem clareza sobre o assunto, como também não tem dimensão sobre o impacto de suas decisões; c) Tecnologias mal definidas – cenário público marcado por constantes disputas e conflitos, dificultando a tomada de decisão (KINGDON, 2003; GOTTEMS; PIRES, 2013; GOTTEMS et al, 2013).

Essa ambiguidade está relacionada principalmente pela presença simultânea de diferentes interpretações que, por vezes, são contraditórias sobre um mesmo assunto, afetando o campo da tomada de decisão, interferindo na relação entre problemas e soluções (GOTTEMS; PIRES, 2013).

O modelo defende que as agendas Públicas são formuladas a partir da confluência de três fluxos distintos e relativamente independentes: (1) *Problem Streams* – fluxo de problemas; (2) *Policy Streams* – fluxo de soluções; e (3) *Politics Streams* – fluxo das Políticas.

Assim, Gottems et al (2013) e Gottems e Pires (2013) apontam que a formulação da agenda passa pelo seguinte processo: a) Reconhecimento ou surgimento de um problema pela sociedade de maneira geral; b) Existência de alternativas para conceituá-lo e c) Existência de um contexto político favorável ao desenvolvimento das ideias.

O fluxo dos problemas busca responder como as questões são identificadas como um problema e como esses problemas passam a fazer parte da agenda Governamental (BRASIL, 2013; GOTTEMS et al, 2013).

Segundo Vicente (2014), os problemas são identificados por indicadores sistemáticos e não por força política. Dentre estes, podemos destacar os indicadores sociais – marcados por indicativos como obesidade infantil, marginalidade juvenil, índice de analfabetismo; Ocorrência de crises e eventos e pelo *Feedback* do monitoramento sobre o orçamento público (PERDICARIS, 2009; GOTTEMS et al, 2013).

No que diz respeito ao fluxo das soluções, ele é composto pelas ideias e nem sempre está relacionado a um problema específico. Perdicaris (2009) aponta que muitas vezes são soluções em busca de um proble-

ma. Ocorre no cenário das comunidades políticas e pode ser formado por diferentes tipos de profissionais. Bunner (2008) aponta que as ideias devem satisfazer alguns critérios, sendo tecnicamente viáveis e relacionadas aos valores da sociedade.

No mesmo sentido, Brasil (2013) afirma que as propostas viram cenários de disputas políticas e aquelas que parecem mais viáveis, providentes de certos padrões como confiabilidade técnica, aceitabilidade e compatibilidade com os ideais vigentes da sociedade, recebem maior destaque. O resultado final dessa disputa é a inclusão ou exclusão de determinadas propostas na lista das alternativas para a agenda Governamental.

Por fim, o fluxo de decisões é o que determina se um problema entra ou não na agenda do Governo. Para tal, três elementos são levados em consideração: o clima Nacional, Opinião Pública; as forças políticas organizadas (partidos políticos, legislativo, executivo) e a Mudança do Governo, especialmente as que ocorrem no início do mandato, em que o executivo busca solucionar os problemas deixados pela gestão anterior (BRUNNER, 2008; ZAHARIADIS, 2003).

Kingdon (2003) defende que a confluência desses três fatores abre o que ele chama de “Janela de Oportunidades Políticas” e é possível de acontecer principalmente por meio do envolvimento de Empreendedores Políticos (*Policy Entrepreneurs*), que são especialistas no assunto (empresários, agentes acadêmicos) e atuam nas soluções de problemas.

O modelo permite compreender as diferentes fases da formulação de uma política, a partir de uma única lente – a agenda política (ZAHARIADIS, 2003), que é o ponto inicial para qualquer construção de Política Pública, por essa razão a utilização dessa ferramenta torna-se fundamental para identificarmos quando o esporte passou a ser instrumento político e sob quais contextos. Para darmos continuidade ao estudo apresentar-se em seguida o modelo propriamente dito.

O MODELO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS DE KINGDON NA ANÁLISE DA AGENDA GOVERNAMENTAL NO CONTEXTO DO ESPORTE EDUCACIONAL

Compreendendo a formulação de agendas políticas como fator essencial no desenvolvimento de Políticas Públicas é que, a metodologia dos Múltiplos Fluxos foi utilizada para analisar as Políticas Públicas de esporte no Brasil, mais especificamente na área de esporte educacional. Trata-se de apreender qual momento as mesmas passaram a fazer parte da agenda Governamental e quais foram as intervenções que contribuíram nesse processo.

Assim, foram analisados documentos oficiais do Brasil, como Decretos e Leis, bem como estudos na área das Ciências Políticas, com ênfase em Políticas de Esporte e Ciências do Esporte, com ênfase na área da Pedagogia do Esporte.

Por meio do modelo dos Múltiplos Fluxos, identificamos que o esporte passou a fazer parte da agenda Governamental a partir da década de 1930, sendo que os principais fatores que contribuíram para isso foram: disputa entre os movimentos pré e pró profissionalização do futebol, divergência de ideias sobre o esporte (mídia, igreja, sociedade, militares) e movimento de descentralização do esporte por meio da criação das federações e confederações.

Esse era o fluxo de problemas da época, em que interesses políticos, da elite do esporte e da sociedade de maneira geral, conflitavam-se. Pelo fato do esporte ter sido compreendido como forte instrumento de desenvolvimento social e econômico do país, o Estado viu-se como responsável por controlar e normatizar as ações esportivas (fluxo de soluções).

Assim, em 1939, foi criado o primeiro Decreto Lei que abordava especificamente sobre o esporte (BRASIL, 1939) (fluxo de decisões), normatizando as ações do Estado sobre suas práticas.

Desde então, diversos outros Decretos e Leis foram criados a fim de regulamentar a situação esportiva no Brasil, tendo como enfoque principal o controle estatal, com a finalidade maior de promover e fortalecer a nação a partir do esporte (BEUNO, 2008; SILVA, 2014).

Tubino (1987) aponta que a década de 1930, no campo esportivo, foi marcada por dois aspectos: o uso do esporte como promoção política e o surgimento de intelectuais que questionavam os exageros em torno das competições esportivas.

Bueno (2008) também discorre sobre alguns debates pedagógicos que ocorreram na década de 1930 sobre o esporte, realizados por professores ligados ao movimento da Escola Nova. Ao apresentar um resumo sobre um Congresso Nacional ocorrido no ano de 1935, o autor destaca críticos que apontavam o esporte como importante instrumento da formação do caráter. Tais movimentos ganharam força ao longo dos anos e os ideais do esporte, como importante aliado à formação humana, aos poucos foram se consolidando.

Especialmente no Brasil, estes debates se alongaram até a década de 1980, atribuindo ao esporte e à Educação Física escolar diferentes significados (DARIDO, 2005), quando tiveram maior destaque por dois acontecimentos importantes e de certa forma, correlatos: a) os movimentos dos intelectuais do esporte que discutiam seu papel e o da Educação Física na sociedade (DARIDO, 2003; DARIDO; RANGEL, 2005) e b) o reconhecimento destes pelo Governo como direito social a partir da Constituição Federal de 1988.

Segundo Darido (2003) e Darido e Rangel (2005) o início da década de 1980 foi marcado pelo movimento renovador da Educação Física escolar, devido principalmente ao processo de redemocratização do país, e com isso a volta de diversos professores do exterior, abertura de cursos de Pós Graduação na área e aprofundamento dos estudos.

Assim como também aponta Aragão (2004):

O Movimento Renovador na Educação Física não surge isolado, faz parte de um cenário político-social que abrange diferentes segmentos. Há um processo de redemocratização do país: a classe trabalhadora se organiza com a criação do Partido dos Trabalhadores; na Igreja Católica se dá o movimento de renovação com a Teologia da Libertação; no setor político os exilados começam a retornar ao país com o AI-5 (Ato Institucional de número cinco). Na Educação Física ele surge simultaneamente ao movimento da Pedagogia (ARGÃO, 2004, p. 13).

Para a autora, a partir do final da década de 1970 e início de 1980 a Educação Física na escola deixa de ser caracterizada somente pela formação de atletas, ampliando as possibilidades pedagógicas da área, influenciando inclusive na relação professor-aluno que deixa de ser pautada somente na relação treinador-atleta (MACHADO; JESUS, 2008).

Dessa forma, as discussões na época avançam tanto no campo da Educação Física escolar, quanto no campo esportivo, ampliando a visão de esporte para além do aspecto profissional, compreendendo também um contexto educacional e de lazer para a formação plena do ser humano.

Tubino (2011) ressalta que essas discussões foram importantes para iniciar um movimento denominado de revisão conceitual do esporte em que se discutiam principalmente uma política de esporte que fosse voltada para todos.

Tendo em vista as propostas já consolidadas a respeito do esporte, como importante aliado na formação humana e instrumento de lazer, um grupo de professores que formavam o Colégio Brasileiro de Ciências de Esporte atuou junto ao Governo para a inclusão das emendas sobre o aspecto educacional e de lazer do esporte na Constituição Federal (SILVA, 2014).

Assim, a constituição Federal torna, em seu artigo 217, dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais, tendo obrigatoriedade em destinar recursos financeiros prioritariamente ao esporte educacional (BRASIL, 1988).

Salientamos que essa participação foi fundamental para solidificar o esporte como direito social. O grupo que compunha o Governo e com possibilidade de criar emendas na Constituição era formado por pessoas ligadas ao esporte de alto rendimento e ao universo do futebol profissional (BUENO, 2008).

Temos então, oficialmente o esporte pela primeira vez citado em documento Governamental como prática educacional. A figura apresenta um resumo, a partir do Modelo dos Múltiplos Fluxos do quadro Político e esportivo da época:

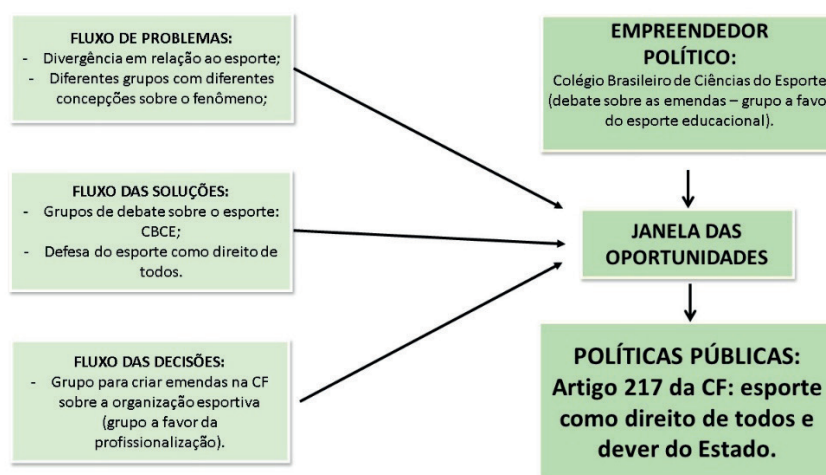


Figura 1: Mapa da agenda Política no Brasil na década de 80 em relação ao esporte. **Fonte:** Baseado em Kingdon (2003); Adaptado de Gottemes et al (2013)

Assim, a partir da Constituição Federal, tivemos duas Leis: a Lei Zico (Lei 8.672 de 1993) – revogada em 1998, e a Lei Pelé (9.614 de 1998), que trataram das dimensões esportivas, abordando: a) o esporte educacional que se refere à prática voltada ao pleno desenvolvimento dos praticantes, sem o foco na competitividade; b) o esporte participação, destinado às práticas no momento de lazer; e c) o esporte de alto rendimento voltado à prática profissional e hipercompetitividade (BRASIL, 1993; 1998).

A partir das Leis supracitadas temos um novo desenho esportivo no país, em que aparecem separadamente as atividades voltadas às diferentes possibilidades, como a educação, o lazer e a performance. Tal configuração estende-se aos dias atuais.

É importante enfatizar que nos primeiros momentos de Governo após a constitucionalização do esporte, embora a prioridade fosse à área educacional, ações recorrentes neste setor ficaram mais a cargo do investimento em infraestrutura, no desenvolvimento de recursos humanos e no apoio às competições escolares, sendo ainda a maior parte do investimento total em esporte no país, na área do alto rendimento.

Construção de quadras, ginásios e similares e realização de eventos esportivos, ações caracterizadas como projetos, que não exigem a continuidade da ação governamental, foram as que receberam alocação de maior quantidade de recursos. Além de atenderem a interesses muito particulares, tais ações não comprometiam o Estado no que se refere à continuidade de sua intervenção social (VERONEZ, 2005, p. 338).

Em meados da década de 1990, mesmo com a reformulação do Programa Esporte Solidário e Esporte na escola, as principais finalidades eram de levar o esporte às populações carentes. Tinha-se como objetivo diminuir as situações de exclusão social e de fomentar e desenvolver a prática de Educação Física e esporte na escola. Ainda assim, os valores orçamentários destinados a tais programas foram inferiores aos programados, contrário do que ocorreu com o setor de esporte de alto rendimento (VERONEZ, 2005).

O autor ainda ressalta que as ações do Governo em sua maioria eram assistencialistas de caráter emergencial, sem continuidade. Isso talvez se justifique pela política neoliberal, caracterizada pela diminuição das ações nos setores sociais e uma consequente transmissão de responsabilidade às Organizações Não Governamentais (ONGs) (MEIRELES; EL-AOUAR, 2002).

Segundo Barbosa (2006), esse movimento surgiu da luta por um espaço mais democrático, atendendo principalmente a população mais excluída. Para a autora, na década de 1980, as ONGs evoluíram de ação assistencialista para um caráter mais político, sendo reconhecidas como um espaço em busca da igualdade social, configurando-se entre esse período como Terceiro Setor. Neste contexto as ações do Estado foram minimizadas, gerando uma transferência das responsabilidades entre o Estado e o Terceiro Setor (BERALDI et al, 2011)

Os autores indicam que, devido à redução da atuação do Estado nos problemas sociais, o setor privado começou a intervir por meio de diferentes instituições que compõem o Terceiro Setor “constituído por organizações sem fins lucrativos, e Não Governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público” (BERALDI, 2011, p. 115). Aqui, destacam-se então as diferentes ações relacionadas ao esporte educacional.

Melo (2007) faz uma crítica a essa proposta neoliberal, em que o Terceiro setor entra em campo para combater os problemas sociais que o Estado não combateu. Para o autor, esta atitude leva à destruição dos direitos e a transformação desses em mercadorias, envolvendo dinheiro e marketing, gerando muitas vezes uma competição entre Prefeituras, ONGs ou outras instituições sobre quem terá o poder sobre determinada instituição ou proposta.

Independente das críticas, dos pontos favoráveis ou contrários às manifestações do Terceiro setor, o fato é que atualmente esse se faz presente na sociedade e está consolidado por meio de diferentes ações.

Tendo em vista a política neoliberal desde a década de 1980, somado ao surgimento de diferentes entidades de caráter público-privado é que a responsabilidade de desenvolver propostas esportivas de cunho educacional passou a ser dessas instituições, tendo o Governo apenas como apoio político. Essa é uma das razões que desde a Constitucionalização do esporte, as ações do Governo foram minimalistas.

Machado (2012) também aponta o crescente número de projetos sociais que tem o esporte como um dos seus principais conteúdos, desenvolvidos com crianças e adolescentes, tendo principalmente como proposta a promoção da formação humana e o desenvolvimento da autonomia.

Desde então, diversos projetos sociais, programas esportivos, ONGs surgem na sociedade no intuito de fomentar a prática esportiva em uma perspectiva educacional para o público em questão, atendendo principalmente a população em situação de risco pessoal e social.

Reafirmamos também que, devido às discussões acadêmicas e lideranças na área do esporte, defendendo-o como ferramenta educacional e não somente como proposta do alto rendimento é que este passou a ser conteúdo recorrente nas organizações do Terceiro setor, reforçada na possibilidade de pedagogizar um dos fenômenos que mais chama a atenção de crianças e adolescentes. Assim, as entidades manteriam as metas de público, educacionais e de formação esportiva.

Embora essas ações tenham se eclodido a partir das décadas entre 1980 e 1990, elas perduraram após a mudança de Governo a partir do ano de 2003, ainda que com algumas reformulações no setor esportivo, o Terceiro Setor continuou ganhando forças.

Os primeiros documentos oficiais desta época apresentam preocupações maiores com as manifestações esportivas até então excluídas (BUENO, 2008), apontando para formulação de Políticas Públicas inclusivas, tendo o esporte como contribuinte na promoção e formação humana. Temos aí um exemplo de incorporação de assuntos na agenda do Governo a partir da mudança de gestão, como apontado por Kingdon (2003) em seu modelo.

Dentre as propostas criadas a partir de 2003, destacamos o Programa Esportivo Segundo Tempo (PST) do Governo Federal, com a prioridade de atender crianças e adolescentes no contraturno escolar, por meio de práticas esportivas e educacionais, tornando-se de acordo com Matias (2013) o principal produto do Governo já implementado no Brasil no âmbito do esporte educacional.

O programa tem como proposta democratizar a prática e a cultura esportiva, visando a formação integral dos participantes (BRASIL, 2007), atendendo mais especificamente a população em situação de vulnerabilidade social (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

Apesar da expectativa de amplo atendimento do PST, Matias (2013) demonstra que quase 50% do investimento financeiro dos núcleos foram destinados à região sudeste do país e somente 6% destinados à região norte. Para o autor:

Desde a escolha dos parceiros na formalização até a seleção das localidades e beneficiados a serem atendidos pelo programa são realizados processos de exclusão. Isto demonstra o processo de seleção e focalização da política em detrimento do próprio princípio anunciado de universalização (MATIAS, 2013, p. 10).

Ainda sobre a questão do investimento financeiro, segundo Athayde (2011) e Matias (2013), embora o maior repasse de recursos da União fosse destinado ao PST, os gastos do Governo não corresponderam a essa dinâmica. Portanto, apesar da tentativa inicial do Governo em sustentar e priorizar uma política esportiva educacional no país, o foco continuou sendo do esporte de alto rendimento, tal como ocorreu nos Governos anteriores (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015; MATIAS, 2013; ATHAYDE, 2011; BUENO, 2008), indo de encontro às proposições da CF quando esta se refere à prioridade da oferta do esporte não formal.

Tendo em vista a dificuldade do Governo em sustentar o PST, atualmente ele é executado por parcerias entre o Governo Federal e as instâncias estaduais, municipais, ONGs e demais entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, reafirmando as discussões anteriores sobre o Terceiro Setor. Tal situação, segundo Melo (2007) coloca em risco a continuidade do programa, pois depende da possibilidade e do interesse da ges-

tão na sua renovação. Por essa razão, muitos projetos funcionam durante um curto período de tempo, não havendo continuidade no processo e, por consequência, prejudicando o atendimento das crianças e adolescentes matriculados.

Essa configuração se caracteriza e fortalece a relação entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado, nas quais a responsabilidade por programas desse porte passam a ser divididas.

Contudo é importante destacar que embora os planos e metas traçados pelo Governo para o esporte educacional, demonstram preocupação com a temática, os investimentos continuaram sendo maior ainda no setor de alto rendimento. De acordo com Bueno (2008), no período entre 2003 e 2008 64% do orçamento destinado ao esporte no país foram gastos com o alto rendimento e somente 14,2% com o esporte educacional. O autor ainda destaca que a maior parte dos gastos com o esporte de alto rendimento, no período mencionado, foi para a preparação e a realização do Pan-Americano no Rio de Janeiro em 2007.

Embora não seja objetivo desse estudo discutir os legados deixados por esse evento, cabe destacar que, na área social, a maior parte da agenda prometida pelo Governo não foi cumprida (DONHA; BONIN; MAOSKI, 2011).

Portanto, o que tivemos de forma mais acentuada foi o fortalecimento das ações das ONGs e do Terceiro setor no país, principalmente após a Lei 11.438, em 2006, conhecida como a Lei de Incentivo ao Esporte. Nesta, as empresas ou pessoas físicas podem, por meio da dedução de impostos fiscais, patrocinar ou apoiar projetos esportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte nas três dimensões: educacional, de participação ou de alto rendimento (BRASIL, 2006).

Um dos pontos previstos nessa Lei foi o fomento de práticas esportivas em regiões de vulnerabilidade social, visando a promoção da inclusão social.

Segundo relatório da Gestão da Lei de Incentivo ao Esporte do ano de 2014 foram captados R\$ 254.075.000,00 de reais para promoção do esporte nas três manifestações, sendo 26% deste valor destinado ao esporte educacional, correspondendo, aproximadamente a mais de R\$ 66.000.000,00 de reais (BRASIL, 2014). Este valor é quase semelhante ao gasto pelo Governo durante a gestão de 2003 a 2008, fortalecendo o que temos defendido nesse estudo de que as manifestações esportivas na área educacional são mais incentivadas pelo Terceiro Setor do que pelo Governo, pois esse ainda concentra-se mais no esporte de alto rendimento. Segundo o mesmo relatório, cerca de 15% do valor arrecadado foram investidos em ONGs e 26% em Institutos.

Embora nos dois últimos anos, 2013 e 2014, a quantidade de entidades aprovadas para captação de verba em esporte educacional tenha diminuído, o valor arrecadado ao longo dos anos tem aumentos consideráveis, conforme tabela seguinte.

ANO	VALOR CAPTADO	Nº DE ENTIDADES
2007	R\$ 3.245.266,99	195
2008	R\$ 10.865.641,34	168
2009	R\$ 21.678.639,39	218
2010	R\$ 29.957.778,21	314
2011	R\$ 35.133.077,15	430
2012	R\$ 39.982.383,83	605
2013	R\$ 47.477.443,55	438
2014	R\$ 50.053.932,00	328

Tabela 1: Valores captados em esporte educacional a partir da Lei de Incentivo ao Esporte. **Fonte:** Ministério do Esporte (BRASIL, 2014)

Pelo aumento anual do valor investido, fica nítido que o Governo tem cada vez mais incentivado a promoção do esporte educacional por instituições Não Governamentais e, de acordo com a política neoliberalista, ao Estado cabe o papel de mediar.

Diante destes fatos, concordamos com Silva, Borges e Amaral (2015, p. 73) ao concluírem que o esporte deixa de ser um direito do cidadão e passa a ser apenas um serviço oferecido: “Dessa forma, foi possível verificar que não existe indicativo que o Ministério do Esporte tem desenvolvido políticas sociais orientadas pela ótica da materialização dos direitos legalmente reconhecidos”, principalmente pelo fato dos cidadãos ficarem dependentes do mercado e da disputa de interesses (ATHAYDE, 2009; MELO, 2007).

Assim, encontramos no país um cenário de conflito de interesses e ideologias sobre o esporte educacional que vem sendo marcado principalmente a partir da década de 1980. Este passou a ser alvo de mercado (devido aos investimentos de diversas empresas na área), de marketing político (propostas esportivas para as camadas menos favorecidas passaram a ser alvo de propagandas políticas), de disputa (pelo financiamento dos projetos – as ONGs precisam cada vez se especializar na área de captação de recursos) e de formação pedagógica (estudiosos da área, expectativas das Políticas Públicas e das ONGs).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo dos Múltiplos Fluxos nos permite concluir que as discussões políticas sobre o esporte no Brasil se iniciaram principalmente na década de 1930 e o interesse do Governo era estadualizar esta atividade, mantendo o controle sobre as práticas esportivas, principalmente em relação ao futebol, e sobre as demais modalidades, a partir da profissionalização das mesmas, configurando-se os interesses sobre a perspectiva do esporte de alto rendimento.

Desde então, as principais discussões na arena política estiveram atreladas ao universo do esporte profissional e pouca ou nenhuma atenção foi dada às outras dimensões esportivas, a educacional e a de lazer, embora presentes no cenário político desde a Constituição de 1988, quando o esporte tornou-se direito de todo cidadão.

Estas dimensões esportivas somente ganharam destaque a partir do interesse das Organizações Não Governamentais principalmente pelo fato do esporte ter se tornado um produto de mercado, por meio de incentivos financeiros vindos por parte do Governo. Somente a partir de 2003 o Governo implementou uma proposta esportiva de cunho educacional, mas que também ao longo do tempo, tornou-se um produto de mercado visto que o Programa Segundo Tempo passou a ser mantido principalmente pelo Terceiro Setor.

Desta forma, o cenário atual demonstra que apesar das tentativas em fomentar a prática esportiva em seu âmbito educacional, faltam ainda Propostas que alarguem as possibilidades de atendimento, bem como faltam propostas sistematizadas de acompanhamento que indiquem os resultados alcançados em qualquer cenário de ensino.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M. G. S. Implicações no movimento renovador na Educação Física e seus desdobramentos metodológicos no cotidiano escolar. I **Encontro Nacional de Ensino de Artes e Educação Física** – Linguagens Artísticas e práticas corporais na educação. Natal, Rio Grande do Norte, 10 a 12 de dezembro de 2004.

ARRETCHE, Marta. Dossiê – Agendas de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol. 18 nº. 51, p. 15 – 20, fevereiro, 2003.

ATHAYDE, P. F. A. **Programa Segundo Tempo**: conceitos, gestão e efeitos. Brasília, 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNB, Brasília, 2009.

ATHAYDE, P. F. A. O “lugar do social” na Política da esporte no Governo Lula. **SER Social**, Brasília, Vol. 13, nº. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.

BARBOSA. L. P. Significados do 3º Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e cultura**. Goiás. Vol. 9, nº 1, p. 173-186, jan/jul, 2006.

BERALDI, D. P. et al. Políticas Públicas: esporte, educação; mudanças a partir da década de 90. **Conexões**. Revista da Educação Física da UNICAMP. Campinas, Vol. 9, nº 1, p. 109 – 129 – jan/abr, 2011.

BRASIL. **DECRETO-LEI N. 1.056**. 19 de janeiro de 1939 - Institui a Comissão Nacional de Desportos. Acesso em 16 de setembro de 2015, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Acesso em 16 de setembro de 2015, disponível em Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

BRASIL. **LEI Nº 8.672**, de 6 de JULHO DE 1993 - Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Acesso em 16 de setembro de 2015, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. **LEI Nº 9.615**, de 24 de MARÇO DE 1998 - Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Acesso em 16 de setembro de 2015, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. **LEI Nº 11.438**, de 29 de DEZEMBRO de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Acesso em 16 de setembro de 2015, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111438.htm

BRASIL. **Manual de orientações para implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo**. Brasília: Ministério do Esporte, agosto, 2007. 54 p.

BRASIL. **Relatório de Gestão 2014**. Lei de Incentivo ao Esporte. Acesso em 24 de outubro de 2015, disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/leiIncentivoEsporte/relatorioGestao2014V2.pdf>

BRASIL, F. G. Políticas participativas e a nova literatura de análise de Políticas Públicas: Novos Horizontes para as agendas de pesquisa. **Revista Gestão e Política Pública**. São Paulo. Vol 3, nº1, p. 44 – 61, 2013.

BUENO, L. **Políticas Públicas de esporte**: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese de Doutorado. 314 fl. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2008.

BUNNER, S. Understanding policy change: Multiples Streams and emissions trading in Germany. **Global Environmental Change** Vol. 18, p. 501– 507, 2008.

CASTRO, S. B; SOUZA, D. L. Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. **Movimento**, Porto Alegre, Vol. 17, nº. 4, p. 154-163, out./dez. 2011.

CHOW, A. Understanding Policy change: multiple streams and National Education Curriculum Policy in Hong Kong. **Journal of Public Administratio and Governance**, Vol.4, nº.2, p. 49 – 64, 2014.

CUNHA, B. Z. **A inclusão da criança em projetos sociais de educação pelo esporte**. 36f. 2007. Monografia (Conclusão de Curso em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DARIDO, C. S. Educação Física na escola: Questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. **A Educação Física na Escola Implicações para a Prática Pedagógica**, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- DONHA, E. L.; BONIN, A. P. C.; MAOSKI, D. Pan-americano 2007 e Olimpíadas 2016: legados compatíveis, complementares ou divergentes? **Revista Digital**. Buenos Aires. Año 15, Nº 154, Marzo de 2011.
- GONÇALVES, C. E. de B. (org). **Educação pelo Desporto e Associativismo esportivo: uma ligação necessária**. Coleção Ética no Desporto, 2013.
- GOTTEMS, L. B. D.; PIRES, M. R. G. M. O modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde no Brasil: aplicabilidades, contribuições e limites. **2º Congresso Brasileiro de Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde – Universalidade, igualdade e integralidade da saúde: um projeto possível**. Belo Horizonte, Brasil, 2013.
- GOTTEMS, L. B. D.; *et al.* Os modelos dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas públicas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Saúde Soc.** São Paulo. Vol. 22, nº.2, p.511-520, 2013
- HOULIHAN, B. Public sector sport policy: Developing a Framework for Analysis. **INTERNATIONAL REVIEW FOR THE SOCIOLOGY OF SPORT**. Londres. Vol. 40 nº 2, p. 163 – 185, 2005.
- HOULIHAN B.; GREEN, M. The changing status of school sport and physical education explain policy change. **Sport, Education ans Society**. Vol. 11, nº 1, Fev, p. 73 – 92, 2006.
- KINGDON, J. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.
- MACHADO, G. V.; JESUS, T. B. **A Educação Física como agente facilitador para o processo de transformação social: uma perspectiva pedagógica**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- MACHADO, G. V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. **Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica**. **Movimento**, Porto Alegre, Vol. 21, nº. 2, p. 405-418, abr./jun. de 2015.
- MANDADO, Alfonso; DÍAZ Pino. Deporte y educación: Pautas para hacer compatible el rendimiento Y el desarrollo integral de los jóvenes deportistas. **Revista de Educación**, nº. 335, p. 35-44, 2004.
- MATIAS, Wagner Barbosa. A política esportiva do governo lula: o programa segundo tempo. **Licere**, Belo Horizonte, Vol.16, nº.1, mar, 2013.
- MEIRELES, E. C.; EL-AOUAR, W. A. O desafio das ONGs ante a minimização do papel do estado no cenário global. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo. Vol. 9, nº 3, julho/setembro 2002.
- MELO, M. de P. O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no governo lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via. **Licere**, Belo Horizonte, Vol.10, nº 2, ago, 2007.
- PAES, R. R. **Educação Física Escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental**. Canoas: ULBRA, 2001.
- PERDICARIS, P. R. Gestão para os resultados como Políticas Públicas: uma análise da formação da agenda e formulação de alternativas em municípios brasileiros. **XIV Congresso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública**. Salvador, Bahia, Brasil. 27 – 30 de outubro, 2009.
- SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (organizadores). **Políticas Públicas** (Coletânea). ENAP Fundação Escola Nacional de Administração Pública. 2006
- SILVA, V. P. **Uma análise dos condicionantes da capacidade de influência das conferências de políticas públicas sobre os programas das respectivas políticas setoriais: o caso da 1ª CAP, 1ª Concidades, 1ª CMA, 1ª CE, 1ª CPM e 1ª CPIR**. 225 fl. 2014. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo, Vol. 29, nº 1, p. 65-79, Jan-Mar, 2015.

- SOUZA, C. Políticas Públicas: questões de temática e de pesquisa. **CADERNO CRH**, Salvador, nº. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão na literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Vol. 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez, 2006.
- STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 422 fl. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP** – Rio de Janeiro Vol. 42 nº 3, p. 529-50, maio/jun. 2008.
- TUBINO, M. J. G. **Teoria geral do esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.
- TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011 (coleção questões da nossa época).
- TURNNIDGE, J.; CÔTÉ, J.; HANCOCK, D. Positive Youth Development From Sport to Life: Explicit or Implicit Transfer?, **Quest**, Vol. 66 nº2, p. 203-217, 2014.
- VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte a partir da Constituição de 88**. 386 fl. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- VICENTE, V. M. B. Políticas Públicas: uma contribuição sucinta à edificação de um modelo para sua análise. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, Vol. 4, nº. 1, p. 28-47, 2014.
- ZAHARIADIS, N. Ambiguity and multiple streams. In SABATIER, P.a; WEIBLE, C. *Theories of the policy process*. Westview Press, 2014. Chapter 2, p. 25-58.
- ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. Campinas, SP: Escuta, 1994.

Reaproveitamento consciente de alimentos *Conscious food reuse*

Juliana Marcondes de Morais¹, Maria Izabel Silva Marcondes de Moura Batista², Francilaine Calixto Gouveia²

¹ Escola de Engenharia de Lorena EEL/USP - julianamarcondes@usp.br

² Escola de Engenharia de Lorena EEL/USP

Recebido em 06 de Agosto de 2017; Aceito em 19 de Setembro de 2017.

Resumo

Este estudo procurou investigar a contribuição da metodologia da Aprendizagem Baseada em Projeto - ABP, no ensino de Ciências para a formação da cidadania, por meio da pesquisa-ação, partindo do seguinte problema: Como o ensino de ciências por meio de projetos contribui para a formação da cidadania, de forma especial, no que se refere à sustentabilidade? Para tanto, foi aplicada essa metodologia com 20 alunos, organizados em 5 grupos, da Educação de jovens e adultos, em uma escola municipal de São José dos Campos, com faixa etária entre 23 e 86 anos. Encontrou-se como resultados, avanço na aprendizagem dos alunos em relação ao conceito de sustentabilidade, o que não era percebido inicialmente. Os alunos construíram um fluxograma relacionando o conceito sustentabilidade com alimentação. Esta atividade permitiu que eles refletissem, promovendo uma sensibilização em relação à questão do desperdício de alimentos, buscando soluções para resolução do desperdício de alimentos em casa, na escola e na comunidade local. Com isso, elaboraram um caderno de receitas com sobras de alimentos, algumas dessas receitas foram testadas e degustadas em aula. Em Língua Portuguesa, os alunos tiveram conhecimento do gênero textual receita culinária, em Matemática, aprenderam a diferença entre unidades de medidas e em Ciências, além do conceito sustentabilidade, sua relação com a alimentação. Com isto, conclui-se que a ABP foi uma metodologia eficaz, pois auxilia no processo de formação da cidadania, compreensão do conceito de sustentabilidade e para o ensino de Ciências.

Palavras-chave: Aprendizagem Baseada em Projetos - ABP. Ensino de Ciências. Cidadania. Sustentabilidade.

Abstract

This study sought to investigate the contribution of the Project Based Learning (ABP) methodology in the teaching of science to the formation of citizenship, through action research, starting from the following problem: How science teaching through projects contributes to the Citizenship, especially in terms of sustainability? For this purpose, this methodology was applied to 20 students, organized in 5 groups, Youth and Adult Education, in a municipal school in São José dos Campos, aged between 23 and 86 years. It was found as results, advancement in students' learning in relation to the concept of sustainability, which was not perceived initially. The students constructed a flow chart relating the concept of sustainability to food. This activity allowed them to reflect, raising awareness about the issue of food waste, seeking solutions to food waste at home, at school, and in the local community. With that, they prepared a recipe book with leftover foods, some of these recipes were tested and tasted in class. In Portuguese Language, students learned about the textual genre cooking recipes, in Mathematics, learned the difference between units of measures and in Sciences, in addition to the concept of sustainability, its relation with food. With this, it is concluded that the BPA was an effective methodology, as it assists in the process of citizenship formation, understanding the concept of sustainability and teaching science.

Keywords: Project Based Learning - PBL. Science Teaching. Citizenship. Sustainability.

INTRODUÇÃO

A fome é um tema muito atual e real na vida de muitas pessoas no mundo inteiro. E o que impressiona é que o desperdício de alimentos também é uma realidade e seus números são surpreendentes, infelizmente, de forma negativa.

Para que se encontre um caminho para a solução deste problema é necessária a conscientização de toda a sociedade. As pessoas precisam conhecer seus direitos e deveres, a fim de viverem de forma harmoniosa, buscando agir para o bem comum, procurando caminhos que visem tal objetivo, praticando assim, a cidadania.

E um assunto que está relacionado a esta prática é a observância da sustentabilidade, pois por meio dela procura-se praticar ações que atendam às necessidades atuais dos seres humanos, para que não se prejudique as próximas gerações.

Caminhando nesta mesma direção, as escolas têm como um dos seus maiores objetivos a formação de cidadãos pensantes, criativos, capazes de discutir, opinar e intervir em questões relacionadas ao seu cotidiano, seja no âmbito social, cultural, econômico ou político, pois assim, estarão exercendo a cidadania no sentido mais amplo da palavra.

Diante deste cenário, foi realizado um estudo visando conscientizar sobre a importância de se aproveitar os alimentos em sua totalidade, a fim de se evitar, ao máximo, o desperdício. Isto pode ser conseguido ao se reutilizar: alimentos que não serão consumidos mais “in natura”, devido ao seu aspecto físico e/ou sabor; sobras de alimentos e cascas de produtos, que possuem, inclusive, um alto valor nutricional, e que, normalmente, vão para o lixo, pois não estamos habituados a consumi-las. Esta atitude envolve a sustentabilidade, uma vez que preserva o meio ambiente, já que os recursos naturais serão utilizados de forma sensata.

Sendo assim, este trabalho propõe a utilização da metodologia ABP (Aprendizagem Baseada em Projetos), em uma turma de 5ª fase da EJA (Educação de Jovens e Adultos), objetivando que os alunos passem a ter atitudes de mudanças, no seu cotidiano, em relação ao reaproveitamento de alimentos; sejam capazes de identificar situações em que ocorra o descarte de alimentos que poderiam ser aproveitados e conscientizem familiares e amigos sobre a importância de tais atitudes.

A FORMAÇÃO DA CIDADANIA E A SUSTENTABILIDADE

De acordo com o Instituto AKATU (2017), hoje um terço de todo o alimento produzido vai para o lixo, sendo que há perdas em vários momentos, como: durante a produção do alimento, sua armazenagem, seu transporte, seu acondicionamento, inclusive, dentro dos supermercados e das casas.

Conforme pode-se constatar por meio de uma pesquisa realizada pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), são desperdiçados cerca de 26 milhões de toneladas de alimentos no Brasil, anualmente, e, destes, mais da metade são realizados pelo consumidor e/ou produtor, o que representa cerca de 56%. O restante é desperdiçado nas seguintes situações: durante o manuseio e armazenamento (22%), no mercado e na distribuição (17%) e na etapa do processamento (6%) (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017).

O desperdício de alimentos tem um impacto direto no que se refere a sustentabilidade, uma vez que esta visa a qualidade de vida presente e futura, no tocante à preservação do meio ambiente.

Para Cortez e Ortigoza (2007) a prática da sustentabilidade, vista de uma maneira mais ampla, não apenas no que tange aspectos ambientais, mas também, econômicos e sociais, faz com que as pessoas resgatem sua cidadania, pois antes de serem consumidores, devem ser cidadãos com direitos e responsabilidades, se preocupando em preservar o meio para as gerações futuras.

Diante deste cenário, há a necessidade de um trabalho de conscientização de toda a sociedade, e neste sentido, a escola se mostra como um excelente espaço de formação para a cidadania.

E quanto à questão de formar o cidadão por meio da educação, os PCNs (BRASIL, 1997) discorrem sobre a exigência de se formar cidadãos críticos e reflexivos, que possam exercer sua cidadania ajudando na construção de uma sociedade mais justa, fazendo surgir uma nova consciência individual e coletiva, que tenha a cooperação, a solidariedade, a tolerância e a igualdade como pilares. Assim, devem ser desenvolvidas competências que contribuam para uma abrangente compreensão de mundo, em que os indivíduos possam atuar como cidadãos participativos, utilizando conhecimentos de natureza científica e tecnológica.

Em complemento a esta ideia, Alves (2002) lembra que para que todos sejam considerados e tratados equitativamente é necessário observar que cada cidadão tem direitos e, em contrapartida, deveres a serem cumpridos. Além disto, considera que ser cidadão supõe assumir hábitos que favoreçam o bem comum, deixando de lado sua individualidade.

Os autores Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2009), também ressaltam que o trabalho do docente deve estar direcionado para o desenvolvimento da criticidade de seus alunos, de modo que, efetivamente, se incorpore ao universo das representações sociais e se constitua como cultura.

Com relação à formação de cidadãos críticos, pode-se verificar abaixo alguns dos objetivos indicados nos PCNs de ciências naturais do ensino fundamental:

Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento; Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente (BRASIL, 2007).

Ainda em relação à educação, Santos et al. (2005) também consideram como exigências da sociedade contemporânea a promoção da ciência com um ensino voltado ao senso crítico, visando o desenvolvimento de uma percepção aguçada a respeito dos impactos sociais, culturais e ambientais.

A EJA E SEUS DESAFIOS

Considerando a importância da escola no processo de formação da cidadania, faz-se necessário que esta envolva, não somente os alunos, como também os familiares e a comunidade, a fim de se alcançar o maior número possível de pessoas formadas e bem informadas.

Percebe-se que muitos não conseguem concluir seus estudos da Educação Básica na idade adequada, e isto se dá por diversos motivos, entre eles, a necessidade de trabalhar para ajudar a complementar a renda familiar, a falta de incentivo e cobrança dos pais, que provavelmente não concluíram seus estudos, e, até, a simples falta de interesse, por não terem a dimensão de quanto o estudo é importante e pode mudar suas vidas. Sendo assim, é papel da escola envolver os alunos mostrando a importância do conhecimento para o seu crescimento enquanto seres humanos.

Contudo, este público não deve perder a oportunidade de ter uma formação e se tornar cidadãos capazes de exercerem sua cidadania. Portanto, a estes é oferecida a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é uma modalidade regulamentada pela Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Para Soares, Giovanetti e Gomes (2011) para ensinar jovens e adultos, há de se considerar, não apenas o contexto escolar, mas também o social, histórico e cultural que vá ao encontro desta faixa etária, lembrando que estes já vivenciaram diversas situações que lhes trouxeram muita experiência e, sendo assim, suas temporalidades, trajetórias, vivências e aprendizagens não se dão da mesma forma e ao mesmo tempo.

Segundo Pacievitch (s/d), os alunos desta modalidade de ensino sofrem alguns preconceitos, porém, na maioria das vezes, trata-se de pessoas comprometidas com os estudos, que frequentam a EJA por entenderem a importância da educação, além de o fazerem por vontade própria, o que aumenta o interesse no processo de ensino-aprendizagem, e, portanto, podem apresentar um desempenho tão bom quanto ao de um aluno do ensino regular, ou até melhor em muitos casos, devido à experiência de vida que já possuem, conforme já citado.

Enfim, pessoas que voltam para a escola na idade adulta podem, até, ter mais dificuldades para assimilar os conteúdos, porém, estão muito mais dispostas e interessadas em aprender, e isso as auxilia, e muito, a obterem sucesso nesse processo, fazendo com que não desistam dos estudos e obtenham uma formação profissional.

Vale ressaltar que a arte e a ciência que ajuda a ensinar os adultos é chamada de Andragogia, que foca nas particularidades dos alunos, na sua independência e na auto-gestão da sua aprendizagem, para a aplicação prática na vida diária. E, como os alunos adultos, já possuem uma experiência de vida, tanto o professor quanto os educandos efetuam uma troca de experiências, tornando o aprendizado uma via de mão dupla, onde ambos saem beneficiados (HAMZE, s/d).

Sendo assim, há a necessidade de se buscar metodologias que atendam a este público, a fim de se obter uma aprendizagem o mais eficaz e eficiente possível.

ABP – UMA METODOLOGIA INOVADORA

Um dos pontos importantes que deve ser observado pelos docentes, é a socialização do conhecimento, que segundo Krasilchik e Marandino (2007) é uma prática social, a qual implica em processos de tradução e de recontextualização a fim de tornar os saberes produzidos acessíveis para os indivíduos.

E a sala de aula é o espaço ideal para tal prática, onde professores e alunos, através de suas trocas, constroem um diálogo sobre os conhecimentos de mundo, no qual vivem, e podem, assim, traçarem um projeto coletivo, estabelecendo a mediação entre as demandas afetivas e cognitivas de cada um dos envolvidos. Abordar questões que tragam o mundo externo para dentro da escola possibilita novas formas de compreendê-lo. (DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2002).

Em relação aos projetos de pesquisa, ensino e aprendizagem, Martins (2007) ressalta que “os projetos de pesquisa são nucleadores das atenções, dos interesses e das ações dos alunos que neles se engajam que surpreendem os próprios orientadores na maneira como sabem usar recursos para resolver problemas”.

Para Freitas et al. (2012) o ensino por projetos visa a aprendizagem, em grande parte, conduzida pelo estudante, considerando-se a experimentação, as vivências intelectuais, sensoriais e emocionais. E em relação aos jovens e adultos, salientam que um projeto que envolva um trabalho de campo proporciona uma

releitura de situações vivenciadas, e oportunidade de novas vivências, além de estimular a curiosidade e proporcionar uma relação de teoria com a prática.

Porém, para que isso ocorra, os professores precisam estar motivados e interessados em efetivar a mudança na sua maneira de ensinar, se empenhando em buscar novas metodologias de ensino. E uma das metodologias que vem sendo utilizada e que tem apresentado bons resultados é a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), do inglês, Project Based Learning (PBL), que segundo Bender (2014) é um modelo de ensino que consiste em permitir que os alunos confrontem as questões e os problemas do mundo real que consideram significativos, determinando como abordá-los e, então, agindo cooperativamente em busca de soluções.

Essa metodologia proporciona aos estudantes o desafio de resolver problemas reais, junto a outros estudantes, tornando-se uma excelente oportunidade de socialização, troca de ideias entre os pares e respeito mútuo.

Em relação à sua contribuição para aprendizagem, Costa (2011) destaca que

Esta proposta é centrada no aluno, onde se procura que este aprenda por si próprio; suas características essenciais são a organização temática em torno de problemas, a integração interdisciplinar imbricando componentes teóricos e práticos e a ênfase no desenvolvimento cognitivo. Tal método rompe com toda a cultura de aprendizado na qual o professor “despeja” conhecimentos e o aluno restringe-se a “receber” os conteúdos mastigados sem nenhum esforço maior de elaboração do pensamento.

Desse modo, essa abordagem permite que os alunos experimentem papéis ativos e centrais em sua própria aprendizagem, com a necessidade de buscar respostas para problemas a serem resolvidos, pois não recebem nada pronto, como costumeiramente é feito no ensino.

A ABP contém características essenciais para atender aos objetivos deste estudo, uma vez que os sujeitos da pesquisa são adultos com vasta experiência de vida e o projeto está relacionado ao ensino de Ciências, que também possui a necessidade de um caráter mais ativo e investigativo.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado com 20 alunos, organizados em 5 grupos, da Educação de jovens e adultos, em uma escola municipal de São José dos Campos, com faixa etária entre 23 e 86 anos.

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi aplicado o projeto “Reaproveitamento consciente de alimentos”, que pretendia desenvolver competências técnicas como a compreensão do termo sustentabilidade e sua aplicabilidade no cotidiano; a percepção da importância dos conceitos matemáticos de medidas de capacidade e o reconhecimento da estrutura e características do gênero textual receita culinária. Como competências comportamentais buscou-se desenvolver nos alunos a capacidade de identificar situações em que ocorre o descarte de alimentos que podem ser reaproveitados, o entendimento e valorização da capacidade nutricional desses alimentos e de promover atitudes de mudanças no cotidiano em relação ao reaproveitamento de alimentos. O projeto era interdisciplinar e relacionava as disciplinas de Ciências, Matemática e Língua Portuguesa e tinha como produto final a confecção de um livro de receitas culinárias sustentáveis e trazia como problemática para os alunos a questão da fome no mundo e, particularmente, no Brasil, além do desperdício de alimentos.

A metodologia empregada foi a pesquisa-ação, que de acordo com a definição de Tripp (2005) é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática. Discorre, inclusive, sobre a pesquisa-ação educacional, que se trata, principalmente, de uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores a fim de suas pesquisas possam ser utilizadas para aprimorar seu ensino e, conseqüentemente, o aprendizado de seus alunos.

DESENVOLVIMENTO

As 12 etapas do projeto se desenvolveram ao longo de 18 aulas, com duração de cinquenta minutos cada, relatamos a seguir o desenvolvimento detalhado de cada etapa.

A primeira e a segunda etapa do projeto tinham a finalidade de fazer o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos em relação ao conceito de Sustentabilidade, e para isso utilizamos como apoio um quadro com as frases: “O que pensávamos” e “O que descobrimos”. Coletivamente estimulamos os alunos a falarem tudo o que pensavam sobre o conceito de Sustentabilidade e a coluna “O que descobrimos” foi preenchida com os conceitos levantados. Em seguida os alunos assistiram a dois documentários que abordavam o conceito de Sustentabilidade. Com os conceitos definidos, os alunos puderam confrontar as ideias iniciais e o quadro “O que descobrimos” foi preenchido.

Na terceira etapa, os alunos se reuniram em grupos e criaram um fluxograma relacionando o conceito de Sustentabilidade com Alimentação. Ao término da atividade, os grupos apresentaram seus trabalhos e nesse momento conduzimos a aula falando sobre o projeto que seria desenvolvido com a participação de cada grupo e o produto final que seria elaborado.

Mais uma vez reunidos em grupos, durante a quarta etapa os alunos realizaram uma discussão e fizeram registros sobre o que eles tinham costume fazer com as sobras de alimentos, a culminância da atividade foi feita com a socialização dos registros. A maioria dos grupos registrou pratos culinários como destino para as sobras, cascas e talos.

Com base nos registros da quarta etapa, os grupos escolheram as receitas mais interessantes para fazer pesquisa na internet, pois se tratavam das receitas que iriam compor o livro.

Antes que os alunos iniciassem as pesquisas, apresentamos a eles os conceitos de nutrição e a importância dos macronutrientes, versando sobre tópicos da disciplina de Ciências, pensando em Matemática, suscitamos uma reflexão nos alunos sobre a importância de medidas convencionais para o preparo de receitas.

Os alunos foram direcionados à sala de informática para fazer pesquisas sobre as receitas selecionadas, nesse momento puderam atenta-se às características do gênero receita culinária e adequando sua estrutura, uma vez que o projeto era interdisciplinar e também contemplava a disciplina de Língua Portuguesa. Os grupos pesquisaram as receitas que selecionaram e fizeram as adaptações que julgaram necessário. Nessa quinta, sexta e sétima etapa, os grupos tiveram a oportunidade de ter um maior contato com o gênero “receita culinária” e atentar-se à estrutura e característica do gênero.

Na oitava etapa, os grupos tiveram uma aula mais específica sobre nutrição e o valor nutricional de alimentos feitos com cascas e talos, também aprenderam de maneira mais concreta medidas de capacidade e massa, fazendo comparações e manuseio de xícaras, colheres e diferentes instrumentos de medidas utilizados na cozinha para preparo de receitas culinárias.

A nona e a décima etapas foram destinadas às aulas práticas, os alunos organizados em grupos tiveram o desafio de preparar um suflê de talos, os ingredientes foram separados previamente pelas professoras.

Durante o preparo a receita ficou exposta na lousa e os grupos foram coletivamente preparando a receita. Notamos que nem todos os alunos quiseram participar do preparo, mas ficaram atentos ao processo e alguns foram fazendo anotações que acharam relevantes. Além do suflê, os grupos se organizaram com alguns dias de antecedência para também levar receitas para degustação. Os grupos se reuniram e analisaram as receitas que tinham interesse em levar, o líder ficou responsável em fazer a receita em casa e os demais membros colaboraram levando os ingredientes necessários. A aula finalizou com a degustação do suflê de talos, bife de casca de banana, pavê de resto de bolo, brigadeiro de banana e suco de casca de abacaxi.

A décima primeira e décima segunda etapa teve como objetivo fazer o lançamento do livro e verificar a aprendizagem dos alunos. Todas as receitas pesquisadas pelos alunos foram digitadas pela professora e editadas em um livro. No dia anterior ao lançamento os grupos se reuniram e ficaram responsáveis por elaborar uma apresentação com os principais tópicos aprendidos ao longo do projeto, cada grupo ficou com um tema, se organizou para apresentação do dia do lançamento e elegeu dois representantes para a apresentação.

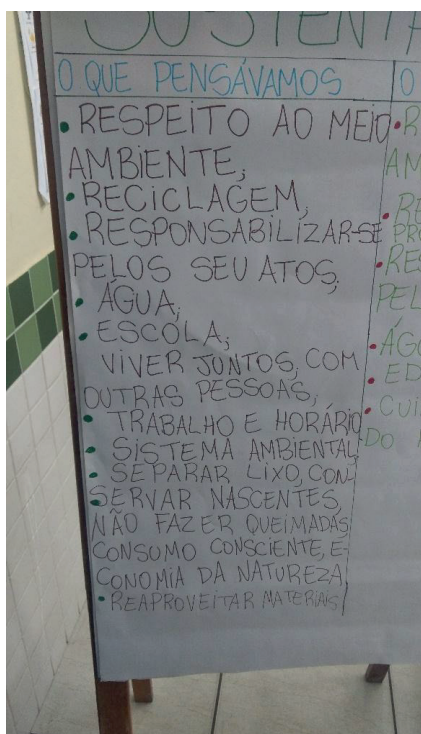
Duas turmas da escola foram convidadas para participar da apresentação e lançamento do livro. O evento foi realizado na sala de leitura, primeiramente os grupos apresentaram os conceitos aprendidos ao longo do projeto e, em seguida, a professora regente apresentou o livro que foi escrito pelos alunos e entregou à professora da classe, o livro foi tombado como acervo da biblioteca da escola e ficará disponível para empréstimo para todos os alunos da escola, para encerrar o evento, os convidados foram servidos com degustação do suflê de talos, pavê de sobras de bolo e suco de casca de abacaxi.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos pudemos constatar que os alunos avançaram em relação a alguns objetivos propostos no projeto como compreender o termo sustentabilidade e sua aplicabilidade no cotidiano, promover atitudes de mudanças no cotidiano em relação ao reaproveitamento de alimentos, identificar situações em que ocorre o descarte de alimentos que poderiam ser reaproveitados.

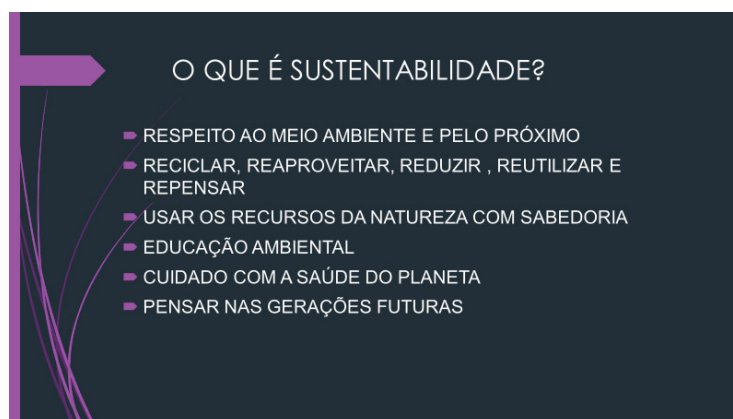
Com a sondagem inicial, na qual os alunos falaram sobre o que sabiam a respeito de Sustentabilidade, notamos que os alunos tinham uma rasa ideia acerca do conceito e, alguns alunos chegaram a incluir palavras como TRABALHO e HORÁRIO como sendo relacionadas ao conceito. Já no trabalho final do projeto, os alunos montaram uma apresentação com conceitos bem definidos e estruturados, conforme nota-se nas figuras 1 e 2.

Figura 1. Tópicos conceituais sobre Sustentabilidade ditado pelos alunos antes do início do Projeto.



Fonte: Autoria própria

Figura 2. Tópicos conceituais sobre Sustentabilidade elaborados pelos alunos para a apresentação final do Projeto.



Fonte: Autoria própria

O projeto tem o papel de despertar no aluno o interesse na resolução do tema-objeto pesquisado e, que, quando associados ao conhecimento que ele já possui, se organizam em operações mentais e se transformam em novos conhecimentos (MARTINS, 2007).

Ao longo do projeto os educandos mostraram-se inconformados com alguns dados de pesquisas, acerca do desperdício, que lhes foram apresentados e tentaram buscar novas soluções para o problema. Duas

atitudes nos chamaram a atenção, a primeira foi que os próprios alunos sugeriram uma entrevista com as merendeiras da escola para questionar que fim era dado às sobras de alimentos e outra foi a motivação para escrever uma carta aberta aos alunos das outras turmas da escola, esclarecendo sobre os males do desperdício de alimentos.

Mensurar a mudança de comportamento dos alunos, não é tarefa possível, mas após o projeto os alunos começaram a apresentar postura de conscientização e mudança, não só em relação à alimentação, mas de maneira geral, como a preocupação com o destino correto dos lixos, economia de folhas nas tarefas escolares e cuidado com a emissão de gases poluentes, a exemplo de um aluno caminhoneiro da sala, que um colega o alertou sobre como o caminhão soltava muita fumaça e o mesmo se prontificou a examinar o problema.

Como cita Loureiro (2002), a escola pode construir um sujeito capaz de exercer sua cidadania, preceito básico da educação ambiental, por meio da cooperação e do favorecimento da construção da autonomia intelectual, autonomia essa, que é um instrumento cognitivo essencial para o desenvolvimento do cidadão.

Durante o lançamento do livro, muitos alunos de outras turmas e, até mesmo, os professores mostraram interesse nas receitas apresentadas, o que demonstra que o projeto atingiu também o objetivo de alcançar outros alunos e propagar o conhecimento adquirido.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o trabalho com projetos no ensino de Ciências é muito válido para a colaboração na formação da cidadania dos alunos, para envolvê-los na busca por soluções contra o desperdício de alimentos e compreensão do conceito de sustentabilidade.

No que diz respeito ao trabalho em grupo, o projeto foi muito importante para os alunos, que passaram a conhecer e valorizar a importância de aprender junto e colaborar com a aprendizagem do outro.

Tratando-se dos aspectos conceituais, em Matemática os alunos tiveram a oportunidade de aprender a diferença entre as unidades de medidas convencionais e não convencionais, uma vez que passaram por todo o processo de comparação e de preparo das receitas, em Língua Portuguesa, o projeto contribuiu não só para aprofundar o conhecimento do gênero textual receita culinária, como para desenvolver competência leitora nos estudantes, que durante todo o projeto realizaram leituras críticas e reflexivas sobre o tema em estudo, em Ciências além dos alunos aprenderem sobre o conceito de Sustentabilidade e sua relação com alimentação, também desenvolveram postura de investigação e busca de soluções para diminuir o desperdício de alimentos em casa, na escola e até na comunidade local.

Também ressaltamos aqui alguns apontamentos importantes sobre o trabalho com ABP, todo projeto é flexível e merece reflexão e cuidado com os sujeitos envolvidos, isso significa que mesmo diante dos resultados positivos desse projeto, é preciso antes de aplicá-lo com outras turmas, levar em consideração a faixa etária, o conhecimento prévio dos alunos e a necessidade de adaptação de algumas etapas.

A melhor forma de ensiná-los, portanto, é estimulando reflexões e vivências. Mais do que os discursos, são a prática, o exemplo, a convivência e a reflexão, em situações reais, que farão com que os alunos desenvolvam atitudes coerentes em relação aos valores que queremos ensinar (BRASÍLIA, 2007).

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. F. **Ética cidadania e trabalho: reflexões e atividades para uma prática efetiva**. São Paulo: Copidart Editora, 2002.
- ANGOTTI, J. A. P.; DELIZOICOV, D.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. Docência em formação. Ensino fundamental, 2002.
- BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- _____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**. Notícias. Projeto pretende reduzir desperdício anual de 26 milhões de toneladas de alimentos. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/projeto-pretende-reduzir-desperdicio-anual-de-26-milhoes-de-toneladas-de-alimentos>>. Acesso em 24 de jun. 2017.
- CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. **Consumo sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade / **Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- FREITAS, E. S. M.; GOMES, A. A.; BARCELOS, F. P.; BICALHO, R. S. **O Trabalho de Campo como estratégia pedagógica no ensino de jovens e adultos**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.
- HAMZE, A. **Andragogia e a arte de ensinar aos adultos**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/andragogia.htm>>. Acesso em 06 de jun. 2017.
- KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de Ciências e Cidadania**. 2a ed. São Paulo: Editora Moderna. 2007, 87p.
- MARTINS, J. S. **Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula**. Autores Associados, 2007.
- MONTALDE, D. **Capital Natural: Como combater o desperdício de alimentos**. Disponível em: <<https://www.akatu.org.br/akatu-na-midia/capital-natural-como-combater-o-desperdicio-de-alimentos/>> Acesso em 06. de jun. 2017.
- PACIEVITCH, T. Educação de Jovens e Adultos. **Infoescola**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/de-jovens-e-adultos/>>. Acesso em 05 de jun. 2017.
- SANTOS, P. O.; BISPO, J. S.; OMENA, M. L. R. A. O ensino de Ciências Naturais e cidadania sob a ótica de professores inseridos no programa de aceleração de aprendizagem da EJA-Educação de Jovens e Adultos. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 3, p. 411-426, 2005.
- SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p.443-466, set. 2005.

Discursos Sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no Brasil e Rio Grande do Norte

Discourses on National Land Credit Program (PNCF) in Brazil and Rio Grande do Norte

Paula Valeria Ferreira de Almeida Rodrigues¹, Nerize Laurentino Ramos²

¹ UEPB - paulavaleria_rn@hotmail.com

² UEPB

Recebido em 02 de Setembro de 2017; Aceito em 19 de Setembro de 2017.

Resumo

Este artigo reúne um conjunto de dados de pesquisa¹, em andamento, sobre o PNCF no Brasil, com um recorte específico: o estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa aporta ao debate das ruralidades, no Brasil, e as novas configurações campo-cidade, no debate regional. Para sistematização desta comunicação científica, recorre-se a uma base de dados secundários, oriundos da Subsecretaria Nacional de Reordenamento Agrário e Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária/ RN e, também, aos dados primários, reunidos através de uma entrevista realizada com o representante da Unidade Técnica Estadual/RN. Com isso, pôde-se construir um mapeamento provisório e apresentar os resultados que seguem: o programa atua em 21 unidades federativas, financiando 44.629 áreas, com 99.107 famílias atendidas nas linhas de financiamento Combate à Pobreza Rural, Consolidação da Agricultura Familiar e Nossa Primeira Terra. Os investimentos somam um montante de R\$ 2.318.746.172,00 em Subprojetos de Aquisição da Terra e Subprojetos de Investimentos Comunitários e Básicos. No Rio Grande do Norte, o PNCF está presente em 77% dos municípios potiguares, financiando 846 áreas através das linhas de crédito CPR e CAF, das quais 484 pela linha CPR e 362 pela modalidade CAF, atendendo a 5.833 famílias. 97,8% destes assentamentos estão inseridos na região semiárida potiguar, que abrange 88% do seu território. O debate técnico, acadêmico e político sobre a “questão agrária”, no Brasil, continua desafiando de forma decisiva o debate contemporâneo do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Crédito Fundiário. Reforma Agrária Assistida de Mercado. Acesso à Terra.

Abstract

This article brings together a set of ongoing research data on the PNCF in Brazil and specifically in Rio Grande do Norte. The research is devoted to ruralities in Brazil and new field-city configurations, in the regional debate. For the systematization of this scientific communication a secondary database from the Subsecretaria Nacional de Reordenamento Agrário e Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária/ RN is used, and also to the primary data, gathered through an interview with the representative of the Unidade Técnica Estadual/RN. With this, it was possible to construct a provisional mapping and present the results that follow: the program operates in 21 federal units, financing 44,629 areas, with 99,107 families served in the Combating Rural Poverty, Consolidation of Family Agriculture and Our First Land. The investment amount of R\$ 2,318,746,172.00 in Sub-Projects of Land Acquisition and Subprojects of Community and Basic Investments. In Rio Grande do Norte, the PNCF is present in 77% of the municipalities, financing 846 areas through CPR and CAF credit lines, from which 484 for the CPR line and 362 for the CAF modality, serving 5,833 families. 97.8% of these settlements are in the semi-arid Potiguar region, which covers 88% of its territory. The technical, academic and political debate on “agrarian question” in Brazil continues to challenge in a decisive way the contemporary debate on regional development.

Keywords: Land Credit. Agrarian Reform Assisted Market. Access to Land.

1 Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UEPB).

INTRODUÇÃO

Existem no Brasil 34 milhões de pessoas que vivem no meio rural, o que corresponde a 21,6% da população do país (IBGE, 2010)¹. Os estudos atuais sobre o rural brasileiro apontam para um recorte analítico específico: o rural como espaço singular de vida, socialmente diferenciado, integrado ao conjunto da sociedade brasileira (WANDERLEY, 2009). Nesse contexto, são consideradas as relações recíprocas e interdependentes entre o rural e o urbano, as “novas ruralidades” como marca característica dos pequenos municípios brasileiros.

As “novas ruralidades” são compreendidas, nesta perspectiva analítica, como conexões, dinâmicas, processos sociais², que perpassam e (re) significam as relações campo e cidade: movimentos, trocas, circulações e interações, que articulam estes espaços, em estrita sintonia com as transformações advindas dos avanços nos meios de transporte e comunicação, da expansão urbana, das transformações no modo de produção agrícola e das novas aspirações, desejos e comportamentos da sociedade contemporânea (CAMARGO, 2010).

As transformações supracitadas promoveram um intenso debate histórico, acadêmico, político e institucional³ acerca do lugar da reforma agrária no Brasil e, amplamente, sua articulação com as políticas públicas direcionadas para o campo.

Nos anos 90, iniciou-se um processo de canalização de recursos com o objetivo de financiar e modernizar a produção agrícola. Com isso, muitas políticas agrárias tornaram-se foco das agências financiadoras multilaterais, e, até meados dos anos 2000, o Estado brasileiro como principal articulador de recursos para a execução dessas políticas, influenciado pelas políticas e diretrizes defendidas por essas agências, particularmente, o Banco Mundial (AMON-HÁ, 2014).

Com o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) inicia-se o financiamento, em larga escala, para aquisição de terras para a agricultura. O programa de reformulação da reforma agrária, intitulado “Novo Mundo Rural”, pauta-se aqui marco teórico e conceitual da Reforma Agrária Assistida de Mercado (RAAM).

A política RAAM surgiu, na década de 90, como revisão e readequação à reforma agrária convencional, em curso, tendo o Banco Mundial como principal financiador, e respaldada no discurso institucional de correção das imperfeições e ineficiências do “modelo em construção” de reforma agrária existente, através da desapropriação de latifúndios improdutivos, para distribuição aos agricultores/as familiares sem terras; e, com essa política, combater as assimetrias regionais e sociais, a elevada concentração fundiária e os constantes conflitos no campo (OLIVEIRA, 2005).

1 Conforme informações coletadas da Base de dados Agregados – SIDRA (<http://www.sidra.ibge.gov.br/>). Dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. *** Calculados com base na população total residente de cada município para o ano de 2010.

2 Ao tratar os elos, as conexões, as articulações dos indivíduos aos processos sociais, Elias (1994) utiliza o termo “pluralidade de pessoas”. Na sua percepção os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade – como indivíduo, grupo, sociedade. Cada pessoa recebe e sofre influências, no seu processo de desenvolvimento, pela posição que ocupa no fluxo do processo social.

3 De Mary Douglas acolhe-se, neste texto, a categoria instituição utilizada no “sentido de um agrupamento social legitimado”. Esta legitimidade pode ser pessoal ou pode ser “difusa, baseada na concordância comum em torno de algum princípio fundante”. Os homens, influenciados por outros homens, compartilham uma base comum de conhecimentos e padrões morais. Sendo assim, o pensamento institucional já se encontra na mente dos indivíduos, por meio de um aparato sócio cognitivo, nos processos de escolhas e decisões. Para explicar o comprometimento dos indivíduos com o grupo maior é preciso empreender um complexo percurso analítico: uma combinação de auto regulação social, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios e coletivos (DOUGLAS, 1998).

Não obstante, os discursos⁴ sobre a distribuição/aquisição de terras no país são passionais e controversos, no que diz respeito aos caminhos e processos de consolidação: se através da política de financiamento de terras (Reforma Agrária Assistida de Mercado - RAAM) ou a reforma agrária pela desapropriação dos grandes latifúndios com distribuição das terras, como prevê a Constituição Federal Brasileira (1988)⁵.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), inserido nesse debate, foi criado no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), com a fusão do Programa de Crédito Fundiário - Combate à Pobreza Rural (PCF-CP) e do Banco da Terra. Os objetivos, prescritos no discurso institucional, buscam contribuir, mediante o acesso à terra, com a atenuação da pobreza rural e a melhoria das condições de vida dos agricultores/as familiares, sem terra ou com pouca terra, os quais poderão produzir, tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização e inserção dos seus produtos no mercado. Visam, ainda, promover, consolidar e ampliar a produção agrícola familiar, possibilitando a permanência definitiva das famílias beneficiadas no meio rural, com a redução do êxodo rural.

Na análise de Gomes et al (2016), o programa “tornou-se a mais importante das políticas de crédito fundiário criadas no país”. Até os dias atuais, suas ações já beneficiaram 99.107 (noventa e nove mil, cento e sete) famílias, sendo 46.706 (quarenta e seis mil, setecentos e seis) pela linha Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), 51.965 (cinquenta e um mil, novecentos e sessenta e cinco) pela modalidade Combate à Pobreza Rural (CPR) e 436 (quatrocentos e trinta e seis) por meio da linha de financiamento Nossa Primeira Terra (NPT) (SRA, 2017).

Este artigo sistematiza os dados de pesquisa⁶ - em andamento – sobre o PNCF, no Brasil, e sua execução no estado do Rio Grande do Norte. Adota-se como procedimentos metodológicos, para a articulação dos resultados, a construção de um banco de dados sobre o PNCF no Brasil, região Nordeste, com recorte no Rio Grande do Norte. A base de consulta empírica são os boletins mensais, divulgados pelo Painel Gerencial de Indicadores da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário/Subsecretaria de Reordenamento Agrário do Governo Federal e a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (SEARA), no Rio Grande do Norte. Agrega-se a este quadro de informações, o Manual de operação das linhas de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e Nossa Primeira Terra (NPT). Registre-se, ainda, uma entrevista com o representante da Unidade Técnica Estadual (UTE/RN).

Os dados reunidos foram decisivos para o mapeamento da execução do PNCF: o discurso institucional, o marco legal, os objetivos, princípios, normas, diretrizes e seus procedimentos operacionais.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário no Brasil (PNCF)

O Programa Nacional de Crédito Fundiário se instituiu com a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir das experiências do Banco da Terra e do PCF-CP, tomando como base conceitual o modelo de Reforma Agrária Assistida de Mercado (RAAM).

4 Apreende-se “Discurso” na perspectiva analítica de Orlandi (1988). O discurso na historicidade que o caracteriza: as tramas da enunciação, os convencimentos mútuos, as oscilações, tensões e conflitos constitutivos do movimento dos atores sociais.

5 Conferir o Cap. III, Título VII, Artigos: 184 a 191.

6 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (UEPB).

Mapa 1 – Estados com atuação do Programa Nacional de Crédito Fundiário



Fonte: IBGE (2015)

Segundo Sauer (2010), o caso brasileiro é considerado a iniciativa mais abrangente, em famílias beneficiadas e em volume de recursos aplicados. No período de 2003 a 2017, o programa beneficiou 99.107 (noventa e nove mil, cento e sete) famílias nas modalidades CAF, CPR e NPT, totalizando 44.629 (quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e nove) propostas e um montante de R\$ 2.318.746.172,00 (Dois bilhões, trezentos e dezoito milhões, setecentos e quarenta e seis mil e cento e setenta e dois reais) investidos em Subprojetos de Aquisição de Terras (SAT), Subprojetos para Infraestrutura Básica (SIB) e Subprojetos para Infraestrutura Coletiva (SIC) (SRA, 2017). E, no desenho institucional, o programa contempla todos os estados da região Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste, e os estados Rondônia e Tocantins, na região Norte, abrangendo 21 unidades federativas (Mapa 1).

Os objetivos firmados são constituidores do discurso institucional: espera-se que com o acesso à terra, o PNCF, possa contribuir para a redução da pobreza rural; apoiar e consolidar a agricultura familiar, investir na qualidade de vida dos estabelecimentos familiares e aumentar a renda dos agricultores/as familiares, sem terra ou com pouca terra. E, ainda, como desdobramentos, reduzir as desigualdades sociais, de gênero, raça, geração e etnia. Não obstante, o programa aportou com ações efetivas de reordenamento fundiário, ampliando a redistribuição de terras, para consolidar as propriedades rurais em regime de base familiar, e o acesso a propriedades que não sejam passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária (imóveis improdutivos de mais de 15 módulos fiscais) (MDA, 2015).

Como público-alvo, os agricultores/as sem-terra que comprovem experiência de 5 (cinco) anos em atividades agrícolas e rurais, na condição de diarista⁷ ou assalariado⁸, arrendatário⁹, parceiros¹⁰, meeiros¹¹,

7 Trabalhador ou trabalhadora rural que executa atividades de natureza temporária num imóvel rural, em geral mediante contrato verbal e cujo pagamento se dá sob a forma de diárias.

8 Trabalhador ou trabalhadora rural que executa atividades de natureza temporária ou permanente num imóvel rural, mediante contrato de trabalho, escrito ou verbal.

9 Trabalhador ou trabalhadora rural, que mediante contrato verbal ou escrito, explora ou explorou, no todo ou em parte, um imóvel rural, pagando aluguel a seu detentor a qualquer título.

10 Trabalhador ou trabalhadora rural que explora ou explorou a terra, mediante contrato escrito ou verbal com o detentor do imóvel rural a qualquer título, a quem paga uma porcentagem dos frutos ou produtos desta exploração. Nesta categoria incluem-se os meeiros que pagam a meia, ou seja, 50% da produção.

11 Parceiro ou parceira que paga ao detentor do imóvel 50% dos frutos ou produtos da exploração do mesmo “a meia”.

agregados, posseiros¹² e proprietários de terra cuja dimensão seja insuficiente ao sustento da família.

Os recursos destinados para a aquisição das terras (SAT), são reembolsáveis e oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Os subprojetos para investimentos comunitários (SIC), são os recursos não-reembolsáveis, originário, principalmente, do contrato com o Banco Mundial, subdivididos em três tipos de investimentos: i) produtivos: roças de autoconsumo e produção, formação de pastos, instalações, conservação dos solos, custeio das primeiras safras, aquisição de animais, entre outros; ii) infraestrutura básica: moradia, abastecimento de água, eletrificação, estradas internas à propriedade, cercas e etc; e iii) investimento para a formação de poupança pelas famílias ou comunidades: fundos bancários de poupança ou investimento, formação de capital de giro, etc. (OLIVEIRA, 2005, p. 102).

No tocante a estruturação das Unidades Produtivas, os recursos podem ser utilizados para a construção de moradia, redes de abastecimento de água e energia elétrica, incentivo à produção, mecanismos de convivência com o seminário e recuperação de áreas degradadas. E, no plano sócio-político-organizativo, devem-se garantir a capacitação das famílias, o gerenciamento dos projetos e dos recursos, melhoria da organização social e disseminação de práticas sustentáveis.

Princípios constituidores formatam o discurso operacional do PNCF, pois, através deles, busca-se garantir a descentralização, a participação dos agricultores e suas organizações, a participação das mulheres¹³ e jovens, em todas as etapas do processo de acesso à terra, bem como, a integração com as políticas públicas de desenvolvimento local¹⁴. Em relação aos processos de preparação, análise e aprovação das propostas de financiamento, deve-se contemplar as variáveis renda, gênero, geração, raça, etnia e conservação e proteção ambiental. (MDA, 2015).

Para o gerenciamento, transparência e monitoramento do programa, há um conjunto de sistemas de informações gerenciais informatizados. O Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário (SIG-CF), registra os grupos de famílias interessadas em acessar o Crédito Fundiário, o acompanhamento da tramitação das propostas de financiamento, o armazenamento dos dados relativos aos contratos de financiamento firmados pelos agentes financeiros¹⁵ além da disponibilização, por meio digital e/ou em forma de relatórios impressos das informações constantes no sistema; o Sistema de Monitoramento do Mercado de Terras (SMMT), realiza o cálculo do preço de referência para o imóvel a ser financiado e acompanha a dinâmica do mercado de terras, no âmbito do PNCF; o Sistema de Rede de Apoio (SREDE), cadastra as instituições que integram a rede de apoio¹⁶ do PNCF; e o Sistema de Monitoramento de Projetos (SIMON), que registra a caracterização inicial do projeto, o planejamento das atividades de implantação do projeto e o acompanhamento de sua execução (MDA, 2015).

12 Trabalhador ou trabalhadora rural que explorou ou explora imóvel, detendo sua posse e uso, mas não sendo seu proprietário ou proprietária legal.

13 Deve-se assegurar às mulheres o apoio para a documentação como cidadãs, e trabalhadoras rurais, participação efetiva na assinatura dos contratos de financiamento, compra e escrituração dos imóveis, e estímulos à inclusão na lista dos SIC's de projetos voltados para as demandas das mulheres ou por elas executados (MDA, 2015).

14 Os beneficiários poderão ser apoiados também pelos diversos programas de apoio à reforma agrária, de fomento à agropecuária, a agroindústria e ao turismo, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Programa Luz para Todos, bem como por Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos do art. 14 do Decreto nº 4.892, de 2003, desde que o requeiram e obedeçam as condições de elegibilidade destes Programas (MDA, 2013, p. 5).

15 Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil.

16 Constituída por técnicos, instituições e organizações, juridicamente, constituídas para prestar serviços de capacitação, assessoramento e assistência técnica, como FETRAF, CONTAG, ATER's e sindicatos dos trabalhadores rurais filiados a estas entidades.

O acesso ao programa é vedado para funcionário público, funcionário público aposentado, detentor de cargo eletivo ou função pública; proprietários de área rural superior à propriedade familiar; quem já foi beneficiado por qualquer outro programa de reforma agrária ou de crédito fundiário, inclusive o Banco da Terra e o Cédula da Terra; e trabalhador com renda e patrimônio familiar superiores aos limites fixados para cada linha de financiamento (MDA, 2015).

ARRANJO INSTITUCIONAL DESCENTRALIZADO DO PNCF

Segundo o discurso do MDA (2015), o PNCF atua com um arranjo institucional descentralizado que consiste em um dos principais diferenciais do programa, quando comparado ao modelo de reforma agrária tradicional, pois, dispõe de uma estrutura participativa na elaboração, gestão e execução. O arranjo é formado pelo MDA, Unidades Técnicas Estaduais (UTE), Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável nacional, estadual e municipal, Redes de Apoio e Agentes Financeiros. As UTE's são responsáveis pela execução do programa nos estados.

Os atores sociais supracitados se organizam da seguinte forma: o potencial beneficiário identifica um imóvel que satisfaça suas pretensões, cujo proprietário esteja disposto a vendê-lo, e iniciam as negociações. Podem ser adquiridos vários imóveis, de proprietários diferentes, desde que sejam contíguos ou muito próximos, de forma que permitam a constituição de um projeto único e a exploração direta e efetiva por parte dos beneficiários, em regime de economia familiar.

Para avaliar a aquisição, o beneficiário deve examinar: a aptidão do imóvel; a viabilidade técnica e econômica; o preço; as benfeitorias e os investimentos existentes; os investimentos adicionais pretendidos em curto prazo; o custo provável desses investimentos; e se esses investimentos cabem dentro dos limites de financiamento. Com isso, a partir do levantamento das informações acima descritas, o beneficiário procura o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) para assessorá-lo e apoiá-lo quanto aos procedimentos iniciais e as regras do programa. O sindicato levantará as informações sobre renda e patrimônio do candidato, e, caso se enquadre, disponibilizará um comprovante atestando sua elegibilidade.

Em seguida, os potenciais beneficiários solicitam a ATER¹⁷ a elaboração da proposta de financiamento do imóvel rural. A remuneração do serviço prestado está prevista no projeto de financiamento da terra. Quer dizer, um percentual (geralmente, 8% do valor SIC) será direcionado para assistência técnica e será pago no ato da liberação dos recursos para investimentos produtivos na área adquirida.

Com isso, encaminha-se a proposta de financiamento e comprovação de renda e patrimônio para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Aprovado pelo conselho, a documentação é encaminhada à UTE, na qual se responsabilizará pelo encaminhamento da documentação ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), como também pela vistoria do imóvel a ser adquirido. Após a aprovação, o CEDRS solicita aos agentes financeiros a liberação dos recursos para aquisição do imóvel.

LINHAS DE FINANCIAMENTO DO PNCF

O PNCF opera com três linhas de financiamento, alocadas de acordo com as necessidades dos beneficiários: Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) que beneficia de forma individual famílias de agricultores com terras insuficientes para garantir sua reprodução social, arrendatários, parceiros e meeiros; Nossa

17 É um serviço de educação não formal, de caráter continuado cujo objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias do campo, através do aperfeiçoamento do sistema de produção, de gestão e mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável. No âmbito do PNCF, deve estar devidamente cadastrada na UTE.

Primeira Terra (NPT) e Combate à Pobreza Rural (CPR), com financiamentos coletivos por meio de grupos de agricultores organizados em associações, sendo este último enquadrado na categoria de ações complementares juntamente com: o PNCf mulher, Terra Negra Brasil, Meio Ambiente e Convívio com o Semiárido.

COMBATE À POBREZA RURAL

A linha CPR foi criada para atender as famílias rurais vulneráveis, e com menor renda, inscritas no Cadastro Único¹⁸. Os recursos podem ser usados para a aquisição da terra (Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT) e em projetos de infraestrutura comunitária (SIC).

Para enquadrar-se, o beneficiário deve ter renda familiar anual de até R\$ 9.000,00 e patrimônio de até R\$ 30.000,00 e deve comprovar sua inscrição no Cadastro Único na qualidade de beneficiário direto ou como membro de família cadastrada. O Crédito pode atender até R\$ 80.000,00 para a compra do imóvel e investimento em SIC; os recursos de SIC são não reembolsáveis, ou seja, somente o financiamento para a compra da terra será pago; recurso de R\$ 7.500,00 reais para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por cinco anos, com parcelas anuais de R\$ 1.500,00 por beneficiário. O acesso é coletivo, mas o financiamento é individual; tem até 35 anos para quitar o financiamento, incluindo os três anos de carência; taxas de juros de 0,5% ao ano; bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia; bônus de 10% para terra negociada abaixo do preço de mercado. Para as famílias que se enquadram nesta linha de financiamento e moram nas regiões do semiárido e de alto risco climático, haverá um valor adicional no teto para linha de financiamento CPR no valor de R\$ 3.000,00, por família, que deverão ser aplicados na gestão dos recursos hídricos, em ações de preservação ambiental e nas estratégias de convivência com a seca (MDA, 2015).

Os beneficiários devem criar e registrar a associação, composta pelos beneficiários do programa e por seus dependentes. O estatuto deve ser elaborado de forma que um dos objetivos da associação seja a compra de terras pelo PNCf e a definição sobre a divisão do imóvel após a conclusão dos pagamentos (MDA, 2015).

Quanto às ações complementares do programa na linha CPR, são adicionais que incentivam a inclusão e equidade de públicos diferenciados e situações específicas de adequação das propriedades adquiridas. Por meio deste instrumento, mulheres, jovens e negros beneficiados pela linha CPR têm direito a adicionais nos recursos do SIC, no valor de R\$ 3.000,00 para cada família que apresentar um projeto de:

- **Juventude:** voltado para os jovens rurais com idade entre 18 e 29 anos, este adicional prevê recursos para aplicação em SIC de até R\$ 3.000,00 por participante de grupo organizado em associação de jovens;
- **PNCf Mulher:** incentivar a participação da mulher, com a finalidade de implementar projetos comunitários e/ou produtivos a partir das suas demandas específicas. Esta ação prevê um adicional de SIC de até R\$ 3.000,00 por participante de grupo organizado em associação formada exclusivamente com beneficiárias;
- **Terra Negra Brasil:** negros e negras possuem condições especiais para acesso ao PNCf com recursos complementares na implementação de produtos comunitários e/ou coletivos. O adicional de SIC é de até R\$ 3.000,00 por participante de grupo organizado em associações estruturadas a partir das demandas do movimento negro

¹⁸ Instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. É, também um documento, pois, a partir desse cadastro, as pessoas têm acesso ao Número de Identificação Social – NIS.

- **Meio Ambiente:** adicional (não cumulativo) no teto do financiamento de até R\$ 3.000,00, por família, para solucionar problemas ambientais existentes, anteriormente à aquisição do imóvel, ou para a introdução de melhorias ambientais na propriedade, como por exemplo a conservação e a correção da fertilidade de solos, recuperação e reflorestamento de áreas de preservação permanente e de reserva legal, introdução de sistemas agroflorestais ou agroecológicos e conversão para a produção orgânica;
- **Convivência com o semiárido:** nas regiões do semiárido e de alto risco climático, haverá um valor adicional no teto para esta linha de financiamento no valor de R\$ 3.000,00, por família, que deverão ser aplicados na gestão dos recursos hídricos, em ações de preservação ambiental e nas estratégias de convivência com a seca.

As diferentes modalidades de financiamentos, adaptadas aos diferentes atores sociais, podem ser acompanhadas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Indicadores da linha de financiamento CPR/PNCF no Brasil entre 2002 e 2017

Ano	Propostas	Famílias	Área (ha)	Valor SAT+SIB
2002	117	2.710	67.489	12.207.621,00
2003	198	4.274	98.789	19.942.408,00
2004	326	6.029	125.575	36.956.289,00
2005	387	7.247	143.085	47.932.506,00
2006	483	8.890	174.523	57.580.154,00
2007	409	7.444	152.223	53.955.059,00
2008	230	4.325	86.185	32.497.534,00
2009	35	415	8.684	2.924.144,00
2010	178	2.275	43.788	24.407.810,00
2011	230	2.963	57.919	60.319.421,00
2012	145	1.464	20.587	24.084.404,00
2013	66	907	12.049	9.837.116,00
2014	194	957	15.438	12.775.255,00
2015	227	1.491	22.501	26.896.586,00
2016	117	545	10.238	13.895.485,00
2017*	9	29	436	1.207.700,00
Total	3.351	51.965	1.039.509	437.419.492,00

Fonte: SRA (2017). *Equivalente até o mês de maio de 2017.

No período de 2002 a maio de 2017, a linha CPR beneficiou, no Brasil, 51.965 famílias, totalizando 3.351 operações. Foram adquiridos 1.039.509 hectares de terras, por meio de R\$ 437.419.492,00 investidos nos subprojetos de aquisição de terras (SAT) e investimentos comunitários (SIC). Constatou-se um desencontro nos dados oriundos da Subsecretaria de Reordenamento Agrário, pois os relatórios oficiais apontam que o PNCF foi instituído, e iniciou suas operações, em novembro de 2003, embora os dados sinalizem o financiamento das terras pelo programa desde 2002, período no qual o PCF-CR estava vigente e em pleno funcionamento.

CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Linha CAF atende agricultores que geralmente já estão na terra ou ainda os que possuem minifúndios e querem aumentar sua área. Os recursos podem ser utilizados para aquisição da terra (SAT) e para investimentos básicos (SIB), destinados à estruturação produtiva. Para o enquadramento, o agricultor deve ter renda familiar anual de até R\$ 30.000,00 e patrimônio anual inferior a R\$ 60.000,00. O financiamento pode chegar até R\$ 80 mil, de acordo com os micros tetos regionais; todo o recurso é reembolsável, tanto de SAT

quanto de SIB; recurso de R\$ 7.500 reais para Ater, por cinco anos, com parcelas anuais de R\$ 1.500,00 por beneficiário; o acesso pode ser coletivo, mas o financiamento é individual; até 35 anos para pagar, com até três anos de carência para iniciar o pagamento; juros de 2% ao ano; desconto de até 40% no valor da parcela para pagamentos em dia (MDA, 2015).

Quadro 2 – Indicadores da linha de financiamento CAF/PNCF no Brasil entre 2002 e 2017

Ano	Propostas	Famílias	Área (ha)	Valor SAT
2002	1	1	8	0
2003	3	3	40	71.000,00
2004	90	90	1.384	2.858.315,00
2005	1.838	2.077	22.782	76.963.681,00
2006	6.933	7.664	77.965	281.950.625,00
2007	8.119	10.606	123.091	395.726.477,00
2008	6.485	7.995	105.486	291.935.472,00
2009	5.491	6.097	90.856	223.794.479,00
2010	4.051	4.298	59.586	160.808.381,00
2011	2.913	2.955	38.927	126.108.306,00
2012	2.708	2.710	123.319	151.743.216,00
2013	975	975	8.785	56.784.938,00
2014	559	559	4.563	36.406.782,00
2015	418	418	3.359	27.218.656,00
2016	244	244	1.662	16.584.467,00
2017*	15	15	120,78	1.119.000,00
Total	40.843	46.707	661.934	1.850.073.795,00

Fonte: SRA (2017). *Equivalente até o mês de maio de 2017.

A linha CAF, entre 2002 e maio de 2017, no Brasil, beneficiou 46.707 famílias com 40.843 operações realizadas. Foram investidos R\$ 1.850.073.795,00 na aquisição de terras e investimentos básicos. Além disso, foram adquiridos 661.934 hectares de terras.

NOSSA PRIMEIRA TERRA

Instituída em 2014, a NPT é destinada a jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, com idade entre 18 e 29 anos, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural. Para ter acesso, o agricultor deve ter: renda familiar de até R\$ 30.000,00 e patrimônio anual inferior a R\$ 60.000,00.

O beneficiário deve atender a pelo menos uma destas condições: tenha concluído, ou cursando, o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância que atendam a legislação em vigor para instituições de ensino; tenha concluído, ou cursando, o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio que atendam a legislação em vigor para instituições de ensino; tenha participado de curso, ou de estágio de formação profissional, que preencha os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF)/MDA; ou seja orientado e assistido por instituição de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira (MDA, 2015) .

O crédito pode atender até R\$ 80.000,00 para a compra do imóvel e investimento em SIB; todo recurso é reembolsável; recurso de R\$ 7.500,00 para a Ater, por cinco anos, com parcelas anuais de R\$ 1.500,00 por beneficiário; o acesso pode ser coletivo, mas o financiamento é individual; até 35 anos para quitar o financia-

mento, incluindo os 3 anos de carência; taxas de juros de 1,0% ao ano; bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia; bônus de 10% para terra negociada abaixo do preço de mercado.

QUADRO 3 - Indicadores da linha de financiamento NPT/PNCF no Brasil, entre 2014 e 2017

Ano	Propostas	Famílias	Área (ha)	Valor SAT
2014	133	133	1.195	9.534.289,00
2015	216	216	1.928	15.390.705,00
2016	84	84	605	6.174.891,00
2017*	4	4	51	299.700,00
Total	437	437	3.779	31.399.585,00

Fonte: SRA (2017). *Equivalente até o mês de maio de 2017.

No Quadro 3, os dados sistematizados da linha NPT, no Brasil, de 2014 a abril de 2017. 437 propostas com 437 famílias beneficiadas. R\$ 31.399.585,00 investidos numa área de 3.779 hectares.

No Quadro 4, uma síntese do acesso às linhas de financiamento CPR, CAF e NPT, com limite de renda e patrimônio anual, tempo de experiência na agricultura, a forma de acesso e financiamento, se coletivo, por meio das associações ou individual e dependendo da linha, se os recursos para infraestrutura básica e produtiva são reembolsáveis ou não.

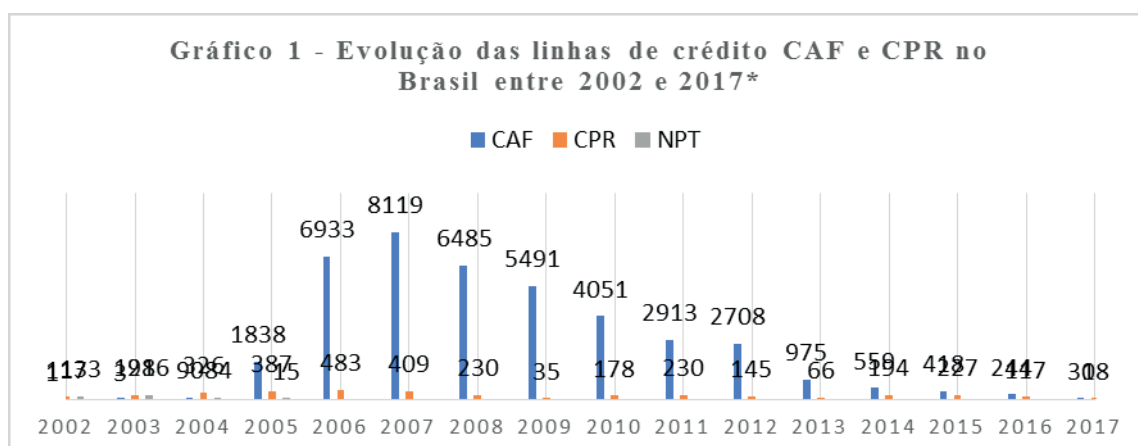
QUADRO 4– Resumo de acesso às linhas de financiamento

Linhas de Crédito	Renda anual	Patrimônio	Experiência na agricultura	Forma de acesso	Financiamento	Infraestrutura básica e produtiva
CPR	Até R\$ 9.000	Até R\$ 30.000	5 anos	Coletivo	Individual	Não-reembolsável
				Individual	Individual	Reembolsável
CAF	Até R\$ 30.000	Até R\$ 60.000	5 anos	Individual	Individual	Reembolsável
NPT	Até R\$ 30.000	Até R\$ 60.000	5 anos	Individual	Individual	Reembolsável

Fonte: SRA (2017).

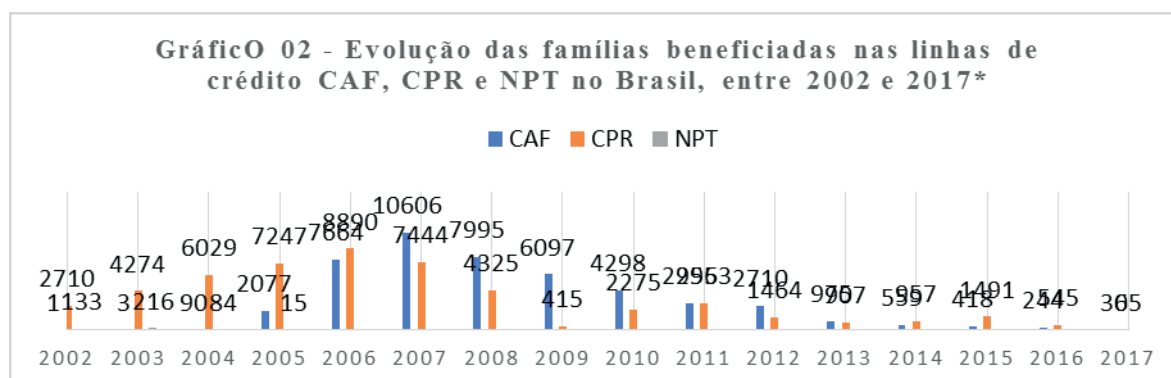
Quanto aos incentivos à boa negociação e ao pagamento, cujo objetivo é atenuar a inadimplência, o programa concede rebates regionalizados, ou seja, descontos por regiões do país para a região semiárida do Nordeste e área da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, o desconto para pagamento no vencimento (DPV) é de 40%, acrescido do desconto pela boa negociação do preço da terra (DBNPT), correspondente a 10%. Para a região Norte e restante da região Nordeste, o DPV é de 30%, mais 10% do DBNT. E para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com DPV de 20% acrescido do desconto de 10% do DBNPT (MDA, 2015).

Veja-se, no gráfico que segue, a evolução das linhas de crédito CAF e CPR no Brasil.



Fonte: SRA (2017). *Equivalente até o mês de maio de 2017.

Observa-se no Gráfico 1, a evolução das linhas de financiamento, a linha CPR superou a CAF nos anos iniciais do PNCF, de 2002 a 2004. Porém, de 2005 a 2017, a linha de crédito Consolidação da Agricultura Familiar superou, em proporções desiguais, as demais linhas em número de propostas, cujo ano de 2007 foi o maior em propostas atendidas, 8.119. A partir de 2008 houve um declínio, embora atendendo número considerável de propostas. No entanto, a linha CAF foi a que mais financiou terras no Brasil, totalizando 40.843 áreas adquiridas.



Fonte: SRA (2017). *Equivalente até o mês de maio de 2017.

Em famílias atendidas pelo PNCF, a linha Combate à Pobreza Rural foi a que mais beneficiou. Outrossim, 46.707 famílias financiaram suas terras por meio da linha CAF, 51.965 famílias através da linha CPR e 437 pela NPT.

O PNCF NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O estado do Rio Grande do Norte recebeu financiamentos para aquisição de terras e investimentos desde a implantação da Reforma Agrária Assistida de Mercado, iniciada, no Brasil, com o Programa Cédula da Terra, em 1998.

Tabela 1 – Indicadores do Fundo de Terras (CT, BT, PCF-CR e PNCF) no Rio Grande do Norte de 1998 a 2017

Indicadores	Operações	Famílias	Área (ha)	Valor SAT+ SIB	Valor SIC	Valor SAT+SIB+SIC
1998/2004	106	1718	32.247	10.266.539,00	22.003.439,00	32.269.978,00
2005	85	771	16.451	5.545.985,00	9.355.591,00	14.901.576,00
2006	155	1049	22.612	17.809.433,00	8.994.398,00	26.803.831,00
2007	133	992	20.985	17.705.452,00	3.469.315,00	21.174.767,00
2008	92	587	14.508	11.655.476,00	2.765.795,00	14.421.268,00
2009	62	128	3.436	3.396.670,00	2.302.791,00	5.699.461,00
2010	72	284	6.473	6.385.871,00	3.826.242,00	10.212.114,00
2011	68	375	11.366	8.246.401,00	10.211.635,00	18.458.036,00
2012	39	148	2.972	3.833.986,00	4.418.362,00	8.252.348,00
2013	16	57	1.512	1.476.372,00	2.064.260,00	3.540.632,00
2014	18	55	1.287	1.151.729,00	709.600,00	1.861.329,00
2015	20	103	2.966	3.082.617,00	3.259.746,00	6.342.363,00
2016	3	9	209	298.144,00	258.200,00	556.344,00
2017*	1	2	74	70.000,00	0	70.000,00
Total	870	6.278	137.098	90.924.675	73.639.374	164.564.047,00

Fonte: SRA (2017). *Equivalente até o mês de maio de 2017.

Na Tabela 1, apresentam-se os resultados de todos os programas financiados pelo Fundo de Terras, no estado, desde 1998: as propostas construídas, as famílias beneficiadas, as áreas adquiridas e o montante dos investimentos. Pode-se observar que nos anos 2006, 2007 e 2008 apresentam-se melhores indicadores de desempenho. Possivelmente, deve-se ao fato de que muitas propostas foram se acumulando, desde o lançamento do programa, além de melhorias no sistema de operacionalização, tramitação e contratação. Convém destacar a evolução de hectares (ha) por família, com destaque para o ano de 2011, com cerca de 30,31ha/família. No período, apresentou média de 21,83 ha por família. Além disso, um investimento de mais de R\$ 164 milhões, cerca de R\$ 26.212,81 por família e R\$ 663,21 por hectare de área.

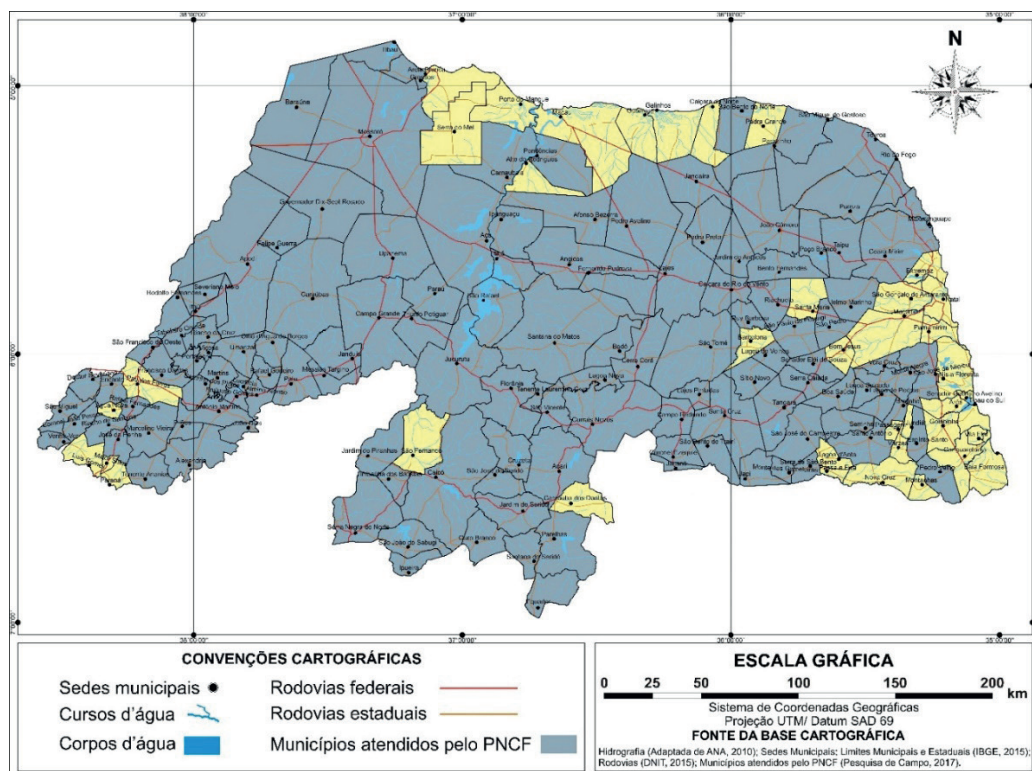
Segundo os dados divulgados, mensalmente, no “Painel de indicadores gerenciais da Subsecretaria de Reordenamento Agrário” - Boletim Ano XI – 20/2016 - o primeiro programa financiado pelo Fundo de Terras, no Rio Grande do Norte, foi o Cédula da Terra, em 1998. Porém, o representante da UTE/RN afirma que as terras começaram a ser financiadas no estado por meio do Banco da Terra, a partir de 2001, conforme relato:

Do crédito fundiário mesmo foi em 2003. Mas antes disso, de 2001 a 2003 a gente teve aqui o Banco da Terra, que foi a primeira experiência de crédito fundiário. [...] Aqui no Estado foram adquiridas de 2001 até 2002, 29 áreas pelo banco da terra e a partir de 2003, aí, sim, começou o processo de crédito fundiário (Representante da UTE/RN¹⁹).

No Rio Grande do Norte, o PNCF é executado pelo governo do Estado, através da UTE instalada na Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (SEARA), desde sua implantação, em 2003. O programa possui uma área de atuação bastante abrangente, perpassando por quase a totalidade do

seu território. Dos 167 municípios potiguares, há assentamentos em 128, ou seja, o programa está presente em 77% dos municípios potiguares, como demonstra o Mapa 2.

Mapa 2 – Abrangência do Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado do Rio Grande do Norte



O estado possui 846 assentamentos em 128 municípios, com 5.833 famílias beneficiadas. No entanto, 828 destes assentamentos (97,8%) estão inseridos na região semiárida²⁰ potiguar, cuja área abrange 88% do seu território, constatando elevada concentração e, teoricamente, cumprindo a afirmação do programa que é atenuar a pobreza rural, presente na região considerada mais vulnerável do país. Das 846 propostas atendidas, 484 são pela linha CPR e 362 pela modalidade CAF, totalizando um montante investido de R\$ 147.478.954,29 nas duas linhas de financiamento, em aquisição de terras (R\$ 76.326.565,55), distribuídos em 126.199,20 hectares de área adquirida, investimentos em SIC e SIB (R\$ 64.277.948,29) e outros custos²¹ (R\$ 6.874.440,88).

Os dados são ilustrativos da presença e significado do PNCF, no estado do Rio Grande do Norte. No dizer do Representante da UTE/RN.

²⁰ A definição do semiárido firmou-se com a Lei n 7.827, de 27 de dezembro de 1989, que criou e estabeleceu os critérios para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), relacionando a região com a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (BRASIL, 1989). À época, estabeleceu-se como critério definidor a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros). Recentemente, sua delimitação sofreu revisão. A Portaria Interministerial Nº 1, de 09 de março de 2005 atualizou os critérios de delimitação do Semiárido do Nordeste, baseado no Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial. Neste, sugeriu-se acrescentar ao “critério da isoietta de 800 mm, os critérios de Índice de Aridez de Thorntwaite, de 1941, (considerando-se semiárido o município com índice de até 0,50) e Risco de Seca (desde que superior a 60%)” (BRASIL. Ministério de Integração Nacional, 2005, p. 21). Esses três critérios foram aplicados consistentemente a todos os municípios que pertencem à área da antiga SUDENE, inclusive os municípios do norte de Minas e do Espírito Santo. Além dos 1.031 municípios já incorporados, passam a fazer parte do semiárido outros 102 novos municípios enquadrados em pelo menos em um dos três critérios utilizados. Com essa atualização, a área, classificada oficialmente, como semiárido brasileiro aumentou de 892.309,4 km para 969.589,4 km, um acréscimo de 8,66% (BRASIL. Ministério de Integração Nacional, 2005).

²¹ Outros custos com despesas cartoriais e medições.

É de uma importância muito grande principalmente pra aquelas pessoas que estão a margem de qualquer política de desenvolvimento. A gente tá falando de um programa de combate à pobreza rural [...] e eu diria que é uma porta que se abre pra outras políticas também. Uma família que não tem acesso a nada, de repente ela tem acesso a um programa como esse, que lhe dá oportunidade de além de ter um ativo como terra pra produzir, você tem também um aporte de recurso bastante interessante de em torno de 30 mil reais hoje pra que você possa fazer os investimentos necessários, fazer um projeto que você tenha vontade de fazer, e que você não vai pagar nada sobre esses 30 mil reais. Você vai pagar aquilo que você investiu na propriedade, na compra da terra [...] é um programa bastante subsidiado e que é de extrema importância pra dinamizar algumas comunidades rurais [...] E esse recurso vai movimentar a região, cidade, o município, porque esses produtos iniciais que a família compra, elas compram na região, elas compram na cidade. Então recursos que você utiliza dentro desses territórios que movimentam a economia dessa cidade. Além disso, após esses investimentos, essas famílias vão começar a produzir... produzir um leite, produzir uma ovelha, um cordeiro, um cabrito e vai movimentar a economia das pequenas cidades. Vão plantar milho, feijão, hortaliça, ou seja, você dá uma nova dinâmica a uma comunidade dessa que tinha uma propriedade lá que não era utilizada. [...] Eu acho assim, um programa de muita importância pras economias, para essa questão social também, porque você consegue colocar um programa desse pras famílias de baixa renda. Assim, eu reputo de uma importância interessante, muito grande (Representante da UTE/RN²²).

Verifica-se uma concentração de contratações do programa em apenas 10 (dez) municípios, com 331 assentamentos, representando cerca de 39% dos assentamentos do estado. Possivelmente, esta concentração, deu-se por estes municípios apresentarem maiores extensões territoriais no estado. Dentre estes municípios, estão Caraúbas e Upanema, recorte espacial e objeto de estudo da pesquisa – em andamento.

No Rio Grande do Norte, comparado a outros estados, o percentual de inadimplência geral é muito baixo. No ano de 2015, estava em torno de 12 a 13%. Importante enfatizar que há 6 (seis) anos o estado atravessa um longo período de estiagem, o que dificulta a vida dos agricultores com a escassez de recursos hídricos. O representante da UTE/RN, relata:

Mesmo nesse momento mais difícil que a gente atravessou (seca), muita gente pagou sua parcela. A gente recebeu aqui muita gente fazendo pedido de prorrogação [...] Mas muita gente pagou. Muita gente, mesmo com essa dificuldade. Eu fico impressionado. Num momento desse que a gente tá passando, de seca, o camarada consegue ter uma renda e paga. Porque não é fácil. Tudo bem que tem parcela que é barata, mas tem parcela de R\$ 1.500 reais, de R\$1.000 reais, de R\$ 900 reais. Mas eles têm uma garantia. Devem ter sua vaca, seu rebanho, e aí faz lá sua venda e vai pagar. Então eu acho que o programa contribui, é um programa muito bom pra quem é agricultor (Representante da UTE/RN²³).

Não obstante, de acordo com o representante da UTE/RN, o programa está suspenso, temporariamente, por indisponibilidade de recursos, refletindo diretamente na vida das famílias que pretendem fi-

22 Entrevista realizada em 09 de maio de 2017.

23 Entrevista realizada em 09 de maio de 2017.

nanciar suas terras por meio do PNCF, pois, de acordo com as informações repassadas, as propostas que estavam com os agentes financeiros aguardando, apenas, a assinatura dos beneficiários, ou os contratos que se encontravam no cartório, foram devolvidos. O mesmo relata que esta paralisação se iniciou em 2015, e agravou-se em virtude da crise que o país enfrenta. A suspensão dos repasses atende recomendação do plano de contenção de gastos do Governo Federal, principalmente, no que concerne aos Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC), vinculados ao Orçamento Geral da União. Por isso, no ano de 2017, foi contratada apenas uma proposta para o Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES

Este artigo sistematizou os dados de pesquisa - em andamento – sobre o PNCF, no Brasil, e sua execução no estado do Rio Grande do Norte. Os discursos institucionais no que concerne à sua abrangência, montante investido, áreas adquiridas e quantidade de famílias beneficiadas pelo programa.

No Brasil, período que corresponde aos anos de 2003 a maio de 2017, o programa financiou 44.629 áreas, atendendo 99.107 famílias através das linhas de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar, Combate à Pobreza Rural e Nossa Primeira Terra. Os recursos investidos foram R\$ 2.318.746.172,00 distribuídos em Subprojetos de Aquisição da Terra, Subprojetos de Infraestrutura Básica e Subprojetos de Investimentos Comunitários. Atua em 21 unidades federativas em todas as regiões brasileiras.

No estado do Rio Grande do Norte, a atuação do programa é bastante abrangente. Presente em 77% dos municípios potiguares, com 846 assentamentos, dos quais 484 financiados por meio da linha CPR e 362 pela modalidade CAF. O programa instalou 5.833 famílias, distribuídas numa área de 126.199,20 hectares, com recursos na importância de R\$ 76.326.565,55 para aquisição da terra e R\$ 64.277.948,29 destinados para investimentos básicos e comunitários. Segundo a base de dados da SEARA, não há aquisição de terra financiada pela linha de crédito NPT.

Destarte, 828 assentamentos adquiridos (97,8%) estão inseridos na região semiárida potiguar, cuja área abrange 88% do seu território, constatando elevada concentração, e importante atuação do programa com instalação de áreas na região considerada mais vulnerável do país. No entanto, em apenas 10 municípios há uma concentração de contratações do programa, com 331 áreas, representando, aproximadamente, 39% dos assentamentos do estado.

Apesar da atuação do PNCF no Rio Grande do Norte ser bastante abrangente e 97,8% dos assentamentos estarem inseridos no semiárido potiguar, constatou-se que o número de financiamentos pela linha Consolidação da Agricultura Familiar é muito elevado, em torno de 43%. Infere-se que as famílias “abriram mão” de adquirir suas terras através da linha de crédito Combate à Pobreza Rural, com todos os benefícios que a linha oferece (adicional semiárido e SIC) com recursos não-reembolsáveis. A título de hipótese de pesquisa, em andamento, acredita-se que os recursos disponibilizados pela CPR, por família, são insuficientes para os investimentos produtivos e acessível, apenas, para a aquisição da terra. Pode-se indagar, ainda, se houve falhas na mediação das instituições oficiais, responsáveis por apresentar o programa: as condições de financiamento e acesso à terra.

Porém, considera-se que o programa alcançou bons resultados no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte, em especial, por responder de forma significativa à demanda por terra dos agricultores familiares sem-terra, possibilitando que estas áreas sejam ‘reconduzidas’ à agricultura familiar e oportunizando às famílias adquirirem sua própria terra.

REFERÊNCIAS

- AMON-HÁ, R. **Programa Nacional de Crédito Fundiário: uma análise para o estado do Rio Grande do Norte**. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- BRASIL. **Manual de Operações do CPR. CAF e NPT**. Brasília: MDA, 2015.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf. Acesso em: 25 de dezembro de 2015.
- _____. Ministério da Integração Nacional. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Brasília. Ministério de Desenvolvimento Agrário Disponível em: <https://www.mds.gov.br>. Acesso 20 de agosto de 2005.
- _____. **Painel de Indicadores Gerenciais da Subsecretaria de Reordenamento Agrário**. Brasília: SRA, 2017.
- CAMARGO, R. A. L. **Agricultura familiar e ruralidade em Ouro Fino (MG)**. 2010. 250f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas /Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas (SP), 2010.
- DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP. 1998.141 p.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schroter; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GOMES, C. M. P.; CAZELLA, A.; BÚRIGO, F. L.; SENCÉBÉ, Y. Crédito Fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário? In: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Organizadores Cátia Grisa e Sérgio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- IBGE CIDADES@. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>. Acesso em 23 de maio de 2014.
- OLIVEIRA, A. U. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses do Ceará – Brasil**. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18072006-132037/.pdf. Capítulo 2. Acesso em 03 de abril de 2017.
- ORLANDI, E. P. **Discurso & leitura**. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1988.
- SAUER, S. **Banco da Terra e Crédito Fundiário são a mesma coisa?** Disponível em: www.abrarefaagraria.org.br.> Acesso em 05 de abril de 2017.
- SECRETARIA ESTADUAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E APOIO À REFORMA AGRÁRIA. **Programa Nacional de Crédito Fundiário no Rio Grande do Norte**. SEARA, 2017.
- WANDERLEY, N. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

UMA RELEITURA DO PROJETO AME ATRAVÉS DAS CONTRIBUIÇÕES DE FRANÇOISE
DOLTO E D. W. WINNICOTT: Um Relato de Experiência
A REINTERPRETATION OF THE PROJETO AME THROUGH THE CONTRIBUTIONS OF FROÇOISE DOLTO AND D.W. WINNICOTT: A Report of Experience

Maria Lucia Salamene de Oliveira Kroll¹

¹ UNIDERP - marialuciakroll@hotmail.com

Recebido em 19 de Setembro de 2017; Aceito em 04 de Outubro de 2017.

Resumo

Este relato tem por objetivo descrever as experiências como voluntária do Projeto Associação Mãos Estendidas - AME, um espaço destinado a acolher crianças com dificuldades escolares e seus responsáveis. Ao refletir sobre as mudanças ocorridas no Projeto e de construir uma práxis apoiada teoricamente utilizou-se de pesquisa bibliográfica para responder sobre a importância da presença dos adultos no Projeto, a partir de contribuições da psicanalista Françoise Dolto. Além de utilizar-se de teorias do psicanalista Winnicott para uma compreensão da importância da mãe ou cuidadora no processo de desenvolvimento infantil. Encontrou-se um Projeto já reconhecido e desenvolvido pela psicanalista e educadora Françoise Dolto, o Projeto Maison Verte que prioriza a presença dos pais. A partir dessa experiência e dos achados teóricos pode-se concluir que a participação dos pais no Projeto permitiu a entrada da criança no circuito da linguagem, sua integração social e o estabelecimento do vínculo.

Palavras-chave: Relato de Experiência. Projeto Maison Verte. Françoise Dolto. Linguagem. Vínculo.

Abstract

The goal of this paper is to describe the experiences as a volunteer of the Projeto Associação Mãos Estendidas – AME (Extended Hands Association Project), a space aimed to receive children with learning difficulties and their guardians. In reflecting on the changes that have taken place in the Project and of building praxis supported theoretically by a bibliographical research to answer about the importance of the presence of adults in the Project, from the psychoanalyst Françoise Dolton's contributions. Besides using the psychoanalyst Winnicott's theories for understanding the importance of the mother or caregiver in the child development process. We found an acknowledged Project developed by the psychoanalyst Françoise Dolto, Maison Verte Project which prioritizes the presence of the parents. From that experience and theoretical findings it can be concluded that the parental involvement in the Project allowed the children's entry into language circuit, their social integration and the establishment of the bond.

Keywords: Experience Report. Maison Verte Project. Françoise Dolto. Language. Bond.

INTRODUÇÃO

Esse artigo refere-se a um relato de experiência como voluntária em um Projeto denominado Associação Mãos Estendidas – AME. Essa instituição é formada por voluntários, desde 2008, situada no bairro Jardim Noroeste, localizado no município de Campo Grande/MS, que oferece apoio pedagógico, psicológico e cultural a alunos do ensino fundamental.

Um dos aspectos priorizados pelo projeto AME é a visão da criança de forma integral, primando à afetividade, como base da construção da sua aprendizagem e desenvolvimento. Assim, são realizadas atividades educativas com as crianças envolvidas no Projeto, sob a orientação de um profissional da Psicologia, além de aulas de canto e oficinas de artes.

Nas famílias em que há a presença de um cuidador (mãe, avó, tia, etc.) notou-se muitas vezes que essas pessoas possuem muitas dificuldades em manter os cuidados básicos diários com as crianças. Observou-se com o transcorrer dos atendimentos que as crianças chegavam a ONG com pouca higiene pessoal além de uma grande dificuldade em organizar-se e compreender as tarefas diárias propostas pela escola.

Diante do problema levantado a Associação procurou buscar novas formas de promover a permanência das crianças no Projeto AME. A entrada das mães e ou cuidadoras foi à forma encontrada, para que elas entendessem a importância desse acompanhamento para seus filhos. Com o passar do tempo notou-se que o engajamento dos adultos no Projeto permitiu que os objetivos iniciais começassem a ser atingidos.

Ao refletir sobre a adequação do Projeto e com o objetivo de construir uma práxis apoiada teoricamente buscou-se através da pesquisa bibliográfica responder a questão sobre a importância da presença do cuidador mesmo com a presença de professoras e psicólogas auxiliando nas tarefas e cuidados com as crianças.

Encontrou-se através da pesquisa outro projeto já reconhecido e desenvolvido pela psicanalista e educadora Françoise Dolto, em 1979 na França, o Projeto *Maison Verte* no qual se transformou em referência para as questões relacionadas à infância.

A *Maison Verte* surgiu da necessidade que Dolto observou diante de inúmeras dificuldades que as crianças pequenas logo no início da vida escolar enfrentavam, sendo encaminhadas para observação e atendimento, pois já apresentavam problemas estruturados (MILMAN, 2005).

O Projeto *Maison Verte* ou “Estrutura Dolto” como é chamado hoje na França, tornou-se modelo de referência na abordagem das questões relacionadas ao desenvolvimento de crianças na primeira infância, que deverão estar sempre acompanhadas, de suas mães e ou cuidadores, com o objetivo de auxiliá-las, e aos pais, no processo de interação social, de independência e formação de sua própria identidade.

Outra fonte de inspiração encontrada foi o atendimento de crianças e suas mães, feita pelo psicanalista Winnicott, descritas em sua teoria sobre a importância da relação mãe/bebê, o que permitiu a inclusão da família como relevante para o desenvolvimento das crianças atendidas pelo Projeto.

É indiscutível a importância do vínculo afetivo para se estabelecer o bom desenvolvimento da criança (WINNICOTT, 1975). É por meio da acolhida dos pais que a criança desenvolverá conhecimento e aprendizado, juntamente com um ambiente estruturante e acolhedor.

Nesse sentido, considera-se esse relato como relevante para a dimensão social e alcance que pode ter para outros trabalhos, e permitir a construção de um saber e um saber fazer alicerçados pela experiência do Projeto *Maison Verte*.

O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE UMA CRIANÇA

Desde o momento da concepção os seres humanos passam pelo processo de desenvolvimento, que ocorre de maneira ordenada. Após o nascimento o bebê para sobreviver, física e psiquicamente e manter um padrão de desenvolvimento satisfatório necessita do contato direto com o adulto que lhe atenderá em suas necessidades básicas.

Cientistas do desenvolvimento afirmam que necessidades básicas como contato humano, alimento, vestuário e afeição são fundamentais para a sobrevivência do bebê e necessitam ser realizadas, dentro de um contexto familiar e social, para que ocorra um desenvolvimento saudável (PAPALIA, 2010).

A criança nasce indefesa (WINNICOTT, 2014). É um ser desintegrado, que percebe de maneira desorganizada os diferentes estímulos provenientes do externo. Porém o bebê nasce com uma tendência para o desenvolvimento. E para que ocorra o desenvolvimento é necessário que a mãe assuma a tarefa de oferecer suporte adequado para que as condições inatas do recém-nascido alcance um bom desenvolvimento.

Por isso, a criança, logo após seu nascimento necessita misturar-se a vida familiar. Entrar em contato com seus pais, irmãos, avós, parentes e vizinhos, por meio da linguagem, uma vez que a comunicação é própria dos seres humanos, permitindo-lhes exprimir através da fala sentimentos e afeições.

Desde as primeiras horas de vida, os bebês são seres de comunicação e desejos, que precisam de segurança, amor, alegria e palavras, mais do que alimento como condição primeira para se constituírem como seres humanos (DOLTO, 1996). Para isso, os pais e a família serão responsáveis pela introdução da palavra.

Inicialmente os bebês estão abertos à palavra materna, que deve ser dirigida com amor, paciência e principalmente com a verdade, produzindo um sentido de humanização, pois tudo o que se é falado se torna humano, consciente, transmitindo ao bebê segurança e paz.

Para se estabelecer a comunicação, a psicanalista Françoise Dolto (1999) pontua que a mãe precisa cuidar de seu bebê, é necessário amamentar e dialogar com a criança durante o aleitamento, proporcionando a criança ser uma companheira da vida cotidiana familiar, disso depende sua autoconfiança e a confiança dela em seus pais e posteriormente a aquisição da autonomia.

À medida que o desenvolvimento progride ocorre a integração do bebê ao mundo (WINNICOTT, 2014). Dessa forma a mãe mostrará a realidade com a qual a criança irá construir a imagem psíquica do mundo externo, alcançando então uma adaptação à realidade, através de um processo gradual em pequenas doses, construindo assim uma dependência e segurança madura com relação a seus pais.

Portanto para o estabelecimento da confiança na relação entre a criança e seus pais, as palavras devem ser simples e verdadeiras, pois as crianças aprendem a falar ouvindo seus pais falarem sobre ela. Porém quando os pais não se comunicam adequadamente com a criança a relação fica no corpo a corpo.

A relação corpo a corpo significa empobrecimento da linguagem (DOLTO, 1996). Ao invés de amar falando, cooperando no agir, interagindo nas brincadeiras com objetos, ama no corpo a corpo, isto é, abraçando e beijando, perdendo a oportunidade de exprimir-se afetivamente.

Nas palavras de Dolto (1996, p.91),

“Portanto, falar a criança sem ter medo de se contradizer: “Sabe, eu não gosto de você, não quero mais vê-lo”. De fato não é verdade. Então se deve explicar: ‘nem sempre gosto de você, você me irrita, me deixa ner-

vosa, estou cheia'. A criança vai se dizer: 'Eu também, às vezes sou assim em relação à mamãe'. Muitas crianças dizem isso com relação à mamãe. Muitas crianças dizem esse 'eu não gosto de você' à mãe. E isso irá se tornar muito humano entre mães e filhos. Amar é isso: outra coisa além de tudo cor-de-rosa e sorrisos falsos imperturbavelmente 'delicados'. É ser natural e assumir as contradições".

A afetividade e o corpo devem caminhar juntos. Conforme a criança vai crescendo e se desenvolvendo, aprender os ritmos da vida torna-se possível, se os pais não omitirem a apresentação dos ritmos da vida pela linguagem.

Quando a criança começa a falar e formar frases por volta de um ano a um ano e meio, Dolto (1999) enfatiza que as brincadeiras se intensificam. Ao brincar a socialização com outras crianças aumentam, proporcionando construir amizades e conseqüentemente aprendendo a ficar separadas de seus pais.

A brincadeira é um espaço potencial que possibilita ao bebê ser criativo, se comunicar e se relacionar em grupo (WINNICOTT, 1975). Portanto, o brincar é uma experiência cultural, que tem um lugar e um tempo, facilitando e permitindo ao bebê passar da dependência aos pais para a autonomia.

Permanecer algum tempo separada dos pais produz certa autonomia na criança, proporcionando maior habilidade com a linguagem, pois irá comunicar-se com outras pessoas, com o corpo, aprendendo a divertir-se, e a ser estáveis. Além de se construírem separadamente de seus pais, através do meio social.

A criança se constrói e constrói sua mãe em um meio social fechado, a família (DOLTO, 1996). Porém à medida que vai crescendo e se desenvolvendo novas formas de relações passa a fazer parte da rotina da criança, como a creche, a escola, a casa de parentes ou amigos.

Assim, as crianças reagem ao mundo exterior sendo ouvidas. Com essas novas relações as crianças aprendem a expressar sentimentos e desejos e a serem reconhecidas como seres humanos através da linguagem.

Uma das formas de constituição do desenvolvimento humano está nas mudanças e estabilidades em capacidades mentais, como por exemplo, a linguagem (PAPALIA, 2010). Uma criança precocemente estimulada no desenvolvimento da linguagem provavelmente terá ganhado em termos de autovalor, independência e autonomia.

A colocação de uma palavra correta e verdadeira tem para a criança um efeito libertador, preparando-a para a formação de sua própria identidade. Pensando assim, a médica e psicanalista Françoise Dolto criou um espaço do saber psicanalítico, destinado a pais e filhos, oferecendo uma oportunidade de compartilhamento da palavra, livre, modesta, mas eficaz. Nascendo assim a *Maison Verte*.

Para uma melhor compreensão sobre o uso das palavras na *Maison Verte* faz-se necessário compreender a importância da linguagem também na história de vida da psicanalista.

A MEDICA DE EDUCAÇÃO DE FRANÇOISE DOLTO

Quero viver como um cristal, talvez venha a me quebrar.
Correspondência, 1940.

Françoise Dolto nasceu na França em seis de novembro de 1908. Filha de Henri e Suzanne Marette era a segunda menina numa família de quatro filhos. Eram burgueses médios, morava em frente à Torre Eiffel, de onde, através das janelas da sala de estar poderia ver e contemplar a beleza da cidade de Paris, no início do século XX.

A infância de Dolto inquietante (MANIER apud DOLTO, 1990), uma vez que a menina questionadora e observadora dedicava seu tempo a observar adultos e crianças em seus convívios sociais e escolares, e a partir disto tentar compreendê-los em suas individualidades.

Filha de pai bastante ausente fisicamente, e, sobretudo na linguagem e de uma mãe “monstruosa” na linguagem, a pequena Dolto então era educada pelos criados da casa, passando muito pouco tempo em companhia de seus pais. Por outro lado, bastante companheira de seus irmãos, uma vez que dormiam todos juntos, o que facilitou a construção de laços afetivos.

Dolto possuía todos os requisitos para se encaminhar para a psicose (MANIER apud DOLTO, 1990), pois sua mãe nunca dedicou cuidados direcionados a menina, sempre se preocupando com os outros filhos, e quando se dirigia a Dolto era para agredi-la verbalmente.

Porém, diante desta estrutura familiar Dolto desenvolveu uma particularidade, era uma menina muito precoce, viva e inteligente, que desejava aprender, questionadora e desejosa de respostas a suas indagações. Dessa maneira se envolvia muito pouco com conflitos familiares, aprendendo a se defender muito cedo.

Dolto (1990) relata que muito precocemente compreendeu que os adultos não sabiam muitas vezes o que faziam, ou seja, que eles não sabiam o que estavam fazendo, tinha dificuldades de se compreenderem e entenderem seus filhos. A partir daí passou a sentir pena e pouca confiança nos adultos.

Françoise era uma criança que pouco acatava ordens dos adultos, sempre que possível escapava à obediência, pois possuía suas próprias ideias e não desejava ter que compartilhar os pensamentos dos adultos, então era constantemente repreendida e vista como uma “criança impertinente”.

Aos oito anos e meio a menina irrequieta encantou-se com o rádio, descrevendo-o posteriormente, já adulta, como um instrumento que a levou a se conectar com o mundo (MANIER apud DOLTO, 1990). Para Dolto o rádio lhe permitia captar a fala das pessoas, as notícias da cidade e do mundo, levando-a a construir o seu próprio rádio.

Certamente, a curiosidade, a inteligência e sua capacidade visual e auditiva, levaram a pequena Dolto a se decidir pela medicina, como forma de cuidar das pessoas, de auxiliar os adultos na tarefa dos cuidados com suas crianças, e por fim pelo desejo de compreender os seres humanos e suas relações.

Nas palavras de Dolto (1990, p.40),

“A meus pais: ‘Mais tarde eu quero ter uma profissão!’ E meus irmãos: ‘O que? Qual vai ser a sua profissão? – Pois bem quero ser médica de educação’. Todo mundo morreu de rir. ‘O que é isso? – Não sei, mas deve existir.’ Disse então que os médicos não sabiam que as crianças podiam ser perturbadas por coisas que estavam dentro delas e que não

eram micróbios. ‘Quer dizer que você sabe mais do que todo mundo, é?’ Foram esses os comentários”.

Assim, a menina determinada cresceu, e aos vinte e um anos entrou para o curso de enfermagem, pois necessitava da aprovação materna, para estudar. Tornou-se enfermeira, instrutora na escola de enfermagem, além de instrutora de curativos, o qual aprendeu a realizar com muita maestria. Somente aos vinte e cinco anos de idade que Dolto finalmente entrou para o curso de medicina.

Dolto foi uma aluna brilhante, esforçada e dedicada (MANIER apud DOLTO, 1990). Daí resultou sua saída de casa, a pedido de seu pai, pois sua mãe não suportava a ideia de ter uma filha médica em tempos de Guerra Mundial. Do rompimento com a família, surge a Psicanálise na vida de Françoise Dolto, através de René Laforgue seu analista e um dos fundadores do Movimento Psicanalista Francês.

Terminou sua análise em 1937, com duração de três anos. A partir de então passou a ter o direito de estudar Psicanálise e seguir o caminho da formação psicanalítica. Atuou por sua conta e risco no atendimento a crianças, pois naquela época a formação era direcionada apenas para adultos.

Para Dolto (1990) seu trabalho foi intenso desde o término da Faculdade de Medicina. Atuava com todos os tipos de pacientes nos hospitais e em seu consultório, sentindo-se muito gratificada em atender as crianças e as necessidades de seus pais, com relação aos cuidados essenciais que deveriam dispensar a seus filhos.

Diante das experiências adquiridas no trabalho tanto como médica quanto como psicanalista Françoise Dolto juntamente com um grupo de profissionais da área psicanalítica, psicólogos e simpatizantes organizou um Projeto com o intuito de reunir pais e cuidadores em um espaço de lazer e palavras, destinado à escuta e auxílio aos pais.

DOLTO E SUA “MAISON VERTE”

A *Maison Verte* ou Casa Verde foi inaugurada em seis de janeiro de 1979, na Praça Saint-Charles, onde permaneceu até o fim do verão de 1980. Devido às circunstâncias a equipe do projeto se dedicou a pedir auxílio ao poder público com o intuito de encontrar um local propício para receber as crianças e suas famílias.

Dolto (1990) pontua que depois de muito procurar, contou especialmente e particularmente com a ajuda de amigos psicanalistas onde juntos encontraram um local adequado, exatamente o que exaustivamente procuravam para dar sequência ao trabalho já iniciado.

O espaço destinado ao projeto era também chamado pelas crianças de Casa Verde, devido ao jardim que a rodeava passou então a ter um sentido. Até mesmo uma casinha de bonecas muito utilizada pelas crianças foi pintada de verde para o contentamento de todos que frequentavam a *Maison*.

Dolto desenvolvia uma relação muito direta e espontânea com os adultos que frequentavam a *Maison Verte* (CALDAGUÉS apud DOLTO, 1999). Pais ou cuidadores sempre recebiam através das palavras da psicanalista uma comunicação simples, ou seja, palavras comuns, e esse era o grande desejo da médica educadora, se fazer entender por todos.

Assim, pais e crianças eram recebidos e incluídos no trabalho psicanalítico da *Maison Verte*. No projeto o processo analítico foi perdendo seu caráter misterioso e se tornando acessível às pessoas conforme elas trabalhavam seus problemas e suas histórias de vida, cada uma com sua própria singularidade.

Segundo Dolto (1999) as crianças e seus cuidadores vão até a *Maison Verte* para ter momentos em que tudo pode ser “falado” e discutido entre todos. Não há julgamento nem com relação às crianças nem com seus responsáveis. O que há é um espaço de escuta e intervenção mediada por profissionais.

A escuta e a intervenção, proporcionada pela *Maison Verte* tem um papel de auxílio, pois permite às crianças desenvolverem percepção e conhecimento de sua própria identidade. Além de ser um local que permite à criança enfrentar as pessoas com a presença da mãe, estruturando-se no contato com outras crianças, é também um lugar de passagem, anterior ao ingresso da criança na creche.

Dolto (1999) percebe a importância da estruturação psíquica da criança a partir da escuta e também da linguagem. Na *Maison Verte* tudo é permeado pela linguagem, tudo é falado espontaneamente, tudo é linguagem na criança. Os profissionais interpretam o dito e auxiliam as crianças a se reconhecerem como um ser humano na linguagem.

Nas palavras de Dolto (1999, p.157-8),

“Eles não depositam seus filhos para sair..., nem sequer durante cinco minutos. É isso que é revolucionário, realmente. É isso que, de um lado, é revolucionário. Depois, é um lugar onde falamos às crianças; é a criança que acolhemos. Não sabemos o sobrenome, não sabemos o status econômico e social, não sabemos o bairro onde vivem a criança e os pais. É um local de palavras. É um local de lazer e um local de palavras, o que dizer que tudo que os pais dizem do filho, nós o dizemos à criança”.

Notadamente, Dolto não fez da *Maison Verte* um lugar onde os pais apenas deixavam seus filhos para passarem algumas horas do dia ou serem cuidados. Foi também com o intuito de trabalhar com as crianças, porém sem permitir que o lugar fosse apenas um depósito que o Projeto Ame foi pensado e executado.

O PROJETO AME

O Projeto AME nasceu como uma proposta inicial de acompanhar as crianças com dificuldades escolares. Iniciou-se com a ajuda de uma casa espírita, denominada Núcleo Assistencial Ramatis, que gentilmente cedeu seu espaço físico para o início das atividades.

Inicialmente se pensava não ser necessária uma institucionalização do Projeto AME, porém com o primeiro ano decorrido das atividades e com a necessidade de se obter apoio, observou-se necessário a organização da instituição como ONG, uma vez que o trabalho não possuía caráter religioso.

Assim o Projeto AME nasceu estruturado e apoiado em uma diretoria de voluntários e amigos disposto a auxiliar no que fosse necessário. Além da participação de empresários do comércio, conseguiu-se adquirir um terreno adequado, para a construção da sede.

O trabalho é realizado com crianças a partir de seis anos até doze anos de idade. Essas crianças são acolhidas por professores e psicólogos voluntários que trabalham conjuntamente, criando um espaço do saber compartilhado. Ao chegar ao Projeto AME cada criança é atendida em suas especificidades, porém inicialmente a base do trabalho centrava-se no auxílio às dificuldades escolares.

Com o passar do tempo foi-se observando que as crianças que apresentavam dificuldades em realizar as tarefas propostas pela escola, tinham muitas dificuldades em se organizar, em manter uma rotina saudável. Percebeu-se então a falta da presença, da comunicação dos pais no dia a dia das crianças, o que refletia

diretamente nos cuidados básicos de higiene e nas dificuldades com a relação à produção escolar.

A partir dessas observações o Projeto AME buscou aprimorar o trabalho oferecido às crianças, modificando assim suas ações, no sentido de promover um encontro entre mães e filhos, ou seja, um lugar para a fala e a escuta, inserindo a palavra no espaço do não dito.

Nesse novo enquadramento, tornou-se primordial o acolhimento às crianças e suas mães. Assim o Projeto AME passou a aprimorar suas atividades respaldadas no auxílio da literatura, encontrando no modelo da *Maison Verte*, desenvolvido por Françoise Dolto, na França, a base didática para o trabalho.

COMPREENDENDO O PROJETO AME COM OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A MAISON VERTE

Em 2008, fundou-se o Projeto AME no bairro Jardim Noroeste, e trabalhou-se muito seguindo a intuição e vontade de fazer a diferença na vida das crianças daquele bairro. Porém foi por meio da tentativa de aprimorar o Projeto AME que se passou a pesquisar na literatura trabalhos semelhantes, encontrando então o modelo da *Maison Verte* desenvolvido por Françoise Dolto, em 1979, na França.

Em 1979, foi criada em Paris a primeira *Maison Verte* (MILMAN, 2005). Hoje conhecida também como Estrutura Dolto, pode ser encontrada através de várias outras casas espalhadas por toda a França, além de outros países da Europa, inclusive no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Constituindo então como inúmeros centros de referências para trabalhos desempenhados com crianças.

Aspectos fundamentais do trabalho da *Maison Verte* tais como a equipe, a fala circulante e as leis, são também utilizadas no Projeto AME. A adaptação ao modelo Dolto é muito significativa para o Projeto AME, pois tem sido prazerosa e desafiadora.

No Projeto AME o ambiente é educativo. Sempre há disposição para receber crianças e suas mães e ou cuidadores, lhes oferecendo oportunidade de bons encontros, objetivando um cotidiano permeado pela fala, brincadeira, pelo conviver com outras pessoas.

A *Maison Verte*, foi criada como um grande espaço para acolher as crianças com base no lazer e nas palavras (MILMAN, 2005). Porém as crianças ao adentrarem a *Maison Verte* devem estar sempre acompanhadas de um adulto responsável por elas, com a finalidade de promover a integração e a comunicação simples, livre e objetiva entre a criança, sua família e um mediador (voluntário).

Por isso a presença da mãe ou cuidador da criança tornou-se fundamental no Projeto AME. Para a criança participar do Projeto é necessário que a mãe ou cuidador assuma um compromisso de participação ativa juntamente com a criança. Portanto o diálogo se faz presente o tempo todo, simples, possibilitando a criança se colocar diante do adulto de maneira distinta, ocupando seu próprio espaço, construindo sua identidade.

Dolto (1999) pontua que o adulto ao participar ativamente na *Maison Verte* consegue perceber-se enquanto um ser humano dotado de sentimentos, que podem ser elaborados na relação direta com seu filho e com as outras pessoas presentes. Possibilitando assim uma nova elaboração do seu papel de responsável pela criança, favorecendo novos contornos na relação familiar.

No projeto AME a participação das mães e ou cuidadores é bastante ativa, o que auxilia ao projeto colocar em prática seu objetivo central, que é proporcionar a criança sua integração social, inserindo o diálogo através das atividades e das brincadeiras desenvolvidas pela equipe.

A formação da equipe na *Maison Verte* é bem estabelecida (MILMAN, 2005). Composta por Psicólogos e Psicanalistas, estão sempre expostos, falam de si, dão opiniões, contribuindo para que o ambiente se constitua de maneira bastante social. Proporcionando assim um respeito à história de cada criança e suas respectivas famílias, respaldadas por combinados e regras de convivências.

Os combinados, (leis) estabelecidos sempre permeou o trabalho do Projeto AME. Em tudo, desde as tarefas escolares, as brincadeiras, os passeios, os diálogos livres entre os pais e as crianças, as leis se fazem presente. Porém ocorrem as resistências, que são então observadas e trabalhadas pela equipe.

Dolto (1999) argumenta que a equipe pode e deve oferecer à oportunidade da oferta das palavras as situações concretas que ocorrem no dia a dia de todos na *Maison*. Assim as resistências podem e devem ser abordadas antes que se transformem em angústias.

As crianças aprendem desde que chegam ao Projeto AME que a casa é um espaço aberto, um espaço de comunhão através das palavras, evitando assim as angústias dos não ditos ou dos mal entendidos, que circundam a subjetividade de cada criança. Por isso compartilhar, cuidar e respeitar os limites dos espaços físicos passa a ser rotina saudável para elas.

A lei nas estruturas Dolto, fica significativamente pautada nas características pessoais de cada membro da casa além das crianças e seus cuidadores (MILMAN, 2005). Gerando assim, discussões e reflexões sobre os direcionamentos necessários e adequados ao trabalho então realizado.

Todo o modo de estruturação e funcionamento da *Maison Verte* em muito se assemelha ao trabalho do Projeto AME. Este sempre com o intuito de criar um espaço onde se faz possível auxiliar as crianças desde o primeiro encontro, propondo o acolhimento às mães, e dessa participação materna, um despertar para uma relação baseada na afetividade, na individualidade, possibilitando assim a integração social da criança e consequentemente prevenindo a violência, que se origina de uma má adaptação à vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no Projeto AME, permitiu entender a importância da linguagem circulante entre as crianças, pais e profissionais, tal como nos ensina Dolto em sua *Maison Verte*.

Na *Maison Verte* a linguagem circulante está presente o tempo todo entre as crianças e suas mães ou cuidadores, sempre mediada por um voluntário. Para Dolto isto possibilita estruturar a relação afetiva da criança com sua família, além de auxiliar na criação de um espaço de interação com as demais crianças, possibilitando assim a passagem da criança ao meio social e posteriormente a creche.

A linguagem livre, adequada e mediada possibilita a criança compreender sua história de vida além de auxiliar na percepção do seu papel no núcleo familiar. Segundo Dolto a linguagem quando permeia a relação mãe/bebê desde muito cedo irá contribuir significativamente para a aquisição de autonomia, da independência e da identidade da criança.

Fato ocorrido no Projeto AME, em que as mães ou cuidadores ao serem convidadas a participar diretamente de todas as atividades desenvolvidas pela ONG observou-se uma melhora significativa com relação à presença das crianças não só no Projeto AME como na escola, além de um maior interesse em realizar as atividades escolares e um avanço considerável nas relações sociais, produzindo assim resultados muito satisfatórios para o Projeto.

A falta ou a omissão da linguagem leva a formação de angústias no primeiro ano de vida do bebê, o

que irá dificultar o entendimento da criança em se perceber e se colocar no mundo como um ser humano, empobrecendo assim o processo de integração social da criança com a família e com o meio com a qual está exposta.

Portanto, a linguagem favorece a criança a desenvolver-se plenamente, utilizando todo o seu potencial, respeitando suas limitações e individualidades. A fala colocada de maneira espontânea, simples e modesta permite a criança colocar-se entre os adultos, construindo sua própria autonomia.

Nesse contexto, foi possível compreender a importância do vínculo estabelecido entre pais e crianças quando foram chamados para participar do Projeto AME. Segundo Winnicott o vínculo inicial mãe/bebê é o grande eixo estruturador de todos os outros vínculos posteriores para adaptação da criança à vida, sendo então o grande norteador de todo o processo de desenvolvimento infantil.

Observou-se que, por meio do vínculo, que a mãe impulsionará o desejo do bebê de separar-se e compreender-se como um ser individualizado, promovendo assim, sua própria identidade, com auxílio do ambiente, com o qual a criança está incluída.

Notou-se que o Projeto AME muito contribuiu no sentido de oferecer um ambiente em que as crianças e suas famílias possam ser acolhidas e ouvidas em suas necessidades, um espaço da valorização da escuta do humano, um espaço compartilhado e vivenciado como a segunda casa de todos.

REFERÊNCIAS

- DOLTO, Françoise. **Auto-retrato de uma psicanalista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. **Quando surge a criança**. Campinas, SP: Papirus, 1996. **As etapas decisivas da infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MILMAN, Lulli. **Casa da árvore. A ética de Françoise Dolto nas favelas**. REVISTA DE PSICANÁLISE. Editora Pulsional. Edição 181 – ano XVII – nº 181 de março de 2005. p. 46-53.
- PAPALIA, Diane E; OLDS, Sally Wendkos e FELDMAN Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- WINNICOTT, Donald W. **O Brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1975.
- A criança e seu mundo**. São Paulo: LTC editora, 6ª edição, 2014.

IMIGRAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: construção e desconstrução da identidade cultural boliviana

Rosineia Oliveira dos Santos¹

¹ UNISA - olisanta@gmail.com

Recebido em 23 de Agosto de 2017; Aceito em 04 de Outubro de 2017.

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender como os locais de cultura são estratégias para que haja mobilidade dos imigrantes bolivianos em São Paulo. Partindo desse pressuposto, a comunidade boliviana tem uma realidade sociocultural em São Paulo que ainda está em profundo reconhecimento. Diante das várias manifestações simbólicas que ocorrem, dois pontos de cultura na cidade de São Paulo (praça Kantuta e rua Coimbra) ficam marcados por movimentos culturais que convivem com preconceitos e discriminações, não registrados incisivamente na literatura quando abordam a questão. Diante deste cenário, identificar o que os bolivianos adaptaram em sua identidade cultural ao chegar na cidade de São Paulo, é o cerne desta abordagem. A partir dessa realidade e da pretensão em apontar algumas especificidades do processo migratório cultural e suas singularidades, tal como o sujeito imigrante e seu processo de adaptação, este artigo foi estruturado.

Palavras-chave: imigração boliviana; cultura; identidade; construção; identificação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo entender os processos de assimilação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, tomando como base os meios de integração de sua cultura e o entendimento de seus costumes em uma sociedade polarizada.

Como exposição fica o questionamento: como os bolivianos se adaptam à identidade cultural da Cidade de São Paulo, preservando sua individualidade de origem e se identificando às necessidades de sobrevivências na nova realidade em que se alocam? A partir desta inquietação, verificar os diferentes graus de identificações dos bolivianos à ordem social paulistana e como se dá o processo de ressignificação cultural compreendido por esses imigrantes em São Paulo?

Nesse sentido, será oportuno descrever de que forma os bolivianos se encontram mobilizados em torno da construção de sua identidade, reconhecendo-se ou não como parte da cultura de seu novo país.

A presente pesquisa tem como linhas de interpretação autores vinculados com as ciências da sociologia, história, antropologia e ciência social. Dois locais serviram de base para análise do nosso objetivo: a praça Kantuta e a rua Coimbra, ambas localizadas no bairro do Pari, zona norte da capital paulista.

1 LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE

A pesquisa metodológica deste artigo é fundamentada inicialmente, por bibliografia especializada, tais como livros, sites, jornais e revistas indexadas. Para que pudéssemos tomar conhecimento da temática e conseguíssemos interpretar os sinais e evidências que surgiram com a leitura.

Logo após a leitura e coleta de material, neste período foi necessário participarmos de alguns locais de memória dos imigrantes, seja ele de qualquer nacionalidade.

Por isso, um dos locais escolhidos, inicialmente, foi o Museu da Imigração, localizado na zona leste, precisamente no bairro da Mooca em São Paulo; com o material adquirido no Museu da Imigração, partimos para outras fontes de investigações dos percursos desses imigrantes e já com foco delimitado da pesquisa, ou seja, qual etnia estudaríamos diante das várias opções de imigrantes sobreviventes na cidade, surgiu a comunidade boliviana.

Um dos pontos de inquietações do porquê essa comunidade foi escolhida para nossa pesquisa, talvez tenha partido de fundo psicológico, com raízes na latinidade e de entendimento das semelhanças com a cultura local. Um dos pontos analisados é a identificação com a nossa cultura, que mesmo diante dos percalços e dificuldades, se comemora a celebração da vida. O uso da linguagem, ou seja, o espanhol como meio de comunicação mais utilizado que mesmo com suas nuances para nós brasileiros se torna mais claro a sua pronúncia e leitura.

Diante deste novo cenário, fomos ao Centro de Estudos Migratórios (CEM) localizado no bairro do Glicério região central de São Paulo, local que recepciona dentre outros trabalhos realizado imigrantes e refugiados que procuram abrigo; pedir apoio para solicitar sua documentação; ter noções do português instrumental, e possíveis encontros com seus semelhantes. Essa instituição que é ligada à Igreja Católica, conhecida como Missão Paz. Por meio, deste local, conhecemos o Padre Paolo Parise que é o coordenador da revista Travessia. Com esse banco de dados e acervo da instituição, constatamos alguns artigos escritos sobre a imigração e também imigração boliviana que é o foco desta pesquisa. Foram realizadas pesquisas *in*

loco e pesquisas *on line* – no site da revista *travessia*. O CAMI (Centro de Apoio e Pastoral do Migrante) possibilitou um olhar do nosso objeto ainda em construção, questões como documentação, saúde, moradia, arte e cultura, trabalho e educação são fortes temas debatidos por este centro de acolhimento.

2 RECORTES PARA SELEÇÃO DOS POSSÍVEIS OBJETOS

As fases da pesquisa ou de todo processo de construção e desconstrução do saber é dividido em quatro níveis: epistemológico, teórico, metódico e técnico. A presente pesquisa será desenvolvida na perspectiva empírica e fundamentada conforme Lopes (2001) definiu. A parte de descrição metodológica deste artigo, passou por 3 momentos que Lopes (2001) identifica como processos.

Para entendermos, as escolhas em se estudar uma cultura e, posteriormente, a escolha de qual etnia compreender para depois elaborar o caminho para se chegar ao resultado.

Nesse sentido, Lopes (2001) interpreta como primeira fase, a definição do objeto neste momento o pesquisador ainda tem muitas dúvidas, mas somente pela observação conseguirá desenvolver uma linha de compreensão do seu objeto. Nesta perspectiva a escolha foi por proximidade e convivência. Tínhamos, quatro possibilidades de linhas, do ponto de vista cultural e por proximidades, a comunidade boliviana, a comunidade coreana, a comunidade judaica e a comunidade grega, esta última não sendo em maioria, mas que representou fundamentais contribuições para o início da imigração em São Paulo.

Após está observação, tentamos descrever e interpretar as informações colhidas durante o seu processo de reflexão, que segundo Lopes (2001) caracteriza-se como segunda fase, neste ponto ocorre o encaideamento das fases, nesta etapa da pesquisa empírica, demonstraram que há certa ordem nas diversas situações e experimentos intelectuais realizados pelo pesquisador/investigador. E ressalta que é fundamental antes de ir a campo, fazer a crítica epistemológica da observação.

Conforme Lopes (2001) neste momento, as operações envolvidas nesta fase visam a “reconstrução empírica da realidade”. Por meio de associação das diversas abordagens e capítulos e esse processo influenciando no resultado final a pesquisa se mostra, interdependente, fazendo com que o pesquisador saiba qual metodologia fará grande diferença e qual caminho seguir a partir desta perspectiva. Ao percorrer os vários caminhos de leitura e interpretação dos autores estudados, opta-se pela comunidade boliviana por se tratar de uma crescente população que nos últimos 60 anos teve grande fluxo para a cidade de São Paulo.

Por meio do levantamento dos diferentes objetos de pesquisa e de um amplo leque de investigadores nota-se a crescente preocupação que os fluxos migratórios interferem nas dinâmicas locais.

3 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Para Minayo;Sanchez (1993) e Lopes (2001) os caminhos a serem desenvolvidos para que os processos metodológicos sejam compreendidos em sua complexidade é a partir da escolha do método qualitativo.

De acordo com Minayo;Sanchez (1993) informam que foi de Max Weber a afirmação de que cabe às ciências sociais a compreensão do significado da ação humana e não apenas a descrição dos comportamentos. Nesta mesma linha de raciocínio Minayo;Sanchez (1993, p. 243) *apud* Thomas (1970) nos chama atenção “quando um dos pais da sociologia norte-americana, avançou na elaboração do clássico teorema segundo o qual é essencial, no estudo dos seres humanos, descobrir como eles definem as situações nas quais se encontram, porque se eles definem situações como reais, elas são reais em suas consequências”.

Portanto, a compreensão de que seres humanos respondem a estímulos externos de maneira seletiva, bem como tal seleção é influenciada pela maneira por meio da qual eles definem e interpretam situações e acontecimentos, passou a complicar o raciocínio sobre a cientificidade enquanto modelo já construído.

Segundo Minayo;Sanchez (1993) *apud* Granger (1982) a realidade social é qualitativa e os acontecimentos nos são dados primeiramente como qualidades em dois níveis: a) como um vívido absoluto e único incapaz de ser captado pela ciência: e b) enquanto experiência vivida em nível de forma, sobretudo da *linguagem* que a prática científica visa transformar em conceitos.

Toda pesquisa social empírica seleciona evidências para argumentar e necessita justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmação específica (BAUER; GASKELL, 2002).

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

4 A OBSERVAÇÃO

Com dois locais para análise (praça Kantuta e a rua Coimbra) a presente pesquisa seguiu os moldes da pesquisa qualitativa.

A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados e a condição ao *sine qua non* da entrevista qualitativa. Tal compreensão poderá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa (BAUER; GASKELL, 2002). Poderá ser um fim em si mesmo o fornecimento de uma “descrição detalhada” de um meio social específico; pode também ser empregada como uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica.

As pesquisas qualitativas não têm um padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigações dependem também do pesquisador – sua concepção, seus valores, seus objetivos. A epistemologia significa os fundamentos do conhecimento que dão suporte a investigação de um problema (CHIZZOTTI, 2013).

A pesquisa qualitativa recobre ainda, de um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo e adota multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a ele (CHIZZOTTI, 2013).

Uma das estratégias de pesquisa e que será um caminho a ser traçado neste artigo é a etnografia, que significa “a descrição de um grupo social” e deriva etimologicamente do grego, de *grapheim* – descrever e *ethnos* – estrangeiro, bárbaro e depois foi utilizado para descrever um grupo cultural (CHIZZOTTI, 2013). Este método se apropria como uma antropologia descritiva dos modos de vida da humanidade, e introduzida como um modo de descrição social científica de uma pessoa ou da configuração cultural de uma população.

A presente estratégia ajudou na interação direta com as pessoas, na sua vida cotidiana e auxiliando na compreensão das suas concepções, práticas, motivações, comportamentos, procedimentos, e os significados que atribuem a essas práticas.

5 A DESCRIÇÃO

Em princípio, cercamo-nos de pesquisas como as de Bauer; Gaskell (2002) que seguem o mesmo sentido da semiologia Barthesiana, ao fazerem referência à relação intrínseca entre imagem/texto e traduz-se na polissemia da imagem.

Ao ver uma fotografia, o espectador é levado a reconstruir verbalmente a cena, traduzindo em palavras a mensagem icônica não decodificada. A busca dos sentidos ocultos da imagem leva esse espectador a criar narrativas que ajudam a compor os dados culturais presentes nos movimentos.

Será utilizado o método de entrevistas em profundidade, que Duarte (2005) descreve como técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada, este tipo de entrevista busca intensidade nas respostas e não as quantificar.

É um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (DUARTE, 2005). Neste tipo de técnica os dados não são apenas colhidos, mas são também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade.

Ao realizar perguntas aos bolivianos foi possível aprofundar as dificuldades e os níveis de sofrimento ou carências que passam cotidianamente e a partir das respostas compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas.

Outro processo importante da pesquisa é a escolha dos entrevistados, recorte de espaço e tempo, ou seja, qual perfil de escolha dos meus atores sociais. Utilizaremos entrevistas semiabertas, esse tipo de entrevista tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa.

Parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (DUARTE, 2005, p. 64 *apud* TRIVINOS, 1990, p.146).

A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista. Uma entrevista semiaberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas (DUARTE, 2005).

Esses atores serão entrevistados com questões semiestruturadas, não terão qualquer separação por idade, sexo, tempo de permanência no país receptor. Ocorrerá um diálogo aberto reunindo um grupo focal para saber quais foram seus processos de adaptação na cidade, de acordo com o desenvolver dos relatos, nosso público alvo – são os bolivianos que residem na cidade de São Paulo, pela estratégia da pesquisa e seguindo o que diz Bauer;Gaskell (2002, p. 71) em que se aumentando o número de entrevistados, sua pesquisa poderá se tornar mais ampla e requer mais cuidado de análise, por isso, a opção por se trabalhar com um grupo de 10 pessoas. Não abordaremos as questões de gênero. O que importa é saber o que esses imigrantes adquiriram como sendo parte de nossa cultura (artes, costumes, vestimentas, alimentação entre outros). Serão estabelecidos alguns padrões para não perdermos o foco da pesquisa. Um grupo com 5 pes-

soas na praça Kantuta e 5 pessoas rua Coimbra.

A iconografia será incorporada na pesquisa como meio de reconhecimento do local que de acordo com Travancas (2005) é a necessidade de olhar/observar não somente o que é exótico, mas também o que está dentro da nossa própria cultura. Isso tudo porque é possível interpretar culturas a partir de elementos materiais, relações sociais, expressões simbólicas e que estas podem extrapolar as observações em ambientes diferentes do nosso cotidiano, o mergulho na cultura do outro, como denomina Travancas (2005). “Antropólogos não estudarão exclusivamente sociedades indígenas ou distintas e distantes do pesquisador. Começarão a desenvolver trabalhos sobre a sua cidade, os seus bairros, os seus habitantes e as suas profissões.” (TRAVANCAS, 2005, p. 99).

Outro ponto fundamental e que será associado à técnica de investigação etnográfica é o uso do caderno ou diário de campo. “Este caderno terá um papel fundamental. Nele o pesquisador anotará as questões que o levaram a escolher aquele grupo e aquele tema, e as perguntas que tem em mente sobre o assunto.” (TRAVANCAS, 2005, p. 101).

6 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS / RESULTADOS ALCANÇADOS

Conforme Elias (2005) o fato central e inalterável em todas as sociedades é a natureza humana, e, por terem essa mesma natureza, nascem com um equipamento biológico semelhante, o que permite viverem várias possibilidades. É por conta das diferenças culturais que, apesar de termos a mesma “natureza”, explicamos muitos comportamentos e atitudes distintas.

Já para Geertz (1989), quando se faz uma conceitualização estratigráfica das relações entre fatores culturais e não culturais, fica mais difícil entender esse fundamento, uma vez que, se a cultura, a psique, a sociedade e o organismo forem separados, compartimentados, será mais complicado reuni-los de novo. Assim, conhecer, reconhecer e compreender a pluralidade humana faz parte de um projeto no qual está pesquisa será alicerçada.

Deste modo, falar em assimilação não significa dizer que a maioria dos imigrantes bolivianos irão majoritariamente se adaptar de forma tranquila e sem problemas com a cultura local. Pelo contrário, ao invés de uma assimilação uniforme, nos dias de hoje, a adaptação tem ocorrido de maneira distinta para diferentes grupos imigrantes. Portanto, compreender como e o porquê dessas distintas assimilações é importante para os resultados da integração desta comunidade na sociedade receptora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo de imigrantes bolivianos que chegam ao Brasil e se instalam, preferencialmente na cidade de São Paulo, faz com que seja desenvolvido estratégias de inserção e de superação para integração ao novo lugar. Ao chegarem no país receptor, sofrem maus tratos e preconceitos. Para que isso ocorra de forma menos dolorosa, foram criados locais de preservação de suas tradições e de integrações que permitem o desenvolvimento de um lugar com hospitalidade em receber e ser recebido, para práticas dos costumes que estão se perdendo diante das escolhas novas oferecidas pela comunidade receptora.

Nas pesquisas realizadas, nota-se as diferentes formas de vida encontradas nas sociedades, como o andar, as vestimentas, os costumes, a culinária entre outros, não têm nada de inato. São, sim, uma construção e um produto de escolhas culturais, o que caracteriza a unidade do homem é a sua aptidão praticamente infinita para inventar modos de vida e formas de organização social extremamente diversos.

Consequentemente, a cultura hoje é pensada como um processo dinâmico, constante e contínuo de sentido, significação e ressignificação. Nesta perspectiva a praça Kantuta e a rua Coimbra, tem sentido múltiplo da prática das festas tradicionais bolivianas por meio do resgate da memória, da visibilidade e do convívio do grupo. Observa-se nos dois locais de cultura boliviana um sentido de valorização do outro, que muito embora possa ser uma interpretação subjetiva, pode se tornar um espaço de troca e confiança entre os imigrantes desta comunidade.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BURGARELLI, Rodrigo; TOLEDO, José Roberto de. Pela 1ª vez, bolivianos superam japoneses e italianos na capital. **O Estado de S. Paulo**, 05 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,pela-1-vez-bolivianos-superamjaponeses-e-italianos-na-capital-,1028530,0.htm>>. Acesso em: 13 de mar. 2016.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. (trad.) Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4.ed., 7 reimp. São Paulo: EDUSP, 2015.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5.ed., Petrópolis: Vozes, 2013.
- DIETRICH, Ana Maria. Brasileiros de todo o mundo. **História viva**. Brasil de imigrantes: a trajetória de italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses e árabes que ajudaram a construir a nação. Ano IX. Nº 97. 8. ed., nov. de 2011.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- FREITAS, Sônia Maria de. **O café e a imigração**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. (trad.) Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. (Org.) Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10.ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Tomaz Tadeu da Silva (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15.ed., Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.
- LOPES, Maria Immaculata Passalo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: edições Loyola, 2001.
- LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. (Orgs.) **Discutindo identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **A cidade multicultural**. (2008). Disponível em:< http://downloads.lsecities.net/0_downloads/archive/_SA/12_NewsPaper_Essay_Martins_por.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2016.
- MINAYO, M.C S; SANCHEZ, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.
- MOREIRA, Marli. **Imigrantes fazem manifesto em São Paulo pelo direito a voto**. São Paulo, 04 dez. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2011-12-04/imigrantes-fazem-manifesto-em-sao-paulo-pelo-direito-voto>>. Acesso em: 18 de mar de 2016.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. (trad.) Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Sidney Antonio da. Hispano-americanos em São Paulo: alcances e limites de um processo de integração. **Travessia – revista do migrante**. Ano XII, nº. 33. jan/abr de 1999.

_____. **Festejando a Virgem/Mãe/Terra numa pátria estrangeira**: devoções marianas num contexto de permanências e mudanças culturais entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. 326f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

_____. **Virgem/Mãe/Terra**: festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003.

_____. **Imigrantes no Brasil**: Bolivianos, a presença da cultura andina. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2005.

_____. **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010.

_____. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200012> Acesso em: 11 de mar. de 2016.

SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **As identidades no tempo**: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória/ES: EDUFES, 2006.

SILVESTRE, Nathércia Pires. Paisagens Urbanas e Paisagens Humanas: o bairro do Bom Retiro. **Baleia na Rede**. Revista online do Grupo de Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/Edicao04/paisagens.pdf>> Acesso em: 19 de mar. de 2016.

SOLIZ, Mónica Ayala; SERRATO, Fábio Radigonda. As expectativas dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo: reflexões sobre a comunicação intercultural. **Organicon**. Revista Brasileira de comunicação organizacional e relações públicas. Ano 11. Nº 21, 2014. Disponível em: <<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/777/588>> Acesso em: 10 de mar. de 2016.

SOUZA, Márcia M. Cabreira M. de; GUERRIERO, Silas. **A imigração boliviana em São Paulo**: experiências de um pentecostalismo específico como aglutinador de identidades e sociabilidades. **PLURA – revista de estudo da religião**. Vol. 6, N.1, jan-jun (2015). Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/viewFile/823/pdf_118> Acesso em: 20 de mar. de 2016.

TRAVANCAS, Isabel. **Fazendo etnografia no mundo da comunicação**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

WIEWIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** (trad.) Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

KAZANA, Paulina Karina. **Emigração/Imigração polaca**: O destino Portugal no pós-adesão à União Europeia (2013). Disponível em: <https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=488211> Acesso em: 05 de maio de 2016.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. (2012) **Cidades, Migrantes e Pertencimentos**: a Praça Kantuta como etnopaisagem intercultural. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/viewFile/3183/2162>> Acesso em: 10 de abr. de 2016.

WULFHORST, Cristina. A (re) Invenção de identidades no processo de integração de imigrantes latino-americanos. **Travessia – revista do migrante**. Ano XVIII, nº. 53. set/dez de 2005.